

Uma FAQ Anarquista Seção I

Como seria uma sociedade anarquista?

Editorial Coletivo da AFAQ



18 de Junho de 2009

Conteúdo

Introdução	6
Seções pendentes de formatação	13
I.1 O socialismo libertário não é um oxímoro?	14
I.1.1 O socialismo é impossível?	18
I.1.2 O comunismo libertário é impossível?	27
I.1.3 O que há de errado com o mercado?	37
I.1.4 Se o capitalismo é explorador, o socialismo também não é?	42
I.1.5 O capitalismo aloca recursos de maneira eficiente?	45
I.2 Este é um modelo para uma sociedade anarquista?	56
I.2.1 Por que discutir como seria uma sociedade anarquista?	60
I.2.2 Será possível ir direto do capitalismo para uma sociedade anarquista?	62
I.2.3 Como serão criadas as estruturas de uma sociedade anarquista?	66
I.3 Como seria a estrutura econômica da anarquia?	71
I.3.1 O que é um “sindicato”?	78
I.3.2 O que é a autogestão dos trabalhadores?	84
I.3.3 O que é socialização?	89
I.3.4 Que relações existiriam entre sindicatos individuais?	94
I.3.5 O que fariam as confederações de sindicatos?	98
I.3.6 E a competição entre sindicatos?	104
I.3.7 E as pessoas que não querem ingressar em um sindicato?	108
I.3.8 Os anarquistas buscam “pequenas comunidades autônomas, dedicadas à produção em pequena escala”?	109
I.4 Como uma economia anarquista pode funcionar?	110
I.4.1 Qual o sentido da atividade econômica na anarquia?	111
I.4.2 Por que os anarquistas desejam abolir o trabalho?	112

I.4.3 Como os anarquistas pretendem abolir o trabalho?	113
I.4.4 Quais critérios de tomada de decisão econômica poderiam ser usados na anarquia?	114
I.4.5 E quanto a "oferta e demanda"?	115
I.4.6 O comunismo anarquista levaria inevitavelmente à demanda exceder a oferta?	116
I.4.7 O que impedirá os produtores de ignorar os consumidores?	117
I.4.8 E as decisões de investimento?	118
I.4.9 O avanço tecnológico deve ser visto como anti-anarquista?	119
I.4.10 Qual seria a vantagem de uma ampla base de distribuição de excedentes?	120
I.4.11 Se o socialismo libertário eliminar o motivo do lucro, a criatividade e o desempenho não sofrerão?	121
I.4.12 Não haverá uma tendência para a empresa capitalista reaparecer em nenhuma sociedade socialista?	122
I.4.13 Quem fará o trabalho "sujo" ou desagradável?	123
I.4.14 E a pessoa que não trabalha?	124
I.4.15 Como será o local de trabalho de amanhã?	125
I.4.16 Uma sociedade comunista libertária não será ineficiente?	126
I.5 Como seria a estrutura social da anarquia?	127
I.5.1 O que são comunidades participativas?	128
I.5.2 Por que são necessárias confederações de comunidades participativas?	129
I.5.3 Quais serão as escalas e os níveis da confederação?	130
I.5.4 Como alguma coisa será decidida em todas essas reuniões?	131
I.5.5 As comunidades e confederações participativas não são apenas novos estados?	132
I.5.6 Não haverá perigo de uma "tirania da maioria" sob o socialismo libertário?	133
I.5.7 E se eu não quiser ingressar em uma comuna?	134
I.5.8 E o crime?	135
I.5.9 E quanto à liberdade de expressão no anarquismo?	136
I.5.10 E os partidos políticos?	137
I.5.11 E os grupos de interesse e outras associações?	138
I.5.12 Uma sociedade anarquista prestaria assistência médica e outros serviços públicos?	139
I.5.13 Uma sociedade anarquista não será vulnerável à fome de poder?	140

I.5.14 Como uma sociedade anarquista poderia se defender?	141
I.6 E a "Tragédia dos Comuns"? Certamente a propriedade comunitária levará ao uso excessivo e à destruição ambiental?	142
I.6.1 Como os anarquistas podem explicar como será decidido o uso da propriedade "de propriedade de todos no mundo"?	143
I.6.2 Nenhuma forma de propriedade comunitária envolve a restrição da liberdade individual?	144
I.7 O socialismo libertário não destruirá a individualidade?	145
I.7.1 As culturas tribais indicam que o comunalismo defende a individualidade?	146
I.7.2 Isso não é adorar o passado ou o "nobre selvagem"?	147
I.7.3 A lei é necessária para proteger os direitos individuais?	148
I.7.4 O capitalismo protege a individualidade?	149
I.8 A Espanha revolucionária mostra que o socialismo libertário pode funcionar na prática?	150
I.8.1 A Revolução Espanhola não foi principalmente um fenômeno rural e, portanto, inaplicável como modelo para as sociedades industrializadas modernas?	151
I.8.2 Como os anarquistas foram capazes de obter apoio popular em massa na Espanha?	152
I.8.3 Como foram organizados os coletivos industriais espanhóis?	153
I.8.4 Como foram coordenados os coletivos industriais espanhóis?	154
I.8.5 Como foram organizadas e coordenadas as cooperativas agrícolas espanholas?	155
I.8.6 O que os coletivos agrícolas realizaram?	156
I.8.7 Ouvi dizer que os coletivos rurais foram criados à força. Isso é verdade?	157
I.8.8 Mas os coletivos espanhóis inovaram?	158
I.8.9 Por que, se foi tão bom, não sobreviveu?	159
I.8.10 Por que a CNT colaborou com o estado?	160
I.8.11 A decisão de colaborar foi um produto da teoria anarquista, mostrando que o anarquismo é falho?	161
I.8.12 A decisão de colaborar foi imposta aos membros da CNT?	162
I.8.13 Que lições políticas foram aprendidas com a revolução?	163
I.8.14 Que lições econômicas foram aprendidas com a revolução?	164

UMA FAQ ANARQUISTA

VÁRIOS AUTORES

18 DE JUNHO DE 2009

“Queres estudais com proveito? Começais por imolar um a um os mil preconceitos que vos foram ensinados!” - Piotr Kropotkin

Introdução

Até então essa FAQ foi amplamente crítica, concentrando-se na hierarquia, capitalismo, estado, e nos problemas que decorrem deles, além de refutar algumas “soluções” falsas apresentadas pela esquerda e direita autoritária. Agora é hora de examinar o lado construtivo do anarquismo - a sociedade socialista libertária - que os anarquistas defendem. Isso é importante porque o anarquismo é essencialmente uma teoria construtiva, em flagrante contradição à imagem geralmente pintada do anarquismo como caos ou destruição irracional.

Nesta seção da FAQ, mostraremos como uma sociedade anarquista pode se desenvolver. Essa sociedade tem características básicas - como ser não hierárquica, descentralizada e, acima de tudo, espontânea como a própria vida. Para citar Glenn Albrecht, os anarquistas “*ênfatizam muito o livre desenvolvimento de uma ordem espontânea sem o uso de força ou autoridade externas*”. [**“Ethics, Anarchy and Sustainable Development”, pp. 95-117, Anarchist Studies, vol. 2, n. 2, p. 110**] Esse tipo de desenvolvimento implica que a sociedade anarquista seria organizada do simples ao complexo, do indivíduo para a sociedade, biorregião e enfim para todo planeta. A sociedade resultante, que seria o resultado da natureza que se desdobra livremente em direção a uma maior diversidade e complexidade, é eticamente preferível a qualquer outro tipo de ordem simplesmente porque permite o mais alto grau de solidariedade e liberdade orgânicas. Kropotkin descreveu essa visão de uma sociedade verdadeiramente livre da seguinte maneira:

“Pre vemos milhões e milhões de grupos constituindo-se livremente para a satisfação de todas as necessidades variadas dos seres humanos [...] Todos estes serão compostos por seres humanos que se combinarão livremente [...] ‘Peguem pedrinhas’, disse Fourier, ‘as ponha em uma caixa e sacuda, e elas se organizarão em um mosaico que você nunca conseguiria formar instruindo a alguém o trabalho de organizá-las harmoniosamente.” [**The Place of Anarchism in The Socialistic Revolution, p. 11-12**]

A oposição anarquista à hierarquia é parte essencial de uma sociedade “ordenada espontaneamente”, pois a autoridade interrompe o livre desenvolvimento e crescimento do indivíduo. A partir desse crescimento natural dos indivíduos, grupos e da sociedade como um todo, os anarquistas esperam construir uma sociedade que atenda às necessidades de todos - de liberdade individual e social, bens materiais que atendam às necessidades físicas e relações sociais livres e iguais que atendam o que poderia ser chamado de “necessidades espirituais”(ou seja, bem-estar mental e emocional, criatividade, desenvolvimento ético e assim por diante). Qualquer tentativa de impor sobre a sociedade ou aos indivíduos uma ordem pré-determinada com restrições às suas liberdades promoveria desordem, à medida que o equilíbrio natural e o desenvolvimento são impedidos e distorcidos em direções anti-sociais e destrutivas. Assim, uma sociedade anarquista deve ser uma sociedade livre composta por indivíduos livres, associando-se a estruturas libertárias, em vez de uma série de hierarquias concorrentes (políticas ou econômicas). Somente em liberdade a sociedade e os indivíduos podem desenvolver e criar um mundo justo e livre. Nas palavras de Proudhon, “*a liberdade é a mãe da ordem, não sua filha*”.

Como o indivíduo não existe no vácuo social, são necessárias condições sociais apropriadas para que a liberdade individual se desenvolva e floresça de acordo com todo o seu potencial. A teoria anarquista é construída sobre a asserção central de que os indivíduos e suas organizações não podem ser considerados isoladamente uns dos outros.

Ou seja, as estruturas sociais nos moldam, “*existe uma inter-relação entre as estruturas de autoridade das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos*” e que “*a principal função da participação é educativa*”. [**Carole Pateman, Participation and Democracy Theory, p. 27**] O anarquismo apresenta essa posição em sua forma mais coerente e libertária. Em outras palavras, a liberdade é apenas sustentada e protegida pela atividade em condições de liberdade, a saber, autogoverno. A liberdade é a única pré-condição para adquirir a maturidade necessária para a liberdade continuada: “*Somente na liberdade o homem pode crescer até sua plena estatura. Somente em liberdade aprenderá a pensar, a se mover e a dar o melhor de si*”. [**Emma Goldman, Red Emma Speaks, p. 72**]

Como a liberdade individual só pode ser criada, desenvolvida e defendida pelo auto-governo e pela associação livre, um sistema que incentive a individualidade deve ser descentralizado e participativo para que as pessoas desenvolvam uma psicologia que permita que elas aceitem as responsabilidades da

autogestão. Viver sob o estado ou qualquer outro sistema autoritário produz um caráter servil, pois o indivíduo é constantemente colocado sob autoridade hierárquica, o que embota suas habilidades críticas e autogovernadas por falta de uso. Essa situação não pode promover a liberdade, e assim os anarquistas *"percebem que o poder e a autoridade corrompem tanto os que os exercitam quanto os que são obrigados a se submeter a eles"*. [Bakunin, *The Political Philosophy of Bakunin*, p. 249]

Observando o capitalismo, descobrimos que, sob o trabalho assalariado, as pessoas vendem sua energia criativa e controlam suas atividades apenas parcialmente. O chefe não apenas obtém a maior valia do tempo que os funcionários vendem, mas o tempo em si - sua liberdade, sua capacidade de tomar suas próprias decisões, de se expressar através do trabalho e com seus colegas de trabalho. O trabalho assalariado é escravidão salarial, à medida que você vende seu tempo e suas habilidades (ou seja, sua liberdade) todos os dias no trabalho e você nunca poderá comprar esse tempo de volta para si mesmo. Uma vez que se foi; se foi para sempre. Também gera, para citar Godwin, um *"senso de dependência"* e um *"espírito servil e de obediência"*, garantindo assim que *"Ainda sobrevive o espírito feudal que reduziu a grande massa da humanidade à categoria de escravos e objetos para servir a uma minoria."* [*The Anarchists Writings of William Godwin*, p. 125–6] É por isso que os anarquistas veem a necessidade de *"criar a condição em que cada pessoa possa viver trabalhando livremente, sem ser forçado a vender seu trabalho e seu [ou sua] liberdade a outros que acumulam riqueza pelo trabalho de seus servos."* [Kropotkin, *Words of a Rebel*, p. 208].

Assim, o objetivo do anarquismo é criar uma sociedade na qual cada pessoa *"deve ter os meios materiais e morais para desenvolver sua humanidade"* e, assim, *"organizar a sociedade de tal maneira que todo indivíduo [...] encontre [...] aproximadamente meios iguais para o desenvolvimento de [suas] várias faculdades e para sua utilização em [seu] trabalho; criar uma sociedade que colocaria todos os indivíduos [...] em uma posição que seria impossível para que explorassem o trabalho de qualquer outra pessoa"* e *"capacitados a participar do desfrute da riqueza social", desde que "tenham contribuído diretamente para a produção dessa riqueza"*. [Bakunin, *op. Cit.* p.409] Como tal, os anarquistas concordariam com George Orwell: *"A questão é muito simples. As pessoas devem poder viver uma vida decente e totalmente humana, que agora é tecnicamente alcançável, ou não? O homem comum deve ser empurrado de volta para a lama, ou não?"* [Orwell *In Spain*, p 361].

O anarquismo, em resumo, trata de mudar a sociedade e abolir todas as formas de relacionamento social autoritário, colocando a vida antes da "eficiência" destruidora de almas necessária para sobrevivência no capitalismo; pois o anarquista *"assume seu direito positivo à vida e todos os seus prazeres, intelectuais, morais e físicos. Ele ama a vida e pretende aproveitá-la ao máximo."* [Bakunin, *Mikhail: Selected Writings*, p 101].

Assim, para citar Emma Goldman, *"todos os seres humanos, independentemente de raça, cor ou sexo, nascem com o mesmo direito de compartilhar à mesa da vida, que, para garantir esse direito, deve haver entre os homens liberdade econômica, social e política."* [A *Documentary History of the American Years*, vol 2, p.450] Esta seria uma sociedade sem classes e não hierárquica, sem senhores e servos, baseada na livre associação de indivíduos livres que encoraja e celebra a individualidade e a liberdade:

"A frase, 'uma sociedade sem classes', sem dúvida causa terror para qualquer pessoa atenciosa. Evoca imediatamente a imagem da mediocridade monótona [...] toda uma escala uniforme de indivíduos auto-suficientes, vivendo em casas-modelo, viajando em Ford uniformes ao longo de infinitas estradas uniformes [...] Mas [...] o compartilhamento dessa riqueza não seria produzir uma uniformidade de vida, simplesmente porque não há uniformidade de desejo. A uniformidade é um pesadelo não inteligente; não pode haver uniformidade em uma sociedade humana livre. A uniformidade só pode ser criada pela tirania de um regime totalitário." [Herbert Read, *Anarchy and Order*, p. 87-88].

Os anarquistas pensam que os valores sociais essenciais são valores humanos e que a sociedade é um complexo de associações que expressam as vontades de seus membros, cujo bem-estar é seu objetivo. Consideramos que não basta que as formas de associação tenham o consentimento passivo ou "implícito" de seus membros, mas que a sociedade e os indivíduos que a compõem serão saudáveis apenas se for, no sentido pleno, libertário. Ou seja, autogovernado, autogerenciado e igualitário. Isso implica não apenas

que todos os membros tenham o direito de influenciar a política, se assim o desejarem, mas que a maior oportunidade possível seja oferecida a todas as pessoas para exercer esse direito. O anarquismo envolve uma cidadania ativa, não apenas passiva, por parte dos membros da sociedade e sustenta que esse princípio não é aplicado apenas a alguma esfera “especial” de ação social chamada “política”, mas a toda e qualquer forma de ação social, inclusive atividade econômica.

Portanto, como veremos, o conceito-chave subjacente à estrutura social/política e econômica do socialismo libertário é “autogestão”, um termo que implica não apenas o controle dos trabalhadores em seus locais de trabalho, mas também o controle dos cidadãos em suas comunidades (onde se dá o “auto-governo”), através da democracia direta e da federação voluntária. Assim, a autogestão é a implicação positiva do princípio “negativo” do anarquismo de oposição à autoridade hierárquica. Pois, por meio da autogestão, a autoridade hierárquica é dissolvida à medida que o local de trabalho autogerenciado e as assembléias/conselhos comunitários são descentralizados, organizações “horizontais” nas quais cada participante tem voz igual nas decisões que afetam sua vida, em vez de simplesmente seguir ordens e ser governado por outros. A autogestão, portanto, é a condição essencial para um mundo em que os indivíduos estarão livres para seguir seus próprios sonhos, à sua maneira, cooperando juntos como iguais, sem interferência de qualquer forma de poder autoritário (como governo ou chefe).

Talvez seja desnecessário dizer, esta seção destina-se como um dispositivo heurístico única, como forma de ajudar os leitores a imaginar como os princípios anarquistas podem ser incorporados na prática. Não é (nem se destina a ser, nem se deseja que seja) uma afirmação definitiva de como eles devem ser incorporados. A ideia de que poucas pessoas poderiam determinar exatamente como seria uma sociedade livre é contrária aos princípios anarquistas de desenvolvimento e pensamento livres, e está longe de ser nossa intenção. Aqui, simplesmente tentamos indicar algumas das estruturas que uma sociedade anarquista pode conter, com base nos ideais e idéias que os anarquistas sustentam, informados pelos poucos exemplos de anarquia em ação existentes e pela nossa avaliação crítica de suas limitações e sucessos. Como Herbert Read disse uma vez, “É sempre um erro construir constituições a priori. O mais importante é estabelecer seus princípios - os princípios da equidade, da liberdade individual, do controle dos trabalhadores. A comunidade visa então estabelecer esses princípios a partir do ponto de partida das necessidades e condições locais.” [Op. Cit. p. 51]

Além disso, devemos lembrar que, o estado mudou ao longo do tempo e, de fato, nem sempre existiu. Assim, é possível ter uma organização social que não é um estado e confundir os dois seria uma “confusão” feita por aqueles “*que não conseguem visualizar a Sociedade sem um Estado*”. No entanto, isso “*ignora o fato de que o homem viveu em sociedades há milhares de anos antes de o Estado ter surgido*” e que “*um grande número de pessoas [viveu] em comunas e federações livres*”. Esses não eram estados, pois o estado “*é apenas uma das formas assumidas pela sociedade no curso da história. Por que, então, não fazer distinção entre o que é permanente e o que é acidental?*” [Kropotkin, **The State: Its Historical Role, p. 9–10**] Da mesma forma, os axiomas da economia capitalista não se mantêm, o capitalismo é apenas o mais recente de uma série de sistemas econômicos. Assim como a servidão substituiu a escravidão e o capitalismo substituiu a servidão, o trabalho livre (associado) pode substituir o trabalho assalariado. Como observou Proudhon, o “*período pelo qual estamos passando agora [...] é distinguido por uma característica especial - SALÁRIOS*”. O capitalismo, esse sistema de trabalho assalariado, nem sempre existiu nem precisa continuar. Assim, “*o vício radical da economia política*”, ou seja, “*afirmar como estado definitivo uma condição transitória - a divisão da sociedade em patrícios e proletários*”. [System of Economic Contradictions p. 198 e p. 67] Os anarquistas procuram tornar essa condição transitória mais curta do que longa.

Por fim, uma sociedade livre baseada em comunidades autogerenciadas e trabalho cooperativo é, de muitas maneiras, uma evolução natural das tendências dentro da sociedade existente. Por exemplo, os meios de produção só podem ser usados coletivamente, sugerindo que as relações de igualdade e liberdade baseadas em associações de trabalhadores sejam uma alternativa sensata às baseadas em hierarquia, exploração e opressão baseadas em senhores e empregados. É a luta contra as relações sociais opressivas que cria as próprias associações (assembléias de greve no local de trabalho) que podem expropriar os locais de trabalho e tornar essa possibilidade uma realidade.

Portanto, uma sociedade anarquista não será criada da noite para o dia, não sem vínculos com o passado e, portanto, será inicialmente baseada em estruturas criadas na luta social (isto é, criada dentro,

mas contra o capitalismo e estado) e será marcada com as idéias que inspiraram e se desenvolveram nessa luta. Por exemplo, os coletivos anarquistas na Espanha foram organizados de maneira ascendente, semelhante à forma como a CNT (sindicato anarco-sindicalista) foi organizada antes da revolução. Nesse sentido, a anarquia não é um objetivo distante, mas uma expressão da luta da classe trabalhadora. A criação de alternativas para a atual sociedade hierárquica, opressiva, exploradora e alienada é uma parte necessária da luta e da manutenção de sua liberdade e humanidade no mundo insano da sociedade hierárquica. Como tal, uma sociedade anarquista será a generalização dos vários tipos de "anarquia em ação" criado nas várias lutas contra todas as formas de opressão e exploração (ver seção I.2.3).

Isso significa que a aparência e o funcionamento de uma sociedade anarquista não são independentes das sociedades específicas das quais são criadas nem dos meios utilizados para criá-la. Em outras palavras, uma sociedade anarquista refletirá as condições econômicas herdadas do capitalismo, as lutas sociais que a precederam e as idéias que existiam nessa luta, modificadas pelas necessidades práticas de qualquer situação. Portanto, a visão de uma sociedade livre indicada nesta seção do FAQ não é algum tipo de abstração que será criada da noite para o dia. Se os anarquistas pensassem isso, seríamos justamente chamados de utópicos. Não, uma sociedade anarquista é o resultado de luta social, auto-atividade que ajuda a criar um movimento de massa que contém indivíduos que podem pensar por si mesmos e que estão dispostos e aptos a assumir a responsabilidade por suas próprias vidas.

Portanto, ao ler esta seção, lembre-se de que este não é um projeto, mas apenas sugestões possíveis de como seria a anarquia. Ele é projetado para provocar pensamentos e indicar que uma sociedade anarquista é possível. Esperamos que nossos argumentos e idéias apresentados nesta seção inspirem mais debates e discussões sobre como uma sociedade livre poderia funcionar e, igualmente importante, ajudem a inspirar a luta que criará essa sociedade. Afinal, os anarquistas desejam construir o novo mundo no lugar do antigo. A menos que tenhamos alguma idéia de como será a nova sociedade, é difícil imaginá-la em nossas atividades hoje! Um ponto não perdido para Kropotkin, que argumentou que é difícil construir "sem uma consideração extremamente cuidadosa de antemão, baseada no estudo da vida social, sobre o quee como queremos construir - devemos rejeitar o slogan [de Proudhon] [de que "na demolição devemos construir"] [...] e declarar: 'na construção, demoliremos.'" [**Conquest of Bread, p. 173**] Mais recentemente, Noam Chomsky argumentou que "as alternativas às formas existentes de hierarquia, dominação, poder privado e controle social certamente existem em princípio [...] Mas torná-las realistas exigirá uma grande quantidade de trabalho comprometido, incluindo o trabalho de articulá-los claramente." [**Noam Chomsky, Turning the Tide, p. 250**] Esta seção do FAQ pode ser considerada como uma contribuição para a articulação de alternativas libertárias à sociedade existente, daquilo que queremos construir para o futuro. Não temos medo de que muitos argumentem que grande parte da visão que apresentamos nesta seção do FAQ é utópica. Talvez eles estejam certos, mas, como Oscar Wilde disse uma vez:

"Não vale a pena olhar para um mapa do mundo que não inclua a utopia, pois deixa de fora o único país em que a humanidade está sempre pousando. E quando a Humanidade chega lá, olha para fora e, vendo um país melhor, zarpa. Progresso é a realização de utopias." [**The Soul of the Man Under Socialism, p. 1184**]

No entanto, tentamos ser tão práticos quanto visionários, apresentando problemas realistas e apresentando evidências de nossas soluções para esses problemas da vida real sempre que possível, em vez de apresentar uma série de suposições impossíveis que descartam possíveis problemas por definição. É melhor considerar os piores casos possíveis, pois, se eles não aparecerem, nada foi perdido e, se aparecerem, pelo menos, temos um ponto de partida para possíveis soluções. Então, apesar de tudo, tentamos ser utópicos práticos!

Devemos enfatizar, no entanto, que os anarquistas não querem uma sociedade "perfeita" (como é frequentemente associada ao termo "utopia"). Isso seria tão impossível quanto a visão econômica neoclássica de concorrência perfeita. Antes, queremos uma sociedade livre e, portanto, baseada em seres humanos reais, com seus próprios problemas e dificuldades. Nossa "utopia" não considera que os anarquistas resolverão todos os problemas e argumenta que uma sociedade anarquista seria ideal e perfeita. Nenhuma sociedade jamais foi perfeita e nunca será. Tudo o que argumentamos é que uma

sociedade anarquista terá menos problemas do que as anteriores e será melhor viver dentro dela. Quem procura perfeição deve procurar outro lugar. Quem procura um mundo melhor, mas ainda humano e tão imperfeito, pode encontrar no anarquismo um fim potencial para sua busca.

Os anarquistas são realistas em suas esperanças e sonhos. Não evocamos esperanças que não podem ser alcançadas, mas baseamos nossas visões em uma análise do que há de errado com a sociedade hoje e um meio de mudar o mundo para melhor. E mesmo que algumas pessoas nos chamem de utópicos, afastamos a acusação com um sorriso. Afinal, os sonhos são importantes, não apenas porque muitas vezes são a fonte de mudança na realidade, mas devido à esperança que expressam:

“As pessoas podem [...] nos chamar de sonhadores [...] Elas não conseguem ver que os sonhos também fazem parte da realidade da vida, que a vida sem sonhos seria insuportável. Nenhuma mudança em nosso modo de vida seria possível sem sonhos e sonhadores. As únicas pessoas que nunca ficam decepcionadas são aquelas que nunca esperam e nunca tentam realizar sua esperança.” [Rudolf Rocker, *The London Years*, p. 95]

Um último ponto. Devemos salientar aqui que estamos discutindo as estruturas sociais e econômicas de áreas nas quais os habitantes são predominantemente anarquistas. Obviamente, no caso de áreas nas quais os habitantes não anarquistas assumirão formas diferentes, dependendo das idéias que ali dominam. Portanto, assumindo o fim da atual estrutura estatal, poderíamos ver comunidades anarquistas, assim como com estatistas (capitalistas ou socialistas), e essas comunidades assumindo formas diferentes, dependendo do que seus habitantes desejam - comunistas a comunidades individualistas, no caso de anarquistas, estados “socialistas” a estados privados, algumas formadas por seitas religiosas e assim por diante. Como Malatesta argumentou, os anarquistas “*Devem ser intransigentes em nossa oposição a toda imposição e exploração capitalista e tolerante com todos os conceitos sociais que prevalecem em diferentes grupos humanos, desde que não ameacem os direitos e a liberdade iguais de outros*”. [Errico Malatesta: *His Life and Ideas*, p. 174] Assim, respeitamos os desejos dos outros de experimentar e viver suas próprias vidas como bem entenderem, enquanto encorajamos aqueles que vivem nas comunidades capitalistas e outras estatistas a se revoltarem contra seus senhores e a se juntarem à federação livre da comunidade anarquista. Será desnecessário dizer que não discutiremos comunidades não-anarquistas aqui, pois cabe aos não-anarquistas apresentarem seus argumentos em favor de seu tipo de estatismo.

Portanto, lembre-se de que não estamos argumentando que todos viverão de maneira anarquista em uma sociedade livre. Longe disso. Haverá bolsões de falta de liberdade por aí, simplesmente porque o desenvolvimento de idéias varia de região para região. Os anarquistas, é claro, são contra forçar as pessoas a se tornarem anarquistas (como você pode forçar alguém a ser livre?). Nosso objetivo é incentivar os sujeitos à autoridade a se libertarem e trabalhar com eles para criar uma sociedade anarquista, mas, obviamente, quão bem-sucedidos somos nisto variará. Podemos, portanto, esperar que áreas de liberdade coexistam com áreas dominadas por, digamos, “socialismo”, religião ou capitalismo de estado, assim como podemos esperar que coexistam diferentes tipos de anarquismo.

No entanto, seria um erro supor que, apenas porque existem muitos tipos de comunidades disponíveis, isso automaticamente torna uma sociedade anarquista. Por exemplo, o mundo moderno possui mais de 200 estados diferentes. Para muitos deles, os indivíduos podem sair e se juntar a outro, se quiserem. Não existe governo mundial para tal. Isso não torna essa série de estados uma anarquia. Da mesma forma, um sistema baseado em diferentes corporações também não é uma anarquia, nem seria um baseado em uma série de cidades privadas, nem um sistema (quase feudal ou neo-feudal?) baseado em uma infinidade de proprietários que arrendam suas terras e locais de trabalho para trabalhadores em troca de aluguel. A natureza das associações é tão importante quanto a natureza voluntária. Como argumentou Kropotkin, “*As comunas da próxima revolução não apenas destruirão o estado e substituirão a federação livre no lugar do domínio parlamentar; eles participarão do domínio parlamentar dentro da própria comuna [...] Elas serão anarquistas dentro da comuna, pois serão anarquistas fora dela.*” [Selected Writings on Anarchism and Revolution, p. 132] Portanto, uma sociedade anarquista é aquela que é livremente unida e deixada, é internamente não hierárquica e não opressiva e não exploradora. Assim, as comunidades anarquistas podem coexistir com as não-anarquistas, mas isso não significa que as não-anarquistas sejam de alguma forma anarquistas ou libertárias.

Para Concluir. Os anarquistas, para afirmar o óbvio, não visam o caos, a anarquia no sentido popular da palavra (George Orwell observou uma vez como um autor de direita “*usa 'anarquismo' indiferentemente com 'anarquia', que é dificilmente um uso mais correto das palavras do que dizer que um conservador é quem faz geléia.*” [Op. Cit.p. 298]). Os anarquistas também não rejeitam qualquer discussão sobre como seria uma sociedade livre (essa rejeição é geralmente baseada em argumentos um tanto espúrios de que você não pode prescrever o que as pessoas livres fariam). De fato, os anarquistas têm opiniões bastante fortes sobre os contornos básicos de uma sociedade livre, sempre com a premissa de que essas são apenas diretrizes. Essas sugestões são baseadas em princípios libertários, desenvolvimentos na luta de classes e uma profunda consciência do que há de errado com os sistemas hierárquicos e de classe (e, portanto, o que não fazer!).

Ao ler esta seção do FAQ, lembre-se de que uma sociedade anarquista será criada pelas ações autônomas da massa da população, e não pelos anarquistas que escrevem livros sobre ela. Isso significa que qualquer sociedade anarquista real cometerá muitos erros e se desenvolverá de maneiras que não podemos prever. Isto implica que esta é apenas uma série de sugestões sobre como as coisas poderiam funcionar em uma sociedade anarquista - isso não é um projeto nem nada do tipo. O que todos os anarquistas podem fazer é apresentar o que acreditamos e por que achamos que essa visão é desejável e viável. Esperamos que nossos argumentos e idéias apresentados nesta seção do FAQ inspirem mais debates e discussões sobre como uma sociedade livre funcionaria. Além disso, e igualmente importante, esperamos que ajude a inspirar a luta que criará essa sociedade.

Seções pendentes de formatação

I.1 O socialismo libertário não é um oxímoro?

Em uma palavra, não. Essa pergunta é frequentemente feita por aqueles que se depararam com a chamada direita "libertária". Conforme discutido na seção A.1.3, a palavra "libertário" tem sido usada pelos anarquistas por muito mais tempo do que a direita pró livre-mercado está usando. De fato, os anarquistas o usam como sinônimo de anarquista há mais de 150 anos, desde 1858. Em comparação, o uso generalizado do termo pelos chamados direitistas "libertários" data da década de 1970 (com uso limitado desde 1940 por alguns indivíduos). De fato, fora da América do Norte, "libertário" ainda é essencialmente usado como equivalente a "anarquista" e como uma versão abreviada de "socialista libertário". Como Noam Chomsky observa: "Quero apenas dizer a respeito da terminologia, já que estamos nos Estados Unidos, temos que ter bastante cuidado. Libertário nos Estados Unidos tem um significado quase oposto ao tradicionalmente no resto do mundo. Aqui, libertário significa capitalista de extrema direita. Na tradição européia, libertário significava socialista. Então, o anarquismo às vezes era chamado de socialismo libertário, uma grande ala do anarquismo, por isso temos que ter um pouco de cuidado com a terminologia." [Relutant Icon] Isso por si só não prova que o termo "socialista libertário" esteja livre de contradições. Contudo, como mostraremos a seguir, a alegação de que o termo é autocontraditório se baseia na suposição de que o socialismo exige que o Estado exista e que o socialismo seja incompatível com a liberdade (e a alegação igualmente falaciosa de que o capitalismo é libertário e não precisa do estado). Essa suposição, como muitas vezes acontece com muitas objeções ao socialismo, baseia-se em um equívoco do que é o socialismo, um equívoco que muitos socialistas autoritários e o capitalismo de estado da Rússia soviética ajudaram a promover. Na realidade, é o termo "socialismo de estado" que é o verdadeiro oxímoro. Infelizmente, muitas pessoas dão como certa a afirmação de muitos, à direita e à esquerda, de que o socialismo é igual ao leninismo ou ao marxismo e ignoram a rica e diversificada história das idéias socialistas, idéias que se desenvolveram do anarquismo comunista e individualista para o leninismo. Como Benjamin Tucker observou uma vez, "o fato de o socialismo de estado [...] ter ofuscado outras formas de socialismo não dá direito ao monopólio da idéia socialista". [Instead of a Book, pp. 363– 4] Infelizmente, muitos da esquerda como da direita reproduzem exatamente isso. De fato, a direita (e, é claro, muitos da esquerda) consideram que, por definição, o "socialismo" é propriedade estatal e controle dos meios de produção, juntamente com a determinação planejada centralmente da economia nacional (e, portanto, da vida social). No entanto, mesmo uma rápida olhada na história do movimento socialista indica que a identificação do socialismo com a propriedade e o controle do Estado não é comum. Por exemplo, anarquistas, muitos socialistas da guilda, comunistas do conselho (e outros marxistas libertários), bem como seguidores de Robert Owen, todos rejeitaram a propriedade do Estado. De fato, os anarquistas reconheceram que os meios de produção não mudaram de forma como capital quando o estado assumiu sua propriedade, nem o trabalho assalariado mudou de natureza quando é o estado que emprega trabalho (por exemplo, consulte a seção H.3.13). Para os anarquistas, a propriedade do capital não é nem um pouco socialista. Como Tucker sabia, a propriedade estatal reduziu todos a um proletário (pela burocracia estatal) - dificilmente uma coisa desejável para uma teoria política que visa o fim da escravidão salarial! Então, o que significa socialismo? É compatível com os ideais libertários? O que as palavras "libertário" e "socialismo" realmente significam? É tentador usar definições de dicionário como ponto de partida, embora devamos enfatizar que esse método contém problemas, pois dicionários diferentes têm definições diferentes e o fato de que dicionários raramente são politicamente sofisticados. Use uma definição, e outra pessoa irá contrariar com mais uma ao seu gosto. Por exemplo, "socialismo" é frequentemente definido como "propriedade estatal da riqueza" e "anarquia" como "desordem". Nenhuma dessas definições é útil ao discutir idéias políticas, particularmente o anarquismo, pois, obviamente, nenhuma forma de anarquismo seria socialista por essa definição, nem os

anarquistas procuram desordem. Portanto, o uso de dicionários não é o fim de uma discussão e muitas vezes enganoso quando aplicado à política. Libertário, no entanto, é geralmente definido como alguém que defende os princípios da liberdade, especialmente a liberdade individual de pensamento e ação. Tal situação não pode deixar de ser encorajada pelo socialismo, pelo livre acesso aos meios de vida. Isso ocorre porque, em tal situação, as pessoas se associam como iguais e assim, como John Most e Emma Goldman uma vez argumentaram, o "sistema do comunismo exclui logicamente toda e qualquer relação entre mestre e servo, e significa realmente anarquismo". ["Talking About Anarchy", p. 28, Black Flag, n. 228, p. 28] Em outras palavras, baseando-se na livre associação e autogestão em todos os aspectos da vida, a forma anarquista do socialismo não pode deixar de ser libertária. Quer dizer, há uma razão pela qual os anarquistas usam o termo libertário há mais de 150 anos! Mais precisamente, por que supor que a recente apropriação da palavra pela direita seja considerada o ponto base? Isso implica que a propriedade privada defende a liberdade individual, em vez de a suprime. Tal suposição, como os anarquistas argumentaram desde o início do anarquismo como uma teoria sócio-política distinta, está errada. Como discutimos anteriormente (veja a seção B.4, por exemplo), o capitalismo nega a liberdade de pensamento e ação no local de trabalho (a menos que seja o chefe, é claro). Como observou um defensor firme do capitalismo (e um liberal clássico frequentemente listado como antepassado do "libertarianismo" de direita), o capitalista "naturalmente exerce poder sobre os trabalhadores", embora "Ele não pode exercitá-lo arbitrariamente", graças ao mercado, mas dentro desse limite "o empresário é livre para dar pleno controle a seus caprichos" e "demitir trabalhadores de imediato" [Ludwig von Mises, *Socialism*, p. 443 e p. 444] Os "libertários" de direita são totalmente cegos para as hierarquias destruidoras da liberdade associadas à propriedade privada, talvez sem surpresa porque são fundamentalmente pró-capitalistas e anti-socialistas (igualmente sem surpresa, libertários genuínos tendem a chamá-los de "proprietarianistas"). Como o economista de esquerda Geoffrey M. Hodgson observa corretamente: "Pela sua própria lógica, [tais] individualistas do mercado são forçados a desconsiderar a estrutura organizacional da empresa ou a imaginar falsamente que os mercados existem dentro dela. Fazer o contrário seria admitir que um sistema tão dinâmico quanto o capitalismo depende de um modo de organização do qual os mercados são excluídos [...] Isso [...] permite que os individualistas de mercado ignorem a realidade das organizações que não são de mercado no setor privado. Assim, eles podem ignorar a realidade do controle e da autoridade dentro da corporação capitalista privada, mas permanecem críticos da burocracia do setor público e do planejamento do Estado." [Economics and Utopia, pp. 85–6] A perspectiva proprietarianista gera inevitavelmente contradições maciças, como admitir que o Estado e a propriedade privada compartilham um monopólio comum da tomada de decisões sobre uma determinada área, mas que se opõem apenas à primeira (consulte a seção F.1). Como os anarquistas há muito apontam, as relações sociais hierárquicas associadas à propriedade privada não têm nada a ver com liberdade individual. Remover o Estado, mas manter a propriedade privada, não seria, portanto, um passo à frente: "Seria um bom negócio se destruíssemos o Estado e o substituíssemos por uma massa de pequenos Estados! matando um monstro com uma cabeça e mantendo um monstro com mil cabeças!" [Carlo Cafiero, "Anarchy and Communism", pp. 179–86, *The Raven*, No. 6, p. 181] É por isso que argumentamos que o anarquismo é mais do que apenas uma sociedade sem Estado, pois enquanto uma sociedade sem Estado é uma condição necessária para a anarquia, isso não é suficiente - hierarquias privadas também limitam a liberdade. Consequentemente Chomsky: "Geralmente tudo se baseia na ideia de que estruturas hierárquicas e autoritárias não são auto-justificativas. Eles precisam ter uma justificativa [...] Por exemplo, seu local de trabalho é um ponto de contato e associação. Portanto, os locais de trabalho devem ser controlados democraticamente pelos participantes [...] existem todos os tipos de maneiras pelas quais as pessoas interagem umas com as outras. As formas de organização e associação que crescem a partir delas devem ser, na medida do possível, não autoritárias, não hierárquicas, gerenciadas e dirigidas pelos participantes." [Relutant Icon] Portanto, argumentam os anarquistas, as verdadeiras idéias libertárias devem se basear na autogestão dos trabalhadores, ou seja, os trabalhadores devem controlar e gerenciar o trabalho que realizam, determinando onde e como o fazem e o que acontece com o fruto de seu trabalho, o que, por sua vez, significa a eliminação do trabalho assalariado. Ou, para usar as palavras de Proudhon, a "abolição do proletariado". [Selected Writings of Pierre-Joseph Proudhon, p. 179] A menos que isso seja feito, a maioria das pessoas ficará sujeita a relações sociais autoritárias como Mises e outros "libertários" de direita. Como um comunista-anarquista colocou: "É porque o indivíduo não é

dono de si mesmo e não pode ser seu verdadeiro eu. Ele se tornou uma mera mercadoria de mercado, um instrumento para a acumulação de propriedades - para outros [...] A individualidade é esticada no leque de negócios da Procrustes [...] Se a nossa individualidade ganhasse o preço da respiração, que barulho haveria? sobre a violência feita à personalidade! E, no entanto, nosso direito à comida, bebida e abrigo é muitas vezes condicionado à nossa perda de individualidade. Essas coisas são concedidas aos milhões sem propriedade (e quão escassamente!) Apenas em troca de sua individualidade - elas se tornam meros instrumentos da indústria. ” [Max Baginski, "Stirner: The Ego and His Own" , pp. 142-151, Mãe Terra , vol. II, No. 3, p. 150] O socialismo, argumentam os anarquistas, só pode significar uma sociedade sem classes e anti-autoritária (isto é, libertária), na qual as pessoas administram seus próprios assuntos, como indivíduos ou como parte de um grupo (dependendo da situação). Em outras palavras, implica autogestão em todos os aspectos da vida - incluindo o trabalho. Sempre pareceu aos anarquistas um tanto estranho e paradoxal (para dizer o mínimo) que um sistema de "liberdade natural" (termo de Adam Smith, desviado pelos defensores do capitalismo) envolve a grande maioria que tem que vender essa liberdade para sobreviver. Portanto, ser consistentemente libertário é, logicamente, advogar a autogestão e, portanto, o socialismo (ver seção G.4.2). Isso explica a oposição anarquista de longa data ao falso "individualismo" associado ao liberalismo clássico (a chamada ideologia "libertária" de direita, embora seja melhor denominada "propertária" para evitar confusão). Assim, encontramos Emma Goldman descartando "esse tipo de individualismo" em "cujo nome [...] a opressão social é defendida e sustentada como virtudes". [Emma Red Speaks, p. 112] Como discutiremos na seção I.3.3, a socialização é defendida para garantir a eliminação do trabalho assalariado e é um tema comum de todas as formas genuínas de socialismo. Em teoria, pelo menos, os anarquistas argumentam que o socialismo de estado não elimina o trabalho assalariado, mas o universaliza. De fato, o socialismo de estado mostra que o socialismo é necessariamente libertário, não estatista. Pois, se o estado possui o local de trabalho, os produtores não, e assim eles não terão a liberdade de gerenciar seu próprio trabalho, mas estarão sujeitos ao estado como chefe. Além disso, substituir a classe proprietária capitalista por funcionários do Estado de maneira alguma elimina o trabalho assalariado; de fato, piora em muitos casos. Portanto, "socialistas" que defendem a nacionalização dos meios de produção não são socialistas (o que significa que a União Soviética e os outros países chamados "socialistas" não são socialistas nem são partidos que advogam a nacionalização socialista). De fato, as tentativas de associar o socialismo ao Estado entendem mal a natureza do socialismo. É um princípio essencial do socialismo que as desigualdades (sociais) entre os indivíduos devem ser abolidas para garantir a liberdade para todos (as desigualdades naturais não podem ser abolidas, nem os anarquistas desejam fazê-lo). O socialismo, como Proudhon colocou, "é igualitário acima de tudo". [No Gods, No Masters , vol. 1, p. 57] Isso se aplica também às desigualdades de poder, especialmente ao poder político. E qualquer sistema hierárquico (particularmente o estado) é marcado por desigualdades de poder - os que estão no topo (eleitos ou não) têm mais poder do que os que estão no fundo. Daí os seguintes comentários provocados pela expulsão de anarquistas da Segunda Internacional Social-Democrata: "Pode-se argumentar com muito mais razão que somos os socialistas mais lógicos e mais completos, já que exigimos para cada pessoa não apenas toda a sua medida da riqueza da sociedade, mas também sua porção da social poder, ou seja, a real capacidade de fazer com que sua influência seja sentida, juntamente com a de todos os outros, na administração de assuntos públicos. " [Malatesta and Hamon, op. Cit. vol. 2, p. 20] A eleição de alguém para administrar assuntos públicos para você não está tendo uma parte do poder social. É, usar as palavras de Emile Pouget (um dos principais anarcosindicalistas franceses) "um ato de abdicação", a delegação do poder nas mãos de poucos. [Op. Cit. p. 67] Isso significa que "todo poder político cria inevitavelmente uma situação privilegiada para os homens que o exercem. Assim, viola, desde o início, o princípio igualitário. " [Voline, The Unknown Revolution, p. 249] Nesta breve discussão, vemos os vínculos entre libertário e socialismo. Para ser um verdadeiro libertário, você precisa apoiar o controle dos trabalhadores, caso contrário, você apoia as relações sociais autoritárias. Apoiar o controle dos trabalhadores, por necessidade, significa que você deve garantir que os produtores possuam (e assim controlem) os meios de produzir e distribuir os bens que eles criam. Sem propriedade, eles não podem realmente controlar sua própria atividade ou o produto de seu trabalho. A situação em que os trabalhadores possuem os meios de produzir e distribuir bens é o socialismo. Assim, para ser um verdadeiro libertário, você precisa ser socialista. Da mesma forma, um verdadeiro socialista também deve apoiar a liberdade individual de pensamento e ação, caso

contrário, os produtores "possuem" os meios de produção e distribuição apenas no nome. Se o estado possui os meios de vida, os produtores não o fazem e, portanto, não estão em posição de gerenciar sua própria atividade. Como mostra a experiência da Rússia sob Lênin, a propriedade estatal logo produz controle estatal e a criação de uma classe burocrática que explora e oprime ainda mais os trabalhadores do que seus antigos chefes. Como é um princípio essencial do socialismo que as desigualdades entre as pessoas devem ser abolidas para garantir a liberdade, não faz sentido para um socialista genuíno apoiar qualquer instituição baseada em desigualdades de poder (e, como discutimos na seção B.2, Estado é justamente essa instituição). Opor-se à desigualdade e não estender essa oposição às desigualdades de poder, especialmente o poder político, sugere uma falta de pensamento claro. Assim, para ser um verdadeiro socialista, você precisa ser libertário, ter liberdade individual e se opor às desigualdades de poder que restringem essa liberdade. Portanto, em vez de ser um oxímoro, o "socialismo libertário" indica que o verdadeiro socialismo deve ser libertário e que um libertário que não é socialista é um falso. Como verdadeiros socialistas se opõem ao trabalho assalariado, eles também devem se opor ao Estado pelas mesmas razões. Da mesma forma, libertários consistentes devem se opor ao trabalho assalariado pelas mesmas razões pelas quais devem se opor ao Estado. Assim, o socialismo libertário rejeita a idéia de propriedade e controle estatal da economia, juntamente com o estado como tal. Através da autogestão dos trabalhadores, propõe-se pôr um fim à autoridade, exploração e hierarquia na produção. Isso por si só aumentará, não reduzirá a liberdade. Aqueles que argumentam de outra forma raramente afirmam que a democracia política resulta em menos liberdade do que a ditadura política. Um último ponto. Pode-se argumentar que muitos anarquistas sociais contrabandearam o estado através da propriedade comunitária dos meios de vida. Este, no entanto, não é o caso. Argumentar isso confunde a sociedade com o estado. A propriedade comunitária defendida por anarquistas coletivistas e comunistas não é a mesma que propriedade estatal. Isso ocorre porque se baseia em relações horizontais entre os trabalhadores reais e os "proprietários" do capital social (ou seja, as comunidades federadas como um todo, que inclui os próprios trabalhadores que devemos enfatizar), e não as verticais como na nacionalização (que estão entre burocracias estatais e seus "cidadãos"). Além disso, essa propriedade comunitária se baseia em permitir que os trabalhadores gerenciem seu próprio trabalho e locais de trabalho. Isso significa que se baseia e não substitui a autogestão dos trabalhadores. Além do que, todos os membros de uma sociedade anarquista subdividem-se nestas três categorias: 1) Produtores (isto é, membros de artesãos coletivos ou independentes); 2) Aqueles incapazes de trabalhar (ou seja, os idosos, doentes e assim por diante, que eram produtores); ou 3) Os jovens (ou seja, aqueles que serão produtores). Portanto, a autogestão dos trabalhadores dentro de uma estrutura de propriedade comunitária é totalmente compatível com as idéias libertárias e socialistas relativas à posse dos meios de produzir e distribuir bens pelos próprios produtores. Longe de haver qualquer contradição entre libertarianismo e socialismo, ideais libertários implicam socialistas e vice-versa. Como Bakunin colocou em 1867: "Estamos convencidos de que liberdade sem socialismo é privilégio e injustiça, e que socialismo sem liberdade é escravidão e brutalidade." [Bakunin on Anarchism, p. 127] A história provou que ele estava correto. O socialismo libertário não é um oxímoro, o socialismo de estado e o capitalismo libertário são. Historicamente (em termos de quem usou a palavra pela primeira vez) e logicamente (em termos de oposição a todas as organizações hierárquicas), são os anarquistas que devem ser chamados libertários, não os proprietarianistas de direita.

I.1.1 O socialismo é impossível?

Em 1920, o economista de direita Ludwig von Mises declarou que o socialismo era impossível. Membro importante da escola "austríaca" de economia, ele argumentou isso com base no fato de que, sem a propriedade privada dos meios de produção, não pode haver um mercado competitivo para bens de produção e sem um mercado para bens de produção, é impossível determinar seus valores. Sem conhecer seus valores, a racionalidade econômica é impossível e, portanto, uma economia socialista seria simplesmente o caos: "a produção absurda de um aparato sem sentido". Para Mises, socialismo significava planejamento central com a economia "sujeita ao controle de uma autoridade suprema". ["Economic Calculation in the Socialist Commonwealth", pp. 87–130, *Collectivist Economic Planning*, F.A von Hayek (ed.), p. 104 and p. 106] Ao aplicar seu "argumento do cálculo econômico" às idéias marxistas de uma futura sociedade socialista, seu argumento, afirma-se, é aplicável a todas as escolas do pensamento socialista, incluindo as libertárias. É com base em seus argumentos que muitos direitistas afirmam que o socialismo libertário (ou qualquer outro tipo de socialismo) é impossível em princípio. No entanto, como observa David Schweickart, "há muito que se reconhece que o argumento de Mises é logicamente defeituoso. Mesmo sem um mercado de bens de produção, seus valores monetários podem ser determinados." [Against Capitalism, p. 88] Em outras palavras, o cálculo econômico baseado em preços é perfeitamente possível em um sistema socialista libertário. Afinal, construir um local de trabalho requer tantas toneladas de aço, tantos tijolos, tantas horas de trabalho e assim por diante. Se assumirmos uma sociedade mutualista, os preços desses bens podem ser facilmente encontrados, pois as cooperativas em questão ofereceriam seus serviços no mercado. Essas mercadorias seriam os insumos para a construção de bens de produção e, portanto, os valores monetários desses últimos podem ser encontrados. Ironicamente, Mises mencionou a ideia de um sistema mutualista em seu ensaio inicial. "As relações de troca entre bens de produção só podem ser estabelecidas com base na propriedade privada dos meios de produção", afirmou. "Quando o 'sindicato do carvão' fornece carvão ao 'sindicato do ferro', nenhum preço pode ser formado, exceto quando os dois sindicatos são os proprietários dos meios de produção empregados em seus negócios. Isso não seria socialização, mas capitalismo e sindicalismo dos trabalhadores." [Op. Cit. p. 112] No entanto, seu argumento é falho por inúmeras razões. Primeiro, e mais óbvio, a socialização (como discutimos na seção I.3.3) significa simplesmente livre acesso aos meios de vida. Enquanto aqueles que ingressam em um local de trabalho tiverem os mesmos direitos e liberdades que os membros existentes, haverá socialização. Um sistema de mercado de cooperativas, em outras palavras, não é capitalista, pois não há trabalho assalariado envolvido, à medida que novos trabalhadores se tornam membros plenos do sindicato, com os mesmos direitos e liberdades que os membros existentes. Portanto, não há relações hierárquicas entre proprietários e escravos salariais (mesmo que esses proprietários também trabalhem lá). Como todos os trabalhadores controlam os meios de produção que usam, não é capitalismo. Segundo, nem esse sistema costuma ser chamado, como sugere Mises, de "sindicalismo", mas sim de mutualismo, e ele obviamente considerou seu advogado mais famoso, Proudhon, e seus "sonhos fantásticos" de um banco mútuo, como socialista. [Op. Cit. p. 88] Significativamente, Mises posteriormente admitiu que era "enganoso" chamar o sindicalismo de capitalismo dos trabalhadores, embora "os trabalhadores sejam os donos dos meios de produção" isso "não era socialismo genuíno, isto é, socialismo centralizado", pois "deve retirar bens produtivos do mercado. Cidadãos individualmente não devem dispor das ações nos meios de produção que lhes são atribuídos. "O sindicalismo, ou seja, ter quem o controle do trabalho, era "o ideal de saquear as multidões"! [Socialism, p. 274, p. 270, p. 273 e p. 275] Seus seguidores, da mesma forma, concluíram que "sindicalismo" não era capitalismo com Hayek, afirmando que havia "muitos tipos de socialismo", incluindo "comunismo, sindicalismo, socialismo de guilda". Significativamente, ele indicou que o argumento de Mises era voltado para sistemas baseados na "direção central de toda atividade econômica" e, portanto, "outros sistemas de socialismo mais descentralizado, como o socialismo de guildas ou o sindicalismo, não precisam nos interessar aqui, pois agora parece ser geralmente

aceito que eles não fornecem nenhum mecanismo para uma direção racional da atividade econômica”. [“The Nature and History of the Problem”, pp. 1–40, *Collectivist Economic Planning*, F.A von Hayek (ed.), p. 17, p. 36 and p. 19] Infelizmente, ele falhou em indicar quem “geralmente admitia” tal conclusão. Mais recentemente, Murray Rothbard instou o Estado a impor ações privadas aos trabalhadores dos antigos regimes stalinistas do Leste Europeu, uma vez que a propriedade “não deveria ser concedida a coletivos ou cooperativas ou trabalhadores ou camponeses holisticamente, o que apenas traria de volta os males do socialismo de forma sindicalista descentralizada e caótica.” [The Logic of Action II, p. 210] Terceiro, o sindicalismo geralmente se refere a uma estratégia (sindicalismo revolucionário) usada para alcançar o socialismo (libertário), e não ao objetivo em si (como o próprio Mises observou em um discurso contra os sindicatos, “sindicalismo não é mais que a palavra francesa para trade unions” [Socialism p.480]). Pode-se argumentar que esse sistema mutualista poderia ser um objetivo para alguns sindicalistas, embora a maioria fosse e ainda seja a favor do comunismo libertário (um fato simples, aparentemente desconhecido por Mises). De fato, a ignorância de Mises sobre o pensamento sindicalista é impressionante, afirmando que “o mercado é uma democracia de consumidores. Os sindicalistas querem transformá-lo em uma democracia de produtores.” [Human Action, p. 809] A maioria dos sindicalistas, no entanto, pretende abolir o mercado e todos visam o controle da produção dos trabalhadores para complementar (não substituir) a escolha do consumidor. Os sindicalistas, como outros anarquistas, não visam o controle do consumo pelos trabalhadores, como afirma Mises. Dado que Mises afirma que o mercado, no qual uma pessoa pode ter mil votos e outra um, é uma “democracia”, sua ignorância das idéias sindicalistas é talvez apenas um aspecto de uma ignorância geral da realidade. Mais importante, toda a premissa de sua crítica ao mutualismo é falha. “As relações de troca de bens produtivos”, afirmou, “só podem ser estabelecidas com base na propriedade privada nos meios de produção. Se o Sindicato do Carvão entregar carvão ao Sindicato do Ferro, um preço poderá ser fixado apenas se os dois sindicatos possuírem os meios de produção na indústria.” [Socialism p. 132] Isso pode ser uma surpresa para muitas empresas cujos diferentes locais de trabalho vendem seus produtos uns aos outros! Em outras palavras, o próprio capitalismo mostra que os locais de trabalho pertencentes ao mesmo órgão (neste caso, uma grande empresa) podem trocar mercadorias pelo mercado. O fato de Mises fazer tal afirmação indica bem a base firme de seu argumento na realidade. Assim, uma sociedade socialista pode ter ampla autonomia para suas cooperativas, assim como uma grande empresa capitalista pode: “O empresário está em posição de separar o cálculo de cada parte de sua empresa total de forma a determinar o papel que ela desempenha em toda a empresa. Assim, ele pode olhar para cada seção como se fosse uma entidade separada e pode avaliá-la de acordo com a participação que contribui para o sucesso de toda a empresa. Dentro desse sistema de cálculo de negócios, cada seção de uma empresa representa uma entidade integral, um negócio hipotético independente, por assim dizer. Supõe-se que esta seção ‘possua’ uma parte definida de todo o capital empregado na empresa, que compre de outras seções e venda para elas, que tenha suas próprias despesas e receitas próprias, que suas transações resultem em um lucro ou prejuízo imputado à sua própria conduta, distinto do resultado das outras seções. Assim, o empresário pode atribuir à gerência de cada seção uma grande independência [...] Todo gerente e sub-gerente é responsável pelo funcionamento de sua seção ou subseção. É para seu crédito se as contas mostram lucro e é para sua desvantagem se elas mostram perda. Seus próprios interesses o impelem ao máximo cuidado e esforço na condução dos assuntos de sua seção.” [Human Action, pp. 301–2] Tanto é assim a noção de que a propriedade comum torna impossível o socialismo de mercado funcionar. Afinal, a comunidade libertária pode separar com facilidade o cálculo de cada parte de sua empresa de forma a determinar o papel que cada cooperativa desempenha em sua economia. Ela pode olhar para cada seção como se fosse uma entidade separada e avaliá-la de acordo com o compartilhamento que contribui, pois supõe-se que cada seção “possui” (ou seja, possui direitos de uso) sua parte definida. Eles podem então comprar e vender para outras cooperativas e um lucro ou prejuízo pode ser imputado para avaliar a ação independente de cada cooperativa e, assim, seus próprios interesses impelem os trabalhadores da cooperativa para o máximo cuidado e esforço em a conduta dos assuntos de suas cooperativas. Então, para refutar Mises, precisamos apenas repetir o que ele próprio argumentou sobre as grandes corporações! Assim, pode haver ampla autonomia para os locais de trabalho sob o socialismo e isso não contradiz o fato de que “todos os meios de produção são de propriedade da comunidade”. [“Economic Calculation in the Socialist Commonwealth”, op. Cit. p. 89] A socialização, em outras palavras, não

implica planejamento central, mas acesso livre e livre associação. Em resumo, então, Mises confundiu direitos de propriedade com direitos de uso, posse com propriedade e deixou de ver agora um sistema mutualista de cooperativas socializadas que trocam produtos pode ser uma alternativa viável ao atual regime econômico explorador e opressivo. Essa economia mutualista também atinge o cerne das alegações de Mises de que o socialismo era "impossível". Dado que ele aceitou que possa haver mercados e, portanto, preços de mercado, para bens de consumo em uma economia socialista, suas alegações da impossibilidade do socialismo parecem infundadas. Para Mises, o problema do socialismo era que "como nenhum bem de produção se tornará objeto de troca, será impossível determinar seu valor monetário". [Op. Cit.p. 92] A falha em seu argumento é clara. Tomando, por exemplo, o carvão, descobrimos que é um meio de produção e de consumo. Se um mercado de bens de consumo é possível para um sistema socialista, também é possível preços competitivos para bens de produção, pois os sindicatos que produzem bens de produção também vendem o produto de seu trabalho a outros sindicatos ou comunas. Como Mises admitiu ao discutir um esquema do socialismo das guildas, "associações e sub-associações mantêm uma relação de troca mútua; eles recebem e dão como se fossem donos. Assim, um mercado e preços de mercado são formados." Assim, ao decidir sobre um novo local de trabalho, ferrovia ou casa, os projetistas em questão têm acesso a preços competitivos com os quais podem tomar suas decisões. O argumento de Mises também não funciona contra a propriedade comunitária em um sistema em que a comuna compraria produtos de sindicatos da mesma maneira que uma parte de uma empresa pode comprar produtos de outra parte da mesma empresa no capitalismo. O fato de os bens produzidos pelos sindicatos autogerenciados terem preços de mercado não implica capitalismo, pois abolem o trabalho assalariado e baseiam-se no livre acesso (socialização), é uma forma de socialismo (como os socialistas o definem, os protestos de Mises que "Isso é incompatível com o socialismo" (não obstante). [Socialism, p. 518] Murray Rothbard sugeriu que um sistema autogerido falharia, e um sistema "composto exclusivamente de empresas autogerenciadas é impossível e levaria [...] ao caos calculativo e à completa quebra". Quando "cada empresa é de propriedade conjunta de todos os proprietários de fatores", então "Não existe separação entre trabalhadores, proprietários de terras, capitalistas e empresários. Não haveria, portanto, maneira de separar a renda salarial recebida dos juros ou renda alugada ou lucros recebidos. E agora chegamos finalmente à verdadeira razão pela qual a economia não pode consistir completamente nessas firmas (chamadas de 'cooperativas de produtores'). Pois, sem um mercado externo de salários, aluguéis e juros, não haveria maneira racional para os empreendedores alocarem recursos de acordo com a vontade dos consumidores. Ninguém saberia onde ele poderia alocar sua terra ou seu trabalho para fornecer os ganhos monetários máximos. Nenhum empreendedor saberia organizar recursos em sua combinação mais produtiva em termos de valor para obter maior lucro. Não poderia haver eficiência na produção porque falta o conhecimento necessário." [citado por David L. Prychitko, Markets, Planning and Democracy, p. 135 e p. 136] É difícil levar esse argumento a sério. Considere, por exemplo, uma sociedade précapitalista de agricultores e artesãos. Ambos os grupos de pessoas possuem seus próprios meios de produção (a terra e as ferramentas que usam). Os agricultores cultivam colheitas para os artesãos que, por sua vez, fornecem aos agricultores as ferramentas que eles usam. Segundo Rothbard, os agricultores não teriam idéia do que cultivar, nem os artesãos saberiam quais ferramentas comprar para atender à demanda dos agricultores nem quais usar para reduzir seu tempo de trabalho. Presumivelmente, tanto os fazendeiros quanto os artesãos ficariam acordados à noite, preocupados com o que produzir, desejando que tivessem um senhorio e um patrão para lhes dizer a melhor maneira de usar seu trabalho e recursos. Vamos adicionar a classe de proprietários a essa sociedade. Agora, o proprietário pode dizer ao agricultor o que cultivar, pois sua renda indica como alocar a terra para o uso mais produtivo. Exceto, é claro, ainda são os agricultores que decidem o que produzir. Sabendo que eles precisarão pagar aluguel (para acesso à terra), decidirão dedicar sua terra (alugada) ao uso mais rentável, a fim de pagar a renda e ter o suficiente para viver. Por que eles não buscam o uso mais lucrativo sem a necessidade de aluguel e sem exploração para Rothbard. O mesmo pode ser dito dos artesãos sujeitos a um chefe, pois o trabalhador pode avaliar se um investimento em uma nova ferramenta específica resultará em mais renda ou menos tempo de trabalho ou se um novo produto provavelmente atenderá às necessidades dos consumidores. Passando de uma sociedade pré-capitalista para uma pós-capitalista, fica claro que um sistema de cooperativas autogerenciadas pode tomar as mesmas decisões sem exigir mestres econômicos. Isso não é surpreendente, já que Mises afirmou que o chefe "É claro que exerce poder sobre os

trabalhadores”, mas que “o senhor da produção é o consumidor”. [Socialism, p. 443] Nesse caso, o chefe não precisa ser um intermediário entre o verdadeiro “senhor” e aqueles que fazem a produção! No geral, Rothbard confirma os comentários de Kropotkin de que a economia (“a pseudociência da burguesia”) “não deixa de elogiar de todo modo os benefícios da propriedade individual”, mas “os economistas não concluem: ‘A terra para quem a cultiva. Pelo contrário, eles se apressam em deduzir da situação: ‘A terra do senhor que a cultivará pelos assalariados!’ ” [Words of a Rebel, p. 209–10] Além disso, Rothbard coloca implicitamente “eficiência” acima da liberdade, preferindo ganhos duvidosos de “eficiência” aos ganhos reais de liberdade que a abolição da autocracia no local de trabalho criaria. Dada a escolha entre liberdade e “eficiência”, o genuíno anarquista preferiria a liberdade. Felizmente, porém, a liberdade no local de trabalho aumenta a eficiência, portanto a escolha de Rothbard é errada. Deve-se notar também que a posição de Rothbard (como é geralmente o caso) é diretamente oposta à de Proudhon, que considerou “inevitável” que em uma sociedade livre “as duas funções de assalariado, por um lado, e de proprietário-capitalista-contratante, por outro, torna-se igual e inseparável na pessoa de todo trabalhador ”. Esse foi o “primeiro princípio da nova economia, um princípio cheio de esperança e de consolo para o trabalhador sem capital, mas um princípio cheio de terror para o parasita e para as ferramentas do parasitismo, que vêm reduzida a nada sua famosa fórmula: Capital, trabalho, talento !” [Proudhon’s Solution of the Social Problem, p. 165 e p. 85] E parece uma coincidência estranha que alguém nascido em uma economia capitalista, apoiando-a ideologicamente com paixão e procurando justificar seu sistema de classes, deduz de um determinado conjunto de axiomas que proprietários e capitalistas desempenham um papel vital na economia! Não demoraria muito tempo para determinar se alguém em uma sociedade sem proprietários ou capitalistas também deduziria logicamente dos mesmos axiomas a permanente necessidade econômica de tais classes. Também não demorou muito tempo para refletir por que filósofos gregos, como Aristóteles, concluíram que a escravidão era natural. E parece estranho que séculos de coerção, autoridade, estatismo, classes e hierarquias não tenham tido absolutamente nenhum impacto sobre como a sociedade evoluiu, como o produto final da história real (a economia capitalista) é o mesmo que as deduções de Rothbard de algumas suposições prevêem. Não admira, portanto, que a economia “austríaca” pareça mais racionalizações para algum resultado ideologicamente desejado do que uma análise econômica séria. Até alguns economistas “austríacos” dissidentes reconhecem a fraqueza da posição de Rothbard. Assim, “Rothbard claramente entende mal o princípio geral por trás das cooperativas de produtores e da autogestão em geral”. Na realidade, “[como um método democrático de organização empresarial, a autogestão dos trabalhadores é, em princípio, totalmente compatível com um sistema de mercado” e, portanto, “uma economia de mercado composta por empresas autogerenciadas é consistente com a teoria da Escola Austríaca [...] É fundamentalmente um sistema de mercado [...] que não parece enfrentar os obstáculos epistemológicos [...] que proíbem o cálculo econômico racional ” no socialismo estatal. Infelizmente, o socialismo ainda é equiparado ao planejamento central, para tal sistema “Certamente não é socialismo. Nem, no entanto, é capitalismo no sentido convencional do termo.” De fato, não é de todo o capitalismo e se assumirmos que o livre acesso a recursos como locais de trabalho e crédito, então definitivamente é o socialismo (“A propriedade legal não é a principal questão na definição da autogestão dos trabalhadores - é a administração. Os gerentes de trabalhadores, embora não necessariamente os proprietários legais de todos os fatores de produção coletados na empresa, são livres para experimentar e estabelecer políticas corporativas como entenderem. ”). [David L. Prychitko, op. Cit.p. 136, p. 135, pp. 4-5, p. 4 e p. 135] Isso sugere que fatores não relacionados ao trabalho podem ser adquiridos de outras cooperativas, crédito fornecido por bancos mútuos (cooperativas de crédito) a custo e assim por diante. Como tal, um sistema mutualista é perfeitamente viável. Assim, o cálculo econômico baseado em preços competitivos de mercado é possível sob um sistema socialista. De fato, vemos exemplos disso mesmo no capitalismo. Por exemplo, o complexo cooperativo Mondragon no País Basco indica que uma economia socialista libertária pode existir e florescer. Talvez seja sugerido que uma economia precisa das bolsas de valores para precificar as empresas, como fez Mises. Assim, o investimento “não é uma questão para os gerentes de sociedades por ações, é essencialmente uma questão para os capitalistas” nas “bolsas de valores” . O investimento, afirmou, “não era uma questão de salários” dos administradores, mas “do capitalista que compra e vende ações e ações, que empresta e as recupera, que depositam nos bancos”. [Socialism, p. 139] Seria grosseiro notar que os membros das cooperativas no capitalismo, como a maioria das pessoas da classe trabalhadora, são mais do que capazes de

fazer depósitos em bancos e conseguir empréstimos. Em uma economia mutualista, os trabalhadores não perderão essa capacidade apenas porque os próprios bancos são cooperativos. Da mesma forma, seria igualmente grosseiro, mas essencial observar que o mercado de ações dificilmente é o meio pelo qual o capital é realmente gerado dentro do capitalismo. Como David Engler aponta, “Os promotores do sistema [...] afirmam que as bolsas de valores mobilizam fundos para os negócios. Eles? Quando as pessoas compram e vendem ações, ‘nenhum investimento entra no tesouro da empresa [...] As ações simplesmente trocam de mãos por dinheiro em uma repetição sem fim’. As tesourarias da empresa obtêm fundos apenas de novas emissões de ações. Isso representou uma média de meros 0,5% das ações negociadas nos EUA durante os anos 80”. [Apostles of Greed , pp. 157-158] Isto é ecoado por David Ellerman: “Apesar do grande valor simbólico do mercado de ações, é notório que ele tem relativamente pouco a ver com a produção de bens e serviços na economia (exceto a indústria do jogo). A grande maioria das transações de ações está em ações de segunda mão, de modo que o capital pago por ações geralmente é destinado a outros negociadores, e não a empresas produtivas que emitem novas ações.” [The Democratic Worker-Owned Firm, p. 199] Isso sugere que a “alocação eficiente de capital na produção não requer um mercado de ações (testemunha do setor de pequenas empresas [no capitalismo])”. “As empresas socialistas”, observa ele, “são rotineiramente atacadas como sendo inerentemente ineficientes porque não possuem ações expostas à avaliação de mercado. Se esse argumento tivesse algum mérito, implicaria que todo o setor de pequenas e médias empresas não cotadas no Ocidente era “inerentemente ineficiente” - uma conclusão que deve ser vista com certo ceticismo. De fato, na comparação com grandes corporações com ações negociadas em bolsa, as empresas de capital fechado são provavelmente usuários mais eficientes do capital.” [Op. Cit. p. 200 e p. 199] Em termos de impacto do mercado de ações na economia, há boas razões para pensar que isso atrapalha a eficiência econômica, gerando um conjunto perverso de incentivos e fluxos de informações enganosos e, portanto, sua abolição realmente ajudaria a produção e a eficiência produtiva. Tomando a primeira questão, a existência de um mercado de ações tem efeitos sérios (negativos) no investimento. Como observa Doug Henwood, “existem sérios problemas de comunicação entre gerentes e acionistas”. Isso ocorre porque “[se] os participantes estão cientes de um viés ascendente das estimativas de ganhos [das empresas], e mesmo que o corrijam, os gerentes ainda teriam um incentivo para tentar enganar o mercado. Se você disser a verdade, sua estimativa precisa será reduzida por um mercado cético. Portanto, é inteiramente racional que os gerentes aumentem os lucros no curto prazo, seja por meio de truques contábeis ou fazendo apenas investimentos com retornos rápidos.” Então, gerentes “Enfrentar um mercado [o mercado de ações] que é famoso por sua preferência por lucros rápidos hoje, em vez de um crescimento paciente a longo prazo, tem pouca escolha a não ser fazer suas ofertas. Caso contrário, suas ações serão reduzidas e a empresa pronta para a aquisição.” Enquanto “[empresas] e economias não podem ficar mais ricas se passarem fome”, os investidores do mercado de ações “podem ficar mais ricas quando as empresas que possuem passam fome - pelo menos no curto prazo. Quanto a longo prazo, bem, isso é problema de outra pessoa na semana seguinte. [Wall Street, p. 171] Ironicamente, essa situação tem um paralelo com o planejamento central stalinista. Sob esse sistema, os gerentes dos locais de trabalho do Estado tinham um incentivo para mentir sobre sua capacidade para a burocracia de planejamento. O planejador, por sua vez, assumiria maior capacidade, prejudicando gerentes honestos e incentivando-os a mentir. Obviamente, isso teve um sério impacto negativo na economia. Não é de surpreender que os efeitos semelhantes causados pelos mercados de capitais nas economias a eles sujeitas sejam tão ruins quanto subestimam questões e investimentos de longo prazo. Além disso, deve-se notar que as bolsas de valores experimentam regularmente bolhas e explosões subsequentes. Os mercados de ações podem refletir os julgamentos coletivos dos investidores, mas pouco diz respeito à qualidade desses julgamentos. De que servem os preços das ações se eles simplesmente refletem a mentalidade do rebanho, os delírios de pessoas ignorantes da economia real ou que não conseguem ver uma bolha? Particularmente, quando o impacto do mundo real estoura essas bolhas, não pode ser devastador para aqueles que não estão envolvidos com o mercado de ações? Em resumo, então, as empresas são “autofinanciadoras demais - ou seja, a maioria de suas despesas de investimento é financiada por lucros (cerca de 90%, em médias de longo prazo)”. Os mercados de ações fornecem “apenas uma fatia dos fundos de investimento”[...]” É claro que existem alguns “períodos como os anos 90, durante os quais o mercado de ações serve como canal para colocar enormes quantias de dinheiro em locais especulativos, a maioria dos quais evaporou [...] Muito, talvez a maior parte do que foi financiado

nos anos 90 não mereciam o dinheiro. ” Esses booms não duram para sempre e ”não são propaganda da eficiência de nosso mercado de capitais”. [Henwood, *After the New Economy*, p. 187 e p. 188] Portanto, há razões substanciais para questionar a sugestão de que um mercado de ações é necessário para a alocação eficiente de capital. Não há necessidade de mercados de capitais em um sistema baseado em bancos mútuos e redes de cooperativas. Como Henwood conclui, “os sinais emitidos pelo mercado de ações são irrelevantes ou prejudiciais à atividade econômica real e que o próprio mercado de ações conta pouco ou nada como fonte de financiamento. Acionistas [...] não têm papel útil. ” [Wall Street, p. 292] Depois, há também a natureza irônica da afirmação de Rothbard de que o autogerenciamento garantiria que ”não houvesse eficiência na produção, porque falta o conhecimento necessário”. Isso ocorre porque as empresas capitalistas são hierarquias, baseadas no planejamento central de cima para baixo, e isso dificulta o livre fluxo de conhecimento e informação. Como no stalinismo, dentro da empresa capitalista, a informação passa pela hierarquia organizacional e se torna cada vez mais simplificada e importantes conhecimentos locais e detalhes são perdidos (quando não deliberadamente falsificados para garantir o emprego contínuo, suprimindo as más notícias). A alta gerência toma decisões com base em dados altamente agregados, cuja qualidade é difícil de saber. A gerência, portanto, sofre de deficiências de informação e conhecimento, enquanto os trabalhadores abaixo não têm autonomia suficiente para agir para corrigir ineficiências, bem como incentivo para comunicar informações precisas e agir para melhorar o processo de produção. Como Cornelius Castoriadis observou corretamente: “O planejamento burocrático nada mais é do que a extensão à economia como um todo dos métodos criados e aplicados pelo capitalismo na direção ’racional’ de grandes unidades de produção. Se considerarmos a característica mais profunda da economia, a situação concreta em que as pessoas são colocadas, vemos que o planejamento burocrático é a realização mais altamente aperfeiçoada do espírito do capitalismo; empurra ao limite suas tendências mais significativas. Assim como na administração de uma grande unidade de produção capitalista, esse tipo de planejamento é realizado por um estrato separado de gerentes [...] Sua essência, como a da produção capitalista, reside em um esforço para reduzir os produtores diretos ao papel de executores puros e simples de ordens recebidas, ordens formuladas por um estrato específico que persegue seus próprios interesses. Esse estrato não pode funcionar bem, assim como o aparato de gestão [...] as fábricas [capitalistas] não conseguem administrar bem as coisas. O mito da eficiência produtiva do capitalismo no nível da fábrica individual, um mito compartilhado por ideólogos burgueses e stalinistas, não pode resistir ao exame mais elementar dos fatos, e qualquer trabalhador industrial poderia elaborar uma acusação devastadora contra a racionalização capitalista, usando seus próprios termos. Antes de tudo, a burocracia gerencial não sabe o que deve estar gerenciando. A realidade da produção escapa, pois essa realidade nada mais é do que a atividade dos produtores, e os produtores não informam aos gerentes [...] sobre o que realmente está acontecendo. Muitas vezes, eles se organizam de tal maneira que os gerentes não são informados (a fim de evitar maior exploração, porque se sentem antagônicos, ou simplesmente porque não têm interesse: o negócio não é deles). Em segundo lugar, a maneira pela qual a produção é organizada é estabelecida inteiramente contra os trabalhadores. Eles sempre estão sendo solicitados, de uma maneira ou de outra, a fazer mais trabalho sem serem pagos por isso. As ordens da gerência, portanto, encontram-se inevitavelmente com forte resistência por parte daqueles que precisam executá-las. ” [Political and Social Writings, vol. 2, pp. 62–3] Essa é “a mesma objeção que Hayek levanta contra a possibilidade de uma economia planejada. De fato, os problemas epistemológicos que Hayek levantou contra economias planejadas centralizadas ecoaram na tradição socialista como um problema dentro da empresa capitalista. ” Existe ”um conflito real dentro da empresa que é paralelo ao que Hayek faz sobre qualquer economia centralizada”. [John O’Neill, *The Market*, p. 142] Isso ocorre porque os trabalhadores têm conhecimento sobre seu trabalho e local de trabalho que seus chefes não têm e um local de trabalho cooperativo autogerenciado motivaria os trabalhadores a usar essas informações para melhorar o desempenho da empresa. Em um local de trabalho capitalista, como em uma economia stalinista, os trabalhadores não têm incentivo para comunicar essas informações como “As melhorias na organização e nos métodos de produção iniciados pelos trabalhadores essencialmente lucram com o capital, que muitas vezes toma posse deles e os volta contra os trabalhadores. Os trabalhadores sabem disso e, conseqüentemente, restringem sua participação na produção [...] Eles restringem sua produção; eles mantêm suas idéias para si mesmos [...] Eles se organizam para realizar seu trabalho, mantendo ao mesmo tempo uma fachada de respeito pela maneira oficial como devem organizar seu trabalho. ”

[Castoriadis, op. Cit., pp. 181–2] Um exemplo óbvio seria a preocupação de que a gerência buscasse monopolizar o conhecimento dos trabalhadores para acumular mais lucros, controlar melhor a força de trabalho ou substituí-los (usando a maior produtividade como desculpa). Assim, o autogerenciamento, em vez da hierarquia, aprimora o fluxo e o uso de informações em organizações complexas e, portanto, melhora a eficiência. É importante ressaltar que essa conclusão não é especulação ociosa e que Mises estava totalmente errado em suas afirmações relacionadas à autogestão. As pessoas, afirmou, "erram" ao pensar que a participação nos lucros "estimularia o trabalhador a um cumprimento mais zeloso de seus deveres" (de fato, "deve levar diretamente ao sindicalismo") e era "absurdo dar trabalho" "[...] uma parte na administração. A realização de tal postulado resultaria em sindicalismo." [Socialism p. 268, p. 269 e p. 305] No entanto, como observamos na seção I.3.2, a evidência empírica é esmagadora contra Mises (o que sugere por que os "austríacos" são tão desprezadores da evidência empírica, pois expõe falhas nas grandes cadeias de raciocínio dedutivo que tanto amam). De fato, a participação dos trabalhadores na gestão e participação nos lucros aumenta a produtividade. Em certo sentido, porém, Mises está certo, pois as empresas capitalistas tendem a não incentivar a participação ou mesmo a participação nos lucros, pois isso mostra aos trabalhadores o fato constrangedor de que, embora os chefes possam precisar deles, eles não precisam deles. Como discutido na seção J.5.12, chefes temem que esses sistemas levem ao "sindicalismo" e os interrompem tão rapidamente para permanecer no poder - apesar (ou, mais precisamente, porque) dos ganhos de eficiência e produtividade em que resultam. "Tanto o capitalismo quanto o socialismo de estado", resume Ellerman, "sofrem com a ineficiência motivacional da relação de emprego". [Op. Cit. pp. 210–1] O mutualismo seria mais eficiente e mais livre, pois, uma vez removidas as hierarquias do mercado de ações e do local de trabalho, serão eliminados os graves bloqueios e distorções no fluxo de informações. Infelizmente, os socialistas de estado que responderam a Mises nas décadas de 1920 e 1930 não tinham uma economia tão libertária em mente. Em resposta ao desafio inicial de Mises, vários economistas apontaram que o discípulo de Pareto, Enrico Barone, já havia demonstrado, 13 anos antes, a possibilidade teórica de um "socialismo simulado pelo mercado". No entanto, o principal ataque ao argumento de Mises veio de Fred Taylor e Oscar Lange (para uma coleção de seus principais artigos, consulte Sobre a teoria econômica do socialismo). À luz do trabalho deles, Hayek mudou a questão da impossibilidade teórica para saber se a solução teórica poderia ser aproximada na prática. O que levanta uma questão interessante, pois se o socialismo (estatal) é "impossível" (como Mises nos assegurou), então o que entrou em colapso na Europa Oriental? Se os "austríacos" afirmam que era "socialismo", eles estão na posição um tanto embaraçosa de que algo que eles nos garantem ser "impossível" existiu por décadas. Além disso, deve-se notar que ambos os lados do argumento aceitaram a idéia de planejamento central de um tipo ou de outro. Isso significa que a maioria dos argumentos de Mises e Hayek não se aplicava ao socialismo libertário, que rejeita o planejamento central juntamente com todas as outras formas de centralização. A resposta de Taylor e Lange também não foi particularmente convincente em primeiro lugar. Isso porque se baseava muito mais na teoria econômica capitalista neoclássica do que em uma apreciação da realidade. No lugar do "leiloeiro" walrasiano (o "deus da máquina" da teoria do equilíbrio geral que garante que todos os mercados sejam limpos) Taylor e Lange apresentaram o "Conselho Central de Planejamento", cujo trabalho era ajustar os preços para que todos os mercados fossem limpos. Os economistas neoclássicos que tendem a aceitar a teoria walrasiana como um relato adequado de uma economia capitalista operária serão forçados a aceitar a validade de seu modelo de "socialismo". Não é de admirar que Taylor e Lange tenham sido considerados, na época, os vencedores no debate do "cálculo socialista" pela maioria das profissões econômicas (com o colapso da União Soviética, essa decisão foi revisada um pouco - embora devamos ressaltar que Taylor e o modelo de Lange não era o mesmo que o do sistema soviético, fato convenientemente ignorado pelos comentaristas). Infelizmente, dado que a teoria walrasiana tem pouca influência sobre a realidade, também devemos chegar à conclusão de que a "solução" de Taylor-Lange tem aproximadamente a mesma relevância (mesmo ignorando seus aspectos não libertários, como sua base na propriedade estatal, sua centralização, sua falta de autogestão dos trabalhadores e assim por diante). Muitas pessoas consideram Taylor e Lange como pioneiros do "socialismo de mercado". Isso está incorreto - ao invés de serem socialistas de mercado, eles são de fato socialistas "neoclássicos", construindo um sistema "socialista" que imita a teoria econômica capitalista e não sua realidade. Substituindo a criação mítica de Walrus do "Leiloeiro" com um quadro de planejamento realmente não chega ao cerne do problema! Sua visão de "socialismo" também não tem

muito apelo - uma re-produção do capitalismo com um conselho de planejamento e uma distribuição mais igual da renda monetária. Os anarquistas rejeitam esse "socialismo" como pouco mais do que uma versão melhor do capitalismo, se for o caso. Com o colapso da União Soviética, está na moda afirmar que "Mises estava certo" e que o socialismo é impossível (é claro, durante a Guerra Fria, tais alegações foram ignoradas, pois a ameaça soviética tinha que ser reforçada e usada como meio de controle social e justificar auxílios estatais à indústria capitalista). Nada poderia estar mais longe da verdade, pois esses países não eram socialistas e nem sequer se aproximavam da idéia socialista libertária (a única forma verdadeira de socialismo). Os países stalinistas tinham "economias de comando" autoritárias com o planejamento central burocrático e, portanto, seu fracasso não pode ser tomado como prova de que um socialismo libertário descentralizado não pode funcionar. Os argumentos de Mises e Hayek contra Taylor e Lange também não podem ser usados contra um sistema mutualista ou coletivista libertário, pois esse sistema é descentralizado e dinâmico (diferentemente do modelo socialista "neoclássico"). De fato, um socialismo libertário desse tipo funcionou notavelmente bem durante a Revolução Espanhola diante de dificuldades surpreendentes, com maior produtividade e produção em muitos locais de trabalho, além de maior igualdade e liberdade (ver seção I.8). Assim, o "argumento do cálculo econômico" não prova que o socialismo é impossível. Mises errou ao afirmar que "um sistema socialista com mercado e preços de mercado é tão autocontraditório quanto a noção de quadrado triangular". [Human Action, p. 706] Isso ocorre porque o capitalismo não é definido pelos mercados como tal, e sim pelo trabalho assalariado, uma situação em que as pessoas da classe trabalhadora não têm acesso livre aos meios de produção e, portanto, precisam vender seu trabalho (e, portanto, liberdade) àqueles que tem. Se citar Engels não está muito fora de lugar, o "objeto de produção - produzir mercadorias - não importa para o instrumento o caráter de capital" como o "A produção de mercadorias é uma das condições prévias para a existência de capital [...] enquanto o produtor vender apenas o que ele próprio produz, ele não é um capitalista; ele se torna tão somente a partir do momento em que faz uso de seu instrumento para explorar o trabalho assalariado de outros ." [Selected Writings, Vol. 47, pp. 179-80] Nisto, como observado na seção C.2.1, Engels estava apenas ecoando Marx (que, por sua vez, estava simplesmente repetindo a distinção de Proudhon entre propriedade e posse). Como o mutualismo elimina o trabalho assalariado por autogestão e livre acesso aos meios de produção, seu uso de mercados e preços (ambos pré-datados do capitalismo) não significa que ele não seja socialista (e como observamos na seção G.1.1 Marx, Engels, Bakunin e Kropotkin, como Mises, reconheceram Proudhon como socialista). Esse foco no mercado, como sugere David Schweickart, não é por acaso: "A identificação do capitalismo com o mercado é um erro pernicioso dos defensores conservadores do laissez-faire [capitalismo] e da maioria dos oponentes de esquerda [...] Se olharmos para as obras dos principais apologistas do capitalismo [...] encontraremos o foco de o pedido de desculpas sempre pelas virtudes do mercado e pelos vícios do planejamento central. Retoricamente, essa é uma estratégia eficaz, pois é muito mais fácil defender o mercado do que defender as outras duas instituições definidoras do capitalismo. Os defensores do capitalismo sabem bem que é melhor manter a atenção voltada para o mercado e afastar o trabalho assalariado ou a propriedade privada dos meios de produção." ["Market Socialism: the debate among socialists" , pp. 7-22, Bertell Ollman (ed.), P. 11] O trabalho teórico de socialistas como David Schweickart (veja seus livros *Contra o capitalismo e o pós-capitalismo*) apresenta uma extensa discussão sobre um sistema socialista de mercado dinâmico e descentralizado, com óbvias similaridades com o mutualismo - um elo que alguns leninistas reconhecem e enfatizam para desacreditar socialismo de mercado via culpa por associação (Proudhon "o anarquista e inveterado inimigo de Karl Marx [...] apresentou uma concepção de sociedade, que é provavelmente a primeira exposição detalhada de um 'mercado socialista.'" [Hillel Ticktin, "The Problem is Market Socialism" , pp. 55-80, Op. Cit.p. 56]). Até agora, a maioria dos modelos de socialismo de mercado não foi totalmente libertária, mas envolve a idéia de controle dos trabalhadores dentro de uma estrutura de propriedade estatal do capital (Engler em *Apostles of Greed* é uma exceção a isso, apoiando a propriedade da comunidade). Ironicamente, enquanto esses leninistas rejeitam a idéia de socialismo de mercado como contraditória e, basicamente, não socialista, eles geralmente reconhecem que a transição para o comunismo marxista sob o estado de seus trabalhadores utilizaria o mercado. Assim, como observa o anarquista Robert Graham, "o socialismo de mercado é apenas uma das idéias defendidas por Proudhon que são oportunas e controversas [...] O socialismo de mercado de Proudhon está indissolivelmente ligado às suas noções de democracia industrial e autogestão dos trabalhadores".

[“Introduction”, PJ Proudhon, *General Idea of the Revolution* p. xxxii] Como discutimos na seção I.3.5, o sistema de federações agroindustriais de Proudhon pode ser visto como uma maneira não estatista de proteger a autogestão, a liberdade e a igualdade diante das forças de mercado (Proudhon, diferentemente dos anarquistas individualistas, estava bem ciente dos aspectos negativos dos mercados e da maneira como as forças do mercado podem perturbar a sociedade). O economista dissidente Geoffrey M. Hodgson está certo ao sugerir que o sistema de Proudhon, no qual “cada associação cooperativa seria capaz de entrar em relações contratuais com outras pessoas”, poderia ser “descrito como uma forma inicial de ‘socialismo de mercado’”. De fato, “Em vez de modelos do tipo Lange, o termo ‘socialismo de mercado’ é mais apropriado para esses sistemas. O socialismo de mercado, nesse sentido mais apropriado e significativo, envolve cooperativas de produtores pertencentes aos trabalhadores dentro deles. Essas cooperativas vendem seus produtos nos mercados, com trocas genuínas de direitos de propriedade” (um tanto irritante, Hodgson afirma incorretamente que “Proudhon se descreveu como anarquista, não socialista” quando, na realidade, o anarquista francês se referia repetidamente a si mesmo e seu sistema mutualista como socialista). [Economics and Utopia, p. 20, p. 37 e p. 20] Assim, é possível para uma economia socialista alocar recursos usando os mercados. Ao suprimir os mercados de capitais e as hierarquias do local de trabalho, um sistema mutualista melhorará o capitalismo, removendo uma importante fonte de incentivos perversos que dificultam o uso eficiente dos recursos, bem como o investimento a longo prazo e a responsabilidade social, além de reduzir as desigualdades e aumentar a liberdade. Como David Ellerman observou uma vez, muitos “ainda olham para o mundo em termos bipolares: capitalismo ou socialismo (estatal)”. No entanto, “existem duas grandes tradições do socialismo: socialismo de estado e socialismo de autogestão. O socialismo de Estado baseia-se na propriedade governamental de grandes indústrias, enquanto o socialismo de autogestão prevê que as empresas sejam autogerenciadas por trabalhadores e não possuídas ou gerenciadas pelo governo.” [Op. Cit. p. 147] O mutualismo é uma versão da segunda visão e os anarquistas rejeitam o acordo acolhedor entre os marxistas tradicionais e seus oponentes ideológicos sobre a direita propertarianista de que apenas o socialismo de estado é socialismo “real”. Finalmente, deve-se notar que a maioria dos anarquistas não é mutualista, mas visa o comunismo (libertário), a abolição do dinheiro. Muitos veem um sistema do tipo mutualista como um estágio inevitável de uma revolução social, a forma de transição imposta pelas condições objetivas que enfrentam a transformação de uma sociedade marcada por milhares de anos de opressão e exploração (o anarquismo coletivista contém elementos de mutualismo e comunismo, com a maioria de seus apoiadores o vendo como um sistema de transição). Isso é discutido na seção I.2.2, enquanto a seção I.1.3 indica por que a maioria dos anarquistas rejeita até mesmo os mercados não capitalistas. Então, o argumento de Mises significa que um socialismo que abole o mercado (como o comunismo libertário) é impossível? Dado que a grande maioria dos anarquistas busca uma sociedade comunista libertária, Esta é uma importante questão. Abordaremos isso na próxima seção.

I.1.2 O comunismo libertário é impossível?

Em uma palavra, não. Enquanto o “argumento do cálculo econômico” (ver última seção) é frequentemente utilizado por propertarianistas (chamados de direita “libertária”) como a base para o argumento de que o comunismo (uma sociedade sem dinheiro) é impossível, ele é baseado em certas idéias falsas do que os preços fazem, a natureza do mercado e como uma sociedade comunista-anarquista funcionaria. Isso não surpreende, pois Mises baseou sua teoria em uma variação da economia neoclássica e nas idéias socialdemocratas marxistas (e, portanto, leninistas) de como seria uma economia “socialista”. Portanto, houve pouca discussão sobre como seria uma verdadeira sociedade comunista (isto é, libertária), que transformou completamente as condições de produção existentes pela autogestão dos trabalhadores e em que foram abolidos os trabalhos assalariados e o dinheiro. No entanto, é útil aqui indicar exatamente por que o comunismo funcionaria e por que o “argumento do cálculo econômico” é falho como uma objeção a ele. Mises argumentou que, sem dinheiro, não havia como uma economia socialista tomar decisões de produção “racional”. Nem Mises negou que uma sociedade sem dinheiro possa estimar o que é provável que seja necessário durante um determinado período de tempo (expresso como quantidades físicas de tipos definidos e tipos de objetos). Como ele argumentou, “o cálculo in natura em uma economia sem troca pode abranger apenas bens de consumo”. Seu argumento era que o próximo passo, descobrir quais métodos produtivos empregar, não seria possível ou, pelo menos, não seria capaz de ser feito “racionalmente”, ou seja, evitando desperdícios e ineficiências. A avaliação de bens de produção “Só pode ser feito com algum tipo de cálculo econômico. A mente humana não pode se orientar adequadamente entre a massa desconcertante de produtos e potencialidades intermediárias sem esse auxílio. Simplesmente ficaria perplexo diante dos problemas de gerenciamento e localização.” Assim, veríamos rapidamente “o espetáculo de uma ordem econômica socialista se debatendo no oceano de combinações econômicas possíveis e concebíveis sem a bússola do cálculo econômico”. [“Collectivist Economic Planning”, pp. 87–130, FA von Hayek (ed.), P. 104, p. 103 e p. 110] Daí a alegação de que o cálculo monetário com base nos preços de mercado é a única solução. Este argumento não deixa de ter sua força. Como se pode esperar que um produtor saiba se o estanho é uma melhor utilização dos recursos do que o ferro ao criar um produto, se tudo o que eles sabem é que o ferro e o estanho estão disponíveis e são adequados para sua finalidade? Ou, se tivermos um bem de consumo que pode ser produzido com $A + 2B$ ou $2A + B$ (onde A e B são fatores de entrada, como aço, eletricidade a óleo, etc.), como saber qual método é mais eficiente (por exemplo, qual usou menos recursos e, portanto, sobrou mais para outros usos)? Com os preços de mercado, argumentou Mises, é simples. Se A custasse US \$ 10 e B \$ 5, o método 1 seria claramente o mais eficiente (US \$ 20 versus US \$ 25). Sem o mercado, argumentou Mises, tal decisão seria impossível e, portanto, toda decisão seria “tatear no escuro”. [Op. Cit. p. 110] O argumento de Mises se baseia em três suposições imperfeitas, duas contra o comunismo e uma pró-capitalismo. As duas primeiras premissas negativas são que o comunismo envolve planejamento central e que é impossível tomar decisões de investimento sem valores monetários. Discutimos por que cada uma está errado nesta seção. A suposição positiva de Mises para o capitalismo, a saber, que os mercados permitem alocação exata e eficiente de recursos, é discutida na seção I.1.5. Em primeiro lugar, Mises assume uma economia planejada centralizada. Como Hayek resumiu, o cerne da questão era “a impossibilidade de um cálculo racional em uma economia dirigida centralmente da qual os preços estão necessariamente ausentes”, que “envolve planejamento em uma escala mais extensa - direção minuciosa de praticamente toda a atividade produtiva por um autoridade central”. Assim, a “única autoridade central precisa resolver o problema econômico de distribuir uma quantidade limitada de recursos entre um número praticamente infinito de finalidades concorrentes” com “um grau razoável de precisão, com um grau de sucesso igualmente ou aproximando-se dos resultados do capitalismo competitivo”. é o que “constitui o problema do socialismo como método”. [“The Nature and History of the Problem”, pp. 1–40, op. Cit. p. 35, p. 19 e pp. 16–7] Embora essa fosse uma idéia comum na social-democracia marxista (e no leninismo que

dela surgiu), as organizações centralizadas são rejeitadas pelo anarquismo. Como Bakunin argumentou, “onde estão os intelectos poderosos o suficiente para abraçar a infinita multiplicidade e diversidade de interesses, aspirações, desejos e necessidades reais que resumem a vontade coletiva do povo? E inventar uma organização social que não será um leito procrustino sobre o qual a violência do Estado forçará mais ou menos abertamente a sociedade infeliz a se esticar?” Além disso, um governo socialista, “A menos que fosse dotado de onisciência, onipresença e onipotência que os teólogos atribuem a Deus, não seria possível conhecer e prever as necessidades de seu povo, ou satisfazer com justiça os interesses mais legítimos e prementes”. [Bakunin on Anarchism , pp. 268–9 e p. 318] Para Malatesta, esse sistema exigiria “imensa centralização” e seria “uma coisa impossível de alcançar ou, se possível, acabaria como uma tirania colossal e muito complexa”. [At the café, p. 65] Da mesma forma, Kropotkin rejeitou a noção de planejamento central, pois as “mudanças econômicas que resultarão da revolução social serão tão imensas e profundas [...] que será impossível para um ou vários indivíduos elaborar as formas sociais para o qual outra sociedade deve dar à luz. A elaboração de novas formas sociais só pode ser o trabalho coletivo das massas.” [Words of a Rebel, p. 175] A noção de que um “governo fortemente centralizado” poderia “ordenar que uma quantidade prescrita” de uma mercadoria “fosse enviada para um local em tal dia” e fosse “recebida em um determinado dia por um funcionário especificado e armazenada em particular armazéns” não era apenas “indesejável”, mas também “extremamente utópico”. Durante sua discussão sobre os benefícios do livre acordo contra a tutela do Estado, Kropotkin observou que apenas os primeiros permitiam a utilização da “cooperação, entusiasmo e conhecimento local” do povo. [The Conquest of Bread, pp. 82–3 e p. 137] A própria experiência de Kropotkin havia mostrado como os “altos funcionários” da burocracia czarista “eram simplesmente encantadores por sua inocente ignorância” das áreas que deveriam administrar e como, graças ao marxismo, o ideal socialista “perdeu o caráter de algo” isso teve que ser elaborado pelas próprias organizações trabalhistas e se tornou a administração estatal das indústrias - de fato, o socialismo estatal; isto é, capitalismo de estado.” Como anarquista, ele sabia que os governos se “isolam das massas” e, portanto, “o próprio sucesso do socialismo” exigia “que as idéias de não-governo, de auto-suficiência e de livre iniciativa do indivíduo” fossem tomadas. “Pregado lado a lado com os de propriedade e produção socializadas”. Portanto, era essencial que o socialismo fosse descentralizado, federal e participativo, que a “estrutura da sociedade pela qual ansiávamos” fosse “elaborada, na teoria e na prática, por baixo” por “todos os sindicatos” com “um conhecimento completo necessidades locais de cada comércio e cada localidade.” [Memoirs of a Revolutionist, p. 184, p. 360, p. 374-5 e p. 376] Assim, os anarquistas podem concordar com Mises que o planejamento central não pode funcionar na prática como seus advogados esperam. Ou, mais corretamente, Mises concordou com os anarquistas, como havíamos nos oposto ao planejamento central. Há muito que reconhecemos que não se pode esperar que um pequeno corpo de pessoas saiba o que acontece na sociedade e planeje adequadamente (“Nenhum cérebro, nem qualquer agência de cérebros pode cuidar dessa organização.” [Issac Puente, Libertarian Communism, p. 29]) Além disso, há também a questão insistente da liberdade, por “O despotismo do Estado [socialista] seria igual ao despotismo do estado atual, aumentado pelo despotismo econômico de todo o capital que passaria para as mãos do Estado, e o todo seria multiplicado por toda centralização necessária para este novo Estado. E é por essa razão que nós, os anarquistas, amigos da liberdade, pretendemos combatê-los até o fim.” [Carlo Cafiero, “Anarchy and Communism” , pp. 179–86, The Raven , No. 6, p. 179] Como John O’Neill resume, o “argumento contra o planejamento centralizado é um argumento que tem sido articulado na história do planejamento socialista como um argumento para a tomada de decisões democráticas e descentralizadas”. [The Market, p. 132] Portanto, por boas razões econômicas e políticas, os anarquistas rejeitam o planejamento central. Essa posição socialista libertária central alimenta diretamente a refutação do argumento de Mises, pois enquanto um sistema centralizado precisaria comparar um grande número (“infinito”) de alternativas possíveis a um grande número de necessidades possíveis, esse não é o caso de um sistema descentralizado. Em vez de uma vasta variedade de alternativas que inundariam uma agência de planejamento centralizada, um local de trabalho que compara alternativas diferentes para atender a uma necessidade específica enfrenta um número muito menor de possibilidades, pois os requisitos técnicos objetivos (valores de uso) de um projeto são conhecidos e, portanto, o conhecimento local eliminará a maioria das opções disponíveis para um pequeno número que pode ser diretamente comparado. Dessa forma, remover a suposição de um órgão central de planejamento esgota automaticamente a crítica de Mises em grande parte de sua força

- em vez de um “oceano de combinações econômicas possíveis e concebíveis” enfrentado por um órgão central, um local de trabalho ou comunidade específica tem número limitado de soluções possíveis para um número limitado de requerimentos. Além disso, qualquer máquina complexa é um produto de bens menos complexos, o que significa que o local de trabalho é um consumidor de bens de outros locais de trabalho. Se, como Mises admitiu, um cliente pode decidir entre bens de consumo sem a necessidade de dinheiro, o usuário e o produtor de um bem de “ordem superior” podem decidir entre os bens de consumo necessários para atender às suas necessidades. Em termos de tomada de decisão, é verdade que uma agência de planejamento centralizada seria inundada pelas várias opções disponíveis. No entanto, em um sistema socialista descentralizado, os locais de trabalho e as comunidades individuais decidiriam entre um número muito menor de alternativas. Além disso, diferentemente de um sistema centralizado, a empresa ou comuna sabe exatamente o que é necessário para atender às suas necessidades e, portanto, o número de alternativas possíveis também é reduzido (por exemplo, certos materiais são tecnicamente inadequados para determinadas tarefas). A outra suposição de Mises é igualmente falha. Isto é, sem o mercado, nenhuma informação é passada entre os produtores além do resultado final da produção. Em outras palavras, ele assumiu que o produto final é tudo o que conta na avaliação de seu uso. Desnecessário dizer que é verdade que, sem mais informações do que o nome de um determinado produto, é impossível determinar se usá-lo seria um uso eficiente dos recursos. Ainda mais informações podem ser fornecidas, as quais podem ser usadas para auxiliar a tomada de decisão. Como apontam os socialistas Adam Buick e John Crump, “No nível da unidade ou indústria de produção individual, os únicos cálculos que seriam necessários no socialismo seriam os cálculos em espécie. Por um lado, seriam registrados os recursos (materiais, energia, equipamentos, mão-de-obra) utilizados na produção e, por outro, a quantidade de bens produzidos, juntamente com quaisquer subprodutos [...] A produção socialista é simplesmente a produção de valores de uso dos valores de uso e nada mais.” [State Capitalism: The Wages System Under New Management, p. 137] Portanto, qualquer bem usado como insumo em um processo de produção exigiria a comunicação desse tipo de informação. A geração e comunicação de tais informações implica uma rede horizontal descentralizada entre produtores e consumidores. Isso ocorre porque o que conta como valor de uso só pode ser determinado por quem o usa diretamente. Portanto, a produção de valores de uso a partir de valores de uso não pode ser alcançada por meio do planejamento central, pois os planejadores centrais não têm noção do valor de uso dos bens que estão sendo usados ou produzidos. Esse conhecimento está em muitas mãos, dispersas por toda a sociedade, e assim a produção socialista implica descentralização. Os ideólogos capitalistas afirmam que o mercado permite a utilização de tal conhecimento disperso, mas, como observa John O’Neill, “o mercado pode ser uma das maneiras pelas quais o conhecimento disperso pode ser aplicado com bons resultados. Não é [...] o único caminho”. “A força do argumento epistemológico para o mercado depende, em parte, da implausibilidade de assumir que todo o conhecimento possa estar centralizado em alguma agência de planejamento específica”, enfatiza, mas o argumento de Mises ignora, no entanto, a existência do descentralizado, mas predominantemente não instituições de mercado para a distribuição de conhecimento [...] A suposição de que apenas o mercado pode coordenar o conhecimento não vocalizável disperso é falsa.” [Op. Cit. p. 118 e p. 132] Portanto, para determinar se um bem específico é útil para uma pessoa, essa pessoa precisa conhecer seu “custo”. No capitalismo, a noção de custo tem sido tão associada ao preço que precisamos colocar a palavra “custo” entre aspas. No entanto, o custo real de, digamos, escrever um livro, não é uma soma de dinheiro, mas muito papel, tanta energia, tanta tinta, tanto trabalho humano. Para tomar uma decisão racional sobre se um determinado bem é melhor para atender a uma determinada necessidade do que outro, o possível consumidor exige essas informações. No entanto, no capitalismo essa informação está oculta pelo preço. De um modo irônico, considerando como a economia “austríaca” tende a enfatizar que as limitações informacionais estão na raiz de sua “impossibilidade” do socialismo, o fato é que o mercado oculta uma quantidade significativa de informações essenciais necessárias para tomar uma decisão sensata de investimento. Isso pode ser visto em uma análise da discussão de Mises sobre por que o tempo de trabalho não pode substituir o dinheiro como uma ferramenta de tomada de decisão. O uso de mão-de-obra, argumentou, “deixa de fora o emprego de fatores materiais de produção” e apresenta um exemplo de dois bens, P e Q, que levam 10 horas para serem produzidos. P leva 8 horas de trabalho, mais 2 unidades de matéria-prima A (que é produzida pelo trabalho socialmente necessário de uma hora). Q leva 9 horas de trabalho e uma unidade de A. Ele afirma que, em termos

de trabalho, P e Q”São equivalentes, mas em termos de valor, P é mais valioso que Q. O primeiro é falso, e somente o posterior corresponde à natureza e finalidade do cálculo”. [“Economic Calculation in the Socialist Commonwealth” , op. Cit. p. 113] A falha em seu argumento é clara. Supondo que uma hora de trabalho socialmente necessário seja de £ 10,00, então, em termos de preço, P teria £ 80,00 de custos diretos de mão-de-obra, com £ 20 de matéria-prima A, enquanto Q teria £ 90 de mão-de-obra direta e £ 10 de A. custa £ 100, por isso é difícil ver como isso “corresponde à natureza e ao propósito do cálculo” ! O uso de menos matéria-prima A é um julgamento feito além do “cálculo” neste exemplo. A questão de se economizar no uso de A simplesmente não pode ser feita usando preços. Se P, por exemplo, só pode ser produzido através de um processo mais ecologicamente destrutivo que Q ou se o processo de trabalho pelo qual P é criado é marcado por um trabalho monótono e sem sentido, mas Q é mais satisfatório para as pessoas envolvidas do que Q pode ser considerado um melhor decisão. Infelizmente, esse tipo de informação não é comunicado pelo mecanismo de preços. Como John O’Neill aponta, “os argumentos anteriores de Mises contra o planejamento socialista se baseavam em uma suposição sobre comensurabilidade. Seu argumento central era que a tomada de decisões econômicas racionais exigia uma medida única com base na qual o valor de situações alternativas poderia ser calculado e comparado.” [Ecology, Policy and Politics, p. 115] Essa suposição central não foi contestada por Taylor e Lange em sua defesa do “socialismo”, o que significa que desde o início o debate contra Mises foi defensivo e baseado no argumento de que o planejamento socialista poderia imitar o mercado e produzir resultados eficientes a partir de um ponto de vista capitalista. Os anarquistas questionam se o uso de preços significa basear toda tomada de decisão em um critério e ignorar todos os outros é algo racional a se fazer. Como O’Neill sugere, “a escassez relativa de itens [...] dificilmente esgota toda a gama de informações distribuídas por toda a sociedade que podem ser relevantes para a coordenação de atividades e planos econômicos”. [The Market, p. 196] Dizer que um bom custo £ 10 não diz muito sobre a quantidade de poluição que sua produção ou uso gera, sob quais condições de trabalho foi produzido, se seu preço é afetado pelo poder de mercado da empresa que o produz, se é produzido de uma maneira ecologicamente sustentável, e assim por diante. Da mesma forma, dizer que outros custos semelhantes e bons de £ 9 não informam se a diferença de £ 1 é devida a um uso mais eficiente dos insumos ou se é causada pela imposição de poluição no planeta. E os preços realmente refletem os custos? A questão do lucro, a recompensa por possuir capital e permitir que outros o usem, dificilmente representa um custo da mesma maneira que trabalho, recursos e assim por diante (tentativas de explicar os lucros como um sacrifício equivalente sempre foram ridículas e rapidamente derrubadas.) Ao analisar os preços para avaliar o uso eficiente de mercadorias, não é possível determinar pelo preço se é assim. Dois produtos podem ter o mesmo preço, mas os níveis de lucro (talvez sob a influência do poder de mercado) podem ser tais que um tenha um preço de custo mais alto que outro. O mecanismo de preços não indica quem utiliza menos recursos, pois é influenciado pelo poder de mercado. De fato, como Takis Fotopoulos observa, “[...] se [...] o planejamento central e a economia de mercado inevitavelmente levam a concentrações de poder, então nem o primeiro nem o último podem produzir o tipo de fluxos de informações e incentivos necessários para o melhor funcionamento de qualquer sistema econômico.” [Towards an Inclusive Democracy, p. 252] Além disso, um bem produzido sob um estado autoritário que reprime sua força de trabalho pode ter um preço mais baixo do que aquele produzido em um país que permite a organização de sindicatos e possui direitos humanos básicos. A repressão reduziria o custo da mão-de-obra, fazendo com que o bem em questão aparecesse como um uso mais “eficiente” dos recursos. Em outras palavras, o mercado pode mascarar a desumanidade como “eficiência” e, na verdade, recompensar esse comportamento por participação de mercado. Em outras palavras, os preços de mercado podem ser terrivelmente distorcidos, pois ignoram os problemas de qualidade. As trocas ocorrem, portanto, à luz de informações falsas e, além disso, com motivações antissociais - para maximizar o excedente de curto prazo para os capitalistas, independentemente das perdas para os outros. Assim, distorcem as avaliações e impõem um individualismo grosseiro, estreito e, em última análise, autodestrutivo. Os preços são moldados por mais do que custos, com, por exemplo, poder de mercado aumentando os preços de mercado muito mais altos que os custos reais. Os preços de mercado também deixam de levar em consideração os bens públicos e, portanto, influenciam as escolhas de alocação contra eles, sem mencionar os efeitos sobre a sociedade em geral, ou seja, além dos compradores e vendedores diretos. Da mesma forma, para tomar decisões racionais relacionadas ao uso de um bem, você precisa saber por que o preço mudou, pois se uma mudança

é permanente ou transitória implica respostas diferentes. Assim, o preço atual não é suficiente por si só. O bem ficou temporariamente mais caro devido, digamos, a uma greve? Ou é porque o suprimento do recurso se esgotou? Ações sensatas na primeira situação serão erradas na outra. Como O'Neill sugere, "as informações [no mercado] são repassadas sem diálogo. O mercado informa por "saída" - alguns produtos encontram um mercado, outros não. A 'voz' não é exercida. Esse fracasso do diálogo [...] representa um fracasso informacional do mercado, não uma virtude [...] O mercado [...] distribui informações [...] também bloqueia bastante." [Op. Cit. p. 99] Portanto, um sistema puramente baseado no mercado deixa de fora informações sobre as quais alocar recursos racionais (ou, pelo menos, oculta). A razão para isso é que um sistema de mercado mede, na melhor das hipóteses, as preferências de compradores individuais entre as opções disponíveis. Isso pressupõe que todos os valores de uso pertinentes que serão resultados da produção são coisas que devem ser consumidas pelo indivíduo, em vez de valores de uso que são usufruídos coletivamente (como ar limpo). Os preços no mercado não medem custos sociais ou externalidades, o que significa que esses custos não são refletidos no preço e, portanto, você não pode ter um sistema de preços racional. Da mesma forma, se o mercado mede apenas preferências entre itens que podem ser monopolizados e vendidos a indivíduos, diferentemente dos valores desfrutados coletivamente, segue-se que as informações necessárias para a tomada racional de decisões na produção não são fornecidas pelo mercado. Em outras palavras, o "cálculo" capitalista falha porque as empresas privadas estão alheias ao custo social de seu trabalho e insumos. De fato, os preços muitas vezes valorizam mal como as empresas podem ganhar uma vantagem competitiva, passando os custos para a sociedade (na forma de poluição, por exemplo, ou de requalificação dos trabalhadores, aumentando a insegurança do emprego, e assim por diante). Essa externalização de custos é realmente recompensada no mercado, pois os consumidores buscam os preços mais baixos, desconhecendo as razões pelas quais é mais baixo (não é possível coletar essas informações olhando o preço). Mesmo se assumirmos que essa atividade é penalizada com multas posteriormente, o dano ainda está feito e não pode ser desfeito. De fato, a empresa pode ser capaz de arcar com as multas devido aos lucros obtidos originalmente pela externalização de custos (consulte a seção E.3). Dessa forma, o mercado cria um incentivo perverso para subsidiar seus custos de insumos por meio de externalidades sociais e ambientais já registradas. Como Chomsky sugere: "Já é amplamente percebido que as externalidades do economista não podem mais ser consignadas em notas de rodapé. Ninguém que pense um pouco sobre os problemas da sociedade contemporânea pode deixar de estar ciente dos custos sociais de consumo e produção, da destruição progressiva do meio ambiente, da total irracionalidade da utilização da tecnologia contemporânea, da incapacidade de um sistema baseado no lucro ou na maximização do crescimento para lidar com necessidades que só podem ser expressas coletivamente, e o enorme viés que esse sistema impõe à maximização de mercadorias para uso pessoal em vez da melhoria geral da qualidade de vida." [Radical Priorities, pp. 190-1] Os preços ocultam os custos reais envolvidos na produção para o indivíduo, a sociedade e o meio ambiente e, em vez disso, resumem tudo em um fator, a saber, o preço. Falta diálogo e informação entre produtor e consumidor. Além disso, sem usar outro meio de contabilidade de custos em vez de preços, como os apoiadores do capitalismo sabem que existe uma correlação entre os custos reais e os preços? Pode-se determinar se existe essa correlação medindo um contra o outro. Se isso não pode ser feito, a alegação de que os preços medem custos é uma tautologia (na medida em que um preço representa um custo e sabemos que é um custo porque tem um preço). Se isso pode ser feito, podemos calcular os custos em outro sentido que não os preços de mercado e, portanto, o argumento de que apenas os preços de mercado representam custos cai por terra. Da mesma forma, pode haver custos (em termos de qualidade de vida) que não podem ser refletidos em termos de preço. Simplificando, o mercado falha em distribuir todas as informações relevantes e, principalmente quando os preços estão em desequilíbrio, pode comunicar informações claramente enganosas. Nas palavras de dois anarquistas sul-africanos, "os preços no capitalismo forneceram, na melhor das hipóteses, informações incompletas e parciais que obscureciam o funcionamento do capitalismo e gerariam e reproduziriam desigualdades econômicas e sociais. Ignorando o caráter social da economia com seu individualismo metodológico, os liberais econômicos também ignoraram os custos sociais de escolhas particulares e a questão das externalidades." [Michael Schmidt e Lucien van der Walt, Black Flame, p. 92] Isso sugere que os preços não podem ser considerados para refletir custos reais, mas para refletir a expressão social da avaliação de bens. Eles são o resultado de um conflito travado sobre esses bens e aqueles que agiram como insumo

(incluindo, é claro, trabalho). O poder social e de mercado, muito mais do que a necessidade ou o uso de recursos, decide a questão. A desigualdade nos meios de compra, no poder de mercado das firmas e na posição de barganha do trabalho e do capital tem seu papel, distorcendo qualquer relação que um preço possa ter em seus custos em termos de uso de recursos. Os preços estão deformados. Não é de admirar que Kropotkin tenha perguntado se "ainda não somos obrigados a analisar esse resultado composto que chamamos de preço, em vez de aceitá-lo como um governante supremo e cego de nossas ações?" [Fields, *Factories and Workshops*, p. 71] São precisamente esses custos reais , ocultos pelo preço, que precisam ser comunicados aos produtores e consumidores para que eles tomem decisões informadas e racionais sobre sua atividade econômica. É útil lembrar que Mises argumentou que é a complexidade de uma economia moderna que garante dinheiro: "Dentro dos estreitos limites da economia familiar, por exemplo, onde o pai pode supervisionar toda a gestão econômica, é possível determinar o significado das mudanças nos processos de produção, sem esses auxílios à mente [como cálculo monetário], e ainda com mais ou menos precisão. " Contudo,"A mente de um homem sozinha - mesmo assim astuciosa, é fraca demais para compreender a importância de qualquer um dentre os inúmeros bens de ordem superior. Nenhum homem sozinho pode dominar todas as possibilidades de produção, por mais numerosas que sejam, de estar em posição de fazer julgamentos de valor evidentes sem a ajuda de algum sistema de computação. " [Op. Cit. p. 102] É preciso enfatizar que uma sociedade comunista libertária usaria várias "ajudas à mente" para ajudar indivíduos e grupos a tomar decisões econômicas. Isso reduziria a complexidade da tomada de decisão econômica, permitindo comparar diferentes opções e recursos. Portanto, a complexidade da tomada de decisões econômicas em uma economia com uma infinidade de bens pode ser reduzida pelo uso de procedimentos e métodos algorítmicos racionais para auxiliar o processo. Tais ferramentas ajudariam na tomada de decisões, não a dominariam, pois essas decisões afetam os seres humanos e o planeta e nunca devem ser tomadas automaticamente. Sendo esse o caso, uma sociedade comunista libertária desenvolveria rapidamente os meios de comparar o impacto real de bens específicos de "ordem superior" em termos de seus custos reais (isto é, a quantidade de trabalho, energia e matérias-primas utilizadas, mais quaisquer custos sociais e ecológicos) Além disso, deve-se lembrar que os bens de produção são constituídos por insumos de outros bens, ou seja, bens superiores são constituídos por bens de consumo de ordem inferior. Se, como Mises admite, o cálculo sem dinheiro é possível para bens de consumo, a criação de bens de "ordem superior" também pode ser alcançada e um registro de seus custos feito e comunicado aos que procuram usá-lo. Embora as "ajudas à mente" específicas , bem como os "custos" e seu peso relativo sejam determinados pelas pessoas de uma sociedade livre, podemos especular que incluiria mão-de-obra direta e indireta, externalidades (como poluição), energia uso e materiais, e assim por diante. Como tal, deve-se enfatizar que uma sociedade comunista libertária procuraria comunicar os "custos" associados a qualquer produto específico, bem como sua relativa escassez. Em outras palavras, ele precisa de um meio de determinar os custos objetivos ou absolutos associados a diferentes alternativas, bem como uma indicação de quanto de um determinado bem está disponível em um dado (ou seja, sua escassez). Ambos podem ser determinados sem o uso de dinheiro e mercados. A Seção I.4 discute possíveis estruturas para uma economia anarquista, incluindo sugestões para processos de tomada de decisões econômicas comunistas libertárias. Em termos de "ajudas à mente" , incluem métodos para comparar bens para alocação de recursos, indicando os custos absolutos envolvidos na produção de um bem e a relativa escassez de um bem específico, entre outras coisas. Tal quadro é necessário porque "um apelo a um papel necessário para julgamentos práticos na tomada de decisões é não negar qualquer papel aos princípios gerais. Tampouco [...] nega qualquer lugar para o uso de regras técnicas e procedimentos algorítmicos [...] Além disso, há um papel necessário para regras práticas, procedimentos padrão, instruções e arranjos institucionais que podem ser seguidos sem reflexão e que reduzem o escopo de julgamentos explícitos comparando diferentes estados de coisas. Existem limites de tempo, uso eficiente de recursos e dispersão de conhecimento que exigem regras e instituições. Tais regras e instituições podem nos libertar por espaço e tempo para julgamentos reflexivos onde eles mais importam. " [John O'Neill, *Ecology, Policy and Politics*, pp. 117-8]. "Regras e instituições precisam estar abertas a avaliações críticas e reflexivas". [O'Neill, *The Market* , p. 118] Decisões econômicas, em outras palavras, não podem ser reduzidas a um fator, mas Mises argumentou que quem "desejasse fazer cálculos em relação a um processo complicado de produção perceberia imediatamente se ele trabalhou mais economicamente do que outros ou não; se ele descobrir, a partir da

referência aos valores de troca obtidos no mercado, que ele não será capaz de produzir com lucro, isso mostra que outros entendem como fazer melhor uso dos bens de ordem superior em questão. ” [Op. Cit. , pp. 97–8] No entanto, isso mostra apenas se alguém trabalhou mais lucrativamente do que outros, não se é mais econômico. O poder do mercado atrapalha automaticamente essa questão, assim como a possibilidade de reduzir o custo monetário da produção, explorando imprudentemente os recursos naturais e a mão-de-obra, poluindo ou repassando outros custos. Da mesma forma, a questão da desigualdade de riqueza é importante, pois se a produção de bens de luxo se mostra mais lucrativa do que o essencial para os pobres, isso mostra se produzir o primeiro é um melhor uso dos recursos? E, é claro, a questão-chave da força relativa do poder de mercado entre trabalhadores e capitalistas desempenha um papel fundamental na determinação de ”lucros”. Basear sua tomada de decisão econômica em um único critério, ou seja, lucratividade, pode e leva a resultados perversos. Obviamente, a tendência dos capitalistas de economizar dinheiro ao não introduzir equipamentos de segurança (“Para economizar um dólar, o capitalista constrói mal suas ferrovias, e quando vem um trem muitas pessoas são mortas. Onde está o valor das vidas para ele, se as sacrificou para economizar dinheiro? ” [Emma Goldman, *A Documentary History of the American Years* , vol. 1, p. 157]). Da mesma forma, é considerado um uso mais ”eficiente” de recursos para condenar os trabalhadores ao trabalho desqualificado e degradante do que ”desperdiçar” recursos no desenvolvimento de máquinas para eliminá-lo ou reduzi-lo “Quantas máquinas permanecem sem uso apenas porque não retornam um lucro imediato ao capitalista! [...] Quantas descobertas, quantas aplicações da ciência permanecem uma letra morta somente porque não trazem ao capitalista o suficiente! ” [Carlo Cafiero, ”Anarchy and Communism” , pp. 179–86, *The Raven*, No. 6, p. 182]). Da mesma forma, os investimentos que têm um custo inicial mais alto, mas que, a longo prazo, teriam, digamos, um menor impacto ambiental, não seriam selecionados em um sistema com fins lucrativos. Isso tem efeitos seriamente irracionais, porque os gerentes das empresas capitalistas são obrigados a escolher meios técnicos de produção que produzam os resultados mais baratos. Todas as outras considerações são subordinadas, em particular a saúde e o bem-estar dos produtores e os efeitos sobre o meio ambiente. Os efeitos nocivos resultantes dos métodos de produção capitalista ”racional” são apontados há muito tempo. Por exemplo, acelerações, dores, estresse, acidentes, tédio, excesso de trabalho, longas horas etc. prejudicam a saúde física e mental das pessoas envolvidas, enquanto a poluição, a destruição do meio ambiente e o esgotamento de recursos não renováveis todos têm efeitos sérios no planeta e naqueles que vivem nele. Como argumentou o economista verde EF Schumacher: “Mas o que significa quando dizemos que algo não é econômico? [...] Algo não é econômico quando falha em obter um lucro adequado em termos de dinheiro. O método da economia não produz, e não pode, produzir outro significado ... O julgamento da economia [...] é um julgamento extremamente fragmentário; do grande número de aspectos que na vida real precisam ser vistos e julgados juntos antes que uma decisão possa ser tomada, a economia fornece apenas um - seja um lucro monetário acumulado para aqueles que a realizam ou não. ” [Small is Beautiful, pp. 27–8] Schumacher enfatizou que “sobre a natureza fragmentária dos julgamentos da economia, não há dúvida de que seja. Mesmo com a estreita bússola do cálculo econômico, esses julgamentos são necessariamente e metodicamente estreitos. Por um lado, eles atribuem muito mais peso a curto e a longo prazo [...] [Segundo], baseiam-se em uma definição de custo que exclui todos os ”bens gratuitos” [...] [como o] ambiente, exceto para as partes que foram apropriadamente privadas. Isso significa que uma atividade pode ser econômica, embora brinque com o meio ambiente, e que uma atividade competitiva, se a algum custo proteger e conservar o meio ambiente, não será econômica. ” Além disso, “ não negligencie as palavras ‘para aqueles que a empreendem’. É um grande erro supor, por exemplo, que a metodologia da economia é normalmente aplicada para determinar se uma atividade realizada por um grupo na sociedade gera lucro para a sociedade como um todo. ” [Op. Cit. p. 29] Afirmando que os preços incluem todas essas “externalidades” não faz sentido. Se o fizessem, não veríamos o capital sendo transferido para países do terceiro mundo com poucas ou nenhuma legislação antipoluição ou trabalhista. Na melhor das hipóteses, o ”custo” da poluição só seria incluído no preço se a empresa fosse processada com êxito em juízo por danos - em outras palavras, uma vez que o dano estivesse causado. Por fim, as empresas têm um forte interesse em comprar insumos com os preços mais baixos, independentemente de como são produzidos. De fato, o mercado recompensa tal comportamento como uma empresa socialmente responsável seria penalizada por custos mais altos e, portanto, preços de mercado. É a contabilidade reducionista e sua ”ética da matemática” que produz

a "irracionalidade da racionalidade" que atormenta a dependência exclusiva do capitalismo em preços (ou seja, lucros) para medir a "eficiência". Ironicamente, Mises também apontou para a natureza irracional do mecanismo de preços. Ele afirmou (corretamente) que existem elementos "extra-econômicos" que "o cálculo monetário não pode adotar" por causa de "sua própria natureza". Ele reconheceu que essas "considerações em si dificilmente podem ser chamadas de irracionais" e, como exemplos, listou "em qualquer lugar onde os homens considerem significativa a beleza de um bairro ou prédio, a saúde, a felicidade e o contentamento da humanidade, a honra de indivíduos ou nações." Ele também observou que "eles são tão forças motivadoras de conduta racional quanto fatores econômicos", mas "não entram em relações de troca". Quão racional é um sistema econômico que ignora a "saúde, felicidade e satisfação" das pessoas? Ou a beleza de seus arredores? Além disso, que penaliza aqueles que levam esses fatores em consideração? Para os anarquistas, os comentários de Mises indicam bem a lógica invertida do capitalismo. Que Mises pode apoiar um sistema que ignora as necessidades dos indivíduos, sua felicidade, saúde, meio ambiente, meio ambiente e assim por "por sua própria natureza", diz muito. Sua sugestão de atribuir valores monetários a essas dimensões sugere a questão e só é plausível se ela pressupõe o que deve provar. [Op. Cit.p. 99-100] De fato, a pessoa que colocaria um preço na amizade simplesmente não teria amigos, pois simplesmente não entende o que é amizade e, portanto, é excluída daquilo que é melhor na vida humana. O mesmo vale para outros bens "extra-econômicos" que o valor do indivíduo, como lugares bonitos, felicidade, meio ambiente e assim por diante. Portanto, informações essenciais necessárias para uma tomada de decisão sensata teriam que ser registradas e comunicadas em uma sociedade comunista e usadas para avaliar diferentes opções usando métodos de comparação acordados. Isso difere drasticamente do mecanismo de preços, pois reconhece que o cálculo automático e irracional é impossível nas escolhas sociais. Tais escolhas têm uma dimensão ética e social inevitável, simplesmente porque envolvem outros seres humanos e o meio ambiente. Como o próprio Mises reconheceu, o cálculo monetário não captura tais dimensões. Portanto, precisamos empregar julgamento prático ao fazer escolhas auxiliadas por uma compreensão completa dos custos sociais e ecológicos reais envolvidos, usando, é claro, os "auxílios à mente" apropriados. Dado que uma sociedade anarquista seria complexa e integrada, esses auxílios seriam essenciais, mas, devido à sua natureza descentralizada, não precisam adotar o mecanismo de preços. Ele pode avaliar a eficiência de suas decisões observando os custos reais envolvidos para a sociedade em vez de adotar o sistema distorcido de custeio explícito no mecanismo de preços (como Kropotkin disse uma vez: "se analisarmos o preço", devemos "fazer uma distinção entre seus diferentes elementos". [Op. Cit.p. 72]). Em resumo, então, Mises considerava apenas o planejamento central como socialismo genuíno, o que significa que um comunismo descentralizado não era abordado. Ponderar os prós e os contras de como usar milhões de produtos diferentes nas milhões de situações em potencial que eles poderiam ser usados seria impossível em um sistema centralizado, mas no comunismo descentralizado isso não é um problema. Cada comuna e sindicato individuais escolheriam dentre as poucas alternativas necessárias para atender às suas necessidades. Com as necessidades conhecidas, as alternativas podem ser comparadas - particularmente se os critérios acordados ("auxiliares da mente") forem utilizados e as informações acordadas apropriadas forem comunicadas. É possível tomar decisões econômicas eficientes em uma "economia" sem dinheiro, assumindo que informações suficientes sejam passadas entre sindicatos e comunas para avaliar os custos relativos e absolutos de um bem. Assim, podem ser tomadas decisões que visam reduzir o uso de bens em falta ou que demandam grandes quantidades de recursos para produzir (ou que produzem grandes externalidades para criar). Enquanto um sistema centralizado seria inundado pelo grande número de diferentes usos e combinações de bens, um sistema comunista descentralizado não seria. Assim, os anarquistas argumentam que Mises estava errado. O comunismo é viável, mas apenas se for comunismo libertário. Em última análise, porém, a verdadeira acusação não é que o socialismo seja "impossível" mas, ao contrário, seria ineficiente, ou seja, alocaria recursos de tal maneira que sejam usados demais para atingir metas especificadas e que não haveria maneira de verificar se os recursos alocados foram avaliados o suficiente para garantir seu uso em primeiro lugar. Enquanto alguns podem retratar isso como um caso de planejamento contra mercados (sem planejamento), isso é falso. O planejamento ocorre no capitalismo (como pode ser visto em qualquer empresa), é uma questão de saber se o capitalismo garante que mais planos possam ser coordenados e precisam ser atendidos por meio de preços relativos e contabilidade de perda de lucros do que pelo comunismo (acesso livre e distribuição de acordo com a necessidade). Como tal, a questão é: o

sistema capitalista acrescenta problemas adicionais à coordenação eficiente dos planos? Os comunistas libertários argumentam que sim (como discutimos detalhadamente na seção I.1.5). Todas as opções envolvem possibilidades perdidas; portanto, é necessário o uso eficiente dos recursos para aumentar as possibilidades de criação de outros bens. Na melhor das hipóteses, tudo o que você pode dizer é que, escolhendo opções que custam menos, uma economia de mercado disponibilizará mais recursos para outras atividades. No entanto, essa suposição depende crucialmente de equiparar "eficiente" a lucrativo, uma situação que não pode ser prevista antecipadamente e que facilmente leva à alocação ineficiente de recursos (principalmente se estivermos procurando atender às necessidades humanas). Depois, há os custos de usar o dinheiro, se estamos falando de custos de oportunidade, de liberar recursos para outros usos, então o trabalho e outros recursos usados para processar atividades relacionadas ao dinheiro devem ser incluídos. Embora essas atividades (bancárias, publicidade, defesa de propriedades etc.) sejam essenciais para uma economia capitalista, elas não são necessárias e improdutivas do ponto de vista de produzir valores de uso ou atender às necessidades humanas. Isso sugeriria que uma economia comunista libertária teria uma vantagem produtiva sobre uma economia capitalista, pois a eliminação desse desperdício estrutural intrínseco ao capitalismo liberaria uma vasta quantidade de trabalho e materiais para produção socialmente útil. Isso sem mencionar os chamados "custos" que não são, mas estão relacionados aos direitos de propriedade capitalistas. Assim, "aluguel" pode ser considerado um custo no capitalismo, mas desapareceria se aqueles que usassem um recurso o controlassem, em vez de pagar uma homenagem para obter acesso a ele. Como argumentou Kropotkin, "o sistema capitalista nos faz pagar por tudo que é três ou quatro vezes maior que o valor do trabalho" graças ao aluguel, lucro, juros e ações dos intermediários. Tais "custos" específicos do sistema ocultam os custos reais (em termos de mão-de-obra e uso de recursos) aumentando o preço em comparação com o "se considerarmos nossas despesas em mão-de-obra". [Op. Cit., p. 68] Além disso, de maneira um tanto irônica, essa "economia" de recursos que o mercado pretende alcançar não é conservar recursos para as gerações futuras ou garantir a estabilidade ambiental. Pelo contrário, é permitir mais bens a serem produzidos para acumular mais capital. Pode-se argumentar que o mercado força os produtores a minimizar os custos com a suposição de que custos mais baixos terão maior probabilidade de resultar em lucros mais altos. No entanto, isso deixa o impacto social de tal corte de custos da equação. Por exemplo, impor externalidades a outras pessoas reduz os preços de uma empresa e, como resultado, é recompensado pelo mercado, no entanto, o trabalho alienante e exaustivo ou o aumento dos níveis de poluição não parecem uma coisa sábia a se fazer. Então, sim, é verdade que uma empresa capitalista procurará minimizar custos para maximizar lucros. À primeira vista, isso poderia levar a um uso eficiente dos recursos até o momento em que seus resultados se tornassem claros. Assim, poderiam ser criados bens que não durassem tanto quanto poderiam, que precisam de reparos constantes, etc. Portanto, uma casa produzida "eficientemente" sob o capitalismo poderia ser um lugar pior para se viver, simplesmente porque os custos foram reduzidos com o corte de cantos (menos isolamento, paredes mais finas, materiais menos robustos etc.). Além disso, o resultado coletivo de todas essas decisões "eficientes" pode ser socialmente ineficiente, pois reduz a qualidade de vida das pessoas a eles sujeitas, além de levar a excesso de investimento, superprodução, queda de lucros e crise econômica. Como tal, pode-se argumentar que o argumento de Mises expõe mais dificuldades para o capitalismo do que para o anarquismo. o resultado coletivo de todas essas decisões "eficientes" pode ser socialmente ineficiente, pois reduz a qualidade de vida das pessoas a eles sujeitas, além de levar a excesso de investimento, superprodução, queda de lucros e crise econômica. Como tal, pode-se argumentar que o argumento de Mises expõe mais dificuldades para o capitalismo do que para o anarquismo. o resultado coletivo de todas essas decisões "eficientes" pode ser socialmente ineficiente, pois reduz a qualidade de vida das pessoas a eles sujeitas, além de levar a excesso de investimento, superprodução, queda de lucros e crise econômica. Finalmente, deve-se notar que a maioria dos anarquistas questionaria os critérios que Hayek e Mises usavam para julgar os méritos relativos do comunismo e do capitalismo. Como disse o primeiro, a questão era "uma distribuição de renda independente da propriedade privada nos meios de produção e um volume de produção que era pelo menos aproximadamente o mesmo ou até maior do que aquele obtido sob livre concorrência". ["The Nature and History of the Problem" ,Op. Cit. p. 37] Assim, a questão é reduzida à da produção (quantidade), não à liberdade (qualidade). Se a escravidão ou o stalinismo tivessem produzido mais saídas do que o capitalismo de livre mercado, não faria qualquer um desses sistemas desejável. Este foi, de fato, um argumento comum

contra o stalinismo durante os anos 1950 e 1960, quando ele fez parecer que o planejamento central produzia mais bens (e, ironicamente, pela direita proprietarianista contra o estado de bem-estar social, pois, deve-se lembrar, que o volume de produção, como lucratividade e, portanto, “eficiência”, no mercado depende da distribuição de renda e uma redistribuição de ricos para pobres pode facilmente resultar em mais produção se tornando lucrativa). Da mesma forma que o capitalismo produz mais álcool e Prozac para atender à maior demanda de entorpecer as mentes daqueles que tentam sobreviver sob ele, não é um argumento contra o comunismo libertário! Como discutimos na seção I.4, enquanto os anarquistas procuram atender às necessidades humanas materiais, não pretendemos, como no capitalismo, sacrificar todos os outros objetivos para obter esse, como o capitalismo faz. Assim, para afirmar o óbvio, o objetivo do volume máximo de produção só faz sentido no capitalismo, pois o máximo de felicidade e liberdade humanas pode ocorrer com um volume menor de produção em uma sociedade livre. As pessoas de uma sociedade sem opressão, exploração e alienação dificilmente agirão de maneiras idênticas, nem buscarão o mesmo volume de produção, como aqueles em uma, como o capitalismo, marcados por essas características! Além disso, o volume de produção é um critério um tanto enganoso, pois ignora totalmente sua distribuição. Se a maior parte desse volume for reduzida, dificilmente é um bom uso de recursos. Isso dificilmente é uma preocupação acadêmica, como pode ser visto a partir do neoliberalismo influenciado por Hayek dos anos 80 em diante. Como observa o economista Paul Krugman, o valor da produção de um trabalhador médio “aumentou quase 50% desde 1973. No entanto, a crescente concentração de renda nas mãos de uma pequena minoria avançou tão rapidamente que não temos certeza se o cidadão comum ganhou algo com o aumento da produtividade.” Isso significa que a riqueza inundou em alta e “a maior parte do crescimento econômico nos Estados Unidos nos últimos trinta anos foi para uma minoria pequena e rica”. [The Conscience of a Liberal, p. 124 e p. 244] Concluindo. A “eficiência” capitalista é dificilmente racional e para uma eficiência totalmente humana e ecológica é necessário o comunismo libertário. Como Buick e Crump apontam, “a sociedade socialista ainda precisa se preocupar com o uso eficiente e racional de recursos, mas os critérios de ‘eficiência’ e ‘racionalidade’ não são os mesmos do capitalismo”. [Op. Cit.p. 137] No anarquismo comunista, o sistema de tomada de decisão usado para determinar o melhor uso dos recursos não é mais ou menos “eficiente” do que a alocação de mercado, porque vai além do conceito de “eficiência” baseado no mercado. Não procura imitar o mercado, mas fazer o que o mercado deixa de fazer. Isso é importante, porque o mercado não é o sistema racional que seus defensores costumam reivindicar. Embora reduzir todas as decisões a um fator comum seja, sem dúvida, um método fácil de tomada de decisão, também apresenta sérios efeitos colaterais, porque sua base reducionista. O mercado simplifica a tomada de decisões e, como resultado, gera uma série de irracionalidades e efeitos desumanizadores. Portanto, alegar que o comunismo será “mais” eficiente do que o capitalismo ou vice-versa, é errar o ponto. O comunismo libertário será “eficiente” de uma maneira totalmente diferente e as pessoas agirão de maneiras consideradas “irracionais” apenas sob a lógica estreita do capitalismo. Para outra crítica de Mises, veja a controvérsia do “O cálculo econômico” de Robin Cox: desvendando um mito ” [Common Voice, Edição 3]

I.1.3 O que há de errado com o mercado?

Muito. Os mercados causam o que chamamos de "forças de mercado", forças impessoais que garantem que as pessoas na economia façam o que é necessário para que a economia funcione. O sistema de mercado, na apologética capitalista, é apresentado como um regime de liberdade em que ninguém obriga ninguém a fazer nada, onde "trocamos" livremente com os outros o que acharmos melhor. No entanto, os fatos da questão são um pouco diferentes, uma vez que o mercado geralmente garante que as pessoas ajam de maneira oposta ao que desejam ou as obriga a aceitar "contratos livres" que elas podem realmente não desejar. O trabalho assalariado é o exemplo mais óbvio disso, pois, como indicamos na seção B.4, a maioria das pessoas tem pouca opção a não ser concordar em trabalhar para os outros. Devemos enfatizar aqui que nem todos os anarquistas se opõem ao mercado. Os anarquistas individualistas são a favor, enquanto Proudhon queria modificá-lo, mantendo a competição. Para muitos, o mercado é igual ao capitalismo, mas esse não é o caso, pois ignora a questão fundamental da classe (econômica), a saber, quem possui os meios de produção. O capitalismo é único, pois se baseia no trabalho assalariado, ou seja, um mercado para o trabalho, pois os trabalhadores não possuem seus próprios meios de produção e precisam vender-se a quem o possui. Assim, é perfeitamente possível que um mercado exista dentro de uma sociedade e que essa sociedade não seja capitalista. Por exemplo, uma sociedade de artesãos e camponeses independentes que vendem seus produtos no mercado não seria capitalista, pois os trabalhadores seriam proprietários e controlariam seus meios de produção. Da mesma forma, o sistema competitivo de Proudhon de cooperativas autogerenciadas e bancos mútuos seria não capitalista (e socialista) pela mesma razão. Os anarquistas se opõem ao capitalismo devido à qualidade das relações sociais que gera entre as pessoas (isto é, gera relações autoritárias). Se esses relacionamentos forem eliminados, os tipos de propriedade que o fazem são anarquistas. Assim, a questão da propriedade importa apenas na medida em que gera relacionamentos do tipo desejado (isto é, aqueles baseados em liberdade, igualdade e solidariedade). Concentrar-se puramente em "mercados" ou "propriedade" significa ignorar as relações sociais e o aspecto principal do capitalismo, ou seja, o trabalho assalariado. Que os direitistas façam isso é compreensível (esconder o núcleo autoritário do capitalismo), mas por que os socialistas (libertários ou outros) deveriam fazê-lo é menos claro. Nesta seção do FAQ, discutimos objeções anarquistas ao mercado como tal, e não ao mercado capitalista. O funcionamento do mercado tem problemas com eles que são independentes ou agravados pela existência de trabalho assalariado. São esses problemas que tornam a maioria dos anarquistas hostis ao mercado e, assim, desejam uma sociedade comunista (libertária). Assim, mesmo se assumirmos um sistema mutualista (um socialista de mercado libertário) de locais de trabalho concorrentes autogerenciados, os anarquistas comunistas argumentariam que as forças do mercado logo resultariam em muitas irracionalidades. Obviamente, operar em um mercado significa submeter-se ao critério de lucro. Isso significa que, por mais que os trabalhadores queiram empregar critérios sociais em suas decisões, eles não podem. Ignorar a lucratividade levaria a empresa à falência. Os mercados, portanto, criam condições que obrigam os produtores a decidir coisas que não são do seu interesse ou de outros, como a introdução de tecnologia de despejo ou poluente, trabalhar mais horas e assim por diante, para sobreviver no mercado. Por exemplo, um local de trabalho autogerenciado terá maior probabilidade de investir em equipamentos e práticas de trabalho seguras, isso ainda dependerá de encontrar dinheiro para isso e ainda poderá aumentar o preço do produto acabado. Essa tendência para as empresas autogerenciadas se ajustarem às forças do mercado aumentando as horas, trabalhando mais intensamente, alocando recursos para acumular equipamentos, em vez de lazer ou consumo, pode ser vista nas cooperativas sob o capitalismo. Embora a falta de chefes possa reduzir essa tendência em uma economia pós-capitalista, ela não a eliminará. É por isso que muitos socialistas, incluindo anarquistas, chamam a maneira como os mercados forçam os membros de uma cooperativa a tomar decisões desagradáveis como uma forma de "auto-exploração" (embora isso seja um pouco enganador, pois não há exploração no sentido capitalista dos proprietários apropriando-se de trabalho não

remunerado). Para os anarquistas comunistas, um sistema de cooperativas de mercado "tem sérias limitações", "Uma empresa coletiva não é necessariamente uma comuna - nem é necessariamente comunista em sua perspectiva". Isso ocorre porque pode "competir com preocupações semelhantes por recursos, clientes, privilégios e até lucros", à medida que "se tornam um interesse particularista" e "são submetidos às mesmas pressões sociais do mercado em que devem funcionar". Isso "tende a invadir cada vez mais seus objetivos éticos mais altos - geralmente, em nome de 'eficiência', e a necessidade de 'crescer' para sobreviver, e a tentação esmagadora de obter maiores ganhos". [Murray Bookchin, *Remaking Society*, pp. 193-4] Da mesma forma, um mercado de empresas autogerenciadas ainda sofreria altos e baixos, pois a resposta das cooperativas a mudanças nos preços ainda resultaria em superprodução (consulte a seção C.7.2) e superinvestimento (consulte a seção C.7.3). Embora a falta de renda não trabalhista ajude a reduzir a gravidade do ciclo de negócios, parece improvável eliminá-lo totalmente. Da mesma forma, muitos dos problemas de incerteza aumentada pelo mercado e os aspectos desestabilizadores dos sinais de preços discutidos na seção I.1.5 são igualmente aplicáveis a todos os mercados, incluindo os pós-capitalistas. Isso está relacionado à questão da "tirania das pequenas decisões" que destacamos na seção B.6. Isso sugere que o efeito agregado das decisões individuais produz circunstâncias sociais irracionais e contra os interesses dos sujeitos a elas. É o caso dos mercados, nos quais a concorrência resulta em pressões econômicas que forcem seus participantes a agir de determinadas maneiras, maneiras que eles preferem não fazer, mas, como indivíduos ou locais de trabalho isolados, acabam agindo devido às forças do mercado. Nos mercados, é racional que as pessoas tentem comprar barato e vender caro. Cada um tenta maximizar sua renda, minimizando seus custos ou maximizando seus preços, não porque eles desejam, mas porque precisam considerar outras prioridades, o que é difícil, pois não há meios de uni-las e profundamente desaconselháveis, pois são competitivamente suicidas, pois sobrecarregam as empresas que seus concorrentes não precisariam enfrentar. Como observamos na seção E.3, os mercados tendem a recompensar aqueles que agem de maneira antissocial e externalizam custos (em termos de poluição e assim por diante). Em uma economia de mercado, é impossível determinar se um baixo custo reflete a eficiência real ou a disposição de externalizar, isto é, impõe custos a terceiros. Os mercados raramente internalizam custos externos. Dois agentes econômicos que firmam uma barganha racional de mercado entre si não precisam considerar as consequências de sua barganha para outras pessoas fora da barganha, nem as consequências para a Terra. Na realidade, então, as trocas de mercado nunca são acordos bilaterais, pois seus efeitos impactam a sociedade em geral (em termos de, digamos, poluição, desigualdade e assim por diante). Este fato estranho é ignorado no mercado. Como colocou a economista de esquerda Joan Robinson: "Em que setor, em que linha de negócios, os verdadeiros custos sociais da atividade são registrados em suas contas? Onde está o sistema de preços que oferece ao consumidor uma escolha justa entre o ar para respirar e os carros a motor?" [Contribution to Modern Economics, p. 10] Embora, para ser justo, haja uma probabilidade reduzida de um local de trabalho de trabalhadores autônomos poluir seus próprios bairros em uma sociedade livre, as pressões e recompensas competitivas ainda estarão lá e parece improvável que sejam ignorados, particularmente se a sobrevivência no mercado está em risco, os anarquistas comunistas temem que, embora não tenham chefes, capitalistas e proprietários mitiguem algumas das irracionalidades associadas aos mercados sob o capitalismo, isso não os removerá totalmente. Embora o mercado possa ser livre, as pessoas não o seriam. Mesmo se assumirmos que as empresas autogerenciadas resistem às tentações e pressões do mercado, qualquer sistema de mercado também é marcado por uma necessidade contínua de expandir a produção e o consumo. Em termos de impacto ambiental, uma empresa autogerida ainda deve lucrar para sobreviver e, portanto, a economia deve crescer. Como tal, todo sistema de mercado tenderá a se expandir para um ambiente de tamanho fixo. Além de pressionar a ecologia do planeta, isso precisa aumentar os impactos sobre a atividade humana, pois também significa que as forças do mercado garantem que o trabalho deva se expandir continuamente. Meios competitivos em que nunca podemos ter calma, pois, como Max Stirner argumentou, "sem descanso, não vamos tomar fôlego, dê uma calma fruição. Não temos o conforto de nossas posses [...] Portanto, é de qualquer maneira útil que cheguemos a um acordo sobre trabalhos humanos que eles não possam, como em competição, reivindicar todo o nosso tempo e trabalho." [The Ego and Its Own, p. 268]. O valor precisa ser criado, e isso só pode ser feito pelo trabalho e, assim, mesmo um sistema de mercado não capitalista verá o trabalho dominar a vida das pessoas. Assim, a necessidade de sobreviver no mercado pode impactar medidas mais amplas (não monetárias) de bem-estar, com a qualidade de

vida caindo à medida que um PIB mais alto é criado como resultado de mais horas de trabalho com menos feriados. Tal regime pode, talvez, ser bom para a riqueza material, mas não é bom para as pessoas. O mercado também pode bloquear o uso eficiente de recursos. Por exemplo, por muito tempo, as lâmpadas econômicas de energia eram muito mais caras que as normais. A longo prazo, no entanto, elas usavam muito menos energia do que as normais, o que significa menos necessidade de produzir mais energia (e, portanto, queimar carvão e petróleo, por exemplo). No entanto, o alto preço inicial garantiu que a maioria das pessoas continuasse usando lâmpadas menos eficientes e, assim, desperdiçando recursos. Podese dizer o mesmo de formas alternativas de energia, com o investimento em (por exemplo) energia eólica ignorado em favor de fontes de energia descartáveis e poluentes. Um sistema puramente de mercado não permitiria a tomada de decisões que beneficiem os interesses de longo prazo das pessoas (por exemplo, distribuindo lâmpadas com eficiência energética livremente ou a um custo reduzido), pois isso prejudicaria os lucros das cooperativas que tentaram fazê-lo. Além disso, os mercados não refletem os valores das coisas sobre as quais não colocamos um preço (como argumentamos na seção B.5). Não pode proteger a natureza selvagem, por exemplo, simplesmente porque exige que as pessoas a transformem em propriedade e a vendam como uma mercadoria. Se você não puder ter a nova mercadoria, o mercado a usa em outra coisa, não importa o quanto você a valorize. O mercado também ignora as necessidades das gerações futuras, pois ele sempre descarta o valor do futuro a longo prazo. Um pagamento a ser realizado daqui a mil anos (um mero ponto no tempo geológico) tem um valor de mercado praticamente zero, de acordo com qualquer taxa de desconto comumente usada. Mesmo 50 anos no futuro não podem ser adequadamente considerados, pois as pressões competitivas impõem uma perspectiva de curto prazo sobre as pessoas, que são prejudiciais às gerações presentes e futuras, além da ecologia do planeta. Depois, há efeitos corrosivos do mercado nas personalidades humanas. Como discutimos em outro lugar (consulte a seção B.1.3), a concorrência em um mercado livre cria numerosos problemas - por exemplo, a criação de uma "ética da matemática" e a estranha inversão de valores nos quais as coisas (propriedade / dinheiro) se tornam mais importante do que as pessoas. Isso pode ter um efeito desumanizador, com as pessoas se tornando calculadoras de coração frio que colocam lucros diante das pessoas. Isso pode ser visto no capitalismo, onde as decisões econômicas são muito mais importantes que as éticas - particularmente porque essa mentalidade desumana pode ser recompensada no mercado. O mérito não necessariamente gera sucesso, e o bem-sucedido não tem necessariamente mereceu. A verdade é que, nas palavras de Noam Chomsky, "Riqueza e poder tendem a acumular-se para aqueles que são cruéis, astutos, avarentos, egoístas, sem simpatia e compaixão, subservientes à autoridade e dispostos a abandonar os princípios para obter ganhos materiais, etc. os valiosos para uma guerra de todos contra todos." [For Reasons of State, pp. 139-140] Será desnecessário dizer que, se o mercado recompensa essas pessoas com sucesso, dificilmente pode ser considerado uma coisa boa. Um sistema que eleva o ganho de dinheiro à posição da atividade individual mais importante obviamente resultará na degradação dos valores humanos e no aumento do comportamento neurótico e psicótico. Não admira que, como Alfie Kohn tenha argumentado, a competição possa ter sérios efeitos negativos sobre nós fora do trabalho, prejudicando tanto a psicologia pessoal quanto as relações interpessoais. Assim, a competição "em si é responsável pelo desenvolvimento de um padrão moral mais baixo", que coloca a vitória a qualquer custo acima da justiça e da moral. Kohn cita Nathan Ackerman, o pai da terapia familiar, que observou que "A disputa pela concorrência reduz a simpatia empática, distorce a comunicação, prejudica a mutualidade de apoio e compartilhamento e diminui a satisfação das necessidades pessoais". [No contest, p. 163 e pp. 142-3] Assim, o mercado pode nos empobrecer como indivíduos, sabotando a auto-estima, promovendo a conformidade, arruinando relacionamentos e nos tornando menos do que poderíamos ser. Este é um problema dos mercados em si, não apenas os capitalistas e, portanto, os mercados não capitalistas podem nos tornar menos humanos e mais robôs. Todas as decisões de mercado são crucialmente condicionadas pelo poder de compra daqueles grupos de renda que podem apoiar suas demandas com dinheiro. Nem todos podem trabalhar (doentes, idosos, crianças e assim por diante) e, para aqueles que podem, as circunstâncias pessoais podem afetar sua renda. Além disso, a produção tornou-se tão entrelaçada que "é absolutamente impossível fazer uma distinção entre o trabalho de cada um" e por isso, devemos "colocar as necessidades acima das obras, e antes de tudo, reconhecer o direito de viver, e mais tarde o direito ao bem-estar de todos aqueles que participaram da produção". Este é particularmente o caso, pois "As necessidades do indivíduo nem sempre correspondem

às suas obras ” - por exemplo, “um homem de quarenta anos, pai de três filhos, tem outras necessidades além de um jovem de vinte” e “a mulher que amamenta e gasta noites sem dormir ao lado da cama, não pode fazer tanto trabalho quanto o homem que dormiu em paz. ” [Kropotkin, *Conquest of Bread*, p. 170 e p. 171] Foi por isso que anarquistas comunistas como Kropotkin enfatizaram a necessidade não apenas de abolir o trabalho assalariado, mas também o dinheiro, o sistema de salários. Portanto, é evidente que o poder de compra (demanda) e a necessidade não estão relacionados, pois as pessoas geralmente sofrem simplesmente porque não têm o dinheiro necessário para comprar, por exemplo, assistência médica, moradia ou alimento para si ou suas famílias. Embora a angústia econômica possa ser menor em um sistema de mercado não capitalista, ela ainda existiria tal como o medo dela. O mercado é uma licitação contínua de bens, recursos e serviços, com aqueles que têm mais poder de compra os vencedores. Isso significa que o sistema de mercado é o pior para alocar recursos quando o poder de compra é distribuído de maneira desigual (é por isso que os economistas ortodoxos assumem convenientemente uma “distribuição de renda” quando tentam mostrar que a alocação capitalista de recursos é a melhor via “Otimização de Pareto”) Embora um sistema mutualista deva reduzir drasticamente a desigualdade, não se pode presumir que as desigualdades não aumentem com o tempo. Isso ocorre porque as desigualdades de recursos levam a desigualdades de poder no mercado e, assumindo interesse próprio, qualquer comércio ou contrato beneficiará mais os poderosos do que os impotentes, reforçando e potencialmente aumentando as desigualdades e o poder entre as partes. Da mesma forma, enquanto uma sociedade anarquista seria criada com pessoas motivadas por um senso de solidariedade e desejo de igualdade, os mercados tendem a corroer aqueles sentimentos e sindicatos ou comunas que, graças aos recursos que controlam (como matérias-primas raras ou simplesmente o tamanho de seus investimentos, reduzindo as pressões competitivas), uma vantagem no mercado pode ser tentada a usar seu poder de monopólio em relação a outros grupos da sociedade para obter mais renda para si mesmos às custas de sindicatos e comunas menos afortunados. Isso poderia degenerar de volta ao capitalismo, pois as desigualdades existentes entre as cooperativas seriam aumentadas pela competição, forçando as cooperativas mais fracas a fracassarem e, assim, criando um conjunto de trabalhadores sem nada para vender além de seu trabalho. As cooperativas bem-sucedidas poderiam então contratar esses trabalhadores e reintroduzir o trabalho assalariado. Então, essas possibilidades poderiam, com o tempo, levar a um retorno do sistema de mercado pós-capitalista ao capitalismo se as desigualdades se tornarem tão grandes que os novos ricos ficarão tão alienados do resto da sociedade que recriarão o trabalho assalariado e, por necessidade, um Estado para reforçar o desejo de propriedade na terra e os meios de produção contra a opinião pública. Tudo isso garante que o mercado não possa realmente fornecer as informações necessárias para a tomada de decisões racionais em termos de impacto ecológico, bem como da atividade humana e, portanto, os recursos serão ineficientemente alocados. Todos nós sofreremos as consequências disso, com as forças do mercado empobrecendo nosso meio ambiente e qualidade de vida. Assim, existem muitas razões para concluir que a eficiência e o mercado não apenas não necessariamente coincidem, mas, de fato, necessariamente não coincidem. De fato, em vez de responder às necessidades individuais, o mercado responde ao dinheiro (mais corretamente, ao lucro), que por sua própria natureza fornece uma indicação distorcida das preferências individuais (e não leva em conta valores usufruídos coletivamente, como ar puro) ou potencialmente desfrutado, como a natureza que uma pessoa nunca pode visitar, mas deseja ver a existência e a proteção). Isso não significa que os anarquistas proponham “banir” o mercado - longe disso. Isso seria impossível. O que propomos é convencer as pessoas de que um sistema de mercado baseado em lucro tem efeitos claramente ruins sobre os indivíduos, a sociedade e a ecologia do planeta, e que podemos organizar nossa atividade comum para substituí-lo pelo comunismo libertário. Como argumentou Max Stirner, a competição “tem uma existência contínua” porque “nem todos atendem as suas necessidades e se entendem um com o outro [...] Abolir a competição não é equivalente a favorecer a cooperação. A diferença é esta: na padaria, etc., é o caso dos produtores; na competição, o caso de concorrentes aleatórios; na padaria, daqueles que precisam de produtos da panificação e, portanto, meu caso, o seu caso, não da associação ou do padeiro, mas dos dois juntos. ” [*Op. Cit.* p. 275] Portanto, os anarquistas não apelam apenas ao altruísmo em sua luta contra os efeitos desumanizantes do mercado, mas também ao egoísmo: o simples fato de que a cooperação e a ajuda mútua são do nosso interesse pessoal. Ao cooperar e controlar “os assuntos dos unidos” , podemos garantir uma sociedade livre na qual vale a pena viver, em que o indivíduo não seja esmagado pelas forças do mercado e tenha tempo para

desenvolver plenamente sua individualidade e singularidade: “Solidariedade é, portanto, o estado de ser no qual o homem atinge o maior grau de segurança e bem-estar; e, portanto, o próprio egoísmo, que é a consideração exclusiva dos próprios interesses, impele o homem e a sociedade humana à solidariedade.” [Errico Malatesta, *Anarchy*, p. 30] Concluindo, os anarquistas comunistas argumentam que mesmo os mercados não-capitalistas resultariam em todos tão ocupados competindo para promover seu “interesse próprio” que perderiam de vista o que faz a vida valer a pena e prejudicariam seus interesses reais. Por fim, o que conta como interesse próprio é moldado pelo sistema social circundante. As pressões da competição podem facilmente resultar em interesses estreitos e de curto prazo, tendo precedência sobre necessidades e aspirações mais ricas e profundas que um sistema comunal poderia permitir florescer, fornecendo as instituições sociais pelas quais os indivíduos podem discutir seus interesses conjuntos, formulá-los e agir para alcançá-los. Ou seja, mesmo mercados não capitalistas resultariam em pessoas simplesmente trabalhando muito e muito tempo para sobreviver no mercado, em vez de viver. Se um paradoxo do socialismo autoritário é que isso torna todos infelizes, forçando-os a procurar altruisticamente a felicidade dos outros, o socialismo libertário baseado no mercado pode produzir o paradoxo potencial de tornar todos infelizes pelo mercado, forçando-os a buscar uma noção limitada de interesse próprio, o que garante que eles não tenham tempo ou oportunidade para realmente serem felizes e unidos consigo mesmos e com os outros. Em outras palavras, os chefes agem como no capitalismo, em parte porque os mercados os forçam. Livrar-se dos chefes não precisa eliminar todas as pressões econômicas que influenciam as decisões dos chefes e, por sua vez, pode forçar grupos de trabalhadores a agir de maneira semelhante. Assim, um sistema competitivo minaria muitos dos benefícios que as pessoas buscavam quando aboliram o capitalismo. É por isso que alguns socialistas incorretamente chamam os esquemas socialistas de cooperativas concorrentes de “capitalismo autogerenciado” ou “auto-exploração” - eles estão simplesmente chamando a atenção para os aspectos negativos dos mercados e que se livrar do chefe pode não resolver. Significativamente, Proudhon estava bem ciente do aspecto negativo das forças de mercado e sugeriu várias estruturas institucionais, como a federação industrial anterior, para combatê-las (por isso, enquanto era a favor da concorrência, diferentemente dos anarquistas individualistas, contra o livre mercado). Os anarquistas comunistas, sem surpresa, argumentam que os anarquistas individualistas tendem a enfatizar os aspectos positivos da competição, ignorando ou subestimando seus lados negativos. Embora, sem dúvida, o capitalismo torne o lado negativo da concorrência pior do que poderia ser, não se segue automaticamente que um mercado não capitalista não teria aspectos negativos semelhantes, se menores, a ele.

I.1.4 Se o capitalismo é explorador, o socialismo também não é?

Alguns marxistas libertários (assim como leninistas) afirmam que formas não-comunistas de socialismo são apenas capitalisms "autogerenciados". Estranhamente, os propertarianistas (a chamada direita "libertária") também concordam com essa pergunta, argumentando que a oposição socialista à exploração não implica socialismo, mas o que eles também chamam de capitalismo "autogerenciado". Assim, alguns da esquerda proclamam que tudo além do comunismo é uma forma de capitalismo, enquanto, à direita, alguns proclamam que o comunismo é explorador, e apenas um sistema de mercado (que chamam erroneamente de capitalismo) não é. Ambos estão errados. Primeiro, e mais obviamente, o socialismo não é igual ao comunismo (e vice-versa). Embora exista uma tendência, tanto à direita quanto à esquerda, de equiparar o socialismo ao comunismo (particularmente o marxismo), na realidade, como Proudhon observou uma vez, o socialismo "não foi fundado como seita ou igreja; já assistiu a várias escolas diferentes." [Selected Writings of Pierre-Joseph Proudhon p. 177] Apenas algumas dessas escolas são comunistas, assim como apenas algumas são libertárias. Segundo, nem todas as escolas socialistas pretendem abolir o mercado e o pagamento por meio de trabalho. Proudhon, por exemplo, se opôs ao comunismo e ao socialismo de Estado, tanto quanto se opôs ao capitalismo. Terceiro, o capitalismo não é igual ao mercado. O mercado é anterior ao capitalismo e, para alguns socialistas libertários, sobreviverá após ele. Mesmo de uma posição marxista, conforme observado na seção I.1.1, a característica definidora do capitalismo é o trabalho assalariado, não o mercado. Por que alguns socialistas desejam reduzir as escolhas que a humanidade enfrenta ao comunismo ou a alguma forma de capitalismo é francamente estranho, mas também compreensível por causa dos possíveis efeitos desumanizadores dos sistemas de mercado (como mostrado no capitalismo). Por que a direita propertária deseja fazê-lo é mais clara, pois visa desacreditar todas as formas de socialismo equiparando-as ao comunismo (que, por sua vez, equivale ao planejamento central e ao stalinismo). No entanto, essa não é uma inferência válida a ser feita. A oposição ao capitalismo pode implicar o socialismo (distribuição de acordo com o trabalho ou a venda do produto do trabalho) e o comunismo (distribuição de acordo com a necessidade, ou uma economia sem dinheiro). A teoria é uma crítica ao capitalismo, baseada em uma análise desse sistema como tendo raízes na exploração do trabalho (como discutimos na seção C.2), ou seja, é marcada por trabalhadores que não recebem o valor integral do bens que eles criam. Essa análise, no entanto, não é necessariamente a base de uma economia socialista, embora possa considerá-lo também. Como observado, Proudhon usou sua crítica ao capitalismo como um sistema de exploração como base de suas propostas para operações bancárias e cooperativas mútuas. Marx, por outro lado, usou uma análise semelhante à de Proudhon, puramente como uma crítica ao capitalismo, enquanto aspirava pelo comunismo. Robert Owen usou-o como base de seu sistema de notas trabalhistas, enquanto Kropotkin argumentava que esse sistema era apenas o sistema salarial sob outra forma e uma sociedade livre "tendo tomado posse de toda a riqueza social, proclamando ousadamente o direito de todos a essa riqueza [...] será obrigada a abandonar qualquer sistema de salários, seja em moeda ou em notas de trabalho." [The Conquest of Bread, p. 167] Em outras palavras, embora um sistema de venda cooperativa no mercado (que é erroneamente chamado de capitalismo "autogerido" por alguns) ou troca de valores em tempo de trabalho não seria o comunismo, nem o capitalismo. Isso ocorre porque os trabalhadores não estão separados dos meios de produção. Portanto, as tentativas dos propertários de afirmar que é capitalismo são falsas, um exemplo de insistência desinformada é que virtualmente todo sistema econômico, socialismo de estado e feudalismo, é capitalista. No entanto, pode-se argumentar que o comunismo (baseado no livre acesso e propriedade comunitária de todos os recursos, incluindo o produto do trabalho) significaria que os trabalhadores são explorados por não trabalhadores (jovens, doentes, idosos e assim por diante). À medida que o comunismo abole o vínculo entre desempenho e pagamento, pode-se argumentar que

os trabalhadores no comunismo seriam tão explorados quanto no capitalismo, embora (é claro) não por uma classe de capitalistas e proprietários, mas pela comunidade. Como Proudhon colocou, enquanto os “membros de uma comunidade, é verdade, não têm propriedade privada”, a própria comunidade “é proprietária” e, portanto, o comunismo “É desigualdade, mas não como propriedade. Propriedade é a exploração dos fracos pelos fortes. O comunismo é a exploração dos fortes pelos fracos.” [What is Property? p. 250] Desnecessário dizer que os anarquistas subsequentes rejeitaram a oposição geral de Proudhon a todas as formas de comunismo, rejeitando essa posição como aplicável apenas ao comunismo autoritário, e não libertário. O qual, deve ser lembrado, era o único tipo existente quando foi escrito em 1840 (como observamos na seção H.1, o que era conhecido como comunismo na época de Proudhon era autoritário). Basta dizer que a oposição de Proudhon ao comunismo compartilha pouco com a da direita propertarianista, que reflete a triste falta de empatia pessoal (e, portanto, ética) do defensor típico do capitalismo. No entanto, a noção de que o comunismo (distribuição de acordo com a necessidade) e não o socialismo (distribuição de acordo com a ação) é exploradora erra o ponto tanto quanto o anarquismo comunista. Isso ocorre por duas razões. Em primeiro lugar, “comunismo anarquista [...] significa comunismo voluntário, comunismo de livre escolha”. [Alexander Berkman, What is Anarchism, p. 148] Isso significa que não é imposto a ninguém, mas é criado e praticado apenas por aqueles que o defendem. Portanto, caberia às comunidades e sindicatos decidir como desejam distribuir os produtos de seu trabalho e indivíduos para unir ou criar aqueles que atendam às suas idéias de certo e errado. Alguns podem decidir sobre remuneração igual, outros sobre pagamento em termos de tempo de trabalho, outros ainda sobre associações comunistas. O importante a ser percebido é que os indivíduos e as cooperativas a que se juntam decidirão o que fazer com sua produção, seja para trocá-la ou distribuí-la livremente. Portanto, por se basear em livre acordo, o comunismo-anarquista não pode ser explorador. Afinal, os membros de uma comuna ou cooperativa comunista são livres para sair. Desnecessário dizer que as cooperativas normalmente distribuem seus produtos a outras pessoas dentro de sua confederação e trocam com os não-comunistas de uma maneira diferente. A razão pela qual o capitalismo é explorador é que os trabalhadores têm que concordar em entregar o produto de seu trabalho a outro (patrão, senhorio) para ser empregado em primeiro lugar (consulte a seção B.4). Embora possam escolher quem deve ser explorado (e, em graus variados, escolher as melhores opções limitadas disponíveis), não podem deixar de vender sua liberdade aos proprietários (alguns são autônomos e alguns conseguem ingressar na empresa). explorando a classe, mas não o suficiente para fazer uma opção significativa para a maior parte da classe trabalhadora). No comunismo libertário, por outro lado, os próprios trabalhadores concordam em distribuir parte de seu produto a outros (ou seja, a sociedade como um todo, seus vizinhos, amigos e assim por diante). É baseado em livre acordo, enquanto o capitalismo é marcado por poder, autoridade e mão firme (invisível) das forças de mercado (suplementadas, conforme necessário, pelo punho visível do estado). Como os recursos são mantidos em comum sob o anarquismo, as pessoas sempre têm a opção de trabalhar sozinhas, se assim o desejarem (consulte a seção I.3.7). Em segundo lugar, diferentemente do capitalismo, não existe uma classe separada que se apropria dos bens produzidos. Os chamados “não trabalhadores” em uma sociedade comunista libertária foram ou serão trabalhadores. Como observou o notável anarquista espanhol Santillan, “Naturalmente, crianças, idosos e doentes não são considerados parasitas. As crianças serão produtivas quando crescerem. Os idosos já deram sua contribuição para a riqueza social e os doentes são apenas temporariamente improdutivos.” [After the Revolution, p. 20] Em outras palavras, ao longo da vida, todos contribuem para a sociedade e, portanto, o uso da mentalidade de “livro contábil” do capitalismo perde o sentido. Como Kropotkin colocou: “Os serviços prestados à sociedade, sejam eles de fábrica ou de campo, ou de serviços mentais, não podem ser avaliados em dinheiro. Não pode haver medida exata do valor (do que foi denominado valor de troca errado), nem do valor de uso, no que diz respeito à produção. Se dois indivíduos trabalham para a comunidade cinco horas por dia, ano após ano, em um trabalho diferente que é igualmente agradável para eles, podemos dizer que, em geral, seu trabalho é equivalente. Mas não podemos dividir o trabalho deles e dizer que o resultado de um determinado dia, hora ou minuto de trabalho de um vale o resultado de um minuto ou hora do outro.” [The Conquest of Bread, p. 168] Portanto, é difícil avaliar quanto um trabalhador individual ou grupo de trabalhadores realmente contribui para a sociedade. Isso pode ser visto sempre que os trabalhadores entram em greve, principalmente nas chamadas áreas “importantes”, como o transporte. Então a mídia relata quanto a greve está custando “a economia” e é sempre muito

mais do que os salários perdidos na ação da greve. No entanto, de acordo com a economia capitalista, os salários de um trabalhador são iguais à sua contribuição para a produção - nem mais nem menos. Os trabalhadores em greve, em outras palavras, devem prejudicar a economia apenas no o valor de seus salários, mas, é claro, esse obviamente não é o caso. Isso se deve à natureza interconectada de qualquer economia avançada, onde as contribuições dos indivíduos estão tão ligadas. É desnecessário dizer que isso não implica que um povo livre toleraria as pessoas capazes simplesmente tomando sem contribuir para a massa de produtos e serviços da sociedade. Como discutimos na seção I.4.14, essas pessoas serão solicitadas a deixar a comunidade e estar na mesma situação que aquelas que não desejam ser comunistas. Por fim, o foco no cálculo de quantias exatas e na avaliação de contribuições até o último centavo é exatamente o tipo de mentalidade de livro de contas de mente estreita que torna a maioria das pessoas socialistas em primeiro lugar. Seria irônico se, em nome da não exploração, uma mentalidade contábil semelhante àquela que registra quanto mais valor extra é extraído dos trabalhadores sob o capitalismo, continuando em uma sociedade livre. Torna a vida mais fácil não ter que se preocupar se você pode se dar ao luxo de visitar médicos ou dentistas, não ter que pagar pelo uso de estradas e pontes, saber que pode visitar uma biblioteca pública para obter um livro e assim por diante. Para aqueles que desejam gastar seu tempo calculando essas atividades e procurando pagar a comunidade por elas simplesmente porque odeiam a idéia de serem “exploradas” pelos “menos” produtivos, pelos doentes, pelos jovens ou pelos idosos, temos certeza de que uma sociedade comunista libertária os acomodará (embora tenhamos certeza de que as emergências serão uma exceção e eles terão inclinação a acesso gratuito a hospitais comunitários, bombeiros e assim por diante). Assim, a noção de que o comunismo seria explorador como o capitalismo erra o ponto. Enquanto todos os socialistas acusam o capitalismo de não cumprir seus próprios padrões, de não pagar aos trabalhadores o produto total de seu trabalho, a maioria não pensa que uma sociedade socialista deveria procurar tornar esse pagamento integral uma realidade. A vida, para os comunistas libertários, é muito complexa e fugaz para desperdiçar tempo e energia, calculando exatamente a contribuição de cada um para a sociedade. Como Malatesta colocou: “Eu digo que o trabalhador tem direito a todo o produto de seu trabalho: mas reconheço que esse direito é apenas uma fórmula da justiça abstrata; e significa, na prática, que não deve haver exploração, que todos devem trabalhar e gozar dos frutos de seu trabalho, de acordo com o costume acordado entre eles. “Trabalhadores não são seres isolados que vivem para si e para si mesmos, mas seres sociais [...] Além disso, é impossível, ainda mais com os métodos modernos de produção, determinar exatamente o trabalho que cada trabalhador contribuiu, assim como é impossível determinar as diferenças de produtividade de cada trabalhador ou de cada grupo de trabalhadores, quanto se deve à fertilidade do solo, à qualidade dos implementos utilizados, às vantagens ou dificuldades decorrentes da situação geográfica ou do ambiente social. Portanto, a solução não pode ser encontrada com respeito aos direitos escritos de cada pessoa, mas deve ser buscada em acordo fraterno, em solidariedade.” [*At the Café*, pp. 56–7] Em suma, a maioria dos anarquistas rejeita a noção de que as pessoas que compartilham o mundo (que é tudo o que comunismo realmente significa) equivale a serem explorados por outros. Em vez de perder tempo tentando registrar as minúcias de quem contribuiu exatamente para a sociedade, a maioria dos anarquistas fica feliz se as pessoas contribuem para a sociedade com quantidades aproximadamente iguais de tempo e energia e recebem o que precisam em troca. Considerar essa situação de livre cooperação como exploradora é simplesmente ridícula (considere a família como a exploração de seus membros que trabalham por seus parceiros e filhos que não trabalham). Aqueles que o fazem são livres para deixar essa associação e trilhar seu próprio caminho em tudo (uma tarefa que em breve levaria à simplicidade e utilidade do comunismo, sugerem muitos anarquistas).

I.1.5 O capitalismo aloca recursos de maneira eficiente?

Discutimos, na seção I.1.1, os efeitos negativos da hierarquia no local de trabalho e das bolsas de valores e, na seção I.1.2, os problemas informacionais de preços e as limitações no uso do lucro como único critério para a tomada de decisões para alocação eficiente Recursos. Assim, os anarquistas têm motivos para duvidar dos argumentos da escola de economia "austríaca" de que o socialismo (libertário) é impossível, como sugerido pela primeira vez por Ludwig Von Mises em 1920. ["Economic Calculation in the Socialist Commonwealth", *Collectivist Economic Planning*, FA von Hayek (ed.), P. 87-130] Aqui, discutimos por que os anarquistas também têm fortes razões para questionar a suposição subjacente de que o capitalismo aloca recursos com eficiência e como isso afeta as afirmações de que o "socialismo" é impossível. Isso se baseia na conscientização das falhas em qualquer suposição (implícita) de que todos os preços estejam em equilíbrio, a questão da incerteza, a suposição de que o bem-estar humano seja mais bem servido pelas forças do mercado e, por fim, o problema da crise econômica periódica sob o capitalismo. A primeira questão é que os preços só fornecem conhecimento adequado para a tomada de decisão racional somente se estiverem em seus valores de equilíbrio, pois isso iguala oferta e demanda. Infelizmente, para a escola "austríaca" e seus argumentos contra o socialismo, ela rejeita a noção de que os preços possam estar em equilíbrio. Embora a economia "austríaca" moderna queira enfatizar sua análise de desequilíbrio (um tanto subdesenvolvida) do capitalismo, esse nem sempre foi o caso. Quando Mises escreveu seu ensaio de 1920 sobre o socialismo, sua escola de economia era considerada um ramo do neoclassicismo e isso pode ser visto na crítica de Mises ao planejamento central. De fato, seria justo dizer que o foco neo-"austríaco" de preços como informação e desequilíbrio (de boca em boca) fluiu do debate sobre Cálculo Econômico, Portanto, há uma inconsistência fundamental no argumento de Mises, a saber: enquanto a economia austríaca rejeita a noção de equilíbrio e a concorrência perfeita da economia neoclássica, ele ainda mantém que os preços de mercado são os preços corretos e podem ser usados para tomar decisões racionais. No entanto, em qualquer mercado real, esses preços corretos devem estar sempre mudando, possibilitando que decisões econômicas "precisas" com base nos preços possam dar errado em larga escala (ou seja, em crise). Em outras palavras, Mises efetivamente assumiu a incerteza e, além disso, deixou de mencionar que essa incerteza aumenta drasticamente no capitalismo. Isso pode ser visto na moderna economia "austríaca" que, após os debates do Cálculo Econômico das décadas de 1920 e 1930, afastou-se cada vez mais da teoria do equilíbrio neoclássico. No entanto, isso constituiu um novo erro que, ironicamente, enfraqueceu o caso "austríaco" contra o socialismo. Para o economista "austríaco" moderno, a economia é considerada como não estando em equilíbrio, com o empresário sendo visto como o meio pelo qual ela surgiu. Assim, "essa abordagem postula uma tendência para que as oportunidades de lucro sejam descobertas e compreendidas pelos participantes do mercado empresarial que resistem à rotina", com isso "tendendo a empurrar o mercado na direção equilibrada". O serviço público é prestado ao fato óbvio de que os empresários podem cometer erros, mas " não há tendência a serem cometidos. A tendência que o mercado gera em direção a uma maior conscientização mútua não é compensada por nenhuma tendência igual, porém oposta, na direção da diminuição da conscientização" e, portanto, o " processo de mercado empresarial pode de fato refletir uma tendência sistematicamente equilibrada, mas isso de forma alguma constitui uma garantida trajetória unidirecional e perfeitamente convergente ". Tudo isso resulta nas "ações especulativas de empreendedores que vêem oportunidades de puro lucro nas condições de desequilíbrio". [Israel M. Kirzner, "Entrepreneurial Discovery and the Competitive Market Process: An Austrian Approach", pp. 60–85, *Journal of Economic Literature*, Vol. 35, No. 1, p. 71, p. 73, p. 82, p. 72 and p. 68] Ao avaliar esse argumento, é útil lembrar que "postulado" significa "supor que a prova é verdadeira" ou "tomar como evidente". Na sua forma mais simples, isso ignora argumentos como a atividade empresarial empurra uma economia longe do equilíbrio (ao contrário

de economistas radicais, apenas alguns economistas “austríacos”, tais como aqueles que seguem Ludwig Lachmann, reconhecer que as forças de mercado têm ambas equilibrantes e efeitos de desequilíbrio, reconheceu de passagem de Kirzner: “Em um mundo de mudanças incessantes, eles argumentam, são precisamente aqueles atos de ousadia empreendedora que devem frustrar qualquer esforço de descoberta feito por colegas empreendedores.” [Op. Cit.p. 79)]. Em outras palavras, a atividade de mercado pode levar a crises econômicas e decisões ineficientes de alocação. Um empresário de sucesso frustrará, por suas ações, os planos de outros, mais obviamente os de seus concorrentes, mas também aqueles que exigem os bens que eles usavam para produzir suas mercadorias e aqueles cuja renda é reduzida pela disponibilidade de novos produtos. É assustador pensar que todas as ações de uma empresa serão um passo em direção ao equilíbrio ou a uma melhor coordenação de planos, principalmente se você incluir empreendedores mal sucedidos no processo. Em outras palavras, o mercado pode ser tão discordante quanto coordenador e não pode ser “postulado” de antemão, o que predominará a qualquer momento. Há um exemplo óbvio de atividade empreendedora que leva ao crescente desequilíbrio, ironicamente extraído diretamente da própria economia “austríaca”. Essas são as ações dos banqueiros que concedem crédito e, portanto, se desviam da taxa de juros “natural” (equilíbrio). Como observa um economista pós-keynesiano, essa, a teoria “austríaca” do ciclo de negócios, “não apenas se mostrou vulnerável à crítica do capital de Cambridge [...] mas também pareceu responder aos conceitos de equilíbrio (a taxa natural)”. de interesse’, por exemplo) que eram inconsistentes com os princípios mais amplos da teoria econômica austríaca”. [JE King, A history of post Keynesian economics since 1936p. 230] Como discutimos na seção C.8, esse tipo de atividade é esperada de empreendedores que buscam ganhar dinheiro atendendo à demanda do mercado. O resultado líquido dessa atividade é uma tendência distante do equilíbrio. Isso pode ser generalizado para todos os mercados, com as atividades de busca de lucro de algumas empresas frustrando os planos de outras. Por fim, a implicação de que toda atividade empreendedora está se estabilizando, a arbitragem virtuosa que remove os desequilíbrios não é convincente, por conta da sugestão de que as informações errôneas transmitidas pelos preços do desequilíbrio podem causar distorções macroeconômicas muito substanciais por apenas um bem (crédito). Certamente, o argumento em relação às taxas de juros pode ser aplicado a outros preços de desequilíbrio, com respostas a preços insustentáveis para outros bens sendo igualmente capazes de gerar maus investimentos (que só se tornam aparentes quando os preços se ajustam aos níveis “naturais”). Depois de tudo, qualquer distorção única de preço leva a que todos os outros preços fiquem distorcidos devido às ramificações das taxas de câmbio em toda a economia. Uma das razões pelas quais os economistas neoclássicos enfatizam o equilíbrio é que os preços fornecem apenas a base para o cálculo racional somente nesse estado, pois os preços em desequilíbrio podem transmitir informações extremamente enganosas. Quando as pessoas negociam a preços desequilibrados, isso causa sérios impactos na economia (e é por isso que a economia neoclássica se abstrai dela). Como observou um economista, se as pessoas “compram e vendem a preços que não estão claros no mercado”, uma vez que “essas negociações tenham ocorrido, não há garantia de que, mesmo que exista um equilíbrio, a economia jamais convergirá para isto. De fato, é provável que se mova em ciclos em torno do equilíbrio.” Isso “é mais do que uma mera suposição. É uma descrição precisa do que acontece no mundo real.”[Paul Ormerod, The Death of Economics, pp. 87–8] Quando descartamos o “postulado” ideologicamente orientado da economia “austríaca”, podemos ver como essas oportunidades de “lucro puro” (e, é claro, um prejuízo puro correspondente para o comprador) impactam a economia e como o sistema de mercado aumenta a incerteza. Como diz o economista dissidente Steve Keen: “No entanto, uma mudança nos preços em um mercado afetará a demanda do consumidor em todos os outros mercados. Isso implica que um movimento em direção ao equilíbrio por um mercado pode fazer com que alguns ou todos os outros se afastem do equilíbrio. Claramente, é possível que ele[...] nunca se estabeleça em equilíbrio. “Isso será especialmente verdade se as negociações realmente ocorrerem em desequilíbrio - como na prática elas devem[...] Um comércio em desequilíbrio significará que as pessoas do lado vencedor da pechincha - vendedores se o preço for maior que o equilíbrio - obterão renda real às custas dos perdedores, em comparação com o alegado padrão de equilíbrio. Essa mudança na distribuição de renda afetará todos os outros mercados, tornando a dança de muitos mercados ainda mais caótica.” [Debunking Economics, p. 169] O fato de os preços poderem transmitir informações extremamente enganosas é algo que os “austríacos” tendem a subestimar. No entanto, nas economias mais próximas do seu ideal (por exemplo, na América do século XIX), houve muito mais

recessões (geralmente desencadeadas por crises financeiras decorrentes do colapso de bolhas especulativas) do que no século XX, e portanto a economia era fundamentalmente mais instável, resultando na mercado “precisamente” investindo nas áreas “erradas”. Certamente, poderia-se argumentar que não havia realmente capitalismo de livre-mercado (por exemplo, por causa do protecionismo, ausência de um sistema bancário livre devido à regulamentação dos governos estaduais e assim por diante), mas esse seria um problema que se questionaria ao extremo (principalmente desde o final do século 20 e início do século 21 vimos crises especulativas justamente naquelas áreas menos regulamentadas). Portanto, a noção de que os preços podem garantir uma alocação eficiente de recursos é questionável. Se os preços estão em desequilíbrio, como sugerem os “austríacos”, o mercado não garante automaticamente que eles caminham em direção ao equilíbrio. Sem equilíbrio, não podemos dizer que os preços fornecem às empresas informações suficientes para tomar decisões racionais de investimento. Eles podem agir com base em informações de preços falsas, na medida em que refletem altos ou baixos temporários no mercado ou resultantes de bolhas especulativas. Uma decisão de investimento tomada sobre o erro- as informações implícitas nos preços do desequilíbrio são tão suscetíveis de produzir maus investimentos e distorções macroeconômicas subsequentes quanto as decisões tomadas à luz da taxa de juros que não atinge seu valor “natural” (equilíbrio). Portanto, a menos que se presuma que o mercado está em equilíbrio quando uma decisão de investimento é tomada, os preços podem refletir desinformação tanto quanto informações. Essas implicações óbvias do desequilíbrio ajudam a minar os argumentos de Mises contra o socialismo. Mesmo se assumirmos que os preços estão no máximo ou quase no equilíbrio quando as decisões de investimento são tomadas, o fato estranho é que esses preços não informam os preços no futuro nem o que será comprado quando a produção terminar. Em vez disso, eles dizem o que se pensava ser rentável antes do investimento começar. Sempre existem diferenças entre os preços usados para custear vários investimentos e os preços que prevalecem no mercado quando os produtos acabados são finalmente vendidos, sugerindo que o mercado apresenta sinais sistematicamente enganosos. Além disso, as empresas rivais respondem aos mesmos sinais de preço, realizando investimentos de longo prazo ao mesmo tempo, criando a possibilidade de uma crise geral de acumulação excessiva e superprodução quando estiverem concluídas. Como discutimos na seção C.7.2, esse é um fator-chave no ciclo de negócios. Daí a possibilidade recorrente de superprodução, quando a resposta agregada ao aumento do preço de um mercado específico faz com que o mercado seja inundado pelo bem, diminuindo o preço do mercado. Assim, o mercado é marcado pela incerteza, o futuro não é conhecido. Parece irônico ler Mises afirmando que “Na comunidade socialista, toda mudança econômica se torna um empreendimento cujo sucesso não pode ser avaliado com antecedência nem posteriormente determinado retrospectivamente. Só há tatear no escuro”. [Op. Cit. p. 110] Em termos de “avaliado antecipadamente”, Mises está essencialmente assumindo que os capitalistas podem ver o futuro. No mundo real, e não no mundo irreal da economia capitalista, o futuro é desconhecido e, como resultado, o sucesso só pode ser imaginado. Isso significa que qualquer decisão de investimento sob o capitalismo real é igualmente “tatear no escuro”, porque não há como saber, de antemão, se as expectativas que conduzem as decisões de investimento serão. Como o próprio Mises observou como parte de seu ataque ao socialismo, “um estado estático é impossível na vida real, pois nossos dados econômicos estão sempre mudando” e, portanto, o sucesso de um investimento não pode ser previamente avaliado com algum grau real de certeza. Ironicamente, Mises observou que “a natureza estática da atividade econômica é apenas uma suposição teórica que não corresponde a nenhum estado real das coisas, por mais necessário que seja para o nosso pensamento e para a perfeição do nosso conhecimento da economia”. [Op. Cit. p. 109] Ou, nesse caso, nossa crítica ao socialismo! Isso pode ser visto em um de seus exemplos contra o socialismo: “Imagine a construção de uma nova ferrovia. Quais de várias estradas possíveis deveriam ser construídas? Em uma economia competitiva e monetária, essa pergunta seria respondida por cálculo monetário. A nova estrada tornará mais barato o transporte de algumas mercadorias, e pode ser possível calcular se essa redução de despesa transcende a envolvida na construção e manutenção da próxima linha. Isso só pode ser calculado em dinheiro.” [Op. Cit. p. 108] Isso “pode ser possível”? A resposta é não. Na melhor das hipóteses, um investidor poderia estimar a disposição das empresas em mudar para a nova ferrovia e se esses custos esperados resultarão em lucro tanto em custos fixos quanto em operação. Os custos de construção podem ser estimados, embora aumentos inesperados de preços no futuro possam atingi-los também, mas a quantidade de renda futura não pode ser. Da mesma forma, o impacto da construção da nova ferrovia

também mudará a distribuição de renda, o que, por sua vez, afeta os preços no mercado e as decisões de consumo das pessoas, o que, por sua vez, afeta a lucratividade do novo investimento ferroviário. No entanto, tudo isso é ignorado para atacar o socialismo. Em outras palavras, Mises assume que o futuro pode ser previsto com precisão para atacar o socialismo. Assim, ele afirma que uma sociedade socialista “emitia um decreto e decidia a favor ou contra o edifício projetado. No entanto, essa decisão dependeria, na melhor das hipóteses, de estimativas vagas; nunca seria baseado na base de um cálculo exato do valor.” [Op. Cit. p. 109] Contudo, qualquer decisão de investimento em uma economia capitalista real depende “na melhor das hipóteses de estimativas vagas” das condições futuras do mercado e dos retornos esperados do investimento. Isso ocorre porque a contabilidade é retrospectiva, enquanto o investimento depende de um futuro incognoscível. Em outras palavras, “as pessoas reconhecem que seu futuro econômico é incerto (nãoergódico) e não pode ser previsto com segurança a partir de informações de mercados existentes. Consequentemente, as despesas de investimento nas instalações de produção e o desejo das pessoas de economizar são tipicamente baseadas em expectativas diferentes de um futuro incerto e incognoscível. Isso significa que, em um mundo incerto, os lucros futuros “não podem ser previstos com segurança a partir de informações de mercado existentes, nem determinados endogenamente através da propensão atual de economia planejada para os geradores de renda [...] Assim, a menos que se presume que os empresários possam prever com precisão o futuro daqui até a eternidade, as expectativas atuais de rendimento em perspectiva devem depender do otimismo ou pessimismo animal dos empresários” [Paul Davidson, John Maynard Keynes, pp. 62–3] Então, sim, no capitalismo você pode determinar o custo (preço) de um edifício, mas a decisão de construir é baseada em estimativas e suposições do futuro, para usar as palavras de Mises “vagas estimativas”. Uma mudança no mercado pode significar que mesmo um prédio construído exatamente com os custos esperados não gera lucro e, portanto, fica vazio. Mesmo em termos de “cálculo exato” dos insumos, esses dados podem mudar, comprometendo o custo final projetado e a margem de lucro. Para uma boa explicação dos problemas da incerteza, devemos recorrer a Keynes, que o colocou no centro de sua análise do capitalismo. “Os resultados reais de um investimento a longo prazo”, argumentou Keynes, “raramente concordam com a expectativa inicial”, pois “nosso conhecimento existente não fornece uma base suficiente para uma expectativa matemática calculada. De fato, todos os tipos de considerações entram na avaliação de mercado que não são de forma alguma relevantes para o rendimento em perspectiva.” Ele ressaltou que “as decisões humanas que afetam o futuro, sejam pessoais, políticas ou econômicas, não podem depender de estritas expectativas matemáticas, já que a base para esses cálculos não existe”. Ele também sugeriu que o “principal resultado” da flexibilidade salarial “seria causar uma grande instabilidade de preços, tão violenta que talvez tornasse inúteis os cálculos de negócios”. [The General Theory, p. 152, pp. 162–3 e p. 269] Pode-se dizer o mesmo de outros preços também. Como Proudhon argumentou décadas antes de Mises proclamar o socialismo impossível, o lucro é, em última análise, um valor desconhecido. Sob o capitalismo, os salários são o “mínimo que pode ser dado” a um trabalhador: “isto é, não sabemos”. O “preço da mercadoria colocada no mercado” pelo capitalista será o “mais alto que ele puder obter; isto é, novamente, não sabemos.” A economia “admite” que “os preços de mercadorias e mão-de-obra [...] podem ser estimados” e “que a estimativa é essencialmente uma operação arbitrária, que nunca pode levar a conclusões seguras e certas”. Assim, o capitalismo é baseado “Na relação entre duas incógnitas” que “não podem ser determinadas”. [System of Economical Contradictions, p. 64] Então, sob o capitalismo, todas as decisões estão “tateando no escuro”. O que pode e leva a alocações ineficientes de recursos: “Isso leva, a dizer, a um investimento mal direcionado. Além disso, é uma característica essencial do boom que investimentos que de fato rendam, digamos, 2% em condições de pleno emprego, são feitos na expectativa de um rendimento de, digamos, 6%, e são avaliadas de acordo. Quando chega a desilusão, essa expectativa é substituída por um “erro de pessimismo” contrário, com o resultado de que os investimentos, que de fato renderiam 2% em condições de pleno emprego, espera-se que produza menos que nada; e o colapso resultante de novos investimentos leva a um estado de desemprego no qual os investimentos, que renderiam 2% em condições de pleno emprego, de fato produz menos que nada. Chegamos a uma condição em que há falta de casas, mas onde, no entanto, ninguém pode se dar ao luxo de morar nas casas que existem.” [Keynes, op. Cit. 321–2] Assim, a incerteza e as expectativas de lucro podem levar a ineficiências e desperdícios maciços de alocação. É claro que Mises presta uma menção a essa incerteza dos mercados. Ele observou que existem “alternâncias incessantes em outros

dados econômicos” e que as relações de troca estão “sujeitas a constantes [...] flutuações”, mas essas “flutuações perturbam os cálculos de valor apenas no menor grau”. Ele admitiu que “alguns erros são inevitáveis nesse cálculo”, mas tenha certeza “de que restos de incerteza entram no cálculo da incerteza das condições futuras, que é um concomitante inevitável da natureza dinâmica da vida econômica”. [Op. Cit.p. 98, p. 110 e p. 111] Então, um tanto ironicamente, Mises assumiu que, ao atacar o socialismo, que os preços são tão fluidos que nenhuma agência central de planejamento jamais poderia calcular seu preço correto e, portanto, aloca recursos de forma ineficiente mesmo quando se trata de capitalismo, já que os preços não são tão fluidos e dificultam as decisões de investimento! A questão é: o capitalismo reduz ou aumenta essas incertezas? Podemos sugerir que o capitalismo acrescenta duas camadas extras de incerteza. Como em qualquer economia, existe a incerteza de que os bens produzidos atenderão a uma necessidade real de outras pessoas (ou seja, que tenham um valor de uso). O mercado adiciona outra camada de incerteza ao adicionar a necessidade de seu preço exceder os custos de um mercado. Finalmente, o capitalismo acrescenta outro nível de incerteza, na medida em que a classe capitalista deve obter lucros suficientes também. Assim, independentemente de quanto as pessoas precisem de um bem específico, se os capitalistas não puderem lucrar com isso, ele não será produzido. A incerteza, é claro, afligirá uma sociedade comunista-anarquista. Ocorrerão erros na alocação de recursos, com algumas mercadorias sendo superproduzidas às vezes e subproduzidas em outras. No entanto, uma sociedade comunista remove a incerteza adicional associada à economia capitalista, pois esses erros não levam a quedas gerais, pois as perdas resultam no fracasso das empresas e no aumento do desemprego. Em outras palavras, sem a sociedade do cálculo econômico perfeito de Mises, a sociedade não será mais afetada pela incerteza associada ao sistema de lucro. Significativamente, há desenvolvimentos no capitalismo que apontam para os benefícios do comunismo na redução da incerteza. Este é o surgimento da corporação em grande escala. De fato, muitas empresas capitalistas se expandem precisamente para reduzir as incertezas associadas aos preços de mercado e seu impacto (negativo) nos planos que fazem. Assim, as empresas se integram horizontalmente por aquisição para obter mais controle sobre as decisões de investimento e fornecimento, bem como verticalmente para estabilizar custos e garantir a demanda pelos insumos necessários. Como observou o economista John Kenneth Galbraith, quando o investimento é grande, “a forma de incerteza do mercado é tão séria quanto a que envolve os termos e condições em que o capital é obtido”. Como resultado, os fundos internos são usados de tal forma que “a empresa possui uma fonte segura de capital” e “não enfrenta mais os riscos do mercado”. Isso se aplica a outros insumos, pela “empresa não poder prever e programar satisfatoriamente ações futuras ou se preparar para contingências se não souber quais serão seus preços, quais serão suas vendas, quais serão seus custos, incluindo mão-de-obra e capital, e quais estarão disponíveis a esses custos . Se o mercado não for controlado, ele não saberá essas coisas [...] Muito do que a empresa considera como planejamento consiste em minimizar as influências descontroladas do mercado. ” Isso explica em parte por que as empresas crescem (a outra razão é dominar o mercado e colher lucros oligopolistas). O “mercado é substituído pela integração vertical”, pois a empresa “assume a fonte de suprimento ou a saída” . Isso “não elimina a incerteza do mercado”, mas substitui “A incerteza grande e incontrolável quanto ao preço” dos insumos com “incertezas menores, mais difusas e mais gerenciáveis” , como os custos da mão-de-obra. Uma grande empresa só pode controlar o mercado, “reduzindo ou eliminando a independência de ação” daqueles a quem vende ou compra. Isso significa que o comportamento de outras pessoas pode ser controlado, de modo que “a incerteza quanto a esse comportamento é reduzida”. Finalmente, a publicidade é usada para influenciar a quantidade vendida. As empresas também “eliminam a incerteza do mercado” ao “celebrar contratos especificando preços e valores a serem fornecidos ou comprados por períodos substanciais de tempo”, portanto “Uma das estratégias para eliminar a incerteza do mercado é eliminar o mercado”. [The New Industrial State p. 47, pp. 30–6 e p. 47] Obviamente, essas tentativas de reduzir a incerteza dentro do capitalismo são incompletas e sujeitas ao colapso. Tais sistemas de planejamento podem entrar em conflito com outros (por exemplo, o surgimento de empresas japonesas nas décadas de 1970 e 1980 e subsequente declínio da energia industrial americana). Eles são centralizados, hierarquicamente estruturados e baseados no planejamento central descendente (e, portanto, sujeitos aos problemas de informação que destacamos na seção I.1.2). As forças do mercado podem se reafirmar, zombando até dos melhores planos organizados. No entanto, essas tentativas de transcender o mercado dentro do capitalismo, por mais incompletas que sejam, mostram um grande problema em depender de mercados e preços de mercado para alocar

recursos. Eles acrescentam uma camada extra de incerteza que garante que investidores e empresas estejam tão no escuro sobre suas decisões quanto Mises argumentou que os planejadores centrais estariam. Como tal, afirmar como Mises faz que a produção no socialismo pode "Nunca se basear na base de um cálculo exato do valor" está de alguma forma implorando para a pergunta. [Op. Cit. p. 109] Isso ocorre porque saber o preço "exato" de um investimento não faz sentido, pois a questão-chave é se ele obtém lucro ou não - e isso é desconhecido quando é feito e se faz uma perda, ainda é um desperdício de dinheiro. Recursos! Portanto, não se segue que o conhecimento dos preços atuais permita uma alocação eficiente de recursos (supondo, é claro, que lucratividade seja equivalente a utilidade social). Em resumo, Mises ignorou totalmente as questões da incerteza (não sabemos e não podemos conhecer o futuro) e o impacto coletivo das decisões individuais. As decisões de produção e investimento são tomadas com base nas expectativas sobre lucros futuros, mas esses lucros (esperados) dependem (em parte) de quais outras decisões estão sendo e serão tomadas. Isso ocorre porque eles afetarão a oferta agregada futura de um preço bom e, portanto, de mercado, o preço dos insumos e a distribuição da demanda efetiva. Na tomada de decisão baseada no mercado (e tão fragmentada e atomística) que Mises assume, qualquer decisão de produção e investimento é tomada com base na inevitável ignorância das ações de outras pessoas e dos resultados dessas ações. É claro que há incerteza que afetaria todos os sistemas sociais (como o clima, a descoberta de novas fontes de energia, matérias-primas e tecnologia, mudanças nas necessidades dos clientes e assim por diante). No entanto, os sistemas baseados no mercado adicionam níveis extras de incerteza pela falta de comunicação entre os tomadores de decisão, além de fazer do lucro o princípio essencial do racionalismo econômico. Portanto, em termos da afirmação de Mises de que apenas o capitalismo garante que o sucesso possa ser "avaliado com antecedência", fica claro que, na realidade, esse sistema é tão marcado por "tatear no escuro" quanto qualquer outro. Qual é a alegação de que apenas os mercados podem garantir que o sucesso de um projeto seja "posteriormente determinado retrospectivamente"? Com isso, Mises faz uma suposição falha - ou seja, a noção dúbia de que o que é lucrativo é certo. Assim, economicamente é identificado com rentável. Portanto, mesmo se assumirmos que os preços fornecem informações suficientes para a tomada racional de decisões, que a economia salta de um estado de equilíbrio para outro e que os capitalistas podem prever o futuro, o fato estranho é que maximizar o lucro não é o mesmo que maximizar o bem-estar humano. Nem o bem-estar nem a eficiência são iguais à lucratividade, pois este último não leva em consideração a necessidade. Atender às necessidades não é "retrospectivamente determinado" no capitalismo, apenas lucros e perdas. Um investimento pode falhar não porque não é necessário, mas porque não há demanda efetiva devido a desigualdades de renda. Portanto, é importante lembrar que a distribuição de renda determina se algo é um uso "eficiente" de recursos ou não. Como Thomas Balogh observou, a renda real "É medido em termos de um determinado conjunto de preços vigentes em um determinado período e que esses preços refletirão a distribuição predominante de renda. (Sem milionários de petróleo texanos aqui, haveria pouca chance de vender um Roll-Royce azul bebê [...] a um preço dez vezes maior do que a renda anual de um pequeno agricultor ou cortador de grama)." [The Irrelevance of Conventional Economics, pp. 98-9] A demanda do mercado por commodities, que aloca recursos entre usos, baseia-se não no gosto dos consumidores, mas na distribuição do poder de compra entre eles. Ironicamente, isso foi mencionado por Mises como parte de seu ataque ao socialismo, argumentando que os planejadores centrais não podiam usar os preços atuais pois "A transição para o socialismo deve, como consequência do nivelamento das diferenças de renda e os reajustes resultantes no consumo e, portanto, na produção, alterar todos os dados econômicos". [Op. Cit. p. 109] Ele não mencionou o impacto que isso tem em termos de "eficiência" ou lucratividade! Afinal, o que é e o que não é rentável ("eficiente") depende da demanda efetiva, que por sua vez depende de uma distribuição de renda específica. Processos de produção idênticos tornam-se eficientes e ineficientes simplesmente pela redistribuição da renda dos ricos para os pobres e vice-versa. Da mesma forma, as mudanças nos preços de mercado podem tornar os investimentos lucrativos uma vez rentáveis, sem afetar as necessidades que eles satisfaziam. E isso, obviamente, pode ter sérios impactos no bem-estar humano. Conforme discutido na seção C.1.5, isso se torna mais óbvio durante a fome. Como observa Allan Engler, "[quando] é negado às pessoas o acesso aos meios de subsistência, a mão invisível das forças de mercado não intervém em seu nome. O equilíbrio entre oferta e demanda não tem conexão necessária com a necessidade humana. Por exemplo, suponha um país de um milhão de pessoas no qual 900.000 não tenham meios de subsistência. Um milhão de bushels de

trigo são produzidos. Toda a safra é vendida para 100.000 pessoas por US \$ 10 por alqueire. A oferta e a demanda estão em equilíbrio, mas 900.000 pessoas enfrentarão a fome. ” [Apostles of Greed, pp. 50–51] Caso alguém ache que isso acontece apenas na teoria, o exemplo de numerosas fomes (da fome irlandesa da década de 1840 à dos países africanos na década de 1980) dá um exemplo clássico disso na prática, com proprietários ricos que exportam alimentos para outras nações, enquanto milhões passam fome. Portanto, as consequências distributivas do sistema de mercado causam estragos em qualquer tentativa de definir o que é e o que não é um uso ”eficiente” de recursos. Como os mercados informam apenas por ’saída’ - alguns produtos encontram um mercado, outros não - ’voz’ está ausente. A operação de ’saída’ em vez de ’voz’ deixa para trás os que não têm poder no mercado. Por exemplo, os ricos não compram alimentos envenenados com aditivos, os pobres os consomem. Isso significa que uma divisão cresce entre dois ambientes: um habitado por aqueles com riqueza e outro habitado por aqueles sem ela. Como pode ser visto na atual prática capitalista de “exportar poluição” para os países em desenvolvimento, esse problema pode ter sérios efeitos ecológicos e sociais. Portanto, longe do mercado ser uma ”democracia” baseada em ”um dólar, um voto”, é uma oligarquia na qual, por exemplo, os ”79.000 americanos que ganharam o salário mínimo em 1987 têm a mesma influência [ou ”votos”] que Michael Milken, que ’ganhou’ tanto quanto todos eles juntos”. [Michael Albert e Robin Hahnel, *The Political Economy of Participatory Economics*, p. 21] Um economista dissidente afirma o cego óbvio, a saber, que “o mercado e a democracia se chocam em um nível fundamental. A democracia segue o princípio de ’um homem (uma pessoa), um voto’. O mercado segue o princípio de ’um dólar, um voto’. Naturalmente, o primeiro dá peso igual a cada pessoa, independentemente do dinheiro que ela possui. Este último dá maior peso às pessoas mais ricas. ”Isso significa que o mercado é automaticamente distorcido em favor dos ricos e, portanto, “levar tudo ao mercado significa que os ricos podem ser capazes de realizar até o elemento mais frívolo de seus desejos, enquanto os pobres podem não ser capazes de para sobreviver - assim, o mundo gasta vinte vezes mais dinheiro em pesquisas com drogas para emagrecer do que com malária, que mata mais de um milhão de vidas e debilita milhões a mais nos países em desenvolvimento a cada ano. ” [Ha-Joon Chang, *Bad Samaritans*, p. 172 e p. 174] Em outras palavras, os mercados são sempre tendenciosos em favor da demanda efetiva, ou seja, em favor das demandas das pessoas com dinheiro e, portanto, nunca podem (exceto nas abstrações imaginárias da economia neoclássica) alocar as necessidades da vida para aqueles que precisam mais. Assim, uma simples redistribuição de riqueza (por meio de sindicatos militantes ou do estado de bem-estar social, por exemplo) poderia tornar bons investimentos anteriormente ”ruins” simplesmente porque a nova renda permite àqueles que anteriormente precisavam, mas não podiam pagar o bem ou serviço em questão. Portanto, apenas porque algo causa uma perda em uma distribuição de renda não significa que seja um uso ineficiente de recursos no sentido de atender às necessidades humanas (e poderia gerar lucro sob outra distribuição de riqueza mais igualitária). É importante lembrar que, para os ”austríacos”, as preferências são demonstradas por meio da ação no mercado e não estão interessadas em opiniões, portanto, qualquer preferência que não seja expressa por ação é irrelevante para eles. Portanto, qualquer tentativa de priorizar coletivamente, por exemplo, a construção de moradias decentes para todos, fornecer assistência médica a todos, abolir a pobreza e assim por diante, são todos considerados usos ”ineficientes” dos recursos, já que aqueles que os recebem normalmente não seriam capazes de pagar eles e, conseqüentemente, realmente não os desejam de qualquer maneira (como eles não expressam esse desejo pelas trocas de mercado!). No entanto, isso ignora o fato estranho de que, no mercado, as pessoas só podem agir se tiverem dinheiro para divulgar suas preferências. Assim, quem tem uma necessidade, mas não tem dinheiro, não conta para determinar se o mercado é eficiente ou não. Simplesmente não há espaço para pessoas reais que podem ser prejudicadas por mercados reais. Como argumenta a economista Amartya Sen, o funcionamento de um mercado capitalista ”puro”, conforme desejado por economistas ”austríacos” e outros proprietários, “Pode ser problemático, uma vez que as consequências reais da operação desses direitos podem, possivelmente, incluir resultados terríveis. Pode, em particular, levar à violação da liberdade substantiva dos indivíduos para alcançar as coisas às quais eles têm motivos para atribuir grande importância, incluindo escapar da mortalidade evitável, ser bem nutridos e saudáveis, ser capaz de ler, escrever e contar etc.” De fato, “mesmo uma fome gigantesca pode ocorrer sem que os direitos ”libertários”[de direita] de ninguém (incluindo direitos de propriedade) sejam violados. Os destituídos, como os desempregados ou os empobrecidos, podem morrer de fome precisamente porque seus ’direitos’ [...] não lhes dão comida suficiente. ” Da

mesma forma, "privação", como "desnutrição regular", a "falta de assistência médica para doenças curáveis" pode "coexistir com todos os direitos libertários [direitos] (incluindo direitos de propriedade) sendo totalmente satisfeitos". [[Development as Freedom, p. 66] Tudo isso, que deve ser enfatizado, é ignorado no caso "austríaco" contra o socialismo. Por fim, se ao fornecer alimento aos animais de estimação de uma pessoa rica se obtém lucro, torna-se um uso mais econômico e eficiente do recurso do que fornecer alimentos a vítimas de fome que não podem comprar alimentos no mercado. Portanto, nunca se deve esquecer que os "austríacos" insistem que apenas as preferências demonstradas em ação são reais. Se você não pode atuar no mercado (ou seja, comprar algo), sua necessidade não é real. Em outras palavras, se uma pessoa perde seu emprego e, como consequência, perde sua casa, então, de acordo com essa lógica, ela não "precisa" de uma casa, como mostra sua "preferência demonstrada" (ou seja, suas reais escolhas em ação) que eles realmente valorizam viver sob uma ponte (supondo que obtenham o acordo de proprietários da ponte, é claro). Além disso, esse fato óbvio mostra que a afirmação "austríaca" de que a intervenção no mercado sempre reduz a utilidade social não pode ser suportada. O argumento de que o mercado maximiza a utilidade baseia-se em assumir uma determinada alocação de recursos antes do início do processo de troca livre. Se alguém não tem renda suficiente para, digamos, comprar comida ou tratamento médico essencial, isso não se reflete no mercado. Se a riqueza é redistribuída e eles obtêm acesso aos bens em questão, então (obviamente) sua utilidade aumentou e é discutível se a utilidade social diminuiu, pois a desutilidade do milionário que foi tributado para alcançá-la não pode ser comparada para isso. Significativamente, aqueles "austríacos" que tentaram provar que toda intervenção no mercado reduz a utilidade social falharam. Por exemplo, como observa um economista dissidente "austríaco", enquanto Murray Rothbard "Alegou que ele ofereceu um argumento puramente dedutivo" de que a intervenção estatal sempre reduzia a utilidade social "seu argumento [era] logicamente defeituoso". Ele simplesmente assumiu que a utilidade social era reduzida, embora não desse razão para tal suposição, pois admitiu que comparações interpessoais de utilidade eram impossíveis. Para alguém "que pede que suas afirmações sejam testadas apenas pela lógica", suas conclusões finais sobre a intervenção do Estado "não procedem" e exibem "uma autocontradição descuidada" [David L. Prychitko, Markets, Planning and Democracy, p. 189, p. 111 e p. 110] Em resumo, então, em termos de feedback dizer que, se algo deu lucro, foi produzido com eficiência, confunde eficiência e necessidade com rentabilidade e demanda efetiva. Algo pode gerar lucro impondo custos por meio de externalidades e diminuindo a qualidade. Da mesma forma, um bem pode não ter lucro, apesar de ser necessário, simplesmente porque as pessoas não podem pagar por isso. Como tal, Mises errou ao afirmar que "entre a produção para lucro e a produção por necessidade, não há contraste". [Socialism p. 143] De fato, parece incrível que alguém que afirma ser economista possa fazer esse comentário. Como Proudhon e Marx (como Smith e Ricardo antes deles) deixaram claro, uma mercadoria para ser trocada deve primeiro ter um valor de uso (utilidade) para os outros. Assim, produção para lucro, por definição, significa produção para "uso" - caso contrário, a troca não aconteceria. O que os socialistas estavam destacando ao contrastar a produção para o lucro precisar era, em primeiro lugar, que essa necessidade vem após o lucro e, portanto, sem lucro, um bem não será produzido, não importa quantas pessoas precisem. Em segundo lugar, destaca o fato de que durante as crises o capitalismo é marcado por uma superprodução de bens, reduzindo os lucros, interrompendo a produção, enquanto as pessoas que precisam desses bens ficam sem eles. Assim, o capitalismo é marcado por pessoas sem-teto que vivem próximas a moradias vazias e pessoas famintas vendo alimentos exportados ou destruídos para maximizar o lucro. Por fim, se o capitalista não obtém lucro, é um investimento ruim - independentemente de poder ser usado para atender às necessidades das pessoas e, assim, melhorar sua vida. Em outras palavras, Mises ignora a própria base do capitalismo (produção para lucro) e a descreve como produção visando a satisfação direta dos consumidores. Da mesma forma, que algo gera lucro não significa que seja um uso eficiente dos recursos. Se, por exemplo, esse lucro é alcançado pela imposição de externalidades de poluição ou pelo poder de mercado, não se pode dizer que a sociedade como um todo, e não só os capitalistas, tenha se beneficiado. Da mesma forma, sistemas não baseados no mercado podem ser vistos como mais eficientes que sistemas baseados no mercado em termos de resultado. Por exemplo, tornar os cuidados de saúde disponíveis para todos que precisam, e não para aqueles que podem pagar, é economicamente "ineficiente" aos olhos "austríacos", mas apenas um ideólogo afirma que não devemos fazê-lo por causa disso, principalmente porque podemos apontar para o fato estranho de que os sistemas de saúde mais

privatizados nos EUA e no Chile são mais ineficientes do que os sistemas nacionalizados em outras partes do mundo. Os custos administrativos são mais altos e as sociedades em questão pagam muito mais por um nível equivalente de tratamento. Certamente, pode-se argumentar que os sistemas privatizados não são verdadeiramente privados, mas o fato incômodo permanece - o sistema mais baseado no mercado é pior, em termos de cobertura da população, custo do tratamento, burocracia e resultados de saúde por libra gasta. Além disso, em uma sociedade altamente desigual, os custos são externalizados aos da base da hierarquia social. As consequências são prejudiciais, como sugerido pelo jornal utilizado para disfarçar essa realidade. Por exemplo, existe o que se chama "aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho". "Flexibilidade" parece ótimo: estruturas rígidas não são atraentes e dificilmente adequadas ao crescimento humano. Na realidade, como Noam Chomsky aponta "Flexibilidade significa insegurança. Isso significa que você vai dormir à noite e não sabe se tem um emprego amanhã de manhã. Isso é chamado de flexibilidade do mercado de trabalho, e qualquer economista pode explicar que isso é uma coisa boa para a economia, onde por 'economia' agora entendemos o lucro. Não queremos dizer com 'economia' a maneira como as pessoas vivem. Isso é bom para a economia e os empregos temporários aumentam a flexibilidade. Os baixos salários também aumentam a insegurança no emprego. Eles mantêm a inflação baixa. Isso é bom para pessoas que têm dinheiro, digamos, detentores de títulos. Então, tudo isso contribui para o que é chamado de 'economia saudável', ou seja, uma com lucros muito altos. Os lucros estão indo bem. Os lucros corporativos estão aumentando. Mas para a maioria da população, implica em circunstâncias muito sombrias. E circunstâncias sombrias, sem muita perspectiva de futuro, podem levar a ações sociais construtivas, mas a falta, pode fazer com que se expressem por meio da violência. [Keeping the Rabble in Line, pp. 283-4] Portanto, simplesmente não se pode supor que o que é bom para a economia (lucros) seja equivalente ao que é bom para as pessoas (pelo menos para a classe trabalhadora). Assim, os "austríacos" valorizam a lucratividade acima de tudo e essa suposição está na raiz do "Argumento de Cálculo" contra o socialismo, mas isso só faz sentido apenas na medida em que eficiência é confundida com lucro. O mercado investirá em carvão se os lucros forem maiores e, ao fazê-lo, contribuir para o aquecimento global. Negará assistência médica aos doentes (sem lucro e, portanto, é ineficiente), contribuindo, digamos, para uma bolha imobiliária, porque gera lucros a curto prazo, fornecendo empréstimos a pessoas que realmente não podem pagar. Ele apoiará todos os tipos de atividades econômicas, independentemente do impacto mais amplo, e assim a "eficiência" (ou seja, lucros) pode, e contradiz, a sabedoria e a ética e, portanto, uma alocação eficiente de recursos para atender às necessidades das pessoas. Por fim, nossa crítica até agora ignorou as crises periódicas que atingem as economias capitalistas que produzem desemprego maciço e perturbações sociais - crises que são devidas a pressões subjetivas e objetivas sobre a operação do mecanismo de preços (consulte a seção C.7 para detalhes). Na alta, quando as expectativas são dinâmicas, as empresas investem e produzem uma expansão que se reforça mutuamente. No entanto, o efeito líquido de tais decisões eventualmente leva ao excesso de investimento, excesso de capacidade e superprodução - investimentos ruins e desperdício dos recursos incorporados. Isso leva a lucros abaixo do esperado, as expectativas mudam para pior e o boom se transforma em fracasso, equipamentos de capital são descartados, trabalhadores estão desempregados e recursos são desperdiçados ou deixados ociosos. Numa crise, vemos a contradição entre o valor de uso e o valor de troca que vem à tona. Os trabalhadores não são menos produtivos do que quando a crise começou, os bens e serviços que eles criam não são menos necessários do que antes. Os meios de produção são apenas produtivos como eram. Ambos são tão capazes quanto antes de proporcionar a todos um padrão de vida decente. Mesmo que as pessoas sejam desabrigadas, a habitação permanece vazia. Mesmo que as pessoas precisem de bens, a produção é interrompida. Mesmo que as pessoas desejem empregos, os locais de trabalho estão fechados. No entanto, de acordo com a lógica do "exato" "Cálculo econômico", a produção agora é "ineficiente" e deve ser encerrada, os trabalhadores desempregados e espera-se que encontrem trabalho forçando os salários dos sortudos o suficiente para permanecerem empregados na esperança de que os donos dos meios de produção achem rentável explorá-los tanto quanto antes (pois quando os tempos difíceis chegam, nunca demora para que alguém sugira que o retorno da prosperidade exige sacrifícios na base e, é lógico dizer que os economistas "austríacos" são geralmente os primeiros a fazê-lo). Isso sugere que a alocação eficiente de recursos se torna sem sentido se sua realidade for um ciclo em que os consumidores ficarão sem bens essenciais devido à escassez e aos altos preços, seguidos pelas empresas que quebram por causa da superprodução e dos baixos preços.

Esse processo arruina um grande número de vidas das pessoas, sem mencionar o desperdício de vastos estoques de equipamentos e bens produtivos. Sempre há pessoas que precisam dos bens superproduzidos e, portanto, o mercado aumenta a incerteza, pois há uma diferença entre a superprodução de bens e a superprodução de commodities. Se mais bens fossem produzidos em uma sociedade comunista, isso poderia significar um desperdício de recursos, mas, diferentemente do capitalismo, não produziria uma situação de crise! Portanto, em uma economia capitalista real, existem inúmeras razões para decisões de investimento aparentemente racionais darem errado. Não que esses investimentos produzam bens de que as pessoas não precisam, simplesmente que o "exato" "Cálculo econômico" indica que eles não estão obtendo lucro e, portanto, são um uso "ineficiente" de recursos. No entanto, é questionável ao extremo argumentar que, se (graças a uma recessão) os trabalhadores não puderem mais comprar comida, será uma alocação "eficiente" de recursos que eles passam fome. Da mesma forma, durante a Grande Depressão, o governo americano (sob o New Deal) contratou cerca de 60% dos desempregados em obras públicas e projetos de conservação. Eles viram um bilhão de árvores plantadas, o guindaste convocado salvou, a modernização da América rural e a construção (entre outras) da Catedral da Aprendizagem em Pittsburgh, a capital do estado de Montana, o complexo Lincoln Tunnel e Triborough Bridge de Nova York, o vale do Tennessee Autoridade, além de construir ou reformar 2.500 hospitais, 45.000 escolas, 13.000 parques e playgrounds, 7, 800 pontes, 700.000 milhas de estradas, 1.000 aeroportos, além de empregar 50.000 professores e reconstruir todo o sistema escolar rural do país. Todos esses esquemas podem realmente ser considerados um desperdício de recursos simplesmente porque nunca teriam feito ao capitalista lucro? Naturalmente, nossa discussão é afetada pelo fato de que o capitalismo "realmente existente" possui várias formas de intervenção estatal. Algumas delas "socializam" custos e riscos, como a criação pública de uma infraestrutura e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Dado que grande parte da pesquisa e desenvolvimento é realizada por meio de financiamento estatal (por meio de universidades, compras militares etc.) e (é claro!) Os lucros de tais pesquisas são privatizados, surge a dúvida se a pesquisa inicial teria avançado se os custos não tivessem sido "Socializado"? O cálculo "exato" de Mises resultou em, digamos, a internet sendo desenvolvida? Se, como parece provável, não, não significa que nosso uso atual da World Wide Web seja um uso ineficiente de recursos? Depois, existem as inúmeras intervenções estatais que existem para garantir que certas atividades se tornem "eficientes" (ou seja, lucrativas), como especificar e defender os direitos de propriedade intelectual, a responsabilidade limitada das empresas e a aplicação dos direitos de propriedade capitalistas (sobre a terra, por exemplo). Embora tomemos como certa essa atividade ao avaliar o capitalismo, elas são sérias imperfeições no mercado e, portanto, o que conta como um uso "eficiente" dos recursos. Outras intervenções estatais visam reduzir a incerteza e estabilizar o mercado, como o bem-estar mantendo a demanda agregada. A remoção dessas "imperfeições" no mercado afetaria substancialmente a persuasão do caso de Mises. "Os dados que temos", observa Doug Henwood, "não dão suporte à noção de que o século XIX era mais 'estável' do que o século XX [...] o nível de preços oscilava em todo o lugar, com períodos de inflação alternando com períodos de deflação e o crescimento do PIB nas últimas três décadas ... foi igualmente volátil. Os bustos foram selvagens, resultando em grandes falências bancárias e tempos muito magros para trabalhadores e agricultores." [After the New Economy p. 242] Observando os dados do ciclo de negócios na América, o que fica claro é que algumas dessas quedas regulares do século XIX foram extremamente longas: o pânico de 1873, por exemplo, foi seguido por uma recessão que durou 5 anos e meio. A Bolsa de Nova York fechou por dez dias e 89 das 364 ferrovias do país faliram. Um total de 18.000 empresas faliram entre 1873 e 1875. O desemprego atingiu 14% em 1876, durante um período que ficou conhecido como a Depressão Longa. As obras ficaram atrasadas, os salários foram cortados, os valores imobiliários caíram e os lucros das empresas desapareceram. Diante disso, dada a tendência do capitalismo à crise e a ignorar as necessidades reais em favor da demanda efetiva, é muito melhor estar aproximadamente certo do que precisamente errado. Em outras palavras, o cálculo econômico que Mises celebra regularmente leva a situações em que as pessoas sofrem porque mostra precisamente que os locais de trabalho devem fechar porque, embora nada tenha mudado em sua produtividade e na necessidade de seus produtos, eles não podem mais obter lucro. Dizer, no meio de uma crise, que as pessoas devem ficar sem trabalho, ficar desabrigadas e passar fome porque o cálculo econômico prova que não há necessidade de emprego, casas e alimentos mostra a irracionalidade de glorificar o "cálculo econômico" como o fim toda a alocação de recursos. Em resumo, então, não só é possível o comunismo

libertário, mas o próprio capitalismo torna o cálculo econômico problemático e a alocação de recursos ineficiente. Dada a incerteza sistemática que implica a dinâmica do mercado e as tendências à crise inerentes ao sistema, o “cálculo econômico” garante que os recursos sejam desperdiçados. Usar os critérios de lucro como medida de “eficiência” também é problemático, pois garante que as necessidades reais sejam ignoradas e coloca a sociedade em situações frequentes (crises) em que o “cálculo econômico” assegura que as indústrias se fechem, garantindo assim que bens e serviços necessários para as pessoas não é mais produzido. Como Proudhon disse, no capitalismo “há uma oscilação infeliz entre usura e falência”. [Proudhon’s Solution of the Social Problem p. 63] Para os anarquistas, essas desvantagens da alocação capitalista são óbvias. Igualmente óbvia é a razão pela qual Mises falhou em discuti-las: em última análise, como a economia neoclássica, a escola “austríaca” busca elogiar o capitalismo em vez de entendê-lo.

I.2 Este é um modelo para uma sociedade anarquista?

Não, longe disso. Não pode haver um "plano" para uma sociedade livre. O "anarquismo", como Rocker corretamente enfatizou, "não é uma solução patente para todos os problemas humanos, nem uma utopia de uma ordem social perfeita, como costuma ser chamada, uma vez que, em princípio, rejeita todos os esquemas e conceitos absolutos. Ele não acredita em nenhuma verdade absoluta ou em objetivos finais definidos para o desenvolvimento humano, mas em uma variedade ilimitada dos arranjos sociais e das condições de vida humana, que estão sempre lutando por formas mais elevadas de expressão e às quais, por essa razão, não podemos atribuir nenhum fim definido nem estabelecer uma meta fixa". [Anarcho-Syndicalism, p. 15] Tudo o que podemos fazer aqui é indicar as características gerais que acreditamos que uma sociedade livre deve ter para se qualificar como verdadeiramente libertária. Por exemplo, uma sociedade baseada na gestão hierárquica no local de trabalho (como o capitalismo) não seria libertária e logo veria estados públicos ou privados se desenvolvendo para proteger o poder daqueles que ocupavam as primeiras posições na hierarquia. Além dessas considerações gerais, no entanto, as especificidades de como estruturar uma sociedade não hierárquica devem permanecer abertas para discussão e experimentação: "O anarquismo, que significa Liberdade, é compatível com as mais diversas condições econômicas [e sociais], com a premissa de que elas não podem implicar, como no monopólio capitalista, a negação da liberdade". [D.A. de Santillan, *After the Revolution*, p. 95] Portanto, nossos comentários não devem ser vistos como um plano detalhado, mas como uma série de sugestões baseadas no que os anarquistas tradicionalmente advogam como uma alternativa ao capitalismo combinada com o que foi tentado em várias revoluções sociais. Os anarquistas sempre foram reticentes em expor sua visão do futuro com muitos detalhes, pois seria contrário aos princípios anarquistas serem dogmáticos sobre as formas precisas que a nova sociedade deve assumir. As pessoas livres criarão suas próprias instituições alternativas em resposta às condições específicas de sua área, bem como às suas necessidades, desejos e esperanças, e seria presunçoso da nossa parte tentar estabelecer políticas universais com antecedência. Como Kropotkin argumentou, uma vez que a expropriação da riqueza social pelas massas foi alcançada "Então, depois de um período de tatear, surgirá necessariamente um novo sistema de organização da produção e de troca [...] e esse sistema estará muito mais sintonizado com as aspirações populares e os requisitos de coexistência e relações mútuas do que qualquer teoria, por mais esplêndida, criada pelo pensamento e imaginação dos reformadores". Isso, no entanto, não o impediu de "prever agora que" em algumas áreas influenciadas pelos anarquistas "as fundações da nova organização serão a federação livre de grupos de produtores e a federação livre de Comunas e grupos em Comunas independentes". [No Gods, No Masters, vol. 1, p. 232] Isso ocorre porque o que pensamos agora influenciará o futuro, assim como a experiência real influenciará e mudará a maneira como pensamos. Dada a crítica libertária do estado e do capitalismo, certos tipos de organização social estão implícitos. Assim, nosso reconhecimento de que o trabalho assalariado cria relações sociais autoritárias e exploração sugere que um local de trabalho em uma sociedade livre só pode ser baseado em trabalho associado e cooperativo (ou seja, autogestão). Da mesma forma, dado que o estado é um órgão centralizado que delega o poder para cima, não é difícil imaginar que uma sociedade livre tenha instituições comunitárias federais e organizadas de baixo para cima. Além disso, dadas as maneiras pelas quais nossa sociedade não-livre moldou nossas formas de pensar, é provavelmente impossível imaginar que novas formas surgirão uma vez que a ingenuidade e a criatividade da humanidade sejam desencadeadas pela remoção de seus atuais grilhões autoritários. Assim, qualquer tentativa de pintar uma imagem detalhada do futuro estará fadada ao fracasso. Em última análise, os anarquistas pensam que "a nova sociedade deve ser organizada com a participação direta de todos os envolvidos, da periferia ao centro, livre e espontaneamente, no estímulo ao sentimento de solidariedade e sob pressão das necessidades naturais da sociedade". [E. Malatesta e A. Hamon, op.

Cit. vol. 2, p. 20] No entanto, os anarquistas estavam dispostos a especificar alguns princípios amplos, indicando a estrutura geral dentro da qual eles esperam que as instituições da nova sociedade cresçam. É importante enfatizar que esses princípios não são criações arbitrárias de intelectuais nas torres de marfim. Pelo contrário, baseiam-se nas estruturas políticas, sociais e econômicas reais que surgiram espontaneamente sempre que as pessoas da classe trabalhadora tentam soltar suas correntes durante eras de intensa atividade revolucionária, como a Comuna de Paris, a Revolução Russa, a Revolução Espanhola e a revolta húngara de 1956, França em 1968, a revolta argentina contra o neoliberalismo em 2001, para citar apenas alguns. É claro, a partir desses exemplos, que federações de conselhos de trabalhadores autogestionados e assembleias comunitárias aparecem repetidamente em revoltas populares, quando as pessoas tentam gerenciar seus próprios destinos diretamente, econômica e socialmente. Embora seus nomes e estruturas organizacionais específicas sejam diferentes, elas podem ser consideradas formas socialistas libertárias básicas, pois apareceram durante todos os períodos revolucionários. Por fim, essas organizações são as únicas alternativas à política, economia e sociedade autoritária— a menos que tomemos nossas próprias decisões, alguém o fará. Portanto, ao ler essas seções, lembre-se de que isso é apenas uma tentativa de esboçar os traços de um futuro possível. Não é de forma alguma uma tentativa de determinar exatamente como seria uma sociedade livre, pois tal sociedade livre será o resultado das ações de toda a sociedade, não apenas dos anarquistas. Como Malatesta argumentou: "É uma questão de liberdade para todos, liberdade para cada indivíduo, desde que respeite a igual liberdade dos outros". "Ninguém pode julgar com certeza quem está certo e quem está errado, quem está mais próximo da verdade ou qual é a melhor maneira de alcançar o maior bem para todos e para todas. A liberdade, associada à experiência, é a única maneira de descobrir a verdade e o que é melhor; e não há liberdade se houver uma negação da liberdade de errar." [Errico Malatesta: His Life and Ideas, p. 49] E, é claro, a vida real tem o hábito de revirar até as teorias, idéias e ideologias mais realistas. O marxismo, o leninismo, o monetarismo, o capitalismo de laissez-faire (entre outros) provaram repetidamente que a ideologia aplicada à vida real tem efeitos não previstos pela teoria anteriormente (embora nos quatro casos, seus efeitos negativos foram previstos por outros; no caso do marxismo e leninismo pelos anarquistas). Os anarquistas estão cientes disso, e é por isso que rejeitamos a ideologia em favor da teoria e por que hesitamos em criar projetos para o futuro. A história provou Proudhon repetidamente certo quando afirmou que "toda sociedade declina no momento em que cai nas mãos dos ideólogos". [System of Economical Contradictions, p. 115] Somente a vida, como Bakunin enfatizou, pode criar e, portanto, a vida deve informar a teoria - e, se a teoria está produzindo resultados adversos, é melhor revisá-la do que negar a realidade ou justificar os efeitos negativos que ela cria nas pessoas reais. Portanto, esta seção do FAQ não é uma descrição exata, mas sim uma série de sugestões (sugestões, enfatizamos, de experiências reais de revolta e organização da classe trabalhadora). Essas sugestões podem estar certas ou erradas e informadas pelos comentários de Malatesta que: "Não nos vangloriamos de possuir verdade absoluta; pelo contrário, acreditamos que a verdade social não é uma quantidade fixa, boa para todos os tempos, universalmente aplicável ou determinável com antecedência, mas que, em vez disso, uma vez garantida a liberdade, a humanidade prossegue descobrindo e agindo gradualmente com o menor número de revoltas e com o mínimo de atrito. Assim, nossas soluções sempre deixam a porta aberta para diferentes e, esperamos, melhores soluções." [Op. Cit. p.21] É por essa razão que os anarquistas, para citar Bakunin, pensam que a "revolução não deve ser feita apenas pelo bem do povo; também deve ser feita pelo povo." [No Gods, No Masters, vol. 1, p. 141] Os problemas sociais serão resolvidos no interesse da classe trabalhadora somente se os trabalhadores os resolverem. Isso se aplica a uma revolução social - ela só libertará a classe trabalhadora se as pessoas da classe trabalhadora fizerem elas mesmas, usando suas próprias organizações e poder. De fato, é o curso da luta pela mudança social, para corrigir problemas sociais, digamos, greves, ocupações, manifestações e outras formas de ação direta, que as pessoas possam transformar suas suposições sobre o que é possível, necessário e desejável. A necessidade de organizar suas lutas e ações garante o desenvolvimento de assembleias e outros órgãos do poder popular, a fim de administrar suas atividades. Eles criam, potencialmente, um meio alternativo pelo qual a sociedade pode ser organizada. Como Kropotkin argumentou, "[Qualquer] greve treina os participantes para uma gestão comum de assuntos." [citado por Caroline Cahm, and the Rise of Revolutionary Anarchism, p. 233] A capacidade das pessoas de administrar suas próprias vidas, e assim a sociedade, se torna cada vez mais aparente e a existência de autoridade hierárquica, do estado, do chefe ou de uma classe do-

minante, se torna claramente indesejável e desnecessária. Assim, a estrutura da sociedade livre será criada pelo próprio processo da luta de classes, à medida que as pessoas da classe trabalhadora criam as organizações necessárias para lutar por melhorias e mudanças dentro do capitalismo (ver seção I.2.3). Assim, a estrutura atual de uma sociedade anarquista e como ela se desenvolve e se molda depende das necessidades e desejos daqueles que vivem em tal sociedade ou estão tentando criar uma. É por isso que os anarquistas enfatizam a necessidade de assembléias de massa na comunidade e no local de trabalho e em sua federação de baixo para cima para gerenciar assuntos comuns. A anarquia só pode ser criada pela participação ativa da massa de pessoas. Nas palavras de Malatesta, uma sociedade anarquista seria baseada em "decisões tomadas em assembléias populares e realizadas por grupos e indivíduos que se voluntariaram ou estão devidamente delegados". o "sucesso da revolução" depende de "Um grande número de indivíduos com iniciativa e capacidade de realizar tarefas práticas: acostumando as massas a não deixar a causa comum nas mãos de poucos e delegando, quando a delegação é necessária, apenas para missões específicas e por tempo limitado." [Op. Cit. p. 129] Essa autogestão seria a base sobre a qual uma sociedade anarquista mudaria e se desenvolveria, com a nova sociedade criada por aqueles que vivem nela. Assim Bakunin: "A revolução em todos os lugares deve ser criada pelo povo, e o controle supremo deve sempre pertencer a pessoas organizadas em uma federação livre de associações agrícolas e industriais [...] organizadas de baixo para cima por meio de delegação revolucionária". [Michael Bakunin: Selected Writings, p. 172] E, não devemos esquecer que, embora possamos adivinhar aproximadamente como uma sociedade anarquista poderia começar inicialmente, não podemos fingir prever como ela se desenvolverá a longo prazo. Uma revolução social é apenas o começo de um processo de transformação social. Infelizmente, temos que começar onde estamos agora, não onde esperamos terminar! Portanto, nossa discussão refletirá, necessariamente, a sociedade atual, pois esta é a sociedade que estaremos transformando. Embora, para alguns, essa perspectiva possa não ter uma ruptura qualitativa suficiente com o mundo em que agora vivemos, é essencial. Precisamos oferecer e discutir sugestões de ação no aqui e agora, não para um futuro torto e super-desenvolvido que só pode existir anos, até décadas, após uma revolução bem-sucedida. Por exemplo, o objetivo final do anarquismo, enfatizamos, não é a autogestão dos locais de trabalho ou indústrias existentes dentro da mesma estrutura industrial produzida pelo capitalismo. No entanto, uma revolução sem dúvida verá a ocupação e a autogestão de grande parte da indústria existente e iniciaremos nossa discussão assumindo uma configuração semelhante à existente hoje. Isso não significa que uma sociedade anarquista continue assim, simplesmente apresentamos os estágios iniciais usando exemplos com os quais todos estamos familiarizados. É simplesmente o primeiro estágio de transformação da indústria em algo mais ecologicamente seguro, socialmente integrado e capacitado individual e coletivamente para as pessoas. Algumas pessoas pensam seriamente que, após uma revolução social, os trabalhadores continuarão usando a mesma tecnologia, nos mesmos locais de trabalho antigos, nos mesmos modos antigos e não mudando nada (exceto, talvez, a eleição de seus gerentes). Eles simplesmente transferem sua própria falta de imaginação para o resto da humanidade. Para os anarquistas, é "certo, no entanto, que, quando [os trabalhadores] se encontrarem como seus próprios senhores, modificarão o sistema antigo para se adequar à sua conveniência de várias maneiras [...] como o senso comum provavelmente sugere homens livres [e mulheres]." [Charlotte M. Wilson, Anarchist Essays p. 23] Portanto, temos poucas dúvidas de que os trabalhadores transformarão rapidamente seu trabalho, locais de trabalho e sociedade em um adequado para seres humanos, rejeitando o legado do capitalismo e criando uma sociedade que simplesmente não podemos prever. A ocupação dos locais de trabalho é, enfatizamos, simplesmente o primeiro estágio do processo de transformação deles e do resto da sociedade. Essas palavras dos grevistas logo antes da Greve Geral de Seattle de 1919 expressam bem essa perspectiva: "O trabalho não apenas encerrará as indústrias, mas o trabalho reabrirá, sob a administração dos negócios adequados, atividades necessárias para preservar a saúde pública e a paz pública. Se a greve continuar, os trabalhistas poderão se sentir levados a evitar o sofrimento do público reabrindo cada vez mais atividades, "SOB SUA PRÓPRIA GESTÃO." "E é por isso que dizemos que estamos começando em uma estrada que leva - ninguém sabe onde!" [citado por Jeremy Brecher, Strike! p. 110] A vida das pessoas em uma sociedade pós-revolucionária não se concentrará em empregos e locais de trabalho fixos, como fazem agora. A atividade produtiva continuará, mas não da maneira alienada de hoje. Da mesma forma, em suas comunidades, as pessoas aplicam suas imaginações, habilidades e esperanças de transformá-las em melhores lugares para se viver (o embelezamento da comuna, como a

CNT colocou). O primeiro estágio, é claro, será dominar suas comunidades existentes e colocá-las sob controle da comunidade. Portanto, é essencial lembrar que nossa discussão só pode fornecer uma indicação de como uma sociedade anarquista operará nos meses e anos após uma revolução bem-sucedida, uma sociedade anarquista ainda marcada pelo legado do capitalismo. Contudo, seria um grande erro pensar que os anarquistas não buscam transformar todos os aspectos da sociedade para eliminar esse legado e criar uma sociedade adequada para indivíduos únicos viverem. À medida que uma sociedade anarquista se desenvolve, enfatizamos, transformamos a sociedade de maneiras que não podemos adivinhar agora, com base nos talentos, esperanças, sonhos e imaginações dos que nela vivem. Por fim, pode-se argumentar que passamos muito tempo discutindo a “forma” (isto é, os tipos de organização e como elas tomam decisões) ao invés do “conteúdo” de uma sociedade anarquista (a natureza das decisões alcançadas). Além disso, a implicação dessa distinção também se estende às organizações criadas na luta de classes que, com toda a probabilidade, se tornariam a estrutura de uma sociedade livre. No entanto, a forma é talvez mais importante que o conteúdo. Isso ocorre porque “forma” e “conteúdo” estão inter-relacionados - uma “forma” libertária e participativa da organização permite que o “conteúdo” de uma decisão, sociedade ou luta para mudar. A autogestão tem um efeito educacional sobre os envolvidos, pois eles são conscientizados de diferentes idéias, pensam nelas e decidem entre elas (e, é claro, formulam e apresentam suas próprias). Assim, a natureza dessas decisões pode e irá evoluir. Assim, a forma tem um impacto decisivo no “conteúdo” e, portanto, não pedimos desculpas por discutir a forma de uma sociedade livre. Como Murray Bookchin argumentou: “Assumir que as formas de liberdade podem ser tratadas apenas como formas seria tão absurdo quanto assumir que conceitos legais podem ser tratados apenas como questões de jurisprudência. A forma e o conteúdo da liberdade, como lei e sociedade, são mutuamente determinados. Da mesma forma, existem formas de organização que promovem e formas que viciam o objetivo da liberdade [...] Em um grau ou outro, essas formas alteram o indivíduo que as utiliza ou inibem seu desenvolvimento.” [Post-Scarcity Anarchism, p. 89] E o conteúdo das decisões é determinado pelos indivíduos envolvidos. Assim, organizações participativas, descentralizadas e autogerenciadas são essenciais para o desenvolvimento do conteúdo das decisões, porque desenvolvem os indivíduos que as tomam.

I.2.1 Por que discutir como seria uma sociedade anarquista?

Em parte, para indicar por que as pessoas deveriam se tornar anarquistas. A maioria das pessoas não gosta de dar saltos no escuro, portanto, uma indicação de como os anarquistas pensam que uma sociedade desejável poderia parecer pode ajudar aquelas pessoas que são atraídas pelo anarquismo, inspirando-as a se comprometerem com sua realização prática. Em parte, é um caso de aprender com os erros do passado. Houve inúmeras experiências sociais anarquistas em escalas variadas, e é útil entender o que aconteceu, o que funcionou e o que não funcionou. Dessa forma, espero que não cometeremos os mesmos erros duas vezes. No entanto, a razão mais importante para discutir como seria uma sociedade anarquista é garantir que a criação dessa sociedade seja a ação de tantas pessoas quanto possível. Como Errico Malatesta indicou no meio dos tempos revolucionários italianos do "Biênio Vermelho" (ver seção A.5.5), "ou todos aplicamos nossa mente a pensar na reorganização social e, imediatamente, no mesmo momento em que as estruturas antigas estão sendo varridas, e teremos uma sociedade mais humana e mais justa, aberta a avanços futuros, ou deixaremos esses assuntos para os 'líderes' e teremos um novo governo." [The Anarchist Revolution, p. 69] Daí a importância de discutir como será o futuro aqui e agora. Quanto mais pessoas tiverem uma idéia clara de como seria uma sociedade livre, mais fácil será criar essa sociedade e garantir que nenhum assunto importante seja deixado para outras pessoas decidirem por nós. O exemplo da Revolução Espanhola vem à mente. Por muitos anos antes de 1936, a CNT e a FAI publicaram publicações discutindo como seria uma sociedade anarquista (por exemplo, Depois da Revolução de Diego Abad de Santillan e Comunismo Libertário, de Isaac Puente), o produto final dos libertários organizando e educando na Espanha por quase setenta anos antes da revolução. Quando finalmente aconteceu, os milhões de pessoas que participaram já compartilhavam de uma visão semelhante e começaram a construir uma sociedade baseada nela, aprendendo em primeira mão onde seus livros estavam errados e quais áreas da vida eles não cobriam adequadamente. Portanto, essa discussão sobre como seria uma sociedade anarquista não é um esboço de projetos, nem é uma tentativa de forçar o futuro às formas criadas nas revoltas passadas. É pura e simplesmente uma tentativa de iniciar nas pessoas a discussão de como seria uma sociedade livre e a aprender com as experiências anteriores. No entanto, à medida que os anarquistas reconhecem a importância de construir o novo mundo no lugar do antigo, nossas idéias de como seria uma sociedade livre podem contribuir para a maneira como nos organizamos e lutamos hoje. E vice-versa; pois a forma como organizamos e lutamos hoje terá um impacto no futuro. Como Malatesta apontou, essas discussões são necessárias e essenciais, pois é "absurdo acreditar que, uma vez que o governo tenha sido destruído e os capitalistas expropriados, 'as coisas se organizem' sem a intervenção daqueles que já têm uma idéia do que tem que ser feito e quem imediatamente começou a fazê-lo" para "a vida social, como a vida dos indivíduos, não permite interrupção". Ele enfatizou que "negligenciar todos os problemas da reconstrução ou pré-organizar planos completos e uniformes são erros, excessos que, por diferentes caminhos, levariam à nossa derrota como anarquistas e à vitória de um novo ou antigo regime autoritário. A verdade está no meio". [Op. Cit. p. 121] Além disso, a importância de discutir o futuro pode ajudar a indicar se nossas atividades estão realmente criando um mundo melhor. Afinal, se Karl Marx estivesse mais disposto a discutir sua visão de uma sociedade socialista, os stalinistas teriam achado muito mais difícil afirmar que seu sistema infernal era, de fato, socialismo. Dado que anarquistas como Proudhon e Bakunin deram um esboço de sua visão de uma sociedade livre, é impossível que o anarquismo seja distorcido como o marxismo. A maioria dos anarquistas concordaria com a avaliação de Chomsky sobre o assunto: "Um movimento da esquerda deve distinguir com clareza entre seus objetivos revolucionários de longo alcance e certos efeitos mais imediatos que ele espera alcançar [...] "Mas, a longo prazo, um movimento de esquerda não tem chance de sucesso e não merece, a menos que desenvolva uma compreensão da sociedade contemporânea

e uma visão de uma ordem social futura que seja convincente para a grande maioria da população. Seus objetivos e formas organizacionais devem tomar forma através de sua participação ativa na luta política [em seu sentido mais amplo] e na reconstrução social. Uma genuína cultura radical só pode ser criada através da transformação espiritual de grandes massas de pessoas a característica essencial de qualquer revolução social que amplie as possibilidades de criatividade e liberdade humanas [...] O nível cultural e intelectual de qualquer movimento radical sério terá ser muito mais alto do que no passado [...] Não será capaz de se satisfazer com uma ladainha de formas de opressão e injustiça. Será necessário fornecer respostas convincentes para a questão de como esses males podem ser superados pela revolução ou reforma em larga escala. Para atingir esse objetivo, a esquerda terá que alcançar e manter uma posição de honestidade e compromisso com os valores libertários.” [Radical Priorities, pp. 189–90] Esperamos que esta seção do FAQ incentive o maior número possível de pessoas a discutir como seria uma sociedade libertária e leve essa discussão adiante.

I.2.2 Será possível ir direto do capitalismo para uma sociedade anarquista?

Possivelmente, depende do significado de uma sociedade anarquista. Se isso significa uma sociedade totalmente sem classes (o que algumas pessoas, imprecisas, chamariam de “utopia”), então a resposta é um claro “não, isso seria impossível”. Os anarquistas estão bem conscientes de que “a diferença de classe não desaparece com o toque de uma caneta, independentemente de seja dos teóricos ou dos burocratas que estabelecem leis ou decretos. Somente a ação, ou seja, a expropriação direta (não por meio do governo) dos proletários, dirigida contra a classe privilegiada, pode acabar com a diferença de classe.” [Luigi Fabbri, “Anarchy and ‘Scientific’ Socialism”, pp. 13–49, *The Poverty of Statism*, pp. 13–49, Albert Meltzer (ed.), P. 30] Como discutimos na seção H.2.5, poucos anarquistas consideram provável que uma sociedade comunista libertária que funcione perfeitamente seja o efeito imediato de uma revolução social. Para os anarquistas, uma revolução social é um processo e não um evento (embora, é claro, um processo marcado por eventos como greves gerais, revoltas, insurreições e assim por diante). Como argumentou Kropotkin: “É todo um período insurrecional de três, quatro, talvez cinco anos que devemos atravessar para realizar nossa revolução no sistema de propriedades e na organização social.” [Words of a Rebel, p. 72] Seu famoso trabalho *A conquista do pão* visava, usando suas palavras, “provar que o comunismo - pelo menos parcial - tem mais chances de ser estabelecido do que o coletivismo, especialmente nas comunidades que lideram” e tentou “indicar como, durante um período revolucionário, uma cidade grande - se seus habitantes aceitaram a idéia - poderia se organizar nas linhas do comunismo livre.” [Anarchy, p. 298] A revolução, em outras palavras, progrediria em direção ao comunismo após a revolta inicial: “Sabemos que uma revolta pode derrubar e mudar um governo em um dia, enquanto uma revolução precisa de três ou quatro anos de convulsão revolucionária para chegar a resultados tangíveis [...] se devemos esperar que a revolução, desde suas primeiras insurreições, tenha uma caráter comunista, teríamos que renunciar à possibilidade de uma revolução, pois nesse caso haveria a necessidade de uma maioria forte para concordar em realizar uma mudança na direção do comunismo.” [Kropotkin, citado por Max Nettlau, *A Short History of Anarchism*, pp. 282–3] Além disso, áreas diferentes se desenvolverão em velocidades diferentes e de maneiras diferentes, dependendo das influências dominantes na área. “Lado a lado com as comunidades revolucionadas”, argumentou Kropotkin, outras áreas “permaneceriam em uma atitude expectante e continuariam vivendo no sistema individualista [...] a revolução irrompeu em todos os lugares, mas a revolução sob aspectos diferentes; em um país, o socialismo estatal, em outro uma federação; em todos os lugares mais ou menos socialismo, não conforme nenhuma regra específica.” Assim, “a Revolução terá um caráter diferente em cada uma das diferentes nações européias; o ponto alcançado na socialização da riqueza não será o mesmo em toda parte.” [The Conquest of Bread, pp. 81-2 e p. 81] Kropotkin também estava ciente de que uma revolução enfrentaria muitos problemas, incluindo a interrupção da atividade econômica, a guerra civil e o isolamento. Ele argumentou que era “certo que a próxima Revolução [...] irromperia sobre nós no meio de uma grande crise industrial [...] Existem milhões de trabalhadores desempregados na Europa neste momento. Será pior quando a Revolução explodir sobre nós [...] O número de obras acabadas duplicará assim que forem erguidas barricadas na Europa e nos Estados Unidos [...] sabemos que em tempos de troca e indústria da Revolução sofrem mais com a revolta geral [...] Uma revolução na Europa significa, então, a parada inevitável de pelo menos metade das fábricas e oficinas.” Ele ressaltou que haveria “a desorganização completa” da economia capitalista e que durante uma revolução “[o comércio internacional ficará paralisado]” e “[a circulação de mercadorias e provisões ficará paralisada]”. Obviamente, isso teria um impacto no desenvolvimento de uma revolução e, portanto, as “circunstâncias ditarão as medidas”. [Op. Cit. 69-70, p. 191 e p. 79] Assim, temos o anarco-comunismo sendo introduzido “durante um período revolucionário”, e não instantaneamente, e a possibilidade de que seja “parcial” em muitas, senão em todas as áreas, dependendo das “circunstâncias”

encontradas. Portanto, a afirmação (inspirada nos marxistas) de que os anarquistas pensam que uma sociedade totalmente comunista é possível da noite para o dia é simplesmente falsa - reconhecemos que uma revolução social leva tempo para se desenvolver depois de iniciada. Como Malatesta colocou, "depois da revolução, isto é, após a derrota das potências existentes e a vitória esmagadora das forças da insurreição", "O gradualismo realmente entra em operação. Teremos que estudar todos os problemas práticos da vida: produção, troca, meios de comunicação, relações entre grupos anarquistas e aqueles que vivem sob algum tipo de autoridade, entre coletivos comunistas e aqueles que vivem de maneira individualista; relações entre cidade e país [...] e assim por diante." [Errico Malatesta: His Life and Ideas, p. 173] Em outras palavras, "cada comunidade decidirá por si mesma durante o período de transição o método que considerar melhor para a distribuição dos produtos do trabalho associado". [James Guillaume, "On Building the New Social Order", pp. 356-79, Bakunin on Anarchism, p. 362] No entanto, se por "sociedade anarquista" se entende uma sociedade que aboliu o estado e iniciou o processo de transformar a sociedade a partir de baixo, então os anarquistas argumentam que tal sociedade não é apenas possível após uma revolução bem-sucedida, é essencial. Assim, a revolução social anarquista seria política (abolição do estado), econômica (abolição do capitalismo) e social (abolição das relações sociais hierárquicas). Ou, mais positivamente, a introdução da autogestão em todos os aspectos da vida. Em outras palavras, "transformação política" e "transformação econômica" devem ser "realizadas juntos e simultaneamente". [Bakunin, The Basic Bakunin Op. 106] Essa transformação seria baseada nas organizações criadas pelos trabalhadores da classe em sua luta contra o capitalismo e o Estado (ver próxima seção). Assim, a estrutura de uma sociedade livre seria criada pela própria luta pela liberdade, pela luta de classes dentro, mas contra a sociedade hierárquica. Essa revolução viria "de baixo" e desapropriaria o capital, além de esmagar o estado (ver seção H.2.4). Tal sociedade, como Bakunin argumentou, não será "perfeita" de forma alguma: "Não digo que os camponeses [e trabalhadores], livremente organizados de baixo para cima, criarão milagrosamente uma organização ideal, confirmando em todos os aspectos os nossos sonhos. Mas estou convencido de que o que eles constroem será vivo e vibrante, milhares de vezes melhor e mais justo do que qualquer organização existente. Além disso, esta [...] organização, estando aberta, por um lado, à propaganda revolucionária [...] e, por outro lado, não petrificada pela intervenção do Estado [...] se desenvolverá e se aperfeiçoará, através da experimentação livre, o máximo possível. razoavelmente esperar em nossos tempos. "Com a abolição do Estado, a auto-organização espontânea da vida popular [...] voltará às comunidades. O desenvolvimento de cada comuna levará seu ponto de partida à condição real de sua civilização." [Bakunin on Anarchism, p. 207] Até que ponto uma nova organização social atenderá a todos os ideais e esperanças dos anarquistas comunistas variará de acordo com as circunstâncias objetivas e a influência da teoria libertária. À medida que as pessoas começam a se libertar, elas passam por uma transformação ética e psicológica, pois agem para o fim de estruturas e relacionamentos sociais hierárquicos específicos. Isso não significa que as pessoas precisam ser "perfeitas" nem que uma sociedade anarquista perfeita aconteça "da noite para o dia". Pelo contrário, significa que, embora uma sociedade anarquista (ou seja, uma sem Estado ou propriedade privada) seja criada pela revolução, ela será inicialmente marcada pela sociedade de onde veio e exigiria um período de auto-atividade pelo qual os indivíduos remodelam e mudam a si mesmos à medida que estão remodelando e mudando o mundo a seu redor. Assim Malatesta conclui que: "mesmo depois de uma insurreição bem-sucedida, poderíamos realizar da noite para o dia todos os desejos e passar de um inferno governamental e capitalista para um céu libertário-comunista, que é a completa liberdade do homem na comunidade de interesses desejada por todos os homens? "São ilusões que podem criar raízes entre os autoritários que consideram as massas como a matéria-prima que aqueles que têm poder podem, por decretos, apoiados por balas e algemas, moldar à sua vontade. Mas essas ilusões não ocorreram entre anarquistas. Precisamos do consenso do povo e, portanto, devemos convencer por meio de propaganda e exemplo [...] a conquistar nossas idéias com um número cada vez maior de pessoas." [Op. Cit. 82-3] Então, claramente, a idéia de uma "revolução de um dia" é rejeitada como uma falácia prejudicial pelos anarquistas. Estamos cientes de que revoluções são um processo e não um evento (ou série de eventos). No entanto, uma coisa com a qual os anarquistas concordam é que é essencial que o Estado e o capitalismo sejam erradicados o mais rápido possível. É verdade que, no curso da revolução social, nós anarquistas talvez não consigamos impedir que um novo estado seja criado ou que o antigo sobreviva. Tudo depende do equilíbrio de apoio às idéias anarquistas da população e de como as pessoas estão dispostas a sustentá-las. Não há dúvida de que,

para que uma revolta social seja totalmente anarquista, o Estado e o capitalismo devem ser destruídos e novas formas de opressão e exploração não devem ser criadas. A rapidez com que após essa destruição nos mudamos para uma sociedade anarquista totalmente comunista é um ponto discutível, dependente das condições que a revolução está enfrentando e das idéias e desejos das pessoas que a fazem. Portanto, o grau em que uma sociedade que aboliu o Estado pode progredir rumo ao comunismo livre depende de condições objetivas e do que um povo livre deseja. Bakunin e outros coletivistas duvidavam da possibilidade de introduzir um sistema comunista instantaneamente após uma revolução. Para Kropotkin e muitos outros anarcocomunistas, a anarquia comunista pode e deve ser introduzida o mais extenso possível e o mais rápido possível, a fim de garantir uma revolução bem-sucedida. Devemos mencionar aqui que alguns anarquistas, como individualistas e mutualistas, não apóiam a idéia de revolução e, em vez disso, veem alternativas anarquistas crescendo dentro do capitalismo e lentamente substituindo-o. Em outras palavras, os anarquistas concordam que uma sociedade anarquista não pode ser criada da noite para o dia, pois assumir isso seria imaginar que os anarquistas poderiam impor suas idéias a uma população flexível. O socialismo libertário só pode ser criado de baixo por pessoas que o querem e o entendem, se organizando e se libertando. “As organizações comunistas”, argumentou Kropotkin, “devem ser o trabalho de todos, um crescimento natural, um produto do gênio construtivo da grande massa. O comunismo não pode ser imposto de cima; não poderia durar nem por alguns meses se a cooperação constante e diária de todos não o sustentasse. Deve ser livre”. [Anarchism p. 140] Os resultados da Revolução Russa deveriam ter esclarecido há muito tempo qualquer ilusão contrária sobre como criar sociedades “socialistas”. A lição de toda revolução é que os erros cometidos pelas pessoas em se libertar e transformar a sociedade são sempre menores em comparação aos resultados da criação de autoridades, que eliminam esses “erros ideológicos” destruindo a liberdade de cometer erros (e, portanto, a liberdade como tal). A liberdade é a única base real na qual o socialismo pode ser construído (“A experiência através da liberdade é o único meio de chegar à verdade e às melhores soluções; e não há liberdade se não houver liberdade para estar errado.” [Malatesta, Op. Cit. , P. 72]). Portanto, a maioria dos anarquistas concordaria com Malatesta: “Para organizar uma sociedade comunista [libertária] em larga escala, seria necessário transformar radicalmente toda a vida econômica, como métodos de produção, troca e consumo; e tudo isso não poderia ser alcançado senão gradualmente, pois as circunstâncias objetivas permitiam e na medida em que as massas entendessem quais vantagens poderiam ser obtidas e fossem capazes de agir por si mesmas.” [Op. Cit. p. 36] Isso significa que, embora as condições necessárias de uma sociedade livre sejam criadas de maneira ampla por uma revolução social, seria utópico imaginar que tudo seria perfeito imediatamente. Poucos anarquistas argumentaram que esse salto seria possível - ao contrário, argumentaram que as revoluções criam as condições para a evolução em direção a uma sociedade anarquista, abolindo o estado e o capitalismo. “Além disso”, argumentou Alexander Berkman, “não devemos confundir a revolução social com anarquia. A revolução, em alguns de seus estágios, é uma revolta violenta; anarquia é uma condição social de liberdade e paz. A revolução é o meio de trazer anarquia, mas não é anarquia em si. É pavimentar o caminho para a anarquia, estabelecer condições que tornarão possível uma vida de liberdade. ” No entanto, “para atingir seu objetivo, a revolução deve ser imbuída e dirigida pelo espírito e idéias anarquistas. O fim molda os meios [...] a revolução social deve ser anarquista no método e no objetivo.” [What is Anarchism? p. 231] Isso significa que, embora reconheçam a possibilidade de uma sociedade em transição, os anarquistas rejeitam a noção de um estado de transição tão confuso ao extremo (e, como pode ser visto na experiência do marxismo, também é perigoso). Uma sociedade anarquista só pode ser alcançada por meios anarquistas. Daí os comentários do sindicalista francês Fernand Pelloutier: “Ninguém acredita ou espera que a revolução vindoura [...] realize um anarquismocomunismo não adulterado [...] ela entrará em erupção, sem dúvida, antes que o trabalho da educação anarquista seja concluído [...] [e, como resultado], enquanto pregamos o comunismo perfeito, não está na certeza ou expectativa do comunismo [libertário] ser a forma social do futuro: é para promover a educação dos homens [e das mulheres] [...] de modo que, quando chegar o dia da conflagração, eles terão atingido a máxima emancipação. Mas o estado de transição deve ser necessariamente ou inevitavelmente a prisão coletivista (isto é, socialista / capitalista)? Não pode consistir em organização libertária confinada apenas às necessidades de produção e consumo, com todas as instituições políticas acabando?” [No Gods, No Masters, vol. 2, p. 55] Uma coisa é certa: uma revolução social anarquista ou movimento de massa precisará se defender das tentativas de estatistas e

capitalistas de derrotá-la. Todo movimento popular, revolta ou revolução teve que enfrentar uma reação dos defensores do status quo. Uma revolução anarquista ou movimento de massa enfrentará (e de fato enfrentou) esses movimentos contra-revolucionários. No entanto, isso não significa que a destruição do estado e do capitalismo precise ser adiada até que as forças da reação sejam derrotadas. Para os anarquistas, uma revolução social e uma sociedade livre só podem ser defendidas por meios antiestatistas (para mais discussões sobre esse importante assunto, consulte a seção J.7.6). Assim, dada uma revolução anarquista que destrói o estado, o tipo e a natureza do sistema econômico criado por ele dependerão das circunstâncias locais e do nível de consciência na sociedade. Os individualistas estão corretos no sentido de que o que fazemos agora determinará como o futuro se desenvolverá. Obviamente, qualquer "período de transição" começa no aqui e agora, pois isso ajuda a determinar o futuro. Assim, enquanto os anarquistas sociais geralmente rejeitam a idéia de que o capitalismo pode ser reformado, concordamos com os anarquistas individualistas e mutualistas que é essencial que os anarquistas sejam ativos hoje na construção das idéias e de novas instituições libertadoras da sociedade futura dentro da sociedade atual. A noção de esperar o "dia glorioso" da revolução total não é dos anarquistas - assim como a noção de que esperamos que uma sociedade comunista-anarquista perfeita surja no dia seguinte a uma revolução bem-sucedida. Nenhuma posição reflete idéias anarquistas sobre mudança social.

I.2.3 Como serão criadas as estruturas de uma sociedade anarquista?

Os anarquistas não comparam abstratamente uma sociedade livre com a atual. Em vez disso, vemos uma conexão orgânica entre o que é e o que poderia ser. Em outras palavras, os anarquistas vêem a estrutura inicial de uma sociedade anarquista como sendo criada sob estatismo e capitalismo quando as pessoas da classe trabalhadora se organizam para resistir à hierarquia. Como argumentou Kropotkin: “Para fazer uma revolução, não é [...] suficiente que haja [...] ascensões [populares] [...] É necessário que após as ascensões haja algo de novo nas instituições [que compõem a sociedade], o que permitirá que novas formas de vida sejam elaboradas e estabelecidas”. [The Great French Revolution, vol. 1, p. 200] Os anarquistas viram essas novas instituições ligadas à necessidade da classe trabalhadora de resistir aos males da hierarquia, do capitalismo e do estatismo, como o produto da luta de classes e das tentativas da classe trabalhadora de resistir à autoridade, opressão e exploração. Assim, a luta do povo da classe trabalhadora para proteger e aumentar sua liberdade sob a sociedade hierárquica será a base para uma sociedade sem hierarquia. Essa percepção básica permitiu que anarquistas como Bakunin e Proudhon previssem desenvolvimentos futuros na luta de classes, como os conselhos de trabalhadores (como os que se desenvolveram durante as Revoluções Russas de 1905 e 1917). Como Oskar Anweiler observa em seu trabalho definitivo sobre os soviéticos russos (conselhos de trabalhadores): “As opiniões de Proudhon costumam estar diretamente associadas aos conselhos russos [...] Bakunin [...], muito mais que Proudhon, ligava os princípios anarquistas diretamente à ação revolucionária, chegando assim a percepções notáveis do processo revolucionário que contribuem para a compreensão dos eventos posteriores na Rússia [...] “Em 1863, Proudhon declarou [...] ‘Todas as minhas idéias econômicas desenvolvidas ao longo de vinte e cinco anos podem ser resumidas nas palavras: federação agrícola-industrial. Todas as minhas idéias políticas se resumem a uma fórmula semelhante: federação política ou descentralização. [...] A concepção de Proudhon de um Estado autônomo [sic!], Fundado em empresas de produtores [isto é, federações de cooperativas], está certamente relacionada à idéia de “uma democracia de produtores” que surgiu nos soviets das fábricas. Nesta medida, Proudhon pode ser considerado um precursor ideológico dos conselhos [...] “Bakunin [...] sugeriu a formação de comitês revolucionários com representantes das barricadas, ruas e distritos da cidade, que receberiam mandatos obrigatórios, responsabilizados pelas massas e sujeitos a revogação. Esses deputados revolucionários formariam a ‘federação das barricadas’, organizando uma comuna revolucionária para se unir imediatamente a outros centros de rebelião [...] “Bakunin propôs a formação de comitês revolucionários para eleger conselhos comunais e uma organização piramidal da sociedade ‘através da federação livre de baixo para cima, a associação de trabalhadores da indústria e da agricultura - primeiro nas comunidades, depois através da federação de comunidades nos distritos, distritos em nações e nações em irmandade internacional. Essas propostas são realmente muito semelhantes à estrutura do sistema russo subsequente de conselhos [...] “As idéias de Bakunin sobre o desenvolvimento espontâneo da revolução e a capacidade das massas para organização elementar foram, sem dúvida, ecoadas em parte pelo subsequente movimento soviético [...] Como Bakunin [...] sempre esteve muito próximo da realidade da luta social, ele conseguiu prever aspectos concretos da revolução. O movimento do conselho durante a Revolução Russa, embora não seja resultado das teorias de Bakunin, frequentemente correspondia em forma e progresso aos seus conceitos e previsões revolucionárias.” [The Soviets, pp. 8-11] “Já nas décadas de 1860 e 1870”, observou Paul Avrich, “os seguidores de Proudhon e Bakunin na Primeira Internacional estavam propondo a formação de conselhos de trabalhadores projetados como uma arma de luta de classes contra os capitalistas e como base estrutural de a futura sociedade libertária.” [The Russian Anarchists, p. 73] Nesse sentido, anarquia não é um objetivo distante, mas um aspecto das lutas atuais contra dominação, opressão e exploração (isto é, a luta de classes, para usar um termo abrangente, embora devamos enfatizar que os anarquistas usam esse termo

para cobrir todas as lutas contra a dominação). "Anarquismo", argumentou Kropotkin, "não é uma mera visão de um futuro remoto. Já agora, qualquer que seja a esfera de ação do indivíduo, ele pode agir, de acordo com os princípios anarquistas ou em uma linha oposta." Ele "nasceu entre o povo - nas lutas da vida real" e "deve sua origem à atividade construtiva e criativa do povo". [Anarchism, p. 75, p. 150 e p. 149] Assim, "O anarquismo não é [...] uma teoria do futuro a ser realizada por inspiração divina. É uma força viva nos assuntos de nossa vida, criando constantemente novas condições." Ela "representa o espírito da revolta" e, portanto, "[ação direta] contra a autoridade da empresa, ação direta contra a autoridade da lei, ação direta contra a autoridade invasiva e intrometida de nosso código moral, é a lógica, o método consistente do anarquismo." [Emma Goldman, Anarchism and Others Essays, p. 63 e p. 66] O anarquismo baseia-se na auto-organização autônoma e na espontaneidade das pessoas da classe trabalhadora em luta para formar tanto sua teoria política quanto sua visão de uma sociedade livre. A luta contra a hierarquia nos ensina não apenas como ser anarquistas, mas também nos dá um vislumbre de como seria uma sociedade anarquista, qual seria sua estrutura inicial e a experiência de gerenciar nossas próprias atividades, necessárias para que essa sociedade funcione com sucesso. Portanto, como é claro, os anarquistas têm uma visão clara de como seria uma sociedade anarquista e, igualmente importante, de onde surgiria essa sociedade (como provamos na seção H.1.4. A afirmação de Lenin de que os anarquistas "não têm absolutamente nenhuma idéia clara do que o proletariado colocará em seu lugar [dos estados]" é simplesmente falsa). Seria, portanto, útil dar um rápido resumo das visões anarquistas sobre esse assunto. Proudhon, por exemplo, olhou para a auto-organização de trabalhadores, artesãos e camponeses franceses e usou isso como base de suas idéias sobre o anarquismo. Ao ver tal atividade de natureza essencialmente reformista, como anarquistas revolucionários subsequentes, ele viu os germes da anarquia "gerando das entranhas do povo, das profundezas do trabalho, uma maior autoridade, um fato mais potente, que envolverá o capital e os Estado e irá subjugar-los" como "não adianta mudar os detentores do poder ou introduzir alguma variação em seu funcionamento: uma combinação agrícola e industrial deve ser encontrada por meio do qual o poder, hoje governante da sociedade, se tornará seu escravo." [System of Economical Contradictions p. 399 e p. 398] Os trabalhadores devem seguir o exemplo daqueles que já estão criando cooperativas: "Os sindicatos de trabalhadores neste momento não servem como berço da revolução social? Não são sempre a escola aberta, teórica e prática, onde o trabalhador aprende a ciência da produção e distribuição de riqueza, onde estuda, sem mestres e sem livros, apenas por sua própria experiência, as leis da indústria [...] a organização?" [General Idea of the Revolution, p. 78] As tentativas de formar associações de trabalhadores, portanto, "devem ser julgadas, não pelos resultados mais ou menos bem-sucedidos que obtêm, mas apenas de acordo com sua silenciosa tendência de afirmar e estabelecer a república social". A "importância do trabalho deles reside, não nos interesses mesquinhos dos sindicatos, mas na negação do domínio dos capitalistas, bancos e governos". Eles "deveriam assumir os grandes departamentos da indústria, que são sua herança natural". [Op. Cit. p. 98-9] Essa ligação do presente e do futuro através da auto-atividade e auto-organização das pessoas da classe trabalhadora também é encontrada em Bakunin. Ao contrário de Proudhon, Bakunin enfatizou a atividade revolucionária e, por isso, viu o movimento operário militante e a própria revolução como fornecendo a estrutura básica de uma sociedade livre. Como ele disse, "a organização das seções de comércio e sua representação nas Câmaras de Trabalho [...] carregam em si as sementes vivas da nova sociedade que deve substituir a antiga. Eles estão criando não apenas as idéias, mas também os fatos do próprio futuro." [Bakunin on Anarchism, p. 255] As necessidades da luta de classes criariam a estrutura de uma nova sociedade, uma federação de conselhos de trabalhadores, pois "as greves já indicam uma certa força coletiva, um certo entendimento entre os trabalhadores [...] cada greve se torna o ponto de partida para a formação de novos grupos." [The Basic Bakunin, pp. 149-50] Esse desenvolvimento pré-revolucionário seria acelerado pela própria revolução: "A revolução deve partir do primeiro para destruir radical e totalmente o Estado [...] A consequência natural e necessária dessa destruição será [...] [entre outros,] a dissolução do exército, magistratura, burocracia, polícia e sacerdócio [...] o confisco de todo capital produtivo e meios de produção em nome das associações de trabalhadores, que deverão colocá-los em uso [...] a Aliança federativa de todas as associações de homens trabalhadores [constituirá a Comuna [...] O Conselho Comunitário [será] composto por [...] delegados [...] dotados de mandatos plenários, mas responsáveis e removíveis [...] todas as províncias, comunas e associações [...] reorganizando primeiro em linhas revolucionárias [...] [constituirão a federação de associações insurgentes, comunas e províncias

[...] [e] organizarão uma força revolucionária capaz de derrotar a reação [...] [e pela] autodefesa [...] [A] revolução em todos os lugares deve ser criada pelo povo, e o controle supremo deve sempre pertencer ao povo organizado em uma federação livre de associações agrícolas e industriais [...] organizada de baixo para cima por meios da delegação revolucionária”. [Mikhail Bakunin: Selected Writings, pp. 170–2] Como Bakunin, Kropotkin enfatizou que a revolução transformou aqueles que dela participavam. Como ele observou em seu relato clássico da Revolução Francesa, “aos poucos, a educação revolucionária do povo estava sendo realizada pela própria revolução”. Parte desse processo envolveu a criação de novas organizações que permitiram que a massa de pessoas participasse da tomada de decisão da revolução. Ele apontou para a “Comuna popular”, argumentando que “a Revolução começou criando a Comuna [...] e através desta instituição ganhou [...] imenso poder”. Ele ressaltou que era “Por meio dos ‘distritos’ [das comunas] que [...] as massas, acostumadas a agir sem receber ordens dos representantes nacionais, estavam praticando o que seria descrito mais tarde como autogoverno direto”. Esse sistema não implicava isolamento, pois enquanto “os distritos se esforçavam para manter sua própria independência”, eles também “buscavam a unidade de ação, não em sujeição a um Comitê Central, mas em um sindicato federativo”. A Comuna “foi assim criada de baixo para cima, pela federação das organizações distritais; surgiu de uma maneira revolucionária, a partir da iniciativa popular. “Assim, o processo da luta de classes, das necessidades da luta contra o sistema existente, gerou a estrutura de uma sociedade anarquista para “os distritos de Paris lançarem as bases de uma nova organização social livre”. Não admira que ele tenha argumentado que “os princípios do anarquismo [...] já datavam de 1789, e que eles tiveram sua origem, não em especulações teóricas, mas nos feitos da Grande Revolução Francesa” e que “os libertários sem dúvida fariam o mesmo hoje.” [The Great French Revolution, vol. 1, p. 261, p. 200, p. 203, p. 206, p. 204 e p. 206] Da mesma forma, como observamos na seção H.2.6, descobrimos que ele argumenta em Auxílio Mútuo que greves e sindicatos eram uma expressão de auxílio mútuo na sociedade capitalista. Em outros lugares, Kropotkin argumentou que “combinações de trabalho”, como as “Seções” da revolução francesa, eram uma das “principais correntes anarquistas populares” da história, expressando a “mesma resistência popular ao crescente poder de poucos”. [Anarchism, p. 159] Para Kropotkin, como Bakunin, os sindicatos libertários eram “órgãos naturais para a luta direta com o capitalismo e para a composição da futura ordem social”. [citado por Paul Avrich, The Russia Anarchists p. 81] Como pode ser visto, os principais pensadores anarquistas apontaram formas de organização autonomamente criadas e gerenciadas pela classe trabalhadora como a estrutura de uma sociedade anarquista. Tanto Bakunin quanto Kropotkin apontaram para sindicatos militantes, baseados em ação direta, enquanto Proudhon apontou para experimentos de trabalhadores em produção cooperativa e crédito mútuo. Anarquistas posteriores os seguiram. Os anarco-sindicalistas, como Bakunin e Kropotkin, apontaram o movimento trabalhista em desenvolvimento como a estrutura de uma sociedade anarquista, como base para a federação livre de associações de trabalhadores que constituiriam a comuna. Outros, como os russos Maximov, Arshinov, Voline e Makhno, viram os conselhos operários (soviets) criados espontaneamente em 1905 e 1917 como a base de uma sociedade livre, como outro exemplo da federação de associações de trabalhadores de Bakunin. Assim, para todos os anarquistas, a forma estrutural de uma sociedade anarquista foi criada pela luta de classes, pelas necessidades dos trabalhadores de resistir à opressão, à exploração e à hierarquia. Como Kropotkin enfatizou, “durante uma revolução, novas formas de vida sempre germinarão nas ruínas das antigas formas [...] É impossível legislar para o futuro. Tudo o que podemos fazer é adivinhar vagamente suas tendências essenciais e abrir caminho para isso.” [Evolution and Environment, pp. 101–2] Essas tendências essenciais foram descobertas, na prática, pelas necessidades da luta de classes. A necessidade de praticar ajuda mútua e solidariedade para sobreviver no capitalismo (como em qualquer outro ambiente hostil) faz com que os trabalhadores e outros grupos oprimidos se organizem juntos para combater seus opressores e exploradores. Assim, a cooperação necessária para uma sociedade socialista libertária, como sua estrutura organizacional, seria gerada pela necessidade de resistir à opressão e à exploração sob o capitalismo. O processo de resistência produz organização em uma escala cada vez mais ampla que, por sua vez, pode se tornar a estrutura de uma sociedade livre, à medida que as necessidades da luta promovem formas libertárias de organização, como a tomada de decisões de baixo para cima, autonomia, federalismo, mandato delegados a sujeitos que podem se revogados a qualquer instante e assim por diante. Por exemplo, uma assembléia de grevistas seria o fórum básico de tomada de decisão na luta por melhores salários e condições de trabalho. Ele criaria

um comitê de greve para implementar suas decisões e enviar delegados para espalhar a greve. Esses delegados inspiram outras greves, exigindo que uma nova organização coordene a luta. Isso resulta em delegados de todas as greves se reunindo e formando uma federação (um conselho de trabalhadores). Os grevistas decidem ocupar o local de trabalho e as assembléias de greve assumem os meios de produção. Os comitês de greve se tornam a base dos comitês de fábrica que podem administrar os locais de trabalho, com base na autogestão dos trabalhadores por meio de assembléias no local de trabalho (as assembléias dos exgrevistas). A federação de delegados de grevistas torna-se o conselho comunitário local, substituindo o estado existente por uma federação autogerida de associações de trabalhadores. Dessa maneira, a luta de classes cria a estrutura de uma sociedade livre. Obviamente, isso significa que qualquer sugestão de como seria uma sociedade anarquista se baseia no fato de que a estrutura atual de uma sociedade livre será o produto de lutas reais. Isso significa que a forma da sociedade livre será moldada pelo processo de mudança social e pelos órgãos que ela cria. Este é um ponto importante e vale a pena repetir. Assim, além de mudar a si mesmos enquanto mudam o mundo, um povo em luta também cria os meios pelos quais pode gerenciar a sociedade. Por ter que organizar e gerenciar suas lutas, eles se acostumam à autogestão e auto-atividade e criam a possibilidade de uma sociedade livre e das organizações que existirão nela. A anarquia não é um salto no escuro, mas uma progressão natural da luta pela liberdade em uma sociedade sem liberdade. Os contornos de uma sociedade livre serão modelados pelo processo de criação e, portanto, não serão uma construção artificial imposta à sociedade. Pelo contrário, será criado de baixo para cima pela própria sociedade, à medida que as pessoas da classe trabalhadora começarem a se libertar da hierarquia. A luta de classes transforma assim os envolvidos, a sociedade e os cria a estrutura organizacional e as pessoas necessárias para uma sociedade libertária. Isso sugere claramente que os meios que os anarquistas apoiam são importantes, pois têm um impacto direto nos fins que criam. Em outras palavras, meios influenciam fins e, portanto, nossos meios devem refletir os fins que buscamos e capacitar aqueles que os usam. Como o atual estado de coisas se baseia na opressão, exploração e alienação da classe trabalhadora, quaisquer táticas usadas na busca de uma sociedade livre devem basear-se em resistir e destruir esses males. É por isso que os anarquistas enfatizam táticas e organizações que aumentam o poder, a confiança, a autonomia, a iniciativa, a participação e a auto-atividade das pessoas oprimidas. Como indicamos na seção J ("O que os anarquistas fazem?"), isso significa apoiar ações diretas, solidariedade e organizações autogerenciadas criadas e geridas de baixo para cima. Somente lutando nossas próprias batalhas, confiando em nós mesmos e em nossas próprias habilidades e poder, nas organizações que criamos e administramos, podemos ganhar o poder, a confiança e a experiência necessárias para mudar a sociedade para melhor e, esperançosamente, criar uma nova sociedade em lugar da atual. Um movimento revolucionário nunca será, no começo, puramente anarquista: "Todos os movimentos de trabalhadores e camponeses que ocorreram [...] foram movimentos dentro dos limites do regime capitalista, e foram mais ou menos tingidos com o anarquismo. Isso é perfeitamente natural e compreensível. A classe trabalhadora não age dentro de um mundo de desejos, mas no mundo real, onde são diariamente submetidos a golpes físicos e psicológicos de forças hostis... os trabalhadores sentem continuamente a influência de todas as condições reais do regime capitalista e de grupos intermediários [...] Consequentemente, é natural que a luta que eles empreendem carregue inevitavelmente o selo de várias condições e características da sociedade contemporânea. A luta nunca pode nascer na forma anarquista acabada e aperfeiçoada que corresponderia a todos os requisitos das idéias... [Peter Arshinov, *History of the Makhnovist Movement*, pp. 239–40] O papel dos anarquistas é "ajudar as massas a seguir o caminho certo na luta e na construção da nova sociedade" e "apoiar seus primeiros esforços construtivos, ajudá-las intelectualmente". No entanto, a classe trabalhadora "depois de dominar a luta e iniciar sua construção social, não entregará mais a ninguém a iniciativa de trabalho criativo. A classe trabalhadora então se dirigirá por seu próprio pensamento; criará sua sociedade de acordo com seus próprios planos." [Arshinov, *op. Cit.*, pp. 240–1] Tudo o que os anarquistas podem fazer é ajudar esse processo fazendo parte dele, discutindo nosso caso e levando as pessoas a idéias anarquistas (consulte a seção J.3 para obter mais detalhes). Assim, o processo de luta e debate transformará, esperançosamente, uma luta contra o capitalismo e o estatismo em um para o anarquismo. Em outras palavras, os anarquistas procuram preservar e estender os elementos anarquistas que existem em todas as lutas e ajudá-los a se tornar conscientemente libertários pela discussão e debate como membros dessas lutas. Por fim, devemos enfatizar que é apenas a estrutura inicial de uma sociedade livre que

é criada na luta de classes. À medida que uma sociedade anarquista se desenvolver, ela começará a mudar e se desenvolver de maneiras que não podemos prever. As formas pelas quais as pessoas expressam sua liberdade e seu controle sobre suas próprias vidas mudarão, necessariamente, à medida que esses requisitos e necessidades mudam. Como Bakunin argumentou: “Mesmo a ciência mais racional e profunda não pode adivinhar a forma que a vida social assumirá no futuro. Ela só pode determinar as condições negativas, que seguem logicamente a partir de uma rigorosa crítica da sociedade existente. Assim, por meio dessa crítica, a ciência social e econômica rejeitou a propriedade individual hereditária e, conseqüentemente, assumiu o abstrato e, por assim dizer, a posição negativa da propriedade coletiva como condição necessária da futura ordem social. Do mesmo modo, rejeitou a própria idéia de estado ou estatismo, significando governo da sociedade de cima para baixo[...] Portanto, assumiu a posição oposta ou negativa: anarquia, significando a organização livre e independente de todas as unidades e partes da comunidade e sua federação voluntária de baixo para cima, não pelas ordens de qualquer autoridade, mesmo eleita, e não pelos ditames de qualquer teoria científica, mas como o desenvolvimento natural de todas as variadas demandas apresentadas pela vida em si. “Portanto, nenhum estudioso pode ensinar as pessoas ou mesmo definir por si mesmo como elas vão e devem viver no dia seguinte da revolução social. Isso será determinado primeiro pela situação de cada povo e, em segundo lugar, pelos desejos que se manifestam e operam mais fortemente dentro deles.” [Statism and Anarchy, pp. 198–9] Portanto, embora seja razoável concluir que, por exemplo, a federação de assembleias de greve/ fábrica e seus conselhos/ comitês serão a estrutura pela qual a produção será organizada inicialmente, essa estrutura sofrerá uma mutação para levar em conta as mudanças nas necessidades sociais e de produção. As estruturas reais criadas serão, por necessidade, transformadas à medida que a indústria é transformada de baixo para cima para atender às reais necessidades da sociedade e dos produtores, pois tanto a estrutura quanto a natureza do trabalho e da indústria desenvolvidas sob o capitalismo apresentam as marcas de sua classe econômica, hierarquias e poder (“uma ecologia social radical não apenas levanta questões tradicionais como a reunião da agricultura com a indústria, mas também questiona a própria estrutura da própria indústria”. [Murray Bookchin, *The Ecology of Freedom*. 408]). Portanto, no setor de autogerenciamento dos trabalhadores, o trabalho e toda a estrutura e organização da produção serão transformados de maneiras que só podemos supor hoje. Podemos apontar a direção geral (isto é, autogerenciada, ecologicamente equilibrada, descentralizada, federal, empoderadora, criativa e assim por diante), mas isso é tudo. Da mesma forma, à medida que as cidades são transformadas em comunas ecologicamente integradas, as assembleias comunitárias iniciais e suas federações se transformarão junto com a transformação de nosso entorno. Como elas evoluirão para nós não podemos prever, mas seus fundamentos de revogação instantânea, delegação sobre representação, tomada de decisão de baixo para cima e assim por diante permanecerão. Assim, enquanto os anarquistas vêem “o futuro no presente” como a estrutura inicial de uma sociedade livre, reconhecemos que essa sociedade irá evoluir e mudar. No entanto, os princípios fundamentais de uma sociedade livre não mudam e, portanto, é útil apresentar um resumo de como essa sociedade iria funcionar, com base nesses princípios.

I.3 Como seria a estrutura econômica da anarquia?

Aqui examinaremos possíveis estruturas de uma economia socialista libertária. Ressaltamos que são estruturas e não estrutura, porque é provável que qualquer sociedade anarquista veja um número diversificado de sistemas econômicos coexistindo em áreas diferentes, dependendo do que as pessoas nessas áreas desejam. “Em cada localidade”, argumentou Diego Abad de Santillan, “o grau de comunismo, coletivismo ou mutualismo dependerá das condições prevalecentes. Por que ditar regras? Nós que fazemos da liberdade nossa bandeira, não podemos negá-la na economia. Portanto, deve haver experimentação livre, demonstração gratuita de iniciativa e sugestões, bem como a liberdade de organização.” Como tal, o anarquismo “Pode ser realizado em uma variedade de arranjos econômicos, individuais e coletivos. Proudhon defendia o mutualismo; Bakunin, coletivismo; Kropotkin, comunismo. Malatesta concebeu a possibilidade de acordos mistos, especialmente durante o primeiro período.” [After The Revolution, p. 97 e p. 96] Aqui, destacaremos e discutiremos as quatro principais escolas do pensamento econômico anarquista: anarquismo individualista, mutualismo, coletivismo e comunismo. Cabe ao leitor avaliar qual escola melhor maximiza a liberdade individual e a boa vida (como disse sabiamente o anarquista Joseph LaBadie: “O anarquismo não lhes ditará regras explícitas sobre o que devem fazer, mas que lhes abrirá as oportunidades de colocar em prática suas próprias idéias de aumentar sua própria felicidade.” [The Individualist Anarchists, pp. 260-1]). “Nada é mais contrário ao verdadeiro espírito da anarquia do que uniformidade e intolerância”, argumentou Kropotkin. “A liberdade de desenvolvimento implica diferença de desenvolvimento, daí a diferença de idéias e ações.” A experiência, então, é “o melhor professor, e a experiência necessária só pode ser obtida com toda a liberdade de ação”. [citado por Ruth Kinna, “Fields of Vision: Kropotkin and Revolutionary Change”, pp. 67–86, SubStance, vol. 36, n. 2, p. 81] É claro que pode haver outras práticas econômicas, mas essas podem não ser libertárias. Nas palavras de Malatesta: “Admitimos o princípio básico do anarquismo - que ninguém deveria desejar ou ter a oportunidade de reduzir os outros a um estado de sujeição e obrigá-los a trabalhar para ele - é claro a todos que somente aqueles modos de vida que respeitem a liberdade e reconheçam que cada indivíduo tem igual direito aos meios de produção e ao pleno gozo do produto de seu próprio trabalho, tem algo em comum com o anarquismo.” [Errico Malatesta: His Life and ideas, p. 33] Além disso, deve-se ter em mente que, na prática, é impossível separar o domínio econômico dos domínios social e político, pois existem inúmeras interconexões entre eles: pensadores anarquistas como Bakunin argumentavam que as instituições “políticas” de uma sociedade livre basear-se-iam em associações de trabalho, enquanto Kropotkin colocava a comuna no centro de sua visão de uma economia e sociedade comunistanarquistas. Assim, a divisão entre formas sociais e econômicas não é clara na teoria anarquista - como deveria ser quando a sociedade não é, e não pode ser, considerada como separada ou inferior à economia. Uma sociedade anarquista tentará integrar o social e econômico, incorporando o último no primeiro, a fim de impedir que qualquer atividade econômica associada a externalidades prejudiciais seja passada para a sociedade. Como Karl Polanyi argumentou, o capitalismo “significa nada menos que o funcionamento da sociedade como um complemento do mercado. Em vez de a economia estar inserida nas relações sociais, as relações sociais estão inseridas no sistema econômico.” [The Great Transformation, p. 57] Dados os efeitos negativos de tal arranjo, não admira que o anarquismo procure revertê-lo. Além disso, discutindo primeiro a economia, não estamos sugerindo que lidar com a dominação ou exploração econômica é mais importante do que lidar com outros aspectos do sistema total de dominação, como hierarquias sociais, valores patriarcais, racismo etc. Apenas seguiremos essa ordem de exposição devido à necessidade de apresentar uma coisa de cada vez, mas teria sido igualmente fácil começar com a estrutura social e política da anarquia. No entanto, Rudolf Rocker está correto ao argumentar que uma transformação econômica na economia é um aspecto essencial de uma revolução social: “[Um] desenvolvimento social

nessa direção [isto é, uma sociedade apátrida] não é possível sem uma revolução fundamental nos acordos econômicos existentes; pois a tirania e a exploração crescem na mesma árvore e são inseparavelmente unidas. A liberdade do indivíduo é segura somente quando repousa no bem-estar econômico e social de todos. A personalidade do indivíduo se eleva quanto mais alto, mais profundamente se enraíza na comunidade, da qual surgem as fontes mais ricas de sua força moral. Somente na liberdade surge no homem a consciência de responsabilidade por seus atos e consideração pelos direitos dos outros; somente na liberdade pode desdobrar em toda sua força o mais precioso instinto social: [Nationalism and Culture, pp. 147–8] O objetivo de qualquer sociedade anarquista seria maximizar a liberdade e o trabalho tão criativo: “Se estiver correto, como eu acredito que esteja, que um elemento fundamental da natureza humana seja a necessidade de trabalho criativo ou investigação criativa, de criação livre, sem os efeitos limitadores arbitrários das instituições coercitivas, é claro que se seguirá que a sociedade deve maximizar as possibilidades de realização dessa característica humana fundamental. Agora, um sistema federado e descentralizado de associações livres incorporando instituições econômicas e sociais seria o que eu me refiro como anarco-sindicalismo. E me parece que é a forma apropriada de organização social para uma sociedade tecnológica avançada, na qual os seres humanos não precisam ser forçados à posição de ferramentas, de engrenagens em uma máquina.” [Noam Chomsky, Manufacturing Consent: Noam Chomsky and the Media, p. 31] Então, como se poderia esperar, uma vez que a essência do anarquismo é oposição à autoridade hierárquica, os anarquistas se opõem totalmente à maneira como a economia atual é organizada. Isso ocorre porque a autoridade na esfera econômica está incorporada em locais de trabalho hierárquicos centralizados que dão a uma classe ditatorial (capitalista) controle sobre meios de produção de propriedade privada, transformando a maioria da população em tomadores de ordem (ou seja, escravos assalariados). Em contrapartida, a economia socialista libertária será baseada em locais de trabalho igualitários descentralizados, nos quais os trabalhadores auto-gerenciem democraticamente sua atividade produtiva em meios de produção de propriedade social. Os princípios fundamentais do socialismo libertário são descentralização, autogestão, socialização, associação voluntária e federação livre. Esses princípios determinam a forma e a função dos sistemas econômico e político. Nesta seção, consideraremos apenas o sistema econômico. Bakunin fornece uma excelente visão geral de uma economia assim quando escreveu que em uma sociedade livre a “terra pertence apenas àqueles que a cultivam com suas próprias mãos; para as comunas agrícolas. O capital e todas as ferramentas de produção pertencem aos trabalhadores; para as associações de trabalhadores.” Essas associações são frequentemente chamadas de “cooperativas” e “sindicatos” (consulte a seção I.3.1). Isso alimenta um conceito econômico essencial para os socialistas libertários. “Autogestão dos trabalhadores” Refere-se àqueles que realizam a administração do trabalho, onde a terra e os locais de trabalho são “de propriedade e operados pelos próprios trabalhadores: por suas federações livremente organizadas de trabalhadores industriais e agrícolas” (ver seção I.3.2) Para a maioria dos anarquistas, a “socialização” é a base necessária para uma sociedade livre, pois somente isso garante a autogestão universal, permitindo livre acesso aos meios de produção (consulte a seção I.3.3). Assim, uma economia anarquista seria baseada na “terra, ferramentas de produção e todo o outro capital” sendo “convertidos em propriedade coletiva de toda a sociedade e utilizados apenas pelos trabalhadores, ou seja, por suas associações agrícolas e industriais”. [Bakunin on Anarchy, p. 247, p. 400 e p. 427] Como Berkman resumiu: “A revolução abole a propriedade privada dos meios de produção, distribuição e, com ela, os negócios capitalistas. A posse pessoal permanece apenas nas coisas que você usa. Assim, o seu relógio é seu, mas a fábrica de relógios pertence ao povo. Terrenos, máquinas e todos os outros serviços públicos serão propriedade coletiva, não serão comprados nem vendidos. O uso real será considerado o único título [no anarquismo comunista] - não de propriedade, mas de posse. A organização dos mineiros de carvão, por exemplo, ficará encarregada das minas de carvão, não como proprietários, mas como agência operacional. Da mesma forma, as irmandades das ferrovias administram as ferrovias, e assim por diante. A posse coletiva, gerenciada cooperativamente no interesse da comunidade, substituirá a propriedade pessoal, conduzida em particular para fins lucrativos.” [What is Anarchism? p. 217] Portanto, a solução proposta pelos anarquistas é de toda a propriedade social dos meios de produção e distribuição, com cada local de trabalho administrado cooperativamente por seus membros. No entanto, nenhum local de trabalho existe isoladamente, portanto eles procurariam associar-se a outros para garantir que obtenham as matérias-primas necessárias para a produção e para ver o que produz indo para aqueles que precisam. Essas ligações seriam baseadas nos princípios anar-

quistas de livre acordo e federação voluntária (consulte a seção I.3.4). Para os anarquistas, isso seria complementado por órgãos confederativos ou conselhos de coordenação em dois níveis: primeiro, entre todas as empresas de um determinado setor; e segundo, entre todas as indústrias (incluindo agricultura) em toda a sociedade (seção I.3.5). Tais federações podem, dependendo do tipo de anarquismo em questão, também incluir instituições financeiras das pessoas. Enquanto, para alguns anarco-sindicalistas, essa estrutura é vista como suficiente, a maioria dos comunistas-anarquistas considera que a federação econômica deve ser responsabilizada perante a sociedade como um todo (ou seja, a economia deve ser comunalizada). Isso ocorre porque nem todos na sociedade são trabalhadores (por exemplo, jovens, idosos e enfermos) nem pertencem a um sindicato (por exemplo, trabalhadores autônomos), mas como também precisam viver com os resultados de decisões econômicas, deve ter uma palavra a dizer sobre o que acontece. Em outras palavras, no anarquismo comunista, os trabalhadores tomam as decisões diárias sobre seu trabalho e local de trabalho, enquanto os critérios sociais por trás dessas decisões são tomados por todos. Como a sociedade anarquista é baseada no livre acesso e um recurso é controlado por quem o usa. É um serviço descentralizado, participativo, autogerenciado, organização cujos membros possam se separar a qualquer momento e em que todo poder e iniciativa surjam e voltem ao nível de base. Essa sociedade combina livre associação, federalismo e autogestão com propriedade comunitária. O trabalho livre é sua base e a socialização existe para complementá-lo e protegê-lo. Uma federação econômica desse tipo em toda a sociedade não é a mesma coisa que uma agência estatal centralizada, como no conceito de indústria nacionalizada ou estatal. A dinâmica exata de um sistema autogerenciado socializado varia entre as escolas anarquistas. Obviamente, como discutido na seção I.3.6, enquanto os individualistas vêem a competição entre os locais de trabalho como não problemáticos e mutualistas veem seus aspectos negativos, mas consideram necessário, coletivistas e comunistas se opõem a ela e argumentam que uma sociedade livre pode sobreviver sem a mesma. Além disso, a socialização não deve ser confundida com a coletivização forçada - indivíduos e grupos serão livres para não ingressar em um sindicato e experimentar em diferentes formas de economia (ver seção I.3.7). Por fim, os anarquistas argumentam que esse sistema seria aplicável a todas as economias, independentemente de tamanho e desenvolvimento, e visam uma economia baseada em no uso mais adequado da tecnologia (afirmações marxistas não se sustentam - consulte a seção I.3.8). Independentemente do tipo de anarquia desejada, todos os anarquistas concordam com a importância da descentralização, livre acordo e livre associação. O resumo de Kropotkin sobre como seria a anarquia dá uma excelente sensação de que tipo de sociedade os anarquistas desejam: "Harmonia em tal sociedade sendo obtida, não por submissão à lei ou por obediência a qualquer autoridade, mas por acordos livres celebrados entre os vários grupos, territoriais e profissionais, constituídos livremente para fins de produção e consumo, e também para a satisfação da infinita variedade de necessidades e aspirações de um ser civilizado. "Numa sociedade desenvolvida nessas linhas [...] as associações voluntárias [...] representariam uma rede entrelaçada, composta por uma variedade infinita de grupos e federações de todos os tamanhos e graus, local, regional, nacional e internacional temporária ou mais ou menos permanente - para todas as finalidades possíveis: produção, consumo e troca, comunicações, medidas sanitárias, educação, proteção mútua, defesa do território e assim por diante; e, por outro lado, para a satisfação de um número cada vez maior de necessidades científicas, artísticas, literárias e sociáveis. "Além disso, essa sociedade não representaria nada imutável. Pelo contrário - como é visto na vida orgânica em geral - a harmonia (afirma-se) resultaria de um constante ajuste e reajuste do equilíbrio entre as multidões de forças e influências, e esse ajuste seria mais fácil de obter, pois nenhum das forças gozariam de uma proteção especial do Estado." [Anarchism, p. 284] Se esse tipo de sistema parece "utópico", deve-se ter em mente que ele foi realmente implementado e funcionou muito bem na economia coletivista organizada durante a Revolução Espanhola de 1936, apesar dos enormes obstáculos apresentados por uma guerra civil em andamento, bem como pela esforços incansáveis (e eventualmente bem-sucedidos) de republicanos, stalinistas e fascistas para esmagá-lo (consulte a seção I.8 para uma introdução). Assim como este (e outros) exemplos de "anarquia em ação", houve outros sistemas econômicos socialistas libertários descritos por escrito. Todos compartilham as características comuns de autogestão, cooperação e assim por diante, discutimos aqui e na seção I.4. Esses textos incluem O Sindicalismo de Tom Brown, O programa do anarcosindicalismo de GP Maximoff, O Socialismo de Guilda e O Autogoverno na Indústria por GDH Cole, Depois da Revolução de Diego Abad de Santillan, A Economia Anarquista e Os Princípios da Economia Libertária de Abraham

Guillen, Conselhos de trabalhadores e a Economia de uma Sociedade Autogerida por Cornelius Castoriadis, entre outros. Um breve resumo das visões anarquistas espanholas da sociedade livre pode ser encontrado no capítulo 3 de *Os Anarquistas*. Aqui examinaremos possíveis estruturas de uma economia socialista libertária. Ressaltamos que são estruturas e não estrutura, porque é provável que qualquer sociedade anarquista veja um número diversificado de sistemas econômicos coexistindo em áreas diferentes, dependendo do que as pessoas nessas áreas desejam. “Em cada localidade”, argumentou Diego Abad de Santillan, “o grau de comunismo, coletivismo ou mutualismo dependerá das condições prevalentes. Por que ditar regras? Nós que fazemos da liberdade nossa bandeira, não podemos negá-la na economia. Portanto, deve haver experimentação livre, demonstração gratuita de iniciativa e sugestões, bem como a liberdade de organização.” Como tal, o anarquismo “Pode ser realizado em uma variedade de arranjos econômicos, individuais e coletivos. Proudhon defendia o mutualismo; Bakunin, coletivismo; Kropotkin, comunismo. Malatesta concebeu a possibilidade de acordos mistos, especialmente durante o primeiro período.” [After The Revolution, p. 97 e p. 96] Aqui, destacaremos e discutiremos as quatro principais escolas do pensamento econômico anarquista: anarquismo individualista, mutualismo, coletivismo e comunismo. Cabe ao leitor avaliar qual escola melhor maximiza a liberdade individual e a boa vida (como disse sabiamente o anarquista Joseph LaBadie: “O anarquismo não lhes ditará regras explícitas sobre o que devem fazer, mas que lhes abrirá as oportunidades de colocar em prática suas próprias idéias de aumentar sua própria felicidade.” [The Individualist Anarchists, pp. 260-1]). “Nada é mais contrário ao verdadeiro espírito da anarquia do que uniformidade e intolerância”, argumentou Kropotkin. “A liberdade de desenvolvimento implica diferença de desenvolvimento, daí a diferença de idéias e ações.” A experiência, então, é “o melhor professor, e a experiência necessária só pode ser obtida com toda a liberdade de ação”. [citado por Ruth Kinna, “Fields of Vision: Kropotkin and Revolutionary Change”, pp. 67–86, SubStance, vol. 36, n. 2, p. 81] É claro que pode haver outras práticas econômicas, mas essas podem não ser libertárias. Nas palavras de Malatesta: “Admitimos o princípio básico do anarquismo - que ninguém deveria desejar ou ter a oportunidade de reduzir os outros a um estado de sujeição e obrigá-los a trabalhar para ele - é claro a todos que somente aqueles modos de vida que respeitem a liberdade e reconheçam que cada indivíduo tem igual direito aos meios de produção e ao pleno gozo do produto de seu próprio trabalho, tem algo em comum com o anarquismo.” [Errico Malatesta: His Life and ideas, p. 33] Além disso, deve-se ter em mente que, na prática, é impossível separar o domínio econômico dos domínios social e político, pois existem inúmeras interconexões entre eles: pensadores anarquistas como Bakunin argumentavam que as instituições “políticas” de uma sociedade livre basear-se-iam em associações de trabalho, enquanto Kropotkin colocava a comuna no centro de sua visão de uma economia e sociedade comunistas anarquistas. Assim, a divisão entre formas sociais e econômicas não é clara na teoria anarquista - como deveria ser quando a sociedade não é, e não pode ser, considerada como separada ou inferior à economia. Uma sociedade anarquista tentará integrar o social e econômico, incorporando o último no primeiro, a fim de impedir que qualquer atividade econômica associada a externalidades prejudiciais seja passada para a sociedade. Como Karl Polanyi argumentou, o capitalismo “significa nada menos que o funcionamento da sociedade como um complemento do mercado. Em vez de a economia estar inserida nas relações sociais, as relações sociais estão inseridas no sistema econômico.” [The Great Transformation, p. 57] Dados os efeitos negativos de tal arranjo, não admira que o anarquismo procure revertê-lo. Além disso, discutindo primeiro a economia, não estamos sugerindo que lidar com a dominação ou exploração econômica é mais importante do que lidar com outros aspectos do sistema total de dominação, como hierarquias sociais, valores patriarcais, racismo etc. Apenas seguiremos essa ordem de exposição devido à necessidade de apresentar uma coisa de cada vez, mas teria sido igualmente fácil começar com a estrutura social e política da anarquia. No entanto, Rudolf Rocker está correto ao argumentar que uma transformação econômica na economia é um aspecto essencial de uma revolução social: “[Um] desenvolvimento social nessa direção [isto é, uma sociedade apátrida] não é possível sem uma revolução fundamental nos acordos econômicos existentes; pois a tirania e a exploração crescem na mesma árvore e são inseparavelmente unidas. A liberdade do indivíduo é segura somente quando repousa no bem-estar econômico e social de todos. A personalidade do indivíduo se eleva quanto mais alto, mais profundamente se enraíza na comunidade, da qual surgem as fontes mais ricas de sua força moral. Somente na liberdade surge no homem a consciência de responsabilidade por seus atos e consideração pelos direitos dos outros; somente na liberdade pode desdobrar em toda

sua força o mais precioso instinto social:[Nationalism and Culture, pp. 147–8] O objetivo de qualquer sociedade anarquista seria maximizar a liberdade e o trabalho tão criativo: “Se estiver correto, como eu acredito que esteja, que um elemento fundamental da natureza humana seja a necessidade de trabalho criativo ou investigação criativa, de criação livre, sem os efeitos limitadores arbitrários das instituições coercitivas, é claro que se seguirá que a sociedade deve maximizar as possibilidades de realização dessa característica humana fundamental. Agora, um sistema federado e descentralizado de associações livres incorporando instituições econômicas e sociais seria o que eu me refiro como anarco-sindicalismo. E me parece que é a forma apropriada de organização social para uma sociedade tecnológica avançada, na qual os seres humanos não precisam ser forçados à posição de ferramentas, de engrenagens em uma máquina.” [Noam Chomsky, *Manufacturing Consent: Noam Chomsky and the Media*, p. 31] Então, como se poderia esperar, uma vez que a essência do anarquismo é oposição à autoridade hierárquica, os anarquistas se opõem totalmente à maneira como a economia atual é organizada. Isso ocorre porque a autoridade na esfera econômica está incorporada em locais de trabalho hierárquicos centralizados que dão a uma classe ditatorial (capitalista) controle sobre meios de produção de propriedade privada, transformando a maioria da população em tomadores de ordem (ou seja, escravos assalariados). Em contrapartida, a economia socialista libertária será baseada em locais de trabalho igualitários descentralizados, nos quais os trabalhadores auto-gerenciem democraticamente sua atividade produtiva em meios de produção de propriedade social. Os princípios fundamentais do socialismo libertário são descentralização, autogestão, socialização, associação voluntária e federação livre. Esses princípios determinam a forma e a função dos sistemas econômico e político. Nesta seção, consideraremos apenas o sistema econômico. Bakunin fornece uma excelente visão geral de uma economia assim quando escreveu que em uma sociedade livre a “terra pertence apenas àqueles que a cultivam com suas próprias mãos; para as comunas agrícolas. O capital e todas as ferramentas de produção pertencem aos trabalhadores; para as associações de trabalhadores.” Essas associações são frequentemente chamadas de “cooperativas” e “sindicatos” (consulte a seção I.3.1). Isso alimenta um conceito econômico essencial para os socialistas libertários. “Autogestão dos trabalhadores” Refere-se àqueles que realizam a administração do trabalho, onde a terra e os locais de trabalho são “de propriedade e operados pelos próprios trabalhadores: por suas federações livremente organizadas de trabalhadores industriais e agrícolas” (ver seção I.3.2) Para a maioria dos anarquistas, a “socialização” é a base necessária para uma sociedade livre, pois somente isso garante a autogestão universal, permitindo livre acesso aos meios de produção (consulte a seção I.3.3). Assim, uma economia anarquista seria baseada na “terra, ferramentas de produção e todo o outro capital” sendo “convertidos em propriedade coletiva de toda a sociedade e utilizados apenas pelos trabalhadores, ou seja, por suas associações agrícolas e industriais”. [Bakunin on Anarchy, p. 247, p. 400 e p. 427] Como Berkman resumiu: “A revolução abole a propriedade privada dos meios de produção, distribuição e, com ela, os negócios capitalistas. A posse pessoal permanece apenas nas coisas que você usa. Assim, o seu relógio é seu, mas a fábrica de relógios pertence ao povo. Terrenos, máquinas e todos os outros serviços públicos serão propriedade coletiva, não serão comprados nem vendidos. O uso real será considerado o único título [no anarquismo comunista] - não de propriedade, mas de posse. A organização dos mineiros de carvão, por exemplo, ficará encarregada das minas de carvão, não como proprietários, mas como agência operacional. Da mesma forma, as irmandades das ferrovias administram as ferrovias, e assim por diante. A posse coletiva, gerenciada cooperativamente no interesse da comunidade, substituirá a propriedade pessoal, conduzida em particular para fins lucrativos.” [What is Anarchism? p. 217] Portanto, a solução proposta pelos anarquistas é de toda a propriedade social dos meios de produção e distribuição, com cada local de trabalho administrado cooperativamente por seus membros. No entanto, nenhum local de trabalho existe isoladamente, portanto eles procurariam associar-se a outros para garantir que obtenham as matérias-primas necessárias para a produção e para ver o que produz indo para aqueles que precisam. Essas ligações seriam baseadas nos princípios anarquistas de livre acordo e federação voluntária (consulte a seção I.3.4). Para os anarquistas, isso seria complementado por órgãos confederativos ou conselhos de coordenação em dois níveis: primeiro, entre todas as empresas de um determinado setor; e segundo, entre todas as indústrias (incluindo agricultura) em toda a sociedade (seção I.3.5). Tais federações podem, dependendo do tipo de anarquismo em questão, também incluir instituições financeiras das pessoas. Enquanto, para alguns anarco-sindicalistas, essa estrutura é vista como suficiente, a maioria dos comunistas-anarquistas considera que a federação

econômica deve ser responsabilizada perante a sociedade como um todo (ou seja, a economia deve ser comunalizada). Isso ocorre porque nem todos na sociedade são trabalhadores (por exemplo, jovens, idosos e enfermos) nem pertencem a um sindicato (por exemplo, trabalhadores autônomos), mas como também precisam viver com os resultados de decisões econômicas, deve ter uma palavra a dizer sobre o que acontece. Em outras palavras, no anarquismo comunista, os trabalhadores tomam as decisões diárias sobre seu trabalho e local de trabalho, enquanto os critérios sociais por trás dessas decisões são tomados por todos. Como a sociedade anarquista é baseada no livre acesso e um recurso é controlado por quem o usa. É um serviço descentralizado, participativo, autogerenciado, organização cujos membros possam se separar a qualquer momento e em que todo poder e iniciativa surjam e voltem ao nível de base. Essa sociedade combina livre associação, federalismo e autogestão com propriedade comunitária. O trabalho livre é sua base e a socialização existe para complementá-lo e protegê-lo. Uma federação econômica desse tipo em toda a sociedade não é a mesma coisa que uma agência estatal centralizada, como no conceito de indústria nacionalizada ou estatal. A dinâmica exata de um sistema autogerenciado socializado varia entre as escolas anarquistas. Obviamente, como discutido na seção I.3.6, enquanto os individualistas vêem a competição entre os locais de trabalho como não problemáticos e mutualistas veem seus aspectos negativos, mas consideram necessário, coletivistas e comunistas se opõem a ela e argumentam que uma sociedade livre pode sobreviver sem a mesma. Além disso, a socialização não deve ser confundida com a coletivização forçada - indivíduos e grupos serão livres para não ingressar em um sindicato e experimentar em diferentes formas de economia (ver seção I.3.7). Por fim, os anarquistas argumentam que esse sistema seria aplicável a todas as economias, independentemente de tamanho e desenvolvimento, e visam uma economia baseada em no uso mais adequado da tecnologia (afirmações marxistas não se sustentam - consulte a seção I.3.8). Independentemente do tipo de anarquia desejada, todos os anarquistas concordam com a importância da descentralização, livre acordo e livre associação. O resumo de Kropotkin sobre como seria a anarquia dá uma excelente sensação de que tipo de sociedade os anarquistas desejam: "Harmonia em tal sociedade sendo obtida, não por submissão à lei ou por obediência a qualquer autoridade, mas por acordos livres celebrados entre os vários grupos, territoriais e profissionais, constituídos livremente para fins de produção e consumo, e também para a satisfação da infinita variedade de necessidades e aspirações de um ser civilizado. "Numa sociedade desenvolvida nessas linhas [...] as associações voluntárias [...] representariam uma rede entrelaçada, composta por uma variedade infinita de grupos e federações de todos os tamanhos e graus, local, regional, nacional e internacional temporária ou mais ou menos permanente - para todas as finalidades possíveis: produção, consumo e troca, comunicações, medidas sanitárias, educação, proteção mútua, defesa do território e assim por diante; e, por outro lado, para a satisfação de um número cada vez maior de necessidades científicas, artísticas, literárias e sociáveis. "Além disso, essa sociedade não representaria nada imutável. Pelo contrário - como é visto na vida orgânica em geral - a harmonia (afirma-se) resultaria de um constante ajuste e reajuste do equilíbrio entre as multidões de forças e influências, e esse ajuste seria mais fácil de obter, pois nenhum das forças gozariam de uma proteção especial do Estado." [Anarchism, p. 284] Se esse tipo de sistema parece "utópico", deve-se ter em mente que ele foi realmente implementado e funcionou muito bem na economia coletivista organizada durante a Revolução Espanhola de 1936, apesar dos enormes obstáculos apresentados por uma guerra civil em andamento, bem como pela esforços incansáveis (e eventualmente bem-sucedidos) de republicanos, stalinistas e fascistas para esmagá-lo (consulte a seção I.8 para uma introdução). Assim como este (e outros) exemplos de "anarquia em ação", houve outros sistemas econômicos socialistas libertários descritos por escrito. Todos compartilham as características comuns de autogestão, cooperação e assim por diante, discutimos aqui e na seção I.4. Esses textos incluem o sindicalismo de Tom Brown, o programa de anarcosindicalismo de GP Maximoff, o socialismo da guilda restabelecido e o autogoverno na indústria por GDH Cole, depois da revolução de Diego Abad de Santillan, a economia anarquista e os princípios da economia libertária de Abraham Guillen, Conselhos de trabalhadores e a economia de uma sociedade autogerida por Cornelius Castoriadis, entre outros. Um breve resumo das visões anarquistas espanholas da sociedade livre pode ser encontrado no capítulo 3 de Os Anarquistas na Guerra Civil Espanhola (vol. 1), de Robert Alexander. Alguns anarquistas apóiam o que é chamado de "Economia Participativa" (Parecon, para abreviar), e A Economia Política da Economia Participativa e o Olhar para o Futuro: Vale a pena ler a Economia Participativa para o Século XXI, de Michael Albert e Robin Hahnel, contém boas introduções a esse projeto.

Relatos fictícios incluem o Notícias de Lugar Nenhum de William Morris, o excelente Os Despossuídos de Ursula Le Guin, Uma Mulher na Borda do Tempo de Marge Piercy e O Último capitalista por Steve Cullen. Os romances de Iain M. Banks da série Cultura são sobre uma sociedade anarco-comunista, mas, como são tão tecnologicamente avançados, só podem dar uma idéia dos objetivos do socialismo libertário e da mentalidade das pessoas que vivem em liberdade(O Estado da Arte e O Jogador de Jogos contrasta a Cultura com as sociedades hierárquicas, a Terra em 1977, no caso da primeira).

I.3.1 O Que é um “sindicato”?

Como usaremos o termo, um “sindicato” (também chamado de “cooperativa de produtores” ou “cooperativa”, para abreviar, às vezes uma “coletividade”, “comunidade de produtores”, “associação de produtores”, “Fábrica da guilda” ou “local de trabalho da guilda”) é uma empresa produtiva democraticamente autogerenciada, cujos ativos são controlados por seus trabalhadores. É um termo genérico útil para descrever a situação apontada pelos anarquistas em que “associações de homens e mulheres que [...] trabalham na terra, nas fábricas, nas minas e assim por diante [são] os próprios gerentes de produção...” [Kropotkin, *Evolution and Environment* p. 78] Isso significa que onde o trabalho é coletivo, “a propriedade da produção também deve ser coletiva”. “Cada oficina, cada fábrica”, sugeriu corretamente James Guillaume, “se organizará em uma associação de trabalhadores que estará livre para administrar a produção e organizar seu trabalho da maneira que achar melhor, desde que os direitos de cada trabalhador sejam salvaguardados e os princípios de igualdade e justiça preservados.” Isso também se aplica à terra, pois o anarquismo visa responder “à questão de como melhor trabalhar a terra e qual a melhor forma de posse”. Não importa se os camponeses “mantêm seus terrenos e continuam a cultivá-los com a ajuda de suas famílias” ou se eles “Tomem posse coletiva das vastas extensões de terra e trabalhe-as em comum” como “o principal objetivo da Revolução” foi alcançado, a saber: “a terra agora é propriedade daqueles que a cultivam, e os camponeses não trabalham mais pelo lucro de um explorador ocioso que vive suando.” Quaisquer “ex-contratados” se tornarão “parceiros e compartilharão [...] os produtos que seu trabalho comum extrai da terra” como “a Revolução aboliu a escravidão e a peonagem dos salários agrícolas e o proletariado agrícola consistirá apenas de trabalhadores livres vivendo em paz e abundância.” Assim como nos locais de trabalho industriais, a “Organização interna [...] não precisa necessariamente ser idêntica; as formas e procedimentos organizacionais variarão bastante de acordo com as preferências dos trabalhadores associados.” A “administração da comunidade” poderia ser “confiada a um indivíduo ou a uma comissão de muitos membros”, por exemplo, mas sempre seria “eleita por todos os membros”. [“On Building the New Social Order”, pp. 356–79, Bakunin on Anarchism, p. 363, p. 359, p. 360 e p. 361] Deve-se notar que esse objetivo libertário de abolir o local de trabalho capitalista hierárquico e acabar com o trabalho assalariado associando e democratizando a indústria é tão antigo quanto o próprio anarquismo. Assim, encontramos Proudhon argumentando em 1840 que o objetivo era uma sociedade de “possuidores sem senhores” (em vez de trabalhadores assalariados e inquilinos “controlados por proprietários”) com “líderes, instrutores, superintendentes” e assim por diante “escolhidos entre os trabalhadores, pelos próprios trabalhadores.” [What is Property? p. 167 e p. 137] “Existe mútua reciprocidade”, argumentou Proudhon, “quando todos os trabalhadores de uma indústria, em vez de trabalharem para um empresário que os paga e mantém seus produtos, trabalham um para o outro e, assim, colaboram na criação de um produto comum cujos lucros eles compartilham entre si. Estenda o princípio da reciprocidade como unindo o trabalho de cada grupo, às Sociedades de Trabalhadores como unidades, e você cria uma forma de civilização que, de todos os pontos de vista - políticos, econômicos e estéticos - é radicalmente diferente de todas as civilizações anteriores.” Em resumo: “Todos associados e tudo gratuitos”. [citado por Martin Buber, *Paths in Utopia*, pp. 29–30 e p. 30] Essa idéia também não foi inventada por Proudhon e outros anarquistas. Antes, foi criada pelos próprios trabalhadores e, posteriormente, retomado por pessoas como Proudhon e Bakunin. Então, as pessoas da classe trabalhadora tiveram essa idéia socialista libertária fundamental por si mesmas. A idéia de que o trabalho assalariado seria substituído por trabalho associado foi levantado em muitos países diferentes na 19^a século. Na França, foi durante a onda de greves e protestos desencadeados pela revolução de 1830. Naquele ano, as impressoras parisienses, por exemplo, produziram um jornal (*L’Artisan: Journal de la classes ouvriere*), que sugeria que a única maneira de deixar de ser explorada por um mestre era os trabalhadores formarem cooperativas. Durante as greves de 1833, isso foi ecoado por outros trabalhadores qualificados e, portanto, as cooperativas foram vistas por muitos trabalhadores como um método de

emancipação do trabalho assalariado. Proudhon chegou a pegar o termo Mutualismo entre os trabalhadores de Lyon no início da década de 1840 e suas idéias de crédito, troca e produção cooperativas o influenciaram tão certo quanto ele as influenciou. Na América, como observa Chomsky, “[Se] voltamos ao ativismo trabalhista desde os primeiros dias da revolução industrial, à imprensa da classe trabalhadora na década de 1850, e assim por diante, isso tem uma verdadeira tensão anarquista. Eles nunca ouviram falar do anarquismo europeu [...] Foi espontâneo. Eles assumiram como trabalho assalariado concedido um pouco diferente da escravidão, que os trabalhadores devem possuir as usinas” [Anarchism Interview] Como observamos na seção F.8.6, essa era uma resposta comum para as pessoas da classe trabalhadora que enfrentavam a ascensão do capitalismo. De muitas maneiras, um sindicato é semelhante a uma cooperativa no capitalismo. Na verdade, Proudhon apontou esses experimentos como exemplos do que ele desejava, de “associações cooperativas” sendo uma parte essencial de sua “liquidação geral” da sociedade capitalista. [General Idea of the Revolution, p. 203] Bakunin, da mesma forma, argumentou que os anarquistas estão “convencidos de que a cooperativa será a forma preponderante de organização social no futuro, em todos os ramos do trabalho e da ciência”. [Basic Bakunin p. 153] Portanto, mesmo a partir dos exemplos limitados de cooperativas que funcionam no mercado capitalista, podem ser vistas as características essenciais de uma economia socialista libertária. O elemento econômico básico, o local de trabalho, será uma associação livre de indivíduos que organizarão seu trabalho conjunto como iguais. Para citar Bakunin novamente, “[o] único trabalho associado, isto é, o trabalho organizado segundo os princípios de reciprocidade e cooperação, é adequado à tarefa de manter ... a sociedade civilizada”. [The Political Philosophy of Bakunin, p. 341] A cooperação nesse contexto significa que as decisões políticas relacionadas à sua associação serão baseadas no princípio de “um membro, um voto”, com a equipe administrativa eleita e responsabilizada pelo local de trabalho como um todo. Nas palavras do economista David Ellerman: “Toda empresa deve ser legalmente reconstruída como uma parceria de todos os que trabalham na empresa. Toda empresa deve ser uma empresa democrática de propriedade dos trabalhadores.” [The Democratic Worker- Owned Firm, p. 43] Os anarquistas, sem surpresa, rejeitam a idéia leninista de que propriedade estatal significa o fim do capitalismo como simplista e confusa. Propriedade é uma relação jurídica. A real questão é de gestão. Os usuários de um recurso o gerenciam? Nesse caso, temos uma sociedade socialista real (ou seja, libertária). Caso contrário, temos alguma forma de sociedade de classes (por exemplo, na União Soviética, o estado substituiu a classe capitalista, mas os trabalhadores ainda não tinham controle oficial sobre seu trabalho ou o produto desse trabalho). A autogestão do local de trabalho não significa, como sugerem alguns apologistas do capitalismo, que conhecimento e habilidade serão ignorados e que todas as decisões serão tomadas por todos. Essa é uma falácia óbvia, já que os engenheiros, por exemplo, têm uma compreensão maior de seu trabalho do que os que não são engenheiros e, sob a autogestão dos trabalhadores, o controlam diretamente: “Precisamos entender claramente em que consiste essa democracia da guilda e, principalmente, como ela se relaciona com as relações entre diferentes classes de trabalhadores incluídas em uma única guilda. Pois uma vez que uma guilda incluiu todos os trabalhadores, à mão e ao cérebro, se engajarem em um serviço comum, é claro que haverá entre seus membros divergências muito amplas de função, habilidade técnica e autoridade administrativa. Nem a guilda como um todo, nem a fábrica da guilda podem determinar todas as questões pelo expediente do voto de massa, nem a democracia da guilda significa que, em todas as perguntas, cada membro deve contar como um e não mais que um. Um voto em massa sobre uma questão de técnica entendido apenas por alguns especialistas seria um absurdo manifesto e, mesmo que o elemento da técnica seja ignorado, uma fábrica administrada por votos em massa constantes não seria eficiente nem um lugar agradável para trabalhar. Haverá nas Guildas técnicos ocupando posições especiais em virtude de seu conhecimento, habilidades e qualificações pessoais. [GDH Cole, Guild Socialism Restated , pp. 50–51] O fato de algumas decisões terem sido delegadas dessa maneira às vezes leva as pessoas a perguntar se um sindicato não seria apenas outra forma de hierarquia. A resposta é que isso não seria hierárquico, porque as assembleias de trabalhadores e seus conselhos, abertos a todos os trabalhadores, decidiriam que tipos de tomada de decisão delegar, garantindo assim que o poder supremo repouse na base. Além disso, o poder não seria delegado. Malatesta indica claramente a diferença entre decisões administrativas e políticas: “Obviamente, em toda grande empresa coletiva, é necessária uma divisão do trabalho, gerenciamento técnico, administração etc. Mas os autoritários desajeitadamente brincam com palavras para produzir uma *raison d'être* para o governo

fora da real necessidade de organização do trabalho. É bom repetir que o governo é um agrupamento de indivíduos que tiveram, ou apreenderam, o direito e os meios para fazer leis e obrigar as pessoas a obedecer; o administrador, o engenheiro etc. são pessoas nomeadas ou que assumem a responsabilidade de realizar um trabalho específico e assim por diante. Governo significa a delegação de poder, ou seja, a abdicação de iniciativa e soberania de todos nas mãos de poucos; administração significa a delegação de trabalho, ou seja, tarefas dadas e recebidas, livre troca de serviços com base em livre acordo. Não confunda a função do governo com a de uma administração, pois são essencialmente diferentes, e se hoje os dois são muitas vezes confundidos, é apenas por causa de privilégios econômicos e políticos”. [Anarchy, pp. 41–2] Dado que o poder permanece nas mãos da assembléia do local de trabalho, é claro que a organização necessária para todo empreendimento coletivo não pode ser equiparada ao governo. Além disso, nunca esqueça que a equipe administrativa é eleita e responsável perante o restante de uma associação. Se, por exemplo, se constatou que um determinado tipo de atividade delegada de tomada de decisões estava sendo abusiva, poderia ser revogada por toda a força de trabalho. Por causa desse controle de base, há todos os motivos para pensar que tipos cruciais de atividades de tomada de decisão que poderiam se tornar uma fonte de poder (e, portanto, com o potencial de afetar seriamente a vida de todos os trabalhadores) não seriam delegados, mas permaneceriam como assembléias de trabalhadores. Por exemplo, poderes que agora são exercidos de maneira autoritária por administradores sob o capitalismo, como os de contratação e demissão, não serem delegados a ninguém. Novos sindicatos serão criados por iniciativa de indivíduos dentro das comunidades. Essa pode ser a iniciativa de trabalhadores de um sindicato existente que desejam expandir a produção ou de membros da comunidade local que veem que os sindicatos atuais não estão funcionando adequadamente em uma área específica da vida. De qualquer forma, o sindicato será uma associação voluntária para a produção de bens ou serviços úteis e surgirá e desaparecerá, conforme necessário. Portanto, uma sociedade anarquista veria os sindicatos se desenvolvendo espontaneamente à medida que os indivíduos se associam livremente para atender às suas necessidades, com iniciativas locais e confederativas. Embora tenham uma base comum nos locais de trabalho cooperativos, diferentes formas de anarquismo os vêem trabalhando de maneiras diferentes. Sob o mutualismo, os trabalhadores se organizam em sindicatos e compartilham seus ganhos e perdas. Isso significa que “na empresa gerenciada por mão-de-obra não há lucro, apenas renda a ser dividida entre os membros. Sem funcionários, a empresa gerenciada por mão-de-obra não possui salário, e os custos com mão-de-obra não são contabilizados entre as despesas subtraídas do lucro, como na empresa capitalista.” A “empresa gerenciada por mão de obra não contrata mão de obra. É um coletivo de trabalhadores que contrata capital e materiais necessários.” [Christopher Eaton Gunn, *Workers’ Self-Management in the United States*, pp. 41–2] Dessa maneira, argumentaram Proudhon e seus seguidores, a exploração terminaria e os trabalhadores receberiam o produto completo de seu trabalho. Note-se que isso não significa que os trabalhadores consumam todo o produto da venda em consumo pessoal (ou seja, nenhum investimento). Isso significa que o trabalho controla o que fazer com a receita de vendas, ou seja, quanto investir e quanto alocar no consumo: “Se a mão-de-obra se apropriasse de todo o produto, isso incluiria a apropriação das obrigações pela propriedade utilizada no processo de produção, além da apropriação dos produtos produzidos. A atual mão-de-obra teria que pagar aos fornecedores de insumos (por exemplo, mão-de-obra anterior) para satisfazer essas responsabilidades”. [Ellerman, *op. Cit.* p. 24] Assim, sob o mutualismo, os excedentes (lucros) seriam divididos igualmente entre todos os membros da cooperativa ou divididos de forma desigual com base no tipo de trabalho realizado, com as porcentagens atribuídas a cada tipo sendo decididas por voto democrático, segundo o princípio de um trabalhador, um voto. As cooperativas de trabalhadores desse tipo têm a virtude de impedir a exploração e a opressão do trabalho pelo capital, uma vez que os trabalhadores não são contratados por salários, mas, na verdade, se tornam sócios da empresa. Isso significa que os trabalhadores controlam tanto o produto de seu trabalho (para que o valor agregado que eles produzem não seja apropriado por uma elite privilegiada) quanto o próprio processo de trabalho (e, assim, não vendem mais sua liberdade a terceiros). No entanto, essa forma limitada de cooperação é rejeitada pela maioria dos anarquistas. Anarquistas não mutualistas argumentam que isso, na melhor das hipóteses, é apenas um passo na direção certa e o objetivo final é a distribuição de acordo com a necessidade. Produção para uso ao invés de lucro/dinheiro é o conceito-chave que distingue as formas coletivistas e comunistas de anarquismo do mutualismo competitivo preconizado por Proudhon. Isto se dá por duas

razões. Primeiro, devido aos efeitos nocivos dos mercados que indicamos na seção I.1.3, as cooperativas podem se tornar, na verdade, “capitalismos coletivos” e competir entre si no mercado tão ferozmente quanto os capitalistas reais. Como Kropotkin colocou, embora a cooperação tenha “em sua origem [...] um caráter de ajuda essencialmente mútua”, ela “é frequentemente descrita como ‘individualismo de ações conjuntas’” e “como é agora, sem dúvida, tende a se reproduzir. um egoísmo cooperativo, não apenas em relação à comunidade em geral, mas também entre os próprios cooperadores.” [Mutual Aid, p. 214] Enquanto ele discutia cooperativas sob o capitalismo, suas preocupações são igualmente aplicáveis a um sistema mutualista de sindicatos concorrentes. Isso também levaria a uma situação em que as forças do mercado assegurassem que os trabalhadores envolvidos tomassem decisões irracionais (do ponto de vista social e individual) para sobreviver no mercado. Para os mutualistas, essa “irracionalidade da racionalidade” é o preço a ser pago para garantir que os trabalhadores recebam todo o produto de seu trabalho e, além disso, qualquer tentativa de superar esse problema apresenta numerosos perigos à liberdade. Outros anarquistas discordam. Eles acham que a cooperação entre locais de trabalho só pode aumentar, não reduzir, a liberdade. Segundo, conforme discutido na seção I.1.4, a distribuição de acordo com o trabalho não leva em consideração as diferentes necessidades dos trabalhadores (nem os não trabalhadores, como os doentes, os jovens e os velhos). Como tal, o mutualismo não produz o que a maioria dos anarquistas consideraria uma sociedade decente, onde as pessoas cooperam para criar uma vida decente para todos. E quanto à entrada em um sindicato? Nas palavras de Cole, guildas (sindicatos) são “associações abertas às quais qualquer homem [ou mulher] pode se unir”, mas “isso não significa, é claro, que qualquer pessoa poderá reivindicar admissão, como um direito absoluto, em a aliança de sua escolha.” Isso significa que pode haver requisitos de treinamento (por exemplo) e, obviamente, “um homem [ou mulher] claramente não pode entrar em uma guilda, a menos que precise de novos recrutas para seu trabalho. [O trabalhador] terá livre escolha, mas apenas as vagas disponíveis.” [Op. Cit. p. 75] Como observa David Ellerman, é importante lembrar que “o mercado de trabalho não existiria” em uma economia autogerenciada como o trabalho “sendo sempre o reclamante residual.” Isso significa que o capital não estaria contratando mão-de-obra, como no capitalismo, ao contrário, os trabalhadores procurariam associações para ingressar. “Haveria um mercado de trabalho no sentido de as pessoas procurarem empresas em que pudessem ingressar”, continua Ellerman, “mas não seria um mercado de trabalho no sentido da venda de trabalho no contrato de trabalho”. [Op. Cit. p. 91] Todas as escolas de anarquismo social, portanto, baseiam-se nos direitos de uso do sindicato específico, enquanto a propriedade seria socializada e não limitada aos trabalhadores do sindicato. Isso garantiria livre acesso aos meios de produção, pois novos membros de um sindicato teriam os mesmos direitos e poder que os membros existentes. Se não fosse esse o caso, então os novos membros seriam os escravos salariais dos já existentes e é precisamente para evitar isso que os anarquistas argumentam pela socialização (consulte a seção I.3.3). Com a socialização, o acesso gratuito é garantido e, portanto, todos os trabalhadores estão na mesma posição, garantindo a autogestão e o retorno à hierarquia do local de trabalho. Obviamente, como em qualquer sociedade, um indivíduo pode não ser capaz de prosseguir com o trabalho em que mais se interessa (embora, dada a natureza de uma sociedade anarquista, tenha tempo livre para persegui-lo como hobby). No entanto, podemos imaginar que uma sociedade anarquista se interessaria em garantir uma distribuição justa do trabalho e, portanto, tentaria organizar o compartilhamento do trabalho se um determinado local de trabalho fosse popular (consulte a seção I.4.13 sobre a questão de quem fará um trabalho desagradável e para mais informações sobre alocação de trabalho em geral, em uma sociedade anarquista). É claro que pode haver o perigo de um sindicato ou guilda tentar restringir a entrada por algum motivo, tal qual a exploração do poder de monopólio em relação a outros grupos da sociedade. No entanto, em uma sociedade anarquista, os indivíduos estariam livres para formar seus próprios sindicatos e isso garantiria que essa atividade fosse autodestrutiva. Além disso, em um sistema anarquista não individualista, os sindicatos seriam parte de uma confederação (consulte a seção I.3.4). É responsabilidade dos congressos intersindicais garantir que a associação e o emprego nos sindicatos não sejam restritos de maneira anti-social. Se um indivíduo ou grupo de indivíduos sentir que foram injustamente excluídos de um sindicato, uma investigação sobre o caso será organizada no congresso. Dessa maneira, qualquer tentativa de restringir a entrada seria reduzida (supondo que elas tenham ocorrido no início). E, é claro, os indivíduos são livres para formar novos sindicatos ou deixar a confederação, se assim o desejarem. Com a questão da entrada em sindicatos, surge a questão de saber se

haveria vagas suficientes para quem procura trabalhar (o que poderia ser chamado de “desemprego”). Por fim, sempre há um número objetivo de vagas disponíveis em um local de trabalho: faz pouco sentido que as pessoas participem de um sindicato se não houver máquinas ou materiais para trabalhar! Uma economia autogerida garantiria a disponibilidade de lugares suficientes para quem os procura? Talvez sem surpresa, a economia neoclássica diz que não e igualmente sem surpresa que essa conclusão se baseia não em evidências empíricas de cooperativas reais, mas em um modelo abstrato desenvolvido em 1958. O modelo se baseia em deduzir as implicações de supor que um trabalho gerenciado (“Illyrian”) procurará maximizar o lucro líquido por trabalhador, em vez de, em uma empresa capitalista, maximizar o lucro líquido. Isso resulta em vários resultados perversos em comparação com uma empresa capitalista. Isso torna uma economia baseada nas cooperativas extremamente instável e ineficiente, além de levar as cooperativas a demitir trabalhadores quando os preços aumentam, pois isso maximiza a renda por trabalhador (remanescente). Assim, um sistema cooperativo termina em “produzir menos e usar menos trabalho do que sua contraparte capitalista”. [Benjamin Ward, “The Firm in Illyria: Market Syndicalism”, pp. 566–589, *The American Economic Review*, vol. 48, n. 4, p. 580] Certamente, seria grosseiro observar que, diferentemente da teoria, o capitalismo real é marcado por um desemprego extenso (como observado na seção C.1.5, isso não é surpreendente, pois é necessário garantir o poder dos patrões sobre seus escravos salariais). Seria igualmente grosseiro notar que, para citar um economista iugoslavo, esta é “uma teoria cujas previsões não têm absolutamente nada a ver com os fatos observados”. [Branko Horvat, “The Theory of the Managed-Firm Revisited”, pp. 9–25, *Journal of Comparative Economics*, vol. 10, n. 1, p. 9] Como David Ellerman resume: “Pode-se notar, entre parênteses, que existe toda uma literatura acadêmica sobre o que é chamado de ‘empresa ilírica’ [...] A principal peculiaridade desse modelo é que ele pressupõe que a empresa expulsará membros quando isso aumentaria o lucro líquido dos restantes. As perversidades de curto prazo resultantes cativaram o modelo para os economistas capitalistas. No entanto, o modelo ilírio era um brinquedo acadêmico na grande tradição de grande parte da economia moderna. O comportamento previsto de curto prazo não foi observado na Iugoslávia ou em outros lugares, e empresas gerenciadas por trabalhadores, como as cooperativas da Mondragon, consideram a associação um fator fixo de curto prazo [...] Portanto, continuaremos tratando o modelo ilírio com sua negligência muito merecida.” [Op. Cit. p. 150] A experiência de coletivos autogerenciados durante a Revolução Espanhola também confirma isso, com coletivos compartilhando o trabalho de forma equitativa, a fim de evitar demitir pessoas durante as duras condições econômicas causadas pela Guerra Civil (por exemplo, um coletivo “adotou uma semana de trabalho de três dias, dividindo o trabalho disponível entre todos os que haviam trabalhado na fábrica - evitando assim o desemprego - e continuando a pagar a todos o seu salário básico” [Martha A. Ackelsberg, *Free Women of Spain*, p. 101]). Precisamos, portanto, “apelar à realidade empírica e ao senso comum” ao avaliar a reivindicação da economia neoclássica sobre a questão das cooperativas. A “evidência empírica apóia” o argumento de que esse modelo é falho. “Não houve tendência para os trabalhadores demitirem colegas de trabalho quando os tempos são bons, nem na Mondragon nem na Iugoslávia. Mesmo em tempos ruins, demissões são raras.” Sem surpresa, “no curto prazo, uma empresa gerenciada por trabalhadores responde da mesma maneira que uma empresa capitalista” e os trabalhadores são adicionados ao coletivo para atender aos aumentos de demanda. [David Schweickart, *Against Capitalism*, p. 91, p. 92 e p. 93] Uma conclusão compartilhada pelo economista Geoffrey M. Hodgson: “Muitas das evidências que temos sobre o comportamento das cooperativas de trabalhadores do mundo real são de que elas respondem a mudanças nos preços de mercado de maneira semelhante à empresa capitalista [...] Consequentemente, as suposições básicas do modelo são questionadas pelas evidências.” [Economics and Utopia, pp. 223–4] Portanto, como observa Branko Horvat, apesar da análise neoclássica produzir previsões específicas, o “mero fato de que nada desse tipo jamais foi observado nas economias do mundo real os deixa imperturbáveis”. No máximo, eles diriam que “uma empresa autogerida pode não se comportar como a teoria prevê, mas isso ocorre porque se comporta de maneira irracional. Se algo está errado, não é a teoria, mas a realidade.” Curiosamente, porém, se você assumir que as empresas capitalistas “maximizam a taxa de lucro, o lucro por unidade investida” em vez do lucro total, a teoria neoclássica “gera resultados igualmente absurdos”. É por isso que a distinção entre curto e longo prazo foi inventada, para que no curto prazo a quantidade de capital seja fixa. Se isso for aplicado a uma cooperativa, para que “no curto prazo, a força de trabalho seja corrigida”, os supostos problemas com os locais de trabalho gerenciados

por mão-de-obra desaparecem. Uma cooperativa real age no pressuposto de que a força de trabalho é fixa e como "os trabalhadores não são mais contratados", isso significa que os trabalhadores "não demitem seus colegas quando os negócios estão fracos; eles reduzem o tempo de trabalho ou trabalham para estoques. Quando a demanda aumenta temporariamente, eles trabalham horas extras ou contratam fora do trabalho." [Op. Cit. 11-13] Em resumo, a teoria neoclássica da empresa gerenciada por trabalho tem tanta relação com uma cooperativa real quanto a economia neoclássica geralmente faz com o capitalismo. Significativamente, os economistas "austriacos" geralmente aceitam a teoria neoclássica das cooperativas (em parte, sem dúvida, uma vez que confirma sua antipatia por todas as formas de socialismo). Mesmo alguém tão simpático ao autogerenciamento como David L. Prychitko o aceita, simplesmente criticando porque "reduz a empresa a uma função objetiva de curto prazo" e "enquanto a entrada no mercado for permitida, o mercado gerenciado por trabalho lança qualquer possível problema de instabilidade." [Markets, Planning and Democracy p. 81] Embora correta, essa crítica erra totalmente o ponto. Sim, a longo prazo, outras cooperativas seriam criadas e isso aumentaria a oferta de bens, aumentaria o emprego e assim por diante, mas isso não deveria nos cegar para as limitações das suposições que impulsionam a teoria neoclássica. Em resumo, os sindicatos são associações voluntárias de trabalhadores que gerenciam seu local de trabalho e seu próprio trabalho. Dentro do sindicato, as decisões que afetam como o local de trabalho se desenvolve e muda estão nas mãos de quem trabalha lá. Além disso, significa que cada seção da força de trabalho gerencia suas próprias atividades e seções e que todos os trabalhadores colocados em tarefas administrativas (ou seja, "gerenciamento") estão sujeitos a eleição e revocação por aqueles que são afetados por suas decisões. A autogestão dos trabalhadores é discutida na próxima seção. Finalmente, duas coisas. Primeiro, como observado na seção G.1.3, alguns anarquistas individualistas, embora não todos, não se opunham ao trabalho assalariado (não explorador) e, portanto, não colocaram as cooperativas no centro de suas idéias. Essa posição é uma minoria na tradição anarquista, pois não é consistente com os princípios libertários nem provavelmente acabará com a exploração do trabalho (consulte a seção G.4.1), fazendo com que muitos anarquistas pensem que esse individualismo é um anarquismo inconsistente (consulte a seção G. 4.2) Em segundo lugar, é importante observar que indivíduos que não desejam ingressar em sindicatos poderão trabalhar por si mesmos. Não existe "coletivização forçada" sob nenhuma forma de socialismo libertário, porque coagir as pessoas é incompatível com os princípios básicos do anarquismo. Aqueles que desejam trabalhar por conta própria terão livre acesso aos ativos produtivos de que precisam, desde que não tentem monopolizar mais desses ativos do que eles e suas famílias podem usar sozinhos, nem tentem empregar outros por salários (ver seção I .3.7).

I.3.2 O que é a autogestão dos trabalhadores?

Simplesmente, a autogestão dos trabalhadores (às vezes chamada de "controle dos trabalhadores") significa que todos os trabalhadores afetados por uma decisão têm a mesma voz ao fazê-la, com base no princípio de "um trabalhador, um voto". Assim, "a revolução nos lançou no caminho da democracia industrial". [Selected Writings of Pierre-Joseph Proudhon , p. 63] Ou seja, os trabalhadores "devem ser os verdadeiros gerentes das indústrias". [Peter Kropotkin, Fields, Factories and Workshops, p. 157] Isso é essencial para garantir "Uma sociedade de iguais, que não será obrigada a vender suas mãos e seus cérebros para aqueles que escolherem empregá-los [...] mas que será capaz de aplicar seus conhecimentos e capacidades à produção, em um organismo construído de maneira a combinar todos os esforços para obter o maior bem-estar possível para todos, enquanto um escopo completo e livre será deixado para cada iniciativa individual." [Kropotkin, Kropotkin: Selections from his Writings, pp. 113–4] Como Chomsky colocou: "Compaixão, solidariedade, amizade também são necessidades humanas. São necessidades motrizes, nada menos que o desejo de aumentar a participação de mercadorias ou melhorar as condições de trabalho. Além disso, não duvido que seja uma necessidade humana fundamental participar ativamente do controle democrático das instituições sociais. Nesse caso, a demanda por democracia industrial deve se tornar um objetivo central de qualquer esquerda revitalizada com uma base da classe trabalhadora." [Radical Priorities, p. 191] Como observado anteriormente, no entanto, precisamos ter cuidado ao usar o termo "controle dos trabalhadores", pois outros o usam e lhe conferem um significado totalmente diferente do pretendido pelos anarquistas. Como os termos "anarquista" e "libertário" , foi cooptado por outros para descrever esquemas menos que libertários. Os primeiros a fazê-lo foram os leninistas, começando com Lenin, que usaram o termo "controle dos trabalhadores" para descrever uma situação em que os trabalhadores têm uma supervisão limitada sobre os capitalistas ou os gerentes designados do chamado estado dos trabalhadores. Isso não equivale ao objetivo dos anarquistas e, além disso, esses experimentos limitados não duraram muito (veja a seção H.3.14). Mais recentemente, o "controle dos trabalhadores" tem sido usado pelos capitalistas para descrever esquemas nos quais os trabalhadores têm mais a dizer sobre como seus locais de trabalho são administrados enquanto mantêm a escravidão salarial (isto é, propriedade capitalista, poder e controle final). Portanto, nas mãos dos capitalistas, o "controle dos trabalhadores" é agora referido por termos como "participação", "co-determinação", "consenso", "empoderamento", "gerenciamento no estilo japonês" etc. "Para aqueles cuja função é resolver os novos problemas de tédio e alienação no local de trabalho no capitalismo industrial avançado, o controle dos trabalhadores é visto como uma solução esperançosa" , observou Sam Dolgoff, "uma solução na qual os trabalhadores recebem um mínimo de influência , uma área estritamente limitada do poder de decisão, uma voz na melhor das hipóteses secundária no controle das condições do local de trabalho. O controle dos trabalhadores, de forma limitada sancionada pelos capitalistas, é considerado a resposta às crescentes demandas não econômicas dos trabalhadores." [The Anarchist Collectives, p. 81] O novo modismo gerencial dos "círculos da qualidade" - reuniões em que os trabalhadores são incentivados a contribuir com suas idéias sobre como melhorar o produto da empresa e aumentar a eficiência com que é produzido - é um exemplo de "controle dos trabalhadores", conforme concebido pelos capitalistas. No entanto, quando se trata de questões como quais produtos fabricar, onde fabricá-los e (especialmente) como as receitas das vendas devem ser divididas, capitalistas e gerentes não pedem ou escutam a "opinião" dos trabalhadores. Tanta coisa para "democratização", "empoderamento" e "participação"! Na realidade, o "controle dos trabalhadores" capitalista é apenas mais uma tentativa insidiosa de tornar os trabalhadores mais dispostos e "cooperativos", parceiros em sua própria exploração. É desnecessário dizer que tais esquemas são falsos, pois nunca colocam o poder real nas mãos dos trabalhadores. No final, os proprietários e seus gerentes têm a palavra final (e a hierarquia permanece) e, é claro, os lu-

cos ainda são extraídos da força de trabalho. Portanto, os anarquistas preferem o termo autogestão dos trabalhadores, um conceito que se refere ao exercício do poder dos trabalhadores por meio da coletivização e federação. Significa "uma transição da propriedade privada para a propriedade coletiva" que, por sua vez, "exige um novo relacionamento entre os membros da comunidade de trabalho". [Abel Paz, *The Spanish Civil War*, p. 55] A autogestão nesse sentido "não é uma nova forma de mediação entre os trabalhadores e seus chefes capitalistas, mas refere-se ao próprio processo pelo qual os próprios trabalhadores derrubam seus gerentes e assumem sua própria gestão e a gestão da produção em seu próprio local de trabalho. Autogestão significa a organização de todos os trabalhadores em um conselho de trabalhadores ou comitê de fábrica (ou sindicato agrícola), que toma todas as decisões anteriormente tomadas pelos proprietários e gerentes." [Dolgoff, *op. Cit.* p. 81] Autogestão significa o fim da hierarquia e das relações sociais autoritárias no local de trabalho e sua substituição por livre acordo, tomada de decisão coletiva, democracia direta, igualdade social e relações sociais libertárias. Da forma que os anarquistas usam o termo, autogestão dos trabalhadores significa propriedade coletiva dos trabalhadores, controle e direção de todos os aspectos da produção, distribuição e investimento. Isso é alcançado por meio de assembleias, conselhos e federações de trabalhadores democráticas participativas, tanto na agricultura quanto na indústria. Esses órgãos desempenhariam todas as funções anteriormente reservadas aos proprietários capitalistas, gerentes, executivos e financiadores, onde essas atividades realmente se relacionam à atividade produtiva, e não às necessidades de maximizar os lucros e o poder das minorias (caso em que desapareceriam junto com a administração hierárquica). Essas assembleias no local de trabalho serão complementadas por instituições financeiras ou federações de sindicatos, que desempenham todas as funções anteriormente reservadas a proprietários capitalistas, executivos, e financiadores em termos de alocação de fundos ou recursos de investimento. A autogestão dos trabalhadores é baseada em reuniões gerais de toda a força de trabalho, realizadas regularmente em todos os sindicatos industriais ou agrícolas. Essas são a fonte e a autoridade final sobre as decisões que afetam as políticas no local de trabalho, bem como as relações com outros sindicatos. Essas reuniões elegem conselhos de trabalho, cujo trabalho é implementar as decisões dessas assembleias e tomar as decisões administrativas do dia a dia que surgirão. Esses conselhos são diretamente responsáveis perante a força de trabalho e seus membros, sujeitos à reeleição e recuperação instantânea. Também é provável que a composição desses conselhos seja alternada entre todos os membros do sindicato para garantir que ninguém monopolize uma posição administrativa. Além disso, conselhos e assembleias menores seriam organizados para divisões, unidades e equipes de trabalho, conforme as circunstâncias o exigirem. Dessa maneira, os trabalhadores administrariam seus próprios assuntos coletivos juntos, como indivíduos livres e iguais. Eles se associariam para cooperar sem se sujeitarem a uma autoridade sobre si mesmos. Suas decisões coletivas permaneceriam sob seu controle e poder. Isso significa que a autogestão cria "uma organização tão constituída que, ao proporcionar a todos o máximo gozo de sua liberdade, não permite que ninguém se eleve acima dos outros nem os domine de maneira alguma, a não ser pela influência natural das qualidades intelectuais e morais que ele [ou ela] possui, sem que essa influência seja imposta como um direito e sem se apoiar em qualquer instituição política." [The Political Philosophy of Bakunin p. 271] Somente convencendo seus colegas associados da solidez de suas idéias é que essas idéias se tornam o plano acordado pelo sindicato. Ninguém está em posição de impor suas idéias simplesmente por causa do cargo que ocupam ou do trabalho que realizam. A maioria dos anarquistas pensa que é provável que tarefas e decisões puramente administrativas sejam delegadas a indivíduos eleitos dessa maneira, liberando trabalhadores e assembleias para se concentrarem em atividades e decisões importantes, em vez de ficarem atolados em detalhes triviais. Como Bakunin colocou: "O trabalho administrativo não é tão necessário para a produção quanto o trabalho manual - se não mais? Obviamente, a produção seria muito prejudicada, se não totalmente suspensa, sem um gerenciamento eficiente e inteligente. Mas, do ponto de vista da justiça elementar e até da eficiência, o gerenciamento da produção não precisa ser monopolizado exclusivamente por um ou vários indivíduos. E os gerentes não têm direito a mais remuneração. As associações cooperativas de trabalhadores demonstraram que os próprios trabalhadores, escolhendo administradores de suas próprias fileiras, recebendo o mesmo salário, podem controlar a eficiência e operar a indústria. O monopólio da administração, longe de promover a eficiência da produção, pelo contrário, apenas aumenta o poder e os privilégios dos proprietários e de seus gerentes." [Bakunin on Anarchism, p. 424] O importante é que o que é considerado importante ou trivial, politicamente ou administrativamente, fique

com as pessoas afetadas pelas decisões e sujeitas à sua aprovação contínua. Os anarquistas não criam um "fetiche" de democracia direta e reconhecem que há coisas mais importantes na vida do que reuniões e votação! Embora as assembleias de trabalhadores desempenhem o papel principal na autogestão, esse não é o ponto focal de todas as decisões. Pelo contrário, é o local em que são tomadas todas as decisões políticas importantes, as decisões administrativas são ratificadas ou rejeitadas e o que conta como uma decisão importante é determinado. O que é considerado como questões importantes será decidido pelos próprios trabalhadores em suas assembleias. Sem surpresa, os anarquistas argumentam que, além de serem mais livres, a autogestão dos trabalhadores é mais eficiente e produtiva do que a empresa capitalista hierárquica (eficiência aqui significa atingir objetivos sem desperdiçar ativos valiosos). As empresas capitalistas falham em explorar o vasto reservatório de conhecimento prático da humanidade, de fato o bloqueiam, pois qualquer aplicação desse conhecimento é usada para enriquecer os proprietários, e não aqueles que o geram e usam. Assim, a empresa hierárquica desprivilegia os funcionários e os reduz ao nível de solicitantes de pedidos com uma óbvia perda de informações, conhecimentos e insights (conforme discutido na seção I.1.1). Com a autogestão, essa vasta fonte de conhecimento e criatividade pode ser expressa. Assim, autogestão e propriedade dos trabalhadores "Também deve colher outras recompensas através da maior motivação e produtividade dos trabalhadores". [David Ellerman, *The Democratic Worker-Owned Firm*, p. 139] Isso explica por que algumas empresas tentam simular o controle dos trabalhadores (através de esquemas de "participação" nos lucros). Pois, como observa o socialista de mercado David Schweickart, "a evidência empírica é esmagadora" e apóia aqueles que defendem a participação dos trabalhadores. A "evidência é forte de que tanto a participação dos trabalhadores na gestão quanto a participação nos lucros tendem a aumentar a produtividade e que as empresas administradas por trabalhadores geralmente são mais produtivas do que suas contrapartes capitalistas". [Against Capitalism, p. 100] De fato, 94% dos 226 estudos sobre esta questão mostraram um impacto positivo, sendo 60% estatisticamente significantes, e, portanto, a evidência empírica é "geralmente favorável a um vínculo positivo entre participação nos lucros e produtividade". Isso se aplica também às cooperativas. [Martin L. Weitzman e Douglas L. Kruse, "Profit Sharing and Productivity", pp. 95–140, *Paying for Productivity*, Alan S. Blinder (ed.), P. 137, p. 139 e pp. 131–2] Outro estudo conclui que "as evidências disponíveis sugerem fortemente que, para que a propriedade dos funcionários [...] tenha um forte impacto no desempenho, ela precisa ser acompanhada de provisões para a participação dos trabalhadores na tomada de decisões". Além disso, "diferenças estreitas em salários e status", como os anarquistas há muito argumentam, "aumentam a produtividade". [David I. Levine e Laura D'Andrea Tyson, "Participation, Productivity, and the Firm's Environment", pp. 183–237, op. Cit. p. 210 e p. 211] Isso não deveria surpreender, pois como Geoffrey M. Hodgson observa, o modelo neoclássico de cooperativas "assume erroneamente que as relações sociais e a tecnologia são separáveis [...] No entanto, temos muitas evidências [...] para apoiar a afirmação de que essa participação e cooperação podem aumentar a eficiência tecnológica. A produção envolve pessoas - suas idéias e aspirações - e não simplesmente máquinas operando sob as leis da física. Parece que, em sua busca por belos diagramas e modelos matemáticos tratáveis, os economistas convencionais geralmente esquecem isso." [Economics and Utopia, p. 223] Portanto, os anarquistas têm fortes evidências para apoiar o comentário de Herbert Read de que o socialismo libertário "forneceria um padrão de vida muito mais alto do que aquele existente em qualquer forma anterior de organização social". [Anarchy and Order, p. 49] Confirma o comentário de Cole de que a "chave da eficiência real é o autogoverno; e qualquer sistema que não seja baseado no autogoverno não é apenas servil, mas também ineficiente. Assim como o trabalho do escravo assalariado é melhor que o trabalho do escravo, também [...] o trabalho do homem [e da mulher] livres será melhor do que qualquer um." [Self-Government in Industry p. 157] No entanto, é importante lembrar que, por mais importantes que sejam essas evidências, a mudança social real não advém de preocupações de "eficiência", mas de ideais e princípios. Enquanto os anarquistas estão confiantes de que a autogestão dos trabalhadores será mais eficiente e produtiva que o capitalismo, esse é um efeito colateral bem-vindo do objetivo mais profundo de aumentar a liberdade. As evidências confirmam que a liberdade é a melhor solução para os problemas sociais, mas se, por exemplo, a escravidão ou o trabalho assalariado se mostrassem mais produtivos do que o trabalho livre associado, isso não os torna mais desejáveis! Um local de trabalho autogerenciado, como uma sociedade autogerenciada em geral, não significa que o conhecimento especializado (onde é significativo) será negligenciado ou não será levado

em consideração. Muito pelo contrário. Especialistas (ou seja, trabalhadores que se interessam por uma determinada área de trabalho e adquirem uma ampla compreensão dela) fazem parte da montagem do local de trabalho, assim como outros trabalhadores. Eles podem e precisam ser ouvidos, como qualquer outra pessoa, e seus conselhos de especialistas incluídos no processo de tomada de decisão. Os anarquistas não rejeitam a idéia de perícia nem a autoridade racional associada a ela. Como indicamos na seção B.1, os anarquistas reconhecem a diferença entre ser uma autoridade (ou seja, ter conhecimento de um determinado assunto) e estar em autoridade (ou seja, poder sobre outra pessoa). conforme discutido na seção H.4, rejeitamos o último e respeitamos o primeiro. Essa especialização não implica o fim da autogestão, mas o oposto. "A maior inteligência", argumentou Bakunin, "não seria igual a uma compreensão do todo. Daí resulta, para a ciência e para a indústria, a necessidade da divisão e associação do trabalho." [God and the State p. 33] Assim, o conhecimento especializado faz parte dos trabalhadores associados e não é colocado acima deles em posições de poder. Os outros trabalhadores de um sindicato podem elogiar o conhecimento dos especialistas com o conhecimento do processo de trabalho que obtiveram trabalhando e enriquecer a decisão. O conhecimento é distribuído por toda a sociedade e apenas uma sociedade de indivíduos livres associados como iguais e gerenciando sua própria atividade pode garantir que ela seja aplicada efetivamente (parte da ineficiência do capitalismo resulta das barreiras ao fluxo de conhecimento e informação criadas por seu local de trabalho hierárquico). Uma montagem no local de trabalho é perfeitamente capaz de ouvir um engenheiro, por exemplo, que sugere várias maneiras de atingir vários objetivos (ou seja, se você deseja X, você teria que fazer A ou B. Se você fizer A, então C, D e E Se B for decidido, então F, G, H e I são necessários). Mas é a montagem, e não o engenheiro, que decide quais objetivos e métodos serão implementados. Como disse Cornelius Castoriadis: "Não estamos dizendo: as pessoas terão que decidir o que fazer, e então os técnicos lhes dirão como fazê-lo. Dizemos: depois de ouvir os técnicos, as pessoas decidem o que fazer e como fazê-lo. Pois o como não é neutro - e o que não é desencarnado. O que e como não são idênticos, nem externos um ao outro. Uma técnica "neutra" é, obviamente, uma ilusão. Uma correia transportadora está ligada a um tipo de produto e a um tipo de produtor - e vice-versa." [Social and Political Writings, vol. 3, p. 265] No entanto, devemos enfatizar que, embora uma sociedade anarquista "herde" um nível diversificado de especialização da sociedade de classes, isso não seria levado como imutável. Os anarquistas defendem a educação "completa" (ou integral) como um meio de garantir que todos tenham um conhecimento ou entendimento básico de ciência, engenharia e outras tarefas especializadas. Como Bakunin argumentou, "no interesse do trabalho e da ciência [...] não deveria mais haver trabalhadores ou estudiosos, mas apenas seres humanos". A educação deve "preparar todas as crianças de cada sexo para a vida do pensamento, bem como para a vida do trabalho de parto". [The Basic Bakunin p. 116 e p. 119] Isso não implica o fim de toda especialização (é claro que os indivíduos expressam sua individualidade e sabem mais sobre determinados assuntos do que outros), mas implica o fim da especialização artificial desenvolvida sob o capitalismo, que tenta desiludir e desestimular o assalariado, concentrando o conhecimento nas mãos da gerência. E, apenas para afirmar o óbvio, a autogestão não implica que a massa de trabalhadores decida sobre a aplicação de tarefas especializadas. A autogestão implica na autonomia daqueles que fazem o trabalho, bem como na tomada de decisões coletivas sobre questões coletivas. Por exemplo, em um hospital autogerenciado, a equipe de limpeza não teria voz no tratamento dos pacientes pelos médicos, assim como os médicos não diriam aos limpadores como fazer seu trabalho (é claro, é provável que uma sociedade anarquista não termos pessoas cujo trabalho é simplesmente limpar e nada mais, usamos isso como um exemplo para que as pessoas entendam). Todos os membros de um sindicato teriam voz no que acontece no local de trabalho, pois os afeta coletivamente, mas trabalhadores individuais e grupos de trabalhadores administrariam sua própria atividade dentro desse coletivo. Desnecessário dizer que a autogestão abole a divisão do trabalho inerente ao capitalismo entre tomadores de ordens e doadores de ordens. Ela integra (para usar as palavras de Kropotkin) o trabalho cerebral e o trabalho manual, garantindo que aqueles que realizam o trabalho também o administrem e que um local de trabalho seja gerenciado por aqueles que o utilizam. Essa integração do trabalho terá, sem dúvida, um enorme impacto em termos de produtividade, inovação e eficiência. Como argumentou Kropotkin, a empresa capitalista tem um impacto negativo sobre aqueles sujeitos a suas estruturas hierárquicas e alienantes: "O trabalhador cuja tarefa foi especializada pela divisão permanente do trabalho perdeu o interesse intelectual em seu trabalho, especialmente nas grandes indústrias; ele perdeu seus poderes

inventivos. Anteriormente, ele [ou ela] inventou muito [...] Mas desde que a grande fábrica foi entronizada, o trabalhador, deprimido pela monotonia de seu trabalho, não inventa mais. ” [Fields, *Factories and Workshops*, p. 171] Todas as habilidades, experiências e inteligências que uma pessoa devem ser varridas ou esmagadas pela hierarquia? Ou não poderia se tornar uma nova fonte fértil de progresso sob uma melhor organização da produção? A autogestão garantiria que a independência, a iniciativa e a inventividade dos trabalhadores (que desaparecem sob a escravidão assalariada) venham à tona e sejam aplicadas. Combinado com os princípios da educação “completa” (ou integral) (consulte a seção J.5.13), quem pode negar que os trabalhadores possam transformar o sistema econômico atual para garantir o “bem-estar de todos”. E devemos enfatizar que, por “bem-estar” queremos dizer bem-estar em termos de atividade produtiva e significativa em ambientes humanos e uso de tecnologia apropriada, em termos de bens de utilidade e beleza para ajudar a criar corpos fortes e saudáveis e em ambientes inspiradores a viver e ecologicamente integrados. Não é de admirar que Kropotkin argumentasse que o autogerenciamento e o “apagamento [da] atual distinção entre trabalhadores do cérebro e trabalhador manual” veriam “benefícios sociais” decorrentes da “concordância de interesse e harmonia tão desejada nos nossos tempos de lutas sociais ” E “ a plenitude da vida que resultaria para cada indivíduo separado, se ele [ou ela] fosse autorizado a aproveitar o uso de [...] poderes mentais e corporais ”. Isso é um acréscimo ao “aumento da riqueza que resultaria de ter [...] produtores educados e bem treinados”. [Op. Cit. p. 180] Não nos esqueçamos de que os trabalhadores hoje não gerenciar seu próprio tempo de trabalho de forma considerável. O capitalista pode comprar uma hora do tempo dos trabalhadores, mas precisa garantir que o trabalhador siga suas ordens durante esse período. Os trabalhadores resistem a essa imposição e isso resulta em um conflito considerável no chão de fábrica. Frederick Taylor, por exemplo, introduziu seu sistema de “gerenciamento científico” em parte para tentar impedir os trabalhadores de gerenciar sua própria atividade laboral. Como observa David Noble, os trabalhadores “Andavam de um lado para o outro por muitas razões: manter tempo para si mesmos, evitar o cansaço, exercer autoridade sobre seu trabalho, evitar matar os chamados empregos com custo por peça, produzindo em excesso e arriscando um corte salarial, esticando o trabalho disponível por medo demissões, exercitar sua criatividade e, por último mas não menos importante, expressar sua solidariedade e hostilidade à administração. ” Estes foram “[c] combinados com a cooperação coletiva com os colegas no chão” e “normas de comportamento prescritas pelo trabalho” para alcançar o “controle do chão de fábrica sobre a produção”. [Forces of Production, p. 33] É por isso que trabalhar para governar “é uma arma tão eficiente na luta de classes” (ver seção H.4.4) Em outras palavras, os trabalhadores tendem naturalmente a se autogerenciar de qualquer maneira e é esse movimento natural em direção à liberdade durante o horário de trabalho que é combatido pelos chefes (quem vence, é claro depende de pressões objetivas e subjetivas que balançam o equilíbrio de poder em direção ao trabalho ou ao capital). A autogestão se baseará nesse controle não oficial já existente dos trabalhadores sobre a produção e, é claro, em nosso conhecimento do processo de trabalho que realmente o cria. O conflito sobre quem controla o chão de fábrica - tanto os que fazem o trabalho quanto os que dão as ordens - não apenas mostra que a autogestão é possível, mas também mostra como isso pode acontecer, trazendo à tona o fato estranho de que, embora os chefes precisam de nós, não precisamos deles!

I.3.3 O que é socialização?

Um aspecto fundamental do anarquismo é a socialização dos meios de vida. Isso significa que a terra, a moradia, os locais de trabalho e assim por diante se tornam propriedades comuns, utilizáveis por todos os que deles precisam. Assim, o resume Emma Goldman: “Que todo e qualquer indivíduo é e deve ser livre para se possuir e gozar de todos os frutos de seu trabalho; que o homem é absolvido de toda lealdade aos reis da autoridade e do capital; que ele tem, pelo próprio fato de ser, livre acesso à terra e a todos os meios de produção e inteira liberdade de dispor dos frutos de seus esforços; que todo e qualquer indivíduo tem o direito inquestionável de associação livre e voluntária com outros indivíduos igualmente soberanos para fins econômicos, políticos, sociais e outros, e que, para alcançar esse fim, o homem deve emancipar-se da sacralidade da propriedade, o respeito pelo homem. - leis feitas, o medo da Igreja, a covardia da opinião pública, a estúpida arrogância da superioridade nacional, racial, religiosa e sexual e da estreita concepção puritana da vida humana. ” [A Documentary History of the American Years, vol. 2, p. 450–1] Isso é necessário porque a propriedade privada da “propriedade” usada coletivamente (como locais de trabalho e terra) resulta em uma situação em que muitos têm que vender seu trabalho (isto é, liberdade) para poucos que os possuem. Isso cria relações sociais hierárquicas e autoritárias, bem como classes econômicas. Para os anarquistas, a sociedade não pode ser dividida em um sistema de classes entre “possuidor e não possuidor” , pois esta é “uma condição de injustiça social” , além de tornar o estado “indispensável à minoria possuidora para a proteção de seus privilégios”. [Rudolf Rocker, Anarcho-sindicalism, p. 11] Em outras palavras, “Onde a terra e o capital não forem apropriados, os trabalhadores são livres e, onde estes têm um dono, os trabalhadores também são escravos.” [Charlotte M. Wilson, Anarchist Essays, p. 21] Embora haja uma tendência dos socialistas de estado e o direito de equiparar socialização a nacionalização, existem diferenças importantes que os diferentes nomes significam. A nacionalização, na prática e geralmente na teoria, significa que os meios de vida se tornam propriedade do Estado. Isso significa que, mais do que aqueles que precisam e usam uma parte específica da comunidade cooperativa que decide o que fazer com ela, o governo o faz. Como discutimos na seção B.3.5, isso seria apenas o capitalismo de estado, com o estado substituindo os atuais capitalistas e proprietários. Como Emma Goldman argumentou, há uma clara diferença entre socialização e nacionalização. “O primeiro requisito do comunismo” , argumentou ela, “é a socialização da terra e do mecanismo de produção e distribuição. Terra e maquinaria socializadas pertencem ao povo, para serem assentadas e usadas por indivíduos e grupos de acordo com suas necessidades. ” Nacionalização, por outro lado, significa que um recurso “pertence ao estado; isto é, o governo tem controle sobre ele e pode usa-lo de acordo com seus desejos e opiniões. ” Ela enfatizou que “quando uma coisa é socializada, todo indivíduo tem acesso livre a ela e pode usá-la sem interferência de ninguém”. Quando o estado possuía propriedade, “Esse estado de coisas pode ser chamado de capitalismo de estado, mas seria fantástico considerá-lo em qualquer sentido comunista”. [Red Emma Speaks, pp. 406–7] A socialização visa substituir direitos de propriedade por direitos de uso. A chave para entender a socialização é lembrar que se trata de acesso livre. Em outras palavras, que todos têm os mesmos direitos aos meios de vida que os outros, que ninguém é explorado ou oprimido por aqueles que possuem os meios de vida. Nas palavras de Herbert Read: “O princípio essencial do anarquismo é que a humanidade atingiu um estágio de desenvolvimento no qual é possível abolir a antiga relação homem-mestre (capitalistaproletário) e substituir uma relação de cooperação igualitária. Este princípio é baseado, não apenas em bases éticas, mas também em bases econômicas. ” [Anarchy and Order, p. 92] Isso implica duas coisas. Primeiro, que os meios de vida são propriedades comuns, sem uma classe proprietária. Em segundo lugar, existe uma associação livre entre iguais dentro de qualquer associação e, portanto, democracia industrial (ou autogestão). Esta tem sido uma posição anarquista desde que o anarquismo é chamado de anarquismo. Assim, encontramos Proudhon argumentando em 1840 que “a terra é indispensável à nossa existência” e “uma coisa comum, conseqüentemente insusceptível de apropriação” e que “todo o capital acumulado

sendo propriedade social, ninguém pode ser seu proprietário exclusivo”. Isso significa que “o agricultor não se apropria do campo que semeia” e “todo o capital [...] sendo o resultado do trabalho coletivo” é “propriedade coletiva”. Sem isso, há desigualdade e restrição da liberdade, como “o trabalhador trabalha com a condescendência e as necessidades do mestre e do proprietário”. O “trabalhador civilizado que assa um pão para comer uma fatia [...] não o faz de graça. Seu empregador [...] é seu inimigo. De fato, “nem uma associação comercial, nem industrial, nem agrícola pode ser concebida na ausência de igualdade”. O objetivo é uma sociedade de “possuidores sem senhores” em vez de trabalhadores assalariados e inquilinos “controlados por proprietários”. Dentro de qualquer associação econômica, haveria democracia, com “líderes, instrutores, superintendentes” e assim por diante “escolhidos dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores, e devem preencher as condições de elegibilidade. É o mesmo com todas as funções públicas, sejam de administração ou instrução.” [What is Propriety? p. 107, p. 130, p. 153, p. 128, p. 142, p. 227, p. 167 e p. 137] Isso significava “associações de trabalhadores democraticamente organizadas” e “[segundo] a lei da associação, a transmissão de riqueza não se aplica aos instrumentos do trabalho, portanto não pode se tornar uma causa de desigualdade”. [Proudhon, No Gods, No Masters, vol. 1. p. 62] Assim, os locais de trabalho “são propriedade comum e indivisa de todos os que dele participam”, em vez de “empresas de acionistas que saquearam os corpos e as almas dos assalariados”. Isso significava acesso livre, com “todo indivíduo empregado na associação” tendo “uma participação indivisa nos bens da empresa” e tem “o direito de ocupar qualquer cargo”, como “todos os cargos são eletivos e os estatutos estão sujeitos à aprovação dos membros”. Cada membro “participará dos ganhos e das perdas da empresa, na proporção de seus serviços”. [Proudhon, General Idea of the Revolution, p. 219 e p. 222] A idéia de Proudhon de crédito livre de um Banco Popular, note-se, é outro exemplo de acesso livre, de socialização. Desnecessário dizer que anarquistas como Bakunin e Kropotkin basearam seus argumentos em favor da socialização nessa visão de locais de trabalho autogerenciados e livre acesso aos meios de vida. Para Bakunin, por exemplo, “A terra, os instrumentos de trabalho e todo outro capital podem se tornar propriedade coletiva de toda a sociedade e ser utilizados apenas pelos trabalhadores, em outras palavras, pelas associações agrícolas e industriais.” [Michael Bakunin: Selected Writings, p. 174] Assim, os meios de produção são socializados no mutualismo, coletivismo e comunismo e todos se apóiam no mesmo princípio de igualdade de acesso. Portanto, quando alguém ingressa em uma associação de trabalhadores existente, ele se torna membro pleno da cooperativa, com os mesmos direitos e deveres que os demais membros existentes. Em outras palavras, eles participam das decisões com base em uma pessoa, um voto. Como os produtos dessa associação são distribuídos variam em diferentes tipos de anarquismo, mas as associações que os criam estão enraizadas na livre associação de iguais. Por outro lado, uma sociedade capitalista coloca o proprietário na posição dominante e os novos membros da força de trabalho são funcionários e, portanto, membros subordinados de uma organização que eles não têm voz (ver seção B.1). Socialização significaria que os locais de trabalho se tornariam “pequenas repúblicas de trabalhadores”. [Proudhon, citado por Dorothy W. Douglas, “Proudhon: A Prophet of 1848: Parte II” , pp. 35–59, The American Journal of Sociology , vol. 35, n. 1, p. 45] Como explica o economista David Ellerman, o local de trabalho democrático “é uma comunidade social, uma comunidade de trabalho e não uma residência comunitária. É uma república ou res publica do local de trabalho. Os direitos finais de governança são atribuídos como direitos pessoais [...] às pessoas que trabalham na empresa [...] Essa análise mostra como uma empresa pode ser socializada e ainda permanecer ‘privada’ no sentido de não pertencer ao governo.” Conforme observado na seção I.3.1, isso significa o fim do mercado de trabalho, pois haveria livre acesso aos locais de trabalho e, portanto, os trabalhadores não seriam assalariados empregados pelos chefes. Em vez disso, haveria pessoas buscando associações para se associar e associações buscando novos associados para trabalhar. “Em vez de abolir a relação de emprego”, argumenta Ellerman, “o socialismo estatal a nacionalizou [...] Somente a empresa democrática - onde os trabalhadores são empregados por conta própria - é uma alternativa genuína ao emprego público ou privado”. [The Democratic Worker-Owned Firm, p. 76 e p. 209] Portanto, o socialismo libertário se baseia na tomada de decisão descentralizada dentro da estrutura de sindicatos de propriedade social, mas administrados de forma independente e autogerenciados por trabalhadores. A importância da socialização não deve ser menosprezada. Isso ocorre porque a autogestão do trabalho não é suficiente por si só para garantir uma sociedade anarquista. Sob o feudalismo, os camponeses administravam seu próprio trabalho, mas esse regime dificilmente era libertário, pois, no mínimo, os camponeses pagavam aluguel ao senhorio.

Pode-se imaginar um equivalente industrial, onde os trabalhadores contratam locais de trabalho e terras de capitalistas e proprietários. Como sugere o economista de esquerda Geoffrey M. Hodgson: “Suponha que os trabalhadores sejam trabalhadores independentes, mas não possuam todos os meios de produção. Nesse caso, ainda pode haver proprietários poderosos de fábricas, escritórios e máquinas [...] os proprietários dos meios de produção ainda receberiam uma receita, emanando dessa propriedade. Ao negociar com esses proprietários, os trabalhadores seriam obrigados a conceder a reivindicação desses proprietários a uma renda, pois seriam incapazes de produzir sem fazer uso dos meios de produção pertencentes a terceiros. Portanto, os trabalhadores ainda seriam privados de [...] ”mais-valia”. Os lucros ainda derivariam da propriedade dos meios de produção. ” [Economics and Utopia, p. 168] Este não seria o socialismo (libertário) (como os trabalhadores ainda seriam explorados) nem o capitalismo (como não há trabalho assalariado como tal, embora houvesse um proletariado). Assim, o anarquismo genuíno exige socialização dos meios de vida, o que garante acesso livre (sem usura). Em outras palavras, a autogestão (enquanto parte essencial do anarquismo) não é suficiente para tornar uma sociedade anarquista. Sem o socialismo (livre acesso aos meios de vida), seria mais um sistema de classes e enraizado na exploração. Para eliminar toda exploração, os anarquistas sociais propõem que ativos produtivos, como locais de trabalho e terra, sejam de propriedade da sociedade como um todo e administrados por sindicatos e trabalhadores independentes. Como diz Kropotkin: “Trabalhadores livres, em terra livre, com maquinaria livre e usando livremente todos os poderes dados ao homem pela ciência.” [Act for Yourself, p. 102] Essa visão de socialização, de livre acesso, também se aplica à habitação. Proudhon, por exemplo, sugeriu que os pagamentos de moradias sob o capitalismo seriam “transferidos para a conta da compra da propriedade” e, uma vez pagos pela casa, “passariam sob o controle da administração da cidade [...] em nome de todos os inquilinos garantindo a todos um domicílio, perpetuamente, às custas do edifício. ” As terras arrendadas seriam as mesmas e, uma vez pagas, ”reverteriam imediatamente para a cidade, que tomará o lugar do ex-proprietário”. Provisão “deve ser feita para a supervisão das cidades, a instalação de cultivadores e a fixação dos limites dos bens”. [General Idea of the Revolution, p. 194 e p. 199] Kropotkin tinha um fim semelhante em mente, a saber, “a abolição do aluguel” , mas por meios diferentes, nomeadamente a “expropriação de casas” durante uma revolução social. Isso seria “a comunização de casas e o direito de cada família a uma moradia decente”. [The Conquest of Bread, p. 91 e p. 95] É importante notar aqui que, embora os anarquistas tendam a enfatizar as comunidades (consulte a seção I.5), isso não implica uma vida comunitária no sentido de uma família grande. Como Kropotkin, por exemplo, esforçou-se para enfatizar que a vida comunitária contínua é “repugnante para milhões de seres humanos. O homem e a mulher mais reservados certamente sentem a necessidade de encontrar seus companheiros para a busca do trabalho comum [...] Mas não é assim para as horas de lazer, reservadas para descanso e intimidade. ” A vida em comunidade no sentido de uma colméia humana “pode agradar a alguns, e até mesmo a um certo período de seu tempo, mas a grande massa prefere a vida familiar (vida familiar do futuro, seja entendida). Eles preferem privacidade.” Uma comunidade vivendo juntos sob o mesmo teto “seria odiosa, se fosse a regra geral. A privacidade, alternando com o tempo em sociedade, é o desejo normal da natureza humana. ” [Op. Cit. , pp. 123-4] Assim, o objetivo é “o comunismo, mas não o comunismo monástico ou de quartel anteriormente defendido [pelos socialistas do estado], mas o comunismo livre que coloca os produtos colhidos ou fabricados à disposição de todos, deixando para cada um a liberdade de consumi-los como bem entender em sua própria casa. ” [The Place of Anarchism in the Socialist Evolution p. 7] Onde cada família, assim como cada local de trabalho, estaria sob o controle de quem faz uso e a socialização existe para garantir que esse seja o caso (ou seja, que as pessoas não possam se tornar inquilinas/funcionários dos proprietários). Veja a seção I.6 para uma discussão sobre como a socialização e o acesso livre podem funcionar. Além dessa visão básica de autogestão e socialização, as escolas do anarquismo variam. O mutualismo elimina o trabalho assalariado e une os trabalhadores com os meios de produção que utilizam. Esse sistema é socialista, pois se baseia na autogestão e no controle/ propriedade dos trabalhadores sobre os meios de produção. No entanto, outros anarquistas argumentam que esse sistema é pouco mais do que “cooperativismo pequeno-burguês”, no qual os trabalhadores-proprietários das cooperativas competem no mercado com outras cooperativas por clientes, lucros, matérias-primas, etc. - uma situação que pode resultar em muitos dos mesmos problemas que surgem no capitalismo ou mesmo em um retorno ao capitalismo (consulte a seção I.1.3). Alguns mutualistas reconhecem esse perigo. Proudhon, conforme

discutido na seção I.3.5, defendeu uma federação agroindustrial para combater os efeitos das forças de mercado na geração de desigualdade e trabalho assalariado. Além disso, os defensores do mutualismo podem apontar para o fato de que as cooperativas existentes raramente demitem seus membros e são de natureza muito mais igualitária do que as empresas capitalistas correspondentes. Eles argumentam que isso garantirá que o mutualismo permaneça socialista, com crédito fácil disponível para aqueles que ficarem desempregados para iniciar suas próprias cooperativas novamente. Por outro lado, dentro na sociedade anarco-coletivista e anarco-comunista todos possuem os meios de vida, o que permite eliminar a competição pela sobrevivência e a tendência dos trabalhadores a desenvolver um interesse próprio pelas empresas nas quais trabalham. Como argumentou Kropotkin, “[aqui] não há razão para que a fábrica [...] não deva pertencer à comunidade [...] É evidente que agora, sob o sistema capitalista, a fábrica é a maldição da vila, como ela vem para sobrecarregar as crianças pobres e fazer de seus habitantes do sexo masculino paupérrimos; e é bastante natural que ela seja contra, por todos os meios, os trabalhadores [...] Mas, sob uma organização social mais racional, a fábrica não encontraria tais obstáculos; seria uma benção para a vila. Dado que esse local de trabalho seria baseado na autogestão dos trabalhadores, já que os trabalhadores devem ser os verdadeiros gerentes das indústrias”. [Fields, *Factories and Workshops*, p. 152 e p. 157] Essa “produção industrial organizada socialmente” (para usar o termo de Kropotkin) garantiria um padrão de vida decente sem os problemas associados a um mercado, mesmo que não-capitalista. Em outras palavras, a economia é comunizada, com a terra e os meios de produção transformados em “propriedade” comum. A comunidade determina a estrutura social e ecológica da produção, enquanto a força de trabalho toma as decisões diárias sobre o que produzir e como fazê-lo. Isso ocorre porque um sistema baseado puramente em montagens de locais de trabalho efetivamente isenta os indivíduos que não trabalham, mas vivem com os efeitos da produção (por exemplo, problemas ecológicos). Nas palavras de Murray Bookchin, o objetivo seria “uma abordagem holística de uma economia ecologicamente orientada” com decisões políticas importantes “tomadas pelos cidadãos em assembleias presenciais - como cidadãos, não simplesmente como trabalhadores, agricultores ou profissionais [...] Como cidadãos, eles funcionariam nessas assembleias em seu nível mais alto - seu nível humano - e não como seres socialmente isolados. Eles expressariam seus interesses humanos gerais, não seus interesses particulares de status.” Essas economias comunizadas se uniriam a outras “em um sistema confederal regional. Terrenos, fábricas e oficinas seriam controlados pelas assembleias populares de comunidades livres, não por um Estado-nação ou por trabalhadores-produtores que poderiam muito bem desenvolver um interesse de propriedade neles.” [Remaking Society, p. 194] Uma diferença importante entre o local de trabalho e as assembleias da comunidade é que o primeiro pode ter foco restrito, enquanto o último pode dar ouvidos a soluções que revelam o terreno comum das pessoas como pessoas, e não como trabalhadores em um local de trabalho ou setor específico. Isso aconteceria no contexto da participação da comunidade, através do voto face a face de toda a comunidade nas vizinhanças locais e nas assembleias confederativas, que serão ligadas por meio de federações voluntárias. Isso não significa que o estado possua os meios de produção, como no marxismoleninismo ou social-democracia, porque não há estado no socialismo libertário (para mais informações sobre as assembleias comunitárias, consulte a seção I.5). Isso significa que, quando um local de trabalho é comunizado, a autogestão dos trabalhadores é colocada dentro do contexto mais amplo da comunidade, tornando-se um aspecto do controle da comunidade. Isso não significa que os trabalhadores não controlam o que fazem ou como fazem. Pelo contrário, significa que a estrutura na qual eles tomam suas decisões é determinada pela comunidade. Por exemplo, a comunidade local pode decidir que a produção deve maximizar a reciclagem e minimizar a poluição, e os trabalhadores informados dessa decisão tomam decisões de investimento e produção de acordo. Além disso, grupos de consumidores e cooperativas podem ter voz nos congressos confederados de sindicatos ou mesmo nos locais de trabalho individuais (embora caba às comunidades locais decidir se isso seria prático ou não). Dessa maneira, os consumidores podem ter voz na administração da produção e no tipo e qualidade do produto, acrescentando voz e interesse na criação e no consumo de um produto. Dado o princípio geral de propriedade social e a ausência de um Estado, há uma margem considerável em relação às formas específicas que a coletivização pode assumir - por exemplo, no que diz respeito aos métodos de distribuição, uso ou não uso de dinheiro etc. - como Isso pode ser visto pelos diferentes sistemas desenvolvidos em várias áreas da Espanha durante a Revolução de 1936-1939. No entanto, a liberdade é prejudicada quando algumas comunidades são pobres, enquanto outras são ricas. Portanto,

o método de distribuição do excedente deve garantir que todas as comunidades tenham uma parcela adequada de receitas e recursos comuns mantidos em níveis mais altos de confederação, bem como níveis mínimos garantidos de serviços públicos e provisões para atender às necessidades humanas básicas. É por isso que os anarquistas apoiaram a necessidade de federações e comunidades se federarem (consulte a próxima seção). Finalmente, uma área-chave de desacordo entre as escolas anarquistas é até onde a socialização deve ir. Os mutualistas pensam que deve incluir apenas os meios de produção, enquanto os anarquistas comunistas argumentam que a socialização, para ser consistente, deve abraçar o que é produzido e o que se usa para produzir. Os anarquistas coletivistas tendem a concordar com os mutualistas sobre isso, embora muitos pensem que, com o tempo, a economia evoluiria para o comunismo à medida que os legados do capitalismo e da escassez fossem superados. Proudhon falou pelos mutualistas: “Esse é, então, o primeiro ponto estabelecido: a propriedade no produto, se admitimos tanto, não traz consigo a propriedade nos meios de produção; isso me parece não precisar de mais demonstrações [...] todos [...] são proprietários de seus produtos - nenhum deles é proprietário dos meios de produção. O direito ao produto é exclusivo - jus in re ; o direito aos meios é comum - jus ad rem . ” [What is Propriety? 120-1] Para os comunistas libertários, a socialização também deve ser estendida aos produtos do trabalho. Isso significa que, além de ter livre acesso aos meios de produção, as pessoas também teriam livre acesso aos bens e serviços produzidos por elas. Novamente, isso não implica que as pessoas tenham que compartilhar os bens que usam. Pelo contrário, significa que, em vez de comprar os produtos em questão, eles são distribuídos livremente, conforme a necessidade. Manter a socialização dos meios do produto, mas não dos bens, significa basear a sociedade “em dois princípios absolutamente opostos, dois princípios que se contradizem continuamente”. [Kropotkin, *The Conquest of Bread* p. 163] A necessidade é ir além da abolição do trabalho assalariado para a abolição do dinheiro (o sistema de salários). Isso ocorre porque qualquer tentativa de medir a contribuição de uma pessoa para a sociedade será falha e, mais importante, as pessoas “diferem uma da outra pela quantidade de suas necessidades . Há a jovem solteira e a mãe de uma família de cinco ou seis filhos. Para o empregador de nossos dias, não há consideração das necessidades de ” cada um ” e ”a verificação do trabalho [...] age da mesma maneira”. [Kropotkin, *Act for Yourselves*, pp. 108–9] Independentemente de qual modo de distribuição específicos, locais de trabalho, comunas ou áreas escolhem, a socialização estaria subjacente a todos. O livre acesso aos meios de produção garantirá indivíduos livres, incluindo a liberdade de experimentar diferentes sistemas econômicos anarquistas.

I.3.4 Que relações existiriam entre sindicatos individuais?

Assim como os indivíduos se associam para trabalhar e superar problemas comuns, os sindicatos também. Poucos, se houver, locais de trabalho são totalmente independentes dos outros. Eles exigem matérias-primas como insumos e consumidores para seus produtos. Portanto, haverá ligações entre diferentes sindicatos. Essas ligações são duplas: primeiro, acordos livres entre sindicatos individuais; segundo, confederações de sindicatos (dentro dos ramos da indústria e regionalmente). Combinado com esse desejo de cooperação livre, há um desejo de acabar com os sistemas centralizados. A oposição à centralização é frequentemente enquadrada de maneira claramente falsa. Isso pode ser visto quando Alex Nove, um importante socialista de mercado, que argumentou que “existem elos horizontais (mercado) e existem elos verticais (hierarquia). Que outra dimensão existe?” [The Economics of Feasible Socialism p. 226] Em outras palavras, opor-se ao planejamento central significa abraçar o mercado. Isso não é verdade: os elos horizontais não precisam ser baseados no mercado, assim como os elos verticais precisam ser hierárquicos. Uma sociedade anarquista deve basear-se essencialmente em vínculos horizontais entre indivíduos e associações, cooperando livremente como eles (não um órgão central) entenderem. Essa cooperação será fonte de muitos elos em uma economia anarquista. Quando um grupo de indivíduos ou associações se reúne e discute interesses comuns e toma decisões comuns, eles ficam vinculados por suas próprias decisões. Isso é radicalmente diferente de um órgão central que dá ordens porque os afetados determinarão o conteúdo dessas decisões. Em outras palavras, em vez de decisões serem tomadas de cima para baixo, elas serão criadas de baixo para cima. Vamos considerar um acordo livre. Os anarquistas reconhecem a importância de deixar as pessoas organizarem suas próprias vidas. Isso significa que eles rejeitam o planejamento central e, em vez disso, impõem vínculos diretos entre as associações de trabalhadores. Nas palavras de Kropotkin, “[os] trabalhadores exigiriam uma organização livre, e isso não pode ter outra base senão livre acordo e livre cooperação, sem sacrificar a autonomia do indivíduo”. Os envolvidos diretamente na produção (e no consumo) conhecem suas necessidades muito melhor do que qualquer burocrata. Assim, o acordo voluntário é a base de uma economia livre, sendo esses acordos “assinados por consentimento livre, como uma escolha livre entre diferentes cursos igualmente abertos a cada uma das partes concordantes”. [Anarchism p. 52 e p. 69] Sem a concentração de riqueza e poder associada ao capitalismo, o livre acordo se tornará real e não será mais uma máscara para a hierarquia. A economia anarquista “começa de baixo, não de cima. Como um organismo, essa sociedade livre cresce desde a unidade simples até a estrutura complexa. A necessidade de luta individual pela vida ” é “suficiente para pôr em movimento todo o complexo mecanismo social. A sociedade é o resultado da luta individual pela existência; não é, como muitos supõem, oposto a isso. ” Então anarquistas pensam que “[Da mesma maneira que cada indivíduo livre associou-se a seus irmãos [e irmãs!] Para produzir tudo o que era necessário para a vida, impulsionado por nenhuma outra força senão seu desejo de desfrutar plenamente da vida, de modo que cada instituição é livre e independente, e coopera e faz acordos com outras pessoas, porque, ao fazê-lo, amplia suas próprias possibilidades. ” Isso sugere uma economia descentralizada - ainda mais descentralizada do que o capitalismo (que é descentralizada apenas na mitologia capitalista, como mostrado por grandes empresas e corporações transnacionais, por exemplo) - uma que “cresce cada vez mais intimamente unida e entrelaçada por acordos livres e mútuos”. [George Barrett, The Anarchist Revolution, p. 18] Uma economia anarquista seria baseada na ordem espontânea, pois os trabalhadores praticariam ajuda mútua e livre associação. Para os anarquistas comunistas, isso assumiria a forma de “troca livre sem dinheiro e sem lucro, com base na exigência e no suprimento disponível”. [Alexander Berkman, What is Anarchism? p. 217] “Anarquistas”, resumiu Rocker, “desejam uma federação de comunidades livres que se vincule entre si pelo seu interesse econômico e social comum e organize seus negócios por acordo mútuo e contrato livre”. [Anarcho-syndicalism, p. 1] Um

exemplo de um desses contratos seria pedidos de produtos e serviços: “Essa fábrica é, portanto, em toda a extensão consistente com o caráter de seu serviço, uma unidade autônoma, gerenciando suas próprias operações produtivas e livre para experimentar o conteúdo do coração em novos métodos, desenvolver novos estilos e produtos. Essa autonomia da fábrica é a salvaguarda [...] contra o nível morto da mediocridade, o substituto mais do que adequado para a variedade que o motivo competitivo deveria estimular, a garantia da vivacidade e do trabalho individual e mão de obra.” [GDH Cole, *Guild Socialism Restated*, p. 59] Isso significa que um acordo livre garantirá que os clientes possam escolher seus próprios fornecedores, o que significa que as unidades de produção saberão se estão produzindo o que seus clientes desejam, quando querem (ou seja, se estão atendendo às necessidades individuais e sociais). Caso contrário, os clientes iriam para outro lugar, para outras unidades de produção dentro do mesmo ramo de produção. Devemos enfatizar que, além dessa verificação negativa (ou seja, “saída” dos consumidores), é provável que, por meio de grupos de consumidores e cooperativas, bem como comunidades, os locais de trabalho estejam sujeitos a verificações positivas do que produziram. Os grupos de consumidores, ao formularem e comunicarem necessidades aos grupos de produtores, terão um papel fundamental para garantir a qualidade da produção e dos bens e que atenda às suas necessidades (consulte a seção I.4.7 para obter mais detalhes). Esses vínculos horizontais diretos entre sindicatos são essenciais para garantir a produção de bens que atendam às necessidades daqueles que os solicitaram. Sem sindicatos específicos solicitando mercadorias específicas em horários específicos para atender a requisitos específicos, uma economia não atenderá às necessidades das pessoas. Um plano central, por exemplo, que declara que 1 milhão de toneladas de aço ou 25 milhões de camisas precisa ser produzido em um ano, não diz nada sobre o que precisa ser produzido especificamente e quando, que depende de como será usado e das necessidades de cada um daqueles que o usam. Como Malatesta argumentou, “Seria um desperdício absurdo de energia produzir cegamente para todas as necessidades possíveis, em vez de calcular as necessidades reais e se organizar para satisfazê-las com o mínimo de esforço possível [...] a solução está em acordos entre as pessoas e nos acordos isso será feito ” entre eles. [At the Café , pp. 62–3] Daí a necessidade insistente das idéias anarquistas clássicas sobre livre associação, livre acordo e ajuda mútua! Essas ligações diretos entre produtor e consumidor podem comunicar as informações necessárias para produzir a coisa certa no momento certo! Como Kropotkin argumentou (com base em sua experiência em primeira mão do capitalismo de estado na Rússia sob Lenin): “A produção e o intercâmbio representam um empreendimento tão complicado que os planos dos socialistas de estado se mostrariam absolutamente ineficazes assim que fossem aplicados à vida. Nenhum governo seria capaz de organizar a produção se os próprios trabalhadores através de seus sindicatos não o fizessem em cada ramo da indústria; pois em toda a produção surgem diariamente milhares de dificuldades que nenhum governo pode resolver ou prever. Certamente é impossível prever tudo. Somente os esforços de milhares de inteligências trabalhando nos problemas podem cooperar no desenvolvimento de um novo sistema social e encontrar as melhores soluções para as milhares de necessidades locais. ” [Anarchism, pp. 76–77] Isso nos leva à segunda forma de relacionamento entre sindicatos, ou seja, confederações de sindicatos na mesma indústria ou área geográfica. Deve-se notar que as federações entre locais de trabalho não se limitam aos anarquistas coletivistas, sindicalistas e comunistas. A idéia de federações de sindicatos remonta à federação agroindustrial de Proudhon, criada pela primeira vez durante a revolução de 1848 e nomeada como tal em seu livro de 1863, *O Princípio Federativo*. O mutualista francês sugeriu uma “federação agroindustrial” como organização de apoio estrutural para seu sistema de cooperativas autogerenciadas. Essas confederações de sindicatos são necessárias para auxiliar a comunicação entre os locais de trabalho. Nenhum sindicato existe isoladamente e, portanto, existe uma necessidade real de um meio pelo qual os sindicatos possam se reunir para discutir interesses comuns e agir sobre eles. Assim, as confederações são complementares ao livre acordo e também refletem idéias anarquistas de livre associação e organização descentralizada, bem como preocupação com necessidades práticas: “Os anarquistas se opõem veementemente ao espírito autoritário e centralista [...] Então, eles retratam uma vida social futura na base do federalismo, do indivíduo ao município, à comuna, à região, à nação, ao internacional, com base na solidariedade e livre acordo. E é natural que esse ideal também se reflita na organização da produção, dando preferência, tanto quanto possível, a um tipo descentralizado de organização; mas isso não assume a forma de uma regra absoluta a ser aplicada em todas as instâncias. Uma ordem libertária seria em si mesma [...] excluir a possibilidade de impor uma solução tão unilateral.

” [Luigi Fabbri, *Anarchy and ‘Scientific Communism’*, pp. 13–49, *The Poverty of Statism*, Albert Meltzer (org.), P. 23] Uma confederação de sindicatos (chamada de “guilda” por alguns socialistas libertários, ou “união industrial” por outras)) trabalha em dois níveis: dentro de uma indústria e entre indústrias. O princípio operacional básico dessas confederações é o mesmo do próprio sindicato -cooperação voluntária entre iguais para atender às necessidades comuns. Em outras palavras, cada sindicato na confederação é vinculado por acordos horizontais com os outros, e ninguém deve obrigações a uma entidade separada acima do grupo (consulte a seção A.2.11 para obter mais informações sobre a natureza da confederação anarquista). Como Herbert Read resumiu: “O princípio geral é claro: cada setor se transforma em uma federação de coletivos autônomos; o controle de cada setor está inteiramente nas mãos dos trabalhadores desse setor, e esses coletivos administram toda a vida econômica do país. ” [Anarchy and Order, p. 49] Os comentários de Kropotkin sobre federalismo entre comunidades indicam isso (um sindicato pode ser considerado como uma comunidade de produtores). “A comuna de amanhã” , argumentou ele “saberá que não pode admitir nenhuma autoridade superior; acima dela, só pode haver interesses da Federação, livremente aceitos por ela mesma e por outras comunas. ” Portanto, o federalismo não precisa entrar em conflito com a autonomia, pois cada membro teria ampla liberdade de ação dentro de seus limites e, portanto, cada ”Comuna será absolutamente livre para adotar todas as instituições que desejar e fazer todas as reformas e revoluções que achar necessárias”. [Words of a Rebel p. 83] Além disso, essas federações seriam diversas e funcionais. A federação econômica produziria uma complexa inter-rede entre associações e federações: “Nossas necessidades são de fato tão diversas e emergem com tanta rapidez que, em breve, uma única federação não será suficiente para satisfazer todas elas. A Comuna sentirá a necessidade de formar outras alianças, de entrar em outras federações. Pertencendo a um grupo para a aquisição de alimentos, ela terá que se juntar a um segundo grupo para obter outros bens, como metais, e depois a um terceiro e um quarto grupo de têxteis e obras de arte. ” [Op. Cit. p. 87] Portanto, uma confederação de sindicatos seria adaptável às necessidades de seus membros. Como argumentou Tom Brown, ”o modo de organização sindicalista é extremamente elástico, e aí está sua principal força, e as confederações regionais podem ser formadas, modificadas, adicionadas ou reformadas de acordo com as condições locais e as mudanças de circunstâncias”. [Sindicalism, p. 58] Como seria de imaginar, essas confederações são associações voluntárias e “[como] a autonomia da fábrica é vital para manter o sistema da Guilda vivo e vigoroso, a existência de vários tipos democráticos de fábricas na independência das Guildas Nacionais também pode ser uma meios de experimento valioso e iniciativa frutífera de mentes individuais. Ao se recusarem insistentemente a levar sua teoria até sua última conclusão ‘lógica’, os Guildsmen [e anarquistas] são fiéis ao seu amor pela liberdade e pelo variado empreendimento social. ” [GDH Cole, op. Cit. p. 65] Isso deve ser enfatizado não significa controle centralizado a partir do topo: “Mas quando dizemos que a propriedade das ferramentas de produção, incluindo a própria fábrica, deve ser revertida para a corporação [isto é, confederação], não queremos dizer que os trabalhadores das oficinas sejam governados por qualquer tipo de governo industrial com poder para fazer o que bem entender com as ferramentas de produção. Não, os trabalhadores das várias fábricas não têm a menor intenção de entregar seu controle conquistado com afinco a um poder superior. O que eles farão é [...] garantir o uso recíproco de suas ferramentas de produção e conceder a seus colegas de trabalho em outras fábricas o direito de compartilhar suas instalações, recebendo em troca o mesmo direito de compartilhar as instalações dos colegas de trabalho com quem eles firmaram o pacto de solidariedade. ” [James Guillaume, “On Building the New Social Order” , pp. 356–79, *Bakunin on Anarchism* , pp. 363–364] Portanto, o anarquismo coletivista e comunista, como o mutualismo, estão enraizados na autogestão no local de trabalho. Isso implica na capacidade dos trabalhadores de escolher os tipos de tarefas produtivas que desejam executar. Não seria o caso de os locais de trabalho simplesmente atribuírem tarefas a algum órgão central e esperá-las cumpridas (tarefa que, ignorando os problemas reais de burocracia e liberdade, seria difícil de implementar em qualquer economia grande e complexa). Em vez disso, os locais de trabalho teriam o poder de selecionar tarefas submetidas a eles por outras associações (econômicas e comunitárias) e controlar como o trabalho necessário para alcançá-las foi realizado. Nesse tipo de sistema econômico, as assembléias e conselhos de trabalhadores seriam o ponto focal, formular políticas para seus locais de trabalho individuais e deliberar sobre questões em todo o setor ou em toda a economia por meio de assembléias gerais de toda a força de trabalho em que todos participariam da tomada de decisões. A votação nos conselhos seria direta, enquanto que nos órgãos

federais maiores, a votação seria realizada por delegados temporários, não remunerados, mandatados e instantaneamente revogáveis, que retomariam seu status de trabalhadores comuns assim que o mandato fosse cumprido. Mandatado aqui significa que os delegados das assembleias e conselhos de trabalhadores para as reuniões dos órgãos superiores federais receberão instruções, em todos os níveis da confederação, pelos trabalhadores que os elegerem sobre como lidar com qualquer questão. Eles seriam delegados, não representantes, e, portanto, participariam de qualquer reunião confederal com instruções específicas sobre como votar em uma questão específica. Revogável significa que, se não votarem de acordo com esse mandato, serão substituídos e os resultados da votação serão anulados. Em outras palavras, os delegados receberiam mandatos imperativos (instruções vinculativas) que os comprometessem com uma estrutura de políticas dentro da qual teriam que agir, e eles poderiam ser revistos e suas decisões revogadas a qualquer momento por não realizarem o mandatos que foi dados (esse apoio aos delegados mandatados existe na teoria anarquista desde pelo menos 1848, quando Proudhon argumentou que era "uma consequência do sufrágio universal" garantir que "o povo não abjure sua soberania . " [No Gods, No Masters, vol. 1, p. 63]). Devido a esse direito de ordenar e chamar seus delegados, as assembleias de trabalhadores na base seriam a fonte e a "autoridade" final (por assim dizer) sobre a política para todos os níveis mais altos de coordenação confederal da economia. Os delegados serão trabalhadores comuns, em vez de representantes em tempo integral ou líderes sindicais, e retornarão aos seus empregos habituais assim que o mandato para o qual foram eleitos for cumprido. Dessa maneira, o poder de decisão permanece nos conselhos de trabalhadores e não se concentra no topo de uma hierarquia burocrática em uma classe de elite de administradores profissionais ou líderes sindicais. O que essas confederações poderiam fazer é discutido na próxima seção. Em resumo, uma sociedade livre "é organizada livremente, de baixo para cima, observando indivíduos que se unem em associações que lentamente crescem pouco a pouco em federações de associações cada vez mais complexas" . [Malatesta, At the Cafe, p. 65]

I.3.5 O que fariam as confederações de sindicatos?

A confederação voluntária entre sindicatos é considerada necessária pelos anarquistas por inúmeras razões, mas principalmente para decidir sobre as políticas que governam as relações entre sindicatos e para coordenar suas atividades. Isso pode variar do acordo de padrões técnicos, à produção de diretrizes e políticas sobre questões específicas, ao acordo das principais decisões de investimento ou à priorização de certos projetos econômicos em larga escala ou áreas de pesquisa. Além disso, seriam os meios pelos quais as disputas poderiam ser resolvidas e quaisquer tendências voltadas para o capitalismo ou alguma outra sociedade de classes seriam identificadas e combatidas. Isso pode ser visto em Proudhon, que foi o primeiro a sugerir a necessidade de tais federações. “Todas as minhas idéias econômicas desenvolvidas nos últimos vinte e cinco anos”, afirmou, “podem ser definidas em três palavras: federação agro-industrial”. Isso é necessário porque “[por mais] impecável em sua lógica básica, que o princípio federal possa ser [...] não sobreviverá se os fatores econômicos tenderem persistentemente a dissolvê-lo. Em outras palavras, o direito político precisa ser sustentado pelo direito econômico”. Uma sociedade livre não poderia sobreviver se existisse “capital e comércio”, como seria “Dividida em duas classes - uma de proprietários, capitalistas e empresários, a outra de proletários assalariados, uma rica e a outra pobre”. Assim, “em um contexto econômico, a confederação pode ter a intenção de fornecer segurança recíproca no comércio e na indústria [...] O objetivo de tais acordos federais específicos é proteger os cidadãos [...] da exploração capitalista e financeira, tanto de dentro como de fora. ; em conjunto, formam [...] uma federação agroindustrial” [The Principle of Federation, p. 74, p. 67 e p. 70] Enquanto o capitalismo resulta em “juros sobre capital” e “trabalho assalariado ou servidão econômica, em curta desigualdade de condições”, a “federação agroindustrial [...] tenderá a promover uma igualdade crescente [...] através do mutualismo em crédito e seguro [...] garantir o direito ao trabalho e à educação, e uma organização do trabalho que permita que cada trabalhador se torne um trabalhador qualificado e um artista, cada assalariado se torne seu próprio mestre.” A “federação industrial” aplicará “em grande escala” os “princípios do mutualismo” e a “solidariedade econômica”. Como “indústrias são irmãs”, elas “fazem parte do mesmo corpo” e “não se pode sofrer sem que os outros compartilhem seu sofrimento. Devem, portanto, federar [...] para garantir as condições de prosperidade comum, sobre as quais ninguém tem uma reivindicação exclusiva.” Assim, o mutualismo vê “todas as indústrias se garantindo mutuamente” e “organizando todos os serviços públicos de maneira econômica e em outras mãos que não as do Estado”. [Op. Cit. p. 70, p. 71, p. 72 e p. 70] Mais tarde, os anarquistas adotaram, construíram e esclareceram essas idéias de federação econômica. Existem dois tipos básicos de confederação: uma industrial (isto é, uma federação de todos os locais de trabalho de um determinado tipo) e uma regional (isto é, uma federação de todos os sindicatos dentro de uma determinada área econômica). Assim, haveria uma federação para cada setor e uma federação de todos os sindicatos em uma área geográfica. Ambos operariam em níveis diferentes, o que significa que haveria confederações para associações industriais e interindustriais nos níveis local e regional e além. O objetivo básico dessas redes intersetoriais e interindustriais é garantir que as informações relevantes sejam espalhadas pelas várias partes da economia, para que cada uma possa coordenar efetivamente seus planos com as demais, de maneira a minimizar os prejuízos ecológicos e sociais. Assim, haveria uma confederação de trabalhadores ferroviários para gerenciar a rede ferroviária, mas os depósitos e estações locais, regionais e nacionais enviariam um delegado para se reunir regularmente com os outros sindicatos na mesma área geográfica para discutir questões econômicas gerais. No entanto, é essencial lembrar que cada sindicato dentro da confederação é autônomo. As confederações buscam coordenar atividades de interesse conjunto (em particular decisões de investimento para uma nova fábrica e a racionalização da fábrica existente à luz da demanda reduzida). Eles não determinam o trabalho de um sindicato ou como o fazem: “Com a fábrica, portanto, conduzindo amplamente suas

próprias preocupações, os deveres das organizações maiores da guilda (ou seja, confederações) seriam principalmente os de coordenação ou regulamentação e de representar a guilda em suas relações externas. Onde necessário, coordenariam a produção de várias fábricas, para que a oferta coincidisse com a demanda [...] organizariam pesquisas [...] Essa grande organização da guilda [...] deve basear-se diretamente nas várias fábricas-membro da guilda. ” [Cole, *Guild Socialism Restated* , pp. 59–60] Portanto, é importante observar que as unidades mais baixas da confederação - as assembleias de trabalhadores - controlarão os níveis mais altos, através de seu poder de eleger delegados mandatados e convocáveis para as reuniões das unidades confederativas superiores. Seria justo supor que quanto mais alta a federação for tomada uma decisão, mais geral ela será. Devido à complexidade da vida, seria difícil para as federações, que cobrem grandes áreas, planejar projetos de grande escala com mais detalhes e, na prática, haveria mais fóruns para acordar diretrizes e prioridades do que planejar projetos ou economias específicos. Como colocou o anarco-sindicalista russo GP Maximov, o objetivo “Era coordenar toda atividade, todo interesse local, criar um centro, mas não um centro de decretos e ordenanças, mas um centro de regulamentação, de orientação - e somente através desse centro para organizar a vida industrial do país”. [citado por M. Brinton, *For Workers Power*, p. 330] Portanto, este é um sistema descentralizado, com as assembleias e conselhos de trabalhadores na base tendo a palavra final em todas as decisões políticas, sendo capazes de revogar políticas feitas por aqueles com poder de decisão delegado e de lembrar aqueles que as fizeram: “Quando se trata do método material e técnico de produção, os anarquistas não têm soluções preconcebidas ou prescrições absolutas, e se curvam ao que a experiência e as condições de uma sociedade livre recomendam e prescrevem. O que importa é que, seja qual for o tipo de produção adotado, deve ser a livre escolha dos próprios produtores, e não pode ser imposta, assim como qualquer forma é possível de exploração do trabalho alheio [...] Anarquistas não excluem a priori qualquer solução prática e da mesma forma admitem que pode haver várias soluções diferentes em momentos diferentes ”. [Luigi Fabbri, “Anarchy and ‘Scientific’ Communism”, pp. 13–49, *The Poverty of Statism*, Albert Meltzer (ed.), P. 22] As confederações existiriam por razões específicas. Os mutualistas, como pode ser visto em Proudhon, estão cientes dos perigos associados a um mercado socialista autogerido e criam estruturas de apoio para defender a autogestão dos trabalhadores. Além disso, é provável que os sindicatos industriais estejam ligados a bancos mútuos (um sindicato de crédito). Esses sindicatos existiriam para fornecer crédito sem juros para autogestão, expansão de novos sindicatos e assim por diante. E se a experiência do capitalismo é algo a ser realizado, os bancos mútuos também reduzirão o ciclo de negócios, pois “países como o Japão e a Alemanha, geralmente classificados como centrados nos bancos - porque os bancos fornecem mais financiamento externo do que os mercados e porque mais empresas mantêm relacionamentos de longo prazo com seus bancos - mostram maior crescimento e estabilidade do investimento ao longo do tempo do que as centradas no mercado, como EUA e Grã-Bretanha ... Além disso, estudos comparando empresas alemãs e japonesas com fortes vínculos bancários com aquelas sem eles também mostram que empresas com vínculos bancários exibem maior estabilidade no investimento ao longo do ciclo de negócios. ” [Doug Henwood, *Wall Street*, pp. 174–5] Um argumento contra as cooperativas é que elas não permitem a diversificação de riscos (todos os ovos do trabalhador estão em uma cesta). Ignorando o ponto óbvio de que a maioria dos trabalhadores hoje não possui ações e depende de seu trabalho para sobreviver, essa objeção pode ser resolvida por meio da “associação ou agrupamento horizontal de empresas para agrupar seus riscos comerciais”. As cooperativas da Mondragon estão associadas em vários grupos regionais que agrupam seus lucros em graus variados. Em vez de um trabalhador diversificar seu capital em seis empresas, seis empresas agrupam parcialmente seus lucros em um grupo ou federação e cumprem o mesmo objetivo de redução de risco sem capital social transferível. Assim, “ocorre a mutualização de riscos nas federações de cooperativas” que garantem que “o capital acionário transferível não seja necessário para obter diversificação de risco no fluxo de renda anual do trabalhador”. [David Ellerman, *The Democratic Worker-Owned Firm*, p. 104] Além disso, como o exemplo de muitas cooperativas isoladas no capitalismo demonstrou, as redes de apoio são essenciais para as cooperativas sobreviverem. Não é uma co-incidência que o complexo cooperativo Mondragon na região basca da Espanha tenha uma união de crédito e redes de apoio mútuo entre suas cooperativas e seja de longe o sistema cooperativo mais bem-sucedido do mundo. A “federação agroindustrial” existe precisamente por esses motivos. Sob o anarquismo coletivista e comunista, as federações teriam tarefas adicionais. Existem dois papéis principais. Em primeiro lugar, o compartilhamento e a coordenação das

informações produzidas pelos sindicatos e, em segundo lugar, determinar a resposta às mudanças de produção e consumo indicadas por essas informações. As confederações (organismos de coordenação negociada) seriam responsáveis por ramos de produção claramente definidos e, em geral, as unidades de produção operariam em apenas um ramo de produção. Essas confederações teriam links diretos com outras confederações e as confederações comunitárias relevantes, que fornecem aos sindicatos diretrizes para a tomada de decisões (consulte a seção I.4.4) e asseguram que problemas comuns possam ser destacados e discutidos. Essas confederações existem para garantir que a informação seja espalhada entre os locais de trabalho e para que a indústria responda às mudanças na demanda social. Em outras palavras, essas confederações existem para coordenar novas decisões importantes de investimento (ou seja, se a demanda exceder a oferta) e para determinar como responder se houver capacidade excedente (ou seja, se a oferta exceder a demanda). Cabe ressaltar que essas decisões de investimento confederadas existirão juntamente com os investimentos associados à criação de novos sindicatos, além de decisões internas de investimento do sindicato. Não estamos sugerindo que todas as decisões de investimento sejam tomadas pelas confederações. (Isso seria particularmente impossível para novas indústrias, para as quais não haveria uma confederação!) Portanto, além das unidades de produção coordenadas, uma sociedade anarquista participaria de inúmeras atividades locais de pequena escala que garantiriam criatividade, diversidade e flexibilidade. Somente após essas atividades se espalharem pela sociedade, seria necessária a coordenação confederal. Portanto, embora a produção se baseie em redes autônomas, a resposta do investimento às ações do consumidor seria, até certo ponto, coordenada por uma confederação de sindicatos nesse ramo de produção. Por esse meio, a confederação pode garantir que os recursos não sejam desperdiçados pelos sindicatos individuais que produzem bens ou investem demais em resposta a mudanças na produção. Ao se comunicar nos locais de trabalho, as pessoas podem superar as barreiras à coordenação de seus planos, encontradas nos sistemas de mercado (consulte a seção C.7.2) e, assim, evitar as interrupções econômicas e sociais associadas a eles. Assim, as principais decisões de investimento seriam tomadas em congressos e plenários dos sindicatos da indústria, por um processo de coordenação horizontal e negociada. As principais decisões de investimento são coordenadas em um nível apropriado, com cada unidade da confederação sendo autônoma, decidindo o que fazer com sua própria capacidade produtiva para atender à demanda social. Assim, temos unidades de produção autogovernadas, coordenadas por confederações (negociação horizontal), o que garante a iniciativa local (fonte vital de flexibilidade, criatividade e diversidade) e uma resposta racional às mudanças na demanda social. Como os vínculos entre sindicatos são não hierárquicos, cada sindicato permanece autônomo. Isso garante a descentralização do poder e controle direto, iniciativa e experimentação por parte dos envolvidos na execução do trabalho. Note-se que durante a Revolução Espanhola se federou com sucesso de diferentes maneiras. Gaston Leval observou que essas formas de confederação não prejudicam a natureza libertária da autogestão: “Tudo era controlado pelos sindicatos. Porém, não se deve presumir que tudo tenha sido decidido por alguns comitês burocráticos superiores sem consultar os membros do sindicato. Aqui a democracia libertária era praticada. Como na CNT, havia uma estrutura dupla recíproca; das raízes até a base ... para cima e na outra direção, uma influência recíproca da federação dessas mesmas unidades locais em todos os níveis, da fonte de volta à fonte.” [The Anarchist Collectives, p. 105] A natureza exata de qualquer responsabilidade confederal varia, embora “preferamos um gerenciamento descentralizado; mas, finalmente, em problemas práticos e técnicos, adiamos a experiência gratuita.” [Luigi Fabbri, op. Cit. p. 24] A forma específica de organização variará obviamente conforme exigido de indústria para indústria, área para área, mas as idéias subjacentes de autogestão e associação livre serão as mesmas. Além disso, o “essencial ... é que sua função [da confederação ou da aliança] seja reduzida ao mínimo possível para cada setor”. [Cole, op. Cit. p. 61] Outro papel importante para as federações inter-sindicais é equilibrar as desigualdades. Afinal, cada área não será idêntica em termos de recursos naturais, qualidade da terra, situação, acessibilidade e assim por diante. Simplificando, os anarquistas “acreditam que, devido às diferenças naturais de fertilidade, saúde e localização do solo, seria impossível garantir que todos os indivíduos desfrutassem de condições de trabalho iguais”. Sob tais circunstâncias, seria “impossível alcançar um estado de igualdade desde o início” e, portanto, “justiça e equidade são, por razões naturais, impossíveis de se alcançar... e essa liberdade também seria inatingível”. [Malatesta, The Anarchist Revolution, p. 16 e p. 21] Isso foi reconhecido por Proudhon, que viu a necessidade de federação econômica devido a diferenças de matérias-primas, qualidade da terra e assim por diante,

e, como tal, argumentou que uma parte da receita proveniente de produtos agrícolas seria paga em um fundo central que seria usado para fazer pagamentos de equalização para compensar os agricultores com terras menos favoráveis ou menos férteis. Como ele disse, o aluguel econômico “na agricultura não tem outra causa senão a desigualdade na qualidade da terra ... se alguém tem uma reivindicação por causa dessa desigualdade ... [são] os outros trabalhadores da terra que possuem terras inferiores. É por isso que em nosso esquema de liquidação [do capitalismo] estipulamos que toda variedade de cultivo deveria pagar uma contribuição proporcional, destinada a realizar um equilíbrio de retornos entre os trabalhadores agrícolas e a garantia de produtos”. Além disso, “todas as cidades da República chegarão a um entendimento para equalizar entre elas a qualidade dos terrenos, bem como os acidentes culturais.” [General Idea of the Revolution, p. 209 e p. 200] Ao federar juntos, os trabalhadores podem garantir que “a terra será ... um domínio econômico disponível para todos, cujas riquezas serão usufruídas por todos os seres humanos”. [Malatesta, Errico Malatesta: His Life and Ideas, p. 93] As deficiências locais de matérias-primas, na qualidade da terra e, portanto, os suprimentos seriam compensados do exterior, pela socialização da produção e do consumo. Isso permitiria que toda a humanidade compartilhasse e se beneficiasse da atividade econômica, garantindo assim o bem-estar de todos. A federação eliminaria a possibilidade de coletivos e sindicatos ricos e pobres coexistirem lado a lado. Como argumentou Kropotkin, “omitir a posse das necessidades de produção implica o desfrute comum dos frutos da produção comum... quando todos contribuem para o bem-estar comum em toda a extensão de suas [capacidades], desfrutará também do estoque comum da sociedade, na medida do possível, de suas necessidades.” [Anarchism, p. 59] Portanto, encontramos a CNT argumentando em sua resolução de 1936 sobre o comunismo libertário que “[No] no que diz respeito ao intercâmbio de produtos entre as comunidades, os conselhos comunais devem estabelecer uma ligação com as federações regionais de comunidades e com o conselho confederal de produção e distribuição, solicitando o que eles precisam e [dando] qualquer disponibilidade estoques excedentes”. [citado por Jose Peirats, CNT in the Spanish Revolution, vol. 1, p. 107] Isso seguiu claramente os comentários de Kropotkin de que a “socialização da produção, consumo e troca” seria baseada em locais de trabalho “pertencentes a comunas federadas”. [The Conquest Bread of, p. 136] O legado do capitalismo, com suas áreas ricas e pobres, seus locais de trabalho ricos e pobres, será um problema que qualquer revolução enfrentará. As desigualdades produzidas por séculos da sociedade de classes levarão tempo para mudar. Essa é uma das tarefas da confederação: garantir a socialização da produção e do consumo, para que as pessoas não sejam penalizadas pelos erros da história e para que cada comuna possa se desenvolver a um nível adequado. Nas palavras da CNT durante a Revolução Espanhola: “Muitos argumentos são usados contra a idéia de socialização; um deles - o mais agradável - diz que, socializando uma indústria, simplesmente a assumimos e a administramos, com a consequência de que temos indústrias florescentes onde os trabalhadores são privilegiados e indústrias infelizes em que os trabalhadores obtêm menos benefícios, mas precisam trabalhar mais do que trabalhadores em outros lugares ... Existem diferenças entre os trabalhadores em indústrias prósperas e aqueles que mal sobrevivem ... Tais anomalias, que não negamos que existam, são atribuídas às tentativas de socialização. Afirmamos firmemente que o oposto é verdadeiro; tais anomalias são o resultado lógico da ausência de socialização. “A socialização que propomos resolverá esses problemas que são usados para atacá-la. Se a indústria catalã fosse socializada, tudo estaria ligado organicamente - indústria, agricultura e organizações sindicais, de acordo com o conselho da economia. Eles se normalizavam, o dia de trabalho se tornava mais igual ou, o que acontece com a mesma coisa, as diferenças entre trabalhadores de diferentes atividades terminavam... “A socialização é - e deixe seus detratores ouvirem- a genuína organização autêntica da economia. Sem dúvida, a economia deve ser organizada; mas não de acordo com os métodos antigos, que são precisamente aqueles que estamos destruindo, mas de acordo com as novas normas que tornarão nosso povo um exemplo para o proletariado mundial.” [Solidaridad Obrera, 30 de abril de 1937, p. 12] A autogestão dos trabalhadores não significa automaticamente que todas as formas de dominação e exploração econômica seriam eliminadas. Afinal, em uma economia de mercado, as empresas podem obter super-lucros simplesmente por causa de seu tamanho ou controle sobre uma tecnologia ou recurso específico. Daí a sugestão de Proudhon que “os defensores do mutualismo devem regular o mercado” para garantir “uma repartição honesta de preços de custo”, fixar “após discussão amigável de uma máxima e mínima margem de lucro” e “a organização da regulação da sociedade.” [Selected Writings de Pierre-Joseph Proudhon. 70] Parece provável que a federação agroindustrial seja

o órgão que garante isso. Da mesma forma, a federação seria o meio pelo qual seriam transmitidas e lidadas com problemas de que os sindicatos estão monopolizando seus recursos, ou seja, tratando-os como propriedade privada e não como bens socializados. Assim, a federação uniria os trabalhadores "para garantir o uso mútuo das ferramentas de produção" que são, "por contrato recíproco", a "propriedade coletiva do todo". [James Guillaume, "On Building the New Social Order", pp. 356–79, Bakunin on Anarchism, p. 376] As confederações intersetoriais ajudam a garantir que, quando os membros de um sindicato saíam de um sindicato para outro (ou voltem ao mesmo) ramo da indústria, eles tenham os mesmos direitos que os membros de seu novo sindicato. Em outras palavras, ao fazer parte da confederação, um trabalhador garante que ele/ela tem os mesmos direitos e uma palavra igual em qualquer local de trabalho que se junte. Isso é essencial para garantir que uma sociedade cooperativa permaneça cooperativa, pois o sistema é baseado no princípio de "uma pessoa, um voto" por todos os envolvidos no processo de trabalho. Se sindicatos específicos estão restringindo o acesso e produzindo trabalho assalariado, monopolizando recursos e cobrando preços monopolísticos, a federação seria um fórum para envergonhar publicamente esses sindicatos e organizar boicotes a eles. É improvável que essa atividade anti-social seja tolerada por um povo livre que procura proteger essa liberdade. No entanto, pode-se argumentar novamente que essas confederações ainda estão centralizadas e que os trabalhadores ainda seguiriam ordens vindas de cima. Isso está incorreto, pois quaisquer decisões relativas a um setor ou fábrica estão sob o controle direto dos envolvidos. Por exemplo, a confederação da indústria siderúrgica pode decidir se racionalizar em um de seus congressos. Murray Bookchin esboça a resposta a esta situação da seguinte maneira: "[Vamos] supor que um conselho de técnicos altamente qualificados seja estabelecido [por este congresso] para propor mudanças na indústria siderúrgica. Esse conselho ... avança propostas para racionalizar o setor, fechando algumas fábricas e expandindo a operação de outras ... Isso é um órgão "centralizado" ou não? A resposta é sim e não, simultaneamente. Sim, apenas no sentido em que o conselho lida com problemas que dizem respeito ao país como um todo; não, porque não pode tomar nenhuma decisão que deva ser executada para o país como um todo. O plano do conselho deve ser examinado por todos os trabalhadores das fábricas [afetadas] ... O próprio conselho não tem poder para impor 'decisões'; apenas faz recomendações. Além disso, seu pessoal é controlado pela planta em que trabalha e pela localidade em que vive ... eles não teriam poder de decisão. A adoção, modificação ou rejeição de seus planos caberia inteiramente aos [envolvidos]." [Post Scarcity Anarchism, p. 180] Portanto, as confederações não estariam em posições de poder sobre os sindicatos individuais. Nenhuma tentativa é feita para determinar quais firmas produzem qual aço para quais clientes, de que maneira. Assim, as confederações de sindicatos garantem uma ordem econômica espontânea e descentralizada, sem os efeitos colaterais negativos do capitalismo (ou seja, concentrações de poder nas empresas e no mercado, crises periódicas etc.). Como se pode imaginar, uma característica essencial dessas confederações será a coleta e o processamento de informações para determinar como uma indústria está se desenvolvendo. Isso não implica burocracia ou controle centralizado no topo. Tomando a questão da centralização primeiro, a confederação é administrada por assembleias de delegados, o que significa que quaisquer dirigentes eleitos em um congresso implementam apenas as decisões tomadas pelos delegados dos sindicatos relevantes. É nos congressos e plenários da confederação que são tomadas novas decisões de investimento, por exemplo. O ponto principal a lembrar é que a confederação existe puramente para coordenar atividades conjuntas e compartilhar informações, não interessa como o local de trabalho é administrado ou quais pedidos dos consumidores são atendidos. (Claro, se um determinado local de trabalho introduzir políticas que outros sindicatos desaprovam, pode ser expulso). Como os delegados a esses congressos e plenários são mandatados e suas decisões estão sujeitas a rejeição e modificação por cada unidade produtiva, a confederação não é centralizada. No que diz respeito à burocracia, a coleta e o processamento de informações requerem uma equipe administrativa para fazer o trabalho. No entanto, esse problema também afeta as empresas capitalistas; e como os sindicatos se baseiam na tomada de decisões de baixo para cima, fica claro que, diferentemente de uma corporação capitalista centralizada, a administração seria menor. De fato, é provável que, em primeiro lugar, não existisse uma equipe de administração fixa para a confederação! Nos congressos regulares, um sindicato específico pode ser selecionado para realizar o processamento de informações da confederação, com esse trabalho sendo rotacionado regularmente em torno de diferentes sindicatos. Dessa maneira, um corpo e equipamento administrativos específicos podem ser evitados e a tarefa de coletar informações é colocada diretamente

nas mãos dos trabalhadores comuns. Mais longe, todos os participantes são versados em procedimentos de processamento de informações. Por fim, que informações seriam coletadas? Isso depende do contexto. Organizações individuais registrariam entradas e saídas, produzindo folhas de informações resumidas. Por exemplo, entrada total de energia, em quilowatts e por tipo, entradas de matériaprima, horas de trabalho gastas, pedidos recebidos, pedidos aceitos, saída etc. Essas informações podem ser processadas em uso de energia e tempo de mão-de-obra por produto (por exemplo), a fim de dar uma idéia de quão eficiente é a produção e como está mudando ao longo do tempo. Para confederações, a produção de sindicatos individuais pode ser agregada e médias locais e outras podem ser calculadas. Além disso, mudanças na demanda podem ser identificadas por esse processo de agregação e usadas para identificar quando o investimento será necessário ou as fábricas fechadas.

I.3.6 E a competição entre sindicatos?

Essa é uma pergunta comum, principalmente dos defensores do capitalismo. Eles argumentam que os sindicatos não cooperarão juntos a menos que sejam forçados a fazê-lo e competirão entre si por matérias-primas, trabalhadores qualificados e assim por diante. O resultado desse processo, afirma-se, serão sindicatos ricos e pobres, desigualdade na sociedade e no local de trabalho e (possivelmente) uma classe de trabalhadores desempregados de sindicatos mal-sucedidos, contratados por pessoas bem-sucedidas. Em outras palavras, eles argumentam que o socialismo libertário precisará se tornar autoritário para impedir a competição e que, se não o fizer, se tornará capitalista rapidamente. Para mutualistas, a competição não é vista como um problema. Eles acham que a concorrência, baseada em cooperativas e bancos mútuos, minimizaria a desigualdade econômica, pois a nova estrutura econômica baseada em crédito e cooperação livres eliminaria a renda não trabalhista (isto é, não merecida), como lucro, juros e aluguel e daria aos trabalhadores poder de barganha suficiente para eliminar a exploração. Para esses anarquistas, é o capitalismo que perverte a concorrência e, portanto, não são contra a própria concorrência. Outros anarquistas pensam que quaisquer ganhos advindos da competição (supondo que exista de fato) seriam mais do que compensados por seus efeitos negativos, descritos na seção I.1.3. É para esses anarquistas que a pergunta geralmente é feita. Antes de continuar, gostaríamos de salientar que os indivíduos que tentam melhorar muito sua vida não são contrários aos princípios anarquistas. Como isso poderia ser? “O egoísmo não é um crime”, observaram John Most e Emma Goldman, “só se torna crime quando as condições são suficientes para dar a um indivíduo a oportunidade de satisfazer seu egoísmo em detrimento de outros. Numa sociedade anarquista, todos procurarão satisfazer seu ego”, mas para fazê-lo, ele “estenderá sua ajuda àqueles que o ajudarão, e o egoísmo não será mais uma maldição, mas uma bênção”. [“Talking about Anarchy”, Black Flag, não. 228, p. 28] Assim, os anarquistas vêem a cooperação e a ajuda mútua como uma expressão de “interesses próprio”, pois trabalhar com pessoas iguais é um benefício conjunto. Nas palavras de John O’Neill: “São as próprias instituições que definem o que conta como interesses. Em particular, o mercado incentiva o egoísmo, não principalmente porque encoraja um indivíduo a se “interessar a si próprio” - seria irrealista não esperar que os indivíduos ajam em grande parte de maneira a “ter interessis para si mesmo” - mas sim porque define os interesses de um indivíduo de maneira particularmente estreita, principalmente em termos de posse de certos bens materiais. Em consequência, onde o mecanismo de mercado entra em uma esfera específica da vida, a busca de bens fora desse estreito leque de produtos de mercado é institucionalmente definida como um ato de altruísmo.” [The Market, p. 158] Como tal, os anarquistas sugerem que não devemos confundir competição com interesse próprio e que uma sociedade cooperativa tenderá a promover instituições e costumes que assegurem que as pessoas reconheçam que a cooperação entre iguais maximiza a liberdade individual e o interesse próprio. mais do que a busca individualista pela riqueza material à custa de todos os outros objetivos. Por fim, de que serviria ganhar o mundo e perder o que faz a vida valer a pena? Obviamente, essa sociedade não seria baseada em partes exatamente iguais de tudo. Em vez disso, significaria igualdade de oportunidades e acesso livre ou igual a recursos (por exemplo, que apenas pessoas doentes usam recursos médicos é um problema para os igualitários!). Portanto, uma sociedade com distribuições desiguais de recursos não é automaticamente não-anarquista. O que é contrário aos princípios anarquistas é poder centralizado, opressão e exploração, os quais decorrem de grandes desigualdades de renda e propriedade privada. Essa é a fonte da preocupação anarquista sobre igualdade - preocupação que não se baseia em algum tipo de “política de inveja”. Os anarquistas se opõem à desigualdade porque logo leva a poucos oprimindo a muitos (um relacionamento que distorce a individualidade e a liberdade de todos os envolvidos, bem como a saúde e a própria vida dos oprimidos). Os anarquistas desejam criar uma sociedade na qual tais relacionamentos sejam impossíveis, acreditando que a maneira mais eficaz de fazer isso é capacitar todos, criar uma preocupação egoísta por liberdade e igualdade entre os oprimidos e desenvolver organizações sociais que incentivem a autogestão. Quanto

aos indivíduos tentando melhorar sua sorte, os anarquistas sustentam que a cooperação é o melhor meio de fazê-lo, não a competição. E há evidências substanciais para apoiar essa afirmação (ver, por exemplo, *No Contest* de Alfie Kohn: o caso contra a concorrência e *The Evolution of Cooperation* de Robert Axelrod apresentam evidências abundantes de que a cooperação é do nosso interesse a longo prazo e oferece melhores resultados do que a concorrência no curto prazo). Isso sugere que, como argumentou Kropotkin, a ajuda mútua, e não a luta mútua, será do interesse de um indivíduo e, portanto, a competição em uma sociedade livre e sã seria minimizada e reduzida a esportes e outros passatempos individuais. Como Stirner argumentou, a cooperação é tão egoísta quanto a concorrência (um fato que às vezes se perde para muitos devido à óbvia superioridade ética da cooperação): "Mas a competição algum dia desaparecerá, porque o esforço conjunto será reconhecido como mais benéfico do que o isolamento, então todos os indivíduos dentro das associações não serão igualmente egoístas e estão fora de seus próprios interesses?" [No Gods, No Masters, vol. 1, p. 22] Agora, a objeção à "concorrência", que começaremos a responder, notando que ela ignora alguns pontos-chave. Primeiro, a suposição de que uma sociedade libertária "se tornaria capitalista" na ausência de um estado é obviamente falsa. Se a competição ocorresse entre os coletivos e levasse a enormes desigualdades de riqueza, os novos ricos teriam que criar um estado para proteger sua propriedade privada contra os despossuídos. Portanto, a desigualdade, não a igualdade, leva à criação de estados. Não é coincidência que as comunidades anárquicas que existem há milênios também sejam igualitárias. Em segundo lugar, como observado na seção A.2.5, os anarquistas não consideram "igual" como "idêntico". Portanto, alegar que diferenças salariais significam que o fim do anarquismo só faz sentido se pensarmos que "igualdade" significa que todos recebem exatamente ações iguais. Como os anarquistas não sustentam essa idéia, as diferenças salariais em um sindicato organizado de forma anarquista não indicam falta de igualdade. A forma como o sindicato é administrado é muito mais importante, porque o tipo de desigualdade mais pernicioso do ponto de vista anarquista é a desigualdade de poder, ou seja, influência desigual na tomada de decisões políticas e econômicas. Sob o capitalismo, a desigualdade de riqueza se traduz em tal desigualdade de poder e vice-versa, porque a riqueza pode comprar propriedade privada (e protegê-la pelo Estado), o que dá aos proprietários autoridade sobre essa propriedade e aqueles contratados para produzir com ela; mas, sob o socialismo libertário, diferenças menores ou até moderadas de renda entre trabalhadores de outra forma iguais não levariam a esse tipo de desigualdade de poder, porque a autogestão e a socialização rompem o vínculo entre riqueza e poder. Além disso, quando o trabalho se torna livre em uma sociedade de rebeldes (e, certamente, uma sociedade anarquista não passava de nada), poucos tolerariam desigualdades de renda relativamente menores, tornando-se uma fonte de poder. Terceiro, os anarquistas não pretendem que uma sociedade anarquista seja perfeita. Portanto, pode haver períodos, particularmente logo após o capitalismo ter sido substituído pela autogestão, quando diferenças de habilidade etc. levam algumas pessoas a explorar sua posição e a obter mais salários, melhores horas e condições, e assim por diante. Esse problema existia nos coletivos industriais na Revolução Espanhola. Como Kropotkin apontou, "quando tudo estiver dito e feito, algumas desigualdades, alguma injustiça inevitável permanecerão, sem dúvida. Existem indivíduos em nossas sociedades que nenhuma grande crise pode elevar da lama profunda do egoísmo em que estão afundados. A questão, no entanto, não é se haverá injustiças ou não, mas como limitar o número delas." [The Conquest of Bread p. 94] Em outras palavras, esses problemas existirão, mas existem várias coisas que os anarquistas podem fazer para minimizar seu impacto. Haverá um "período de gestação" antes do nascimento de uma sociedade anarquista, em que a luta social, novas formas de ensino e educação dos filhos e outros métodos de conscientização aumentam o número de anarquistas e diminuem o número de autoritários. O elemento mais importante neste período de gestação é a luta social. Essa autoatividade terá um grande impacto sobre os envolvidos nela (consulte a seção J.2). Por ação direta e solidariedade, os envolvidos desenvolvem limites de amizade e apoio aos outros, desenvolvem novas formas de ética e novas idéias e ideais. Esse processo de radicalização ajudará a garantir que quaisquer diferenças de educação e habilidade não se transformem em diferenças de poder em uma sociedade anarquista, tornando as pessoas menos propensas a explorar suas vantagens nem, mais importante, para que outras pessoas as tolerem! Além disso, a educação dentro do movimento anarquista deve ter como objetivo, entre outras coisas, familiarizar seus membros com habilidades tecnológicas, para que não dependam de "especialistas" e, assim, aumentar o papel de trabalhadores qualificados que ficarão felizes em trabalhar em condições de liberdade e igualdade.

Isso garantirá que os diferenciais entre os trabalhadores possam ser minimizados. A longo prazo, no entanto, a popularização de métodos não autoritários de educação e ensino dos filhos (consulte a seção J.6) é particularmente importante porque, como sugerimos na seção B.1.5, os impulsos secundários, como a ganância e o desejo de exercer o poder sobre os outros é produto de educação autoritária baseada em punições e medo. No entanto, existem outras razões pelas quais a desigualdade econômica - digamos, nas diferenças de níveis de renda ou condições de trabalho, que podem surgir da competição por trabalhadores "melhores" - seria muito menos severa em qualquer forma de sociedade anarquista do que no capitalismo. Em primeiro lugar, os sindicatos seriam gerenciados democraticamente. Isso resultaria em diferenciais salariais muito menores, porque não há um conselho de diretores ricos estabelecendo níveis salariais para seu próprio ganho. Portanto, sem hierarquias no local de trabalho, ninguém estaria em posição de monopolizar o trabalho de outros e enriquecer como resultado: "A pobreza é o sintoma: a escravidão, a doença. Os extremos da riqueza e da miséria seguem inevitavelmente os extremos da licença e da escravidão. Muitos não são escravizados porque são pobres, são pobres porque são escravizados. No entanto, os socialistas muitas vezes fixaram os olhos na miséria material dos pobres sem perceber que ela se apóia na degradação espiritual do escravo." [GDH Cole, *Self-Government in Industry*, p. 41] A evidência empírica apóia as reivindicações anarquistas, pois as cooperativas têm uma estrutura salarial muito mais igualitária do que as empresas capitalistas. Isso pode ser visto na experiência das cooperativas da Mondragon, onde a diferença salarial entre o trabalhador mais bem pago e o mais mal pago era de 4 para 1. Isso aumentou quando eles tiveram que competir com grandes empresas capitalistas, e mesmo assim a nova proporção de 9 para 1 é muito menor do que a das empresas capitalistas (na América, a proporção é de 200 para 1 e além!). Assim, mesmo no capitalismo, "[aqui] há evidências de que os métodos de distribuição escolhidos por empresas controladas por trabalhadores ou autogerenciados são mais igualitários do que a distribuição de acordo com os preceitos do mercado". [Christopher Eaton Gunn, *Workers' Self-Management in the United States* p. 45] Dado que os preceitos do mercado não levam em consideração as diferenças de poder, isso não é surpreendente. Assim, podemos prever que uma economia totalmente autogerenciada seria apenas, se não, mais igualitária, pois as diferenças de poder seriam eliminadas, assim como o desemprego (James K. Galbraith, em seu livro *Created Unequal*, apresentou evidências extensas de que o desemprego aumenta desigualdade, como seria de esperar). É um mito comum que gerentes, executivos e assim por diante sejam muito bem pagos por causa de suas habilidades únicas. Na verdade, eles são muito bem pagos porque são burocratas no comando de grandes instituições hierárquicas. É a natureza hierárquica da empresa capitalista que garante a desigualdade, não as habilidades excepcionais. Mesmo partidários entusiasmados do capitalismo fornecem evidências para apoiar esta afirmação. Na década de 1940, Peter Drucker, um defensor do capitalismo, afastou a alegação de que a organização corporativa eleva os gerentes com capacidade excepcional ao topo, quando observou que "nenhuma instituição pode sobreviver se precisar de gênios ou super-homens para gerenciá-la. Ela deve ser organizada de maneira a poder se dar bem sob a liderança de seres humanos comuns." Para Drucker, "As coisas que realmente contam não são os membros individuais, mas as relações de comando e responsabilidade entre eles." [Concept of the Corporation, p. 35 e p. 34] Pouco mudou, além do poder do PR para personalizar as estruturas burocráticas das empresas. Em segundo lugar, não tendo meios de renda não obtida (como aluguel, juros e direitos de propriedade intelectual), o anarquismo reduzirá substancialmente os diferenciais de renda. Terceiro, os cargos de gerência seriam alternados, garantindo que todos obtenham experiência no trabalho, reduzindo assim a escassez artificial criada pela divisão do trabalho. Além disso, a educação seria extensa, garantindo que engenheiros, médicos e outros trabalhadores qualificados fizessem o trabalho porque gostavam de fazê-lo e não por recompensa financeira. Em quarto lugar, gostaríamos de salientar que as pessoas trabalham por muitas razões, não apenas por altos salários. Sentimentos de solidariedade, empatia e amizade com os colegas de trabalho também ajudariam a reduzir a competição entre sindicatos. Obviamente, a objeção à "concorrência" pressupõe que sindicatos e membros de sindicatos colocarão considerações financeiras acima de tudo. Não é esse o caso, e poucos indivíduos são os robôs econômicos assumidos no dogma capitalista. De fato, as evidências das cooperativas refutam tais alegações (ignorando, no momento, a vasta evidência de nossos próprios sentidos e experiências com pessoas reais, em vez do insano "homem econômico" da ideologia econômica capitalista). Como observado na seção I.3.1, a teoria econômica neoclássica, deduzindo de suas suposições básicas, argumenta que os membros das cooperativas terão como objetivo

maximizar o lucro por trabalhador e, assim, de maneira perversa, demitir seus membros durante os bons tempos. A realidade contradiz essas afirmações. Em outras palavras, a suposição subjacente de que as pessoas são robôs econômicos não pode ser mantida - há uma extensa evidência apontando para o fato de que diferentes formas de organização social produzem considerações diferentes que motivam as pessoas de acordo. Assim, apesar de reconhecer que a competição poderia existir, os anarquistas acham que há muitas razões para não se preocupar com a criação de uma desigualdade econômica maciça, que por sua vez recriaria o estado. Os apologistas do capitalismo que apresentaram esse argumento esquecem que a busca pelo interesse próprio é universal, o que significa que todos estariam interessados em maximizar sua liberdade e, portanto, seria improvável que permitissem desenvolver desigualdades que ameaçassem essa liberdade. Seria do interesse das comunas e sindicatos compartilhar com os outros em vez de cobrar preços altos por eles, pois eles podem ser boicotados por outros e, assim, negam as vantagens da cooperação social. Além disso, eles podem estar sujeitos a essas atividades e, portanto, seria sensato lembrar-se de "Trate os outros como gostaria que eles o tratassem em circunstâncias semelhantes." Como o anarquismo não acontecerá a menos que as pessoas o desejem e comecem a organizar suas próprias vidas, é claro que uma sociedade anarquista seria habitada por indivíduos que seguiram esse princípio ético. Portanto, é duvidoso que pessoas inspiradas em idéias anarquistas comecem a cobrar preços altos, principalmente porque os sindicatos e as assembleias comunitárias provavelmente votarão por uma ampla base de distribuição de excedentes, precisamente para evitar esse problema e garantir que a produção será para uso em vez de lucro. Além disso, como outras comunidades e sindicatos provavelmente boicotariam qualquer sindicato ou comunidade que estivesse agindo de maneira não cooperativa, é provável que a pressão social logo resultasse em pessoas dispostas a explorar outras pessoas repensando sua posição. A cooperação não implica disposição para tolerar aqueles que desejam tirar vantagem de você. Em outras palavras, nem a ajuda mútua nem a teoria anarquista implicam que as pessoas são altruístas ingênuas e indiscriminadas, mas sim pessoas que, enquanto desejam trabalhar com outras pessoas em cooperação, agirão para impedir que outros se beneficiem delas. A ajuda mútua, em outras palavras, é baseada em relações recíprocas. Se alguém ou um sindicato não coopera, mas procura tirar proveito dos outros, então os outros têm todo o direito de os boicotar e protestar contra eles. Uma sociedade livre é baseada em todas as pessoas que buscam seu próprio interesse, não em apenas algumas. Isso sugere que os anarquistas rejeitam a suposição de que aqueles que perdem pela competição devem ser altruístas e deixar a competição arruinar suas vidas. Além disso, dada a experiência do período neoliberal a partir da década de 1980 (com a crescente desigualdade marcada pela queda do crescimento, menor crescimento dos salários, aumento do desemprego e aumento da instabilidade econômica), o impacto do aumento da concorrência e da desigualdade prejudica a grande maioria. É duvidoso que as pessoas conscientes dessas tendências (e que, como discutimos na seção F.3, a "troca livre" em uma sociedade desigual tenda a aumentar, e não diminuir, a desigualdade) criariam esse regime. Sem surpresa, exemplos de anarquismo em ação mostram que estão trabalhando juntos para reduzir os perigos do isolamento e da competição. Uma coisa a lembrar é que a anarquia não será criada "da noite para o dia" e, portanto, problemas potenciais serão resolvidos ao longo do tempo. Subjacente a todos esses tipos de objeções, está a suposição de que a cooperação não ser mais benéfica para todos os envolvidos do que a concorrência. No entanto, em termos de qualidade de vida, a cooperação em breve será vista como o melhor sistema, mesmo pelos trabalhadores mais bem pagos. Há muito mais na vida do que o tamanho do pacote de pagamento de uma pessoa, e o anarquismo existe para garantir que a vida seja muito mais do que a rotina semanal de trabalho chato e as poucas horas de consumo agitado em que as pessoas tentam preencher o "buraco espiritual". "Criado por um modo de vida que coloca os lucros acima das pessoas.

I.3.7 E as pessoas que não querem ingressar em um sindicato?

Nesse caso, essas pessoas são livres para trabalhar sozinhos, por sua conta própria e com seu próprio trabalho. Anarquistas não tem nenhum desejo de forçar as pessoas a se juntarem a um sindicato. Emma Goldman falou por todos os anarquistas quando ela disse que “Nós acreditamos em cada pessoa vivendo sua própria vida de seu jeito e não em forçar outros a seguir as ordens de alguém” [A Documentary History of the American Years, vol. 2, p. 324]

Portanto, a decisão de se juntar a um sindicato será uma decisão livre, com o potencial para viver fora dele garantido para indivíduos não explorativos e opressivos e grupos. Malatesta enfatizou isso quando ele argumentou que em uma revolução anarquista “O que tem que ser destruído de uma vez por todas... é a propriedade capitalista, isso é, o fato de que poucos controlam a fortuna natural e os instrumentos de produção e pode assim obrigar outros a trabalhar para eles” mas é preciso ter um “direito e a possibilidade de viver em um regime diferente, coletivista, mutualista, individualista — como ele deseja, sempre na condição que tem nenhuma opressão ou exploração de outros.”[Errico Malatesta: Life and Ideas, p. 102] Em outras palavras, diferentes formas de vida social serão experimentadas, dependendo em o que o povo queira.

Claro que algumas pessoas perguntam como anarquistas conseguem consiliar a liberdade individual com a expropriação do capital. Tudo que podemos dizer é que esses críticos aceitam a ideia que um não deve interferir com a “liberdade individual” daqueles que estão em posições de autoridade de oprimir os outros, e que essa ideia é o oposto de liberdade individual, fazendo a opressão um direito e a negação da liberdade uma forma disso!

Mas é uma questão válida perguntar se o anarquismo iria resultar em trabalhadores independentes sendo forçados a entrar em um sindicato como o resultado de um movimento popular. A resposta é não. Isso é porque a destruição de títulos não irrita machucar o trabalhador independente, ao cujo título real é posse e o trabalho feito. O que anarquistas querem eliminar não é a posse, mas sim, a **propriedade** capitalista. Assim, tais trabalhadores “devem preferir trabalharem sozinhos em sua própria loja pequena” do que se juntar a uma associação ou federação. [James Guillaume, “On Building the New Social Order”, pp. 356-79, Bakunin on Anarchism, p. 362]

I.3.8 Os anarquistas buscam “pequenas comunidades autônomas, dedicadas à produção em pequena escala”?

I.4 Como uma economia anarquista pode funcionar?

I.4.1 Qual o sentido da atividade econômica na anarquia?

I.4.2 Por que os anarquistas desejam abolir o trabalho?

I.4.3 Como os anarquistas pretendem abolir o trabalho?

I.4.4 Quais critérios de tomada de decisão econômica poderiam ser usados na anarquia?

I.4.5 E quanto a "offerta e domanda"?

I.4.6 O comunismo anarquista levaria inevitavelmente à demanda exceder a oferta?

I.4.7 O que impedirá os produtores de ignorar os consumidores?

I.4.8 E as decisões de investimento?

I.4.9 O avanço tecnológico deve ser visto como anti-anarquista?

I.4.10 Qual seria a vantagem de uma ampla base de distribuição de excedentes?

I.4.11 Se o socialismo libertário eliminar o motivo do lucro, a criatividade e o desempenho não sofrerão?

I.4.12 Não haverá uma tendência para a empresa capitalista reaparecer em nenhuma sociedade socialista?

I.4.13 Quem fará o trabalho “sujo” ou desagradável?

I.4.14 E a pessoa que não trabalha?

I.4.15 Como será o local de trabalho de amanhã?

I.4.16 Uma sociedade comunista libertária não será ineficiente?

I.5 Como seria a estrutura social da anarquia?

I.5.1 O que são comunidades participativas?

I.5.2 Por que são necessárias confederações de comunidades participativas?

I.5.3 Quais serão as escalas e os níveis da confederação?

I.5.4 Como alguma coisa será decidida em todas essas reuniões?

I.5.5 As comunidades e confederações participativas não são apenas novos estados?

I.5.6 Não haverá perigo de uma "tirania da maioria" sob o socialismo libertário?

I.5.7 E se eu não quiser ingressar em uma comuna?

I.5.8 E o crime?

I.5.9 E quanto à liberdade de expressão no anarquismo?

I.5.10 E os partidos políticos?

I.5.11 E os grupos de interesse e outras associações?

I.5.12 Uma sociedade anarquista prestaria assistência médica e outros serviços públicos?

I.5.13 Uma sociedade anarquista não será vulnerável à fome de poder?

I.5.14 Como uma sociedade anarquista poderia se defender?

I.6 E a "Tragédia dos Comuns"?
Certamente a propriedade comunitária
levará ao uso excessivo e à destruição
ambiental?

I.6.1 Como os anarquistas podem explicar como será decidido o uso da propriedade “de propriedade de todos no mundo”?

I.6.2 Nenhuma forma de propriedade comunitária envolve a restrição da liberdade individual?

I.7 O socialismo libertário não destruirá a individualidade?

I.7.1 As culturas tribais indicam que o comunalismo defende a individualidade?

I.7.2 Isso não é adorar o passado ou o “nobre selvagem”?

I.7.3 A lei é necessária para proteger os direitos individuais?

I.7.4 O capitalismo protege a individualidade?

I.8 A Espanha revolucionária mostra que o socialismo libertário pode funcionar na prática?

I.8.1 A Revolução Espanhola não foi principalmente um fenômeno rural e, portanto, inaplicável como modelo para as sociedades industrializadas modernas?

I.8.2 Como os anarquistas foram capazes de obter apoio popular em massa na Espanha?

I.8.3 Como foram organizados os coletivos industriais espanhóis?

I.8.4 Como foram coordenados os coletivos industriais espanhóis?

I.8.5 Como foram organizadas e coordenadas as cooperativas agrícolas espanholas?

I.8.6 O que os coletivos agrícolas realizaram?

I.8.7 Ouvi dizer que os coletivos rurais foram criados à força. Isso é verdade?

I.8.8 Mas os coletivos espanhóis inovaram?

I.8.9 Por que, se foi tão bom, não sobreviveu?

I.8.10 Por que a CNT colaborou com o estado?

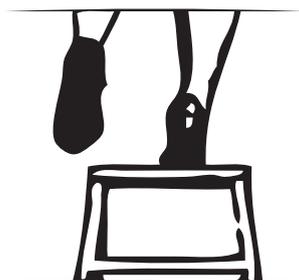
I.8.11 A decisão de colaborar foi um produto da teoria anarquista, mostrando que o anarquismo é falho?

I.8.12 A decisão de colaborar foi imposta aos membros da CNT?

I.8.13 Que lições políticas foram aprendidas com a revolução?

I.8.14 Que lições econômicas foram aprendidas com a revolução?

Biblioteca Anarquista



Editorial Coletivo da AFAQ
Uma FAQ Anarquista Seção I
Como seria uma sociedade anarquista?
18 de Junho de 2009

Traduzido de
<https://theanarchistlibrary.org/library/the-anarchist-faq-editorial-collective-an-anarchist-faq-10-1>
em 18-06-2009.

Tradução de Coletivo **Consciência Subversiva** e **Núcleo de Estudos Autônomo Anarco Comunismo**. Ela não possui direitos autorais pode e deve ser reproduzida no todo ou em parte, além de ser liberada sua distribuição, preservando seu conteúdo e o nome do autor. Anarquia e Revolução
@2020.

bibliotecaanarquista.org